



FREDERICO CANUTO
"PASTA 00731 - VOLUMES 01 e 02
END.: QUARTEIRÕES FECHADOS DA PRAÇA SETE DE SETEMBRO
APENSO AO PROCESSO N. - 01.059220.95.10":
SOBRE A PRODUÇÃO DE UMA NOVA SENSIBILIDADE URBANA PELA
ARQUITETURA.
BELO HORIZONTE
2005

Frederico Canuto

PASTA 00731 - VOLUMES 01 e 02
END.: QUARTEIRÕES FECHADOS DA PRAÇA SETE DE
SETEMBRO
APENSO AO PROCESSO N. - 01.059220.95.10:
SOBRE A PRODUÇÃO DE UMA NOVA SENSIBILIDADE URBANA
PELA ARQUITETURA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Análise Crítica e Histórica de Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Roberto Luís de Melo Montemor.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

C235p Canuto, Frederico
Pasta 00731 – volumes 01 e 02 : end. quarteirões
fechados da praça Sete de Setembro : apenso ao processo n.
– 01.059220.95.10 : sobre a produção de uma nova
sensibilidade urbana pela arquitetura / Frederico Canuto. -
2005
247f. : il.

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-mór
Dissertação(mestrado)Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Arquitetura

1.Praça Sete (Belo Horizonte,MG) 2. Planejamento
Urbano 3. Arquitetura I.Monte-mór, Roberto Luís de
Melo II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura III. Título

CDD : 711.558



AGRADECIMENTOS

À meus pais e meu irmão por acreditarem em/por mim; à Roberto Luís de Mello Monte-Mór pelas discussões, encontros, pingas, queijos, sucos e risadas; ao Grupo de Estudos Henri Lefebvre (GEHL) pelas discussões que, tanto direta como indiretamente, muito ajudaram nesse trabalho; aos professores do Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG pelas discussões; à Luciana Bragança pela lição de amizade e trabalho coletivo que foi essa dissertação; à Simone Cortezão pela expedição por Cocais, em Coronel Fabriciano; aos amigos pela força; e aos outros.

RESUMO

Partindo da premissa de que a Arquitetura define sua especificidade em um movimento contínuo de diferenciação e apropriação de conhecimentos de outros campos que para ela convergem, como o planejamento urbano, a geografia, a história, a etnografia, a arte e a sociologia, entre outras que de alguma forma se relacionam criticamente com o espaço e sua produção, esse trabalho procura estabelecer, a partir de movimentos interdisciplinares, novas maneiras de se pensar e atuar sobre as relações de produção de uma esfera ampliada da vida cotidiana territorializadas no urbano, este pensado como um campo de forças conflituosas que, por vezes, levam a impasses e falsas consensualizações. Para tal, considerou-se tanto a Praça Sete de Setembro como um caso exemplar, assim como seu processo de aprovação e construção que datam inicialmente de 1989 – inserido dentro de um concurso nacional de arquitetura cujo local de propostas era a área central de Belo Horizonte, o BH Centro – até sua requalificação em 2003. Compreendendo o espaço da Praça Sete de Setembro e seu processo de produção não como um estudo de caso específico dentro do trabalho, mas como espacialidade gerada a partir da história da cidade onde ela existe, analisa-se criticamente o modo como o profissional arquiteto atuou e reformou tal espaço, a partir de que lugar institucional ele o fez e que urbanidade foi gerada com o projeto e sua espacialização, apontando a que propósitos tal requalificação urbana interessa, bem como novas possibilidades de atuação e proposição, latentes nessa realidade espacial.

A dissertação se estrutura, num primeiro momento, numa análise do estado da arte da profissão de arquiteto e urbanista e sua relação com seus procedimentos formalizadores desde o século XVIII até o presente, estabelecendo conexões com o Estado, o espaço que ele produz e reproduz, e a natureza das relações produzidas no cotidiano vivenciado pela população. Depois, é estabelecido e discutido um novo instrumental para se compreender o espaço socialmente vivido e suas relações territorializadas, bem como sua produção, através da proposição e explicitação dos conceitos de (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades. Lançando mão desses novos conceitos aplicados ao caso da Praça Sete de Setembro, contextualizado dentro da história da cidade de Belo Horizonte, procura-se compreender a natureza do urbano e sua produção numa escala espaço-temporal. E finalmente, no último capítulo, a partir do espaço gerado e apropriado por seus usuários, e seus constantes choques com outras instâncias territoriais(zadas), são propostas novas bases

para novos modos de atuação no urbano pelo arquiteto, assim como a geração de um conhecimento, de natureza propositiva, sobre a cidade e seus espaços.

ABSTRACT

Considering that Architecture defines its specificity in a continuous movement of differentiation and appropriation of knowledge from other fields that convey to it, like urban planning, geography, history, ethnography, art and sociology, among others that somehow have a critical relation with space and its production, this work seeks to establish, through interdisciplinary movements, new ways of thinking and acting upon the relations of production of an amplified dimension of everyday life territorialized on the urban field, thinking of it as a field of conflicting forces which, sometimes, lead to impasses and false consensuses. Sete de Setembro Square, in Belo Horizonte, is the object of analysis, as also is its process of approval and construction - initiated in 1989, within a National Contest of Architecture whose object of intervention was the central area of Belo Horizonte, the BH Centro - until its remodeling, in 2003. Understanding the space of the square and its production, not as a specific case but as a spatiality generated from the history of the city in which it exists, this work attempts to construct a critical analysis of the way by which the architects acted and redesigned such a space, from what institutional place did they project it and what kind of urbanity was generated from the concept within the project and its materialization, pointing out which purposes such remodeling was attending to, as well as the new possibilities of professional exercise and latent propositions within such a spatial reality.

This work is structured, in a first moment, within an analysis of the state of the art of the architect and urbanist professions and their relation with formalizing procedures from the 18th. Century until now, attempting to establish connections with the State, the space it produces and reproduces, and the nature of these relations produced within everyday life such as lived by the population. In a second moment, it establishes and discusses a new instrument to understand lived social space and its territorialized relations, as well as its production by proposing the following concepts: (F)ormalizations, (REF)ormalizations and (INF)ormalizations. Applying these concepts to the case of the Sete de Setembro Square within a historical contextualization of the city of Belo Horizonte, an attempt is made to understand the nature of the urban and of its production within a time-space scale. And finally, in the last chapter, looking at the generation and appropriation of the space by its users as well as at its constant shocks with other territorialized instances, an attempt is made to propose new ways for the architect to act upon the urban field, as well to produce a knowledge of a proposing nature about the city and its spaces.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	01
LISTA DE FIGURAS.....	02
INTRODUÇÃO: DO ESTADO DA ARTE À PROPOSTA DA DISSERTAÇÃO.....	05
CAP 01: MARCO TEÓRICO REFERENCIAL: (F)ORMALIDADES, (REF)ORMALIDADES E (INF)ORMALIDADES.....	24
CAP 02: O PROJETO DA NOVA CAPITAL: A CONSTRUÇÃO DE UM COTIDIANO MODERNO (1894-1920)	35
2.1. O Plano/ Projeto da Nova Capital	
2.2. O “Plano Simples” da Nova Capital	
2.3. A Capital	
2.4. Por um Sentido – consensualizado – de Praça	
CAP 03: A PRAÇA E O SURGIMENTO DE UMA CULTURA METROPOLITANA (1920-FINAL 1980).....	62
3.1. Urbanização e Desenvolvimento: Da Cidade à Praça Sete de Setembro (30’-40’)	
3.2. Da Implosão-explosão à consolidação da Condição Metropolitana Belorizontina (50’-80)	
3.3. Praça Sete: uma nova sensibilidade	
3.4. Nova compreensão e novos Instrumentos para se planejar e agir na cidade (50-final 80’)	
3.4.1. SAGMACS	
3.4.2. As Leis 2662/76 e 4034/85	
3.5. Estratégias e Conjunturas criadas	
CAP 04: A CONSTRUÇÃO (DIALÉTICA) DE UM ESPAÇO PÚBLICO (1989-2005).....	95
4.1. O projeto de Requalificação da Praça Sete de Setembro: Isso aqui é um negócio	
4.2. O projeto construído	
4.3. Formalizações	
4.3.1. (F)ormalidades	
4.3.2. (REF)ormalidades	
4.3.3. (INF)ormalidades	
4.4. A Conjuntura montada	
CAP 05: PERSPECTIVAS ESPACIAIS.....	121
5.1. A Dialética no Planejamento e Gestão Urbanos	
5.1.1. Problematizando a partir das novas Possibilidades Reais	
5.1.1.1. Estratégias: No Estado	
5.1.1.2. Estratégias: Movimentos Urbanos numa Cultura Metropolitana	
5.2. A construção de um Espaço Diferencial	
5.2.1. Estratégias: Desenho de uma Cultura Espacial Metropolitana	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	161
ANEXOS.....	171
Anexo A: Projetos Vencedores do Concurso BH Centro (revista AU, n.28).	
Anexo B: Veiculação na mídia do projeto BH Centro (revista Veja, 10 abr., 1991).	

Anexo C: Parecer Técnico de Análise do projeto arquitetônico de intervenção nos quarteirões da praça Sete de Setembro situado no conjunto urbano avenida Afonso Pena e adjacências – CDPCM-BH, de 03 de maio de 2002.

Anexo D: Relatório do Projeto de revitalização dos quarteirões da praça Sete de setembro – GEPH, do dia 06 de maio de 2002.

Anexo E: Ata da reunião extraordinária realizada no dia 11 de junho de 2002.

Anexo F: Convocações para reuniões extraordinárias, do CDPCM-BH no dia 26 de junho de 2002, e do GEPH no dia 08 de julho de 2002.

Anexo G: Parecer sobre a revisão de projetos para os quarteirões para os quarteirões fechados da praça Sete: rua Rio de Janeiro e carijós – GEPH, do dia 09 de julho de 2002.

Anexo H: Documentos comprobatórios da aprovação do projeto arquitetônico para os quarteirões fechados da praça Sete de Setembro, com ressalvas, datados de 12 de julho de 2002.

Referências Bibliográficas

Anexo I: Roteiro das Entrevistas com os usuários do espaço.

Anexo J: Entrevistas com funcionários das secretarias responsável, direta e indiretamente, pelo planejamento urbano dentro da prefeitura de BH e pela gestão da praça Sete de Setembro.

Anexo K: Entrevistas Realizadas.

Anexo L: Espetáculo Praça sete de Setembro.

L.1. Caderno Pensar BH (dez, 2003).

L.2. Informe Especial BH (dez. 2003).

L.3. Guia BH (jan., 2005).

Anexo M: Jornal Estado de Minas (14 jan., 2005).

Anexo N: Jornal Estado de Minas (09 mar., 2005).

Anexo O: Jornal Pampulha (13-19 nov., 2004).

Anexo P: Jornal Alterosa, TV Alterosa (13 mai., 2005).

LISTA DE ABREVIATURAS

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro

PSB - Partido Social Brasileiro

MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana

PNDU - Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

PMBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

BNH - Banco Nacional de Habitação

SAGMACS - Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

PLAMBEL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

METROBEL - Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PACE - Plano de Circulação da Área Central

BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A.

LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo

LPUOS - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

SCOMURBE - Secretaria Municipal de Política Urbana e Ambiental

SMRU - Secretaria Municipal de Regulação Urbana

SMPU - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

CDPCMBH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

GEPH - Gerência Estadual de Patrimônio Histórico

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

LDU - Lei de Desenvolvimento Urbano

CDU - Conselho de Desenvolvimento Urbano

COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana

SCOMGERS - Secretarias de Coordenação da Gestão Regional

GEPRO - Gerência Regional de Projetos

GEOP - Gerência Regional de Orçamento Participativo

UP - Unidade de Planejamento

OP - Orçamento Participativo

PGE - Plano Global Específico

CRPs - Conselhos Regionais Populares

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: <i>Campo Marzio dell'antica Roma</i> de autoria de Giovanni Battista Piranesi FONTE: BLOOMER, 1993: 73 e 83.....	41
FIGURA 02: Plano de Aarão Reis para a construção de Belo Horizonte, de 1897 FONTE: BELO HORIZONTE, 1996: 25.....	45
FIGURA 03-07: Três imagens dos projetos de edifícios para a Nova Capital de Minas Gerais feitos pela Comissão Construtora liderada por Aarão Reis e as paisagens projetadas para o parque municipal, em Belo Horizonte. FONTE: BARRETO, 1996: 243, 244, 575 e 578.....	47
FIGURA 08: Os espaços eram desenhados desde sua vivência pública até a privada, do espaço da cidade composto de edifícios e vazios até as roupas a serem usados pela população, como pode ser visto nessa foto de uma escola, em 1922. FONTE: BELO HORIZONTE, 1996b.....	48
FIGURA 09: A avenida Afonso Pena e sua vegetação composta de <i>ficus benjamina</i> . FONTE: BELO HORIZONTE, 1996b.....	68
FIGURA 10: O espaço de parada dos bondes na praça Sete de Setembro, em 1949. FONTE: BELO HORIZONTE, 1996b.....	69
FIGURA 11: “Metais que se transformarão em armas para a defesa do Brasil: A ‘pirâmide metálica’ de Belo Horizonte, ontem inaugurada pelo prefeito Juscelino Kubistchek, está recebendo contribuição de toda sociedade”. FONTE: FOLHA DE MINAS, 08 set. 1942.....	70
FIGURA 12: “Flashes das Eleições”. FONTE: DIARIO DAS TARDE, 04 out. 1958.....	71
FIGURA 13: “Praça Sete: Biblioteca Popular. O lado pitoresco das bancas de jornal – onde se lê e não se paga – jornais, revistas e magazines, centro das atenções”. FONTE: DIARIO DAS TARDE, 11 jan. 1949.....	72
FIGURA 14: Zoneamento de área central de Belo Horizonte, sendo que na parte superior esquerda do mapa encontra-se a praça Sete de Setembro. À esquerda do mapa, estão colocadas as categorias de zonas. FONTE: BELO HORIZONTE, 1976.....	87
FIGURA 15: Zoneamento de área central de Belo Horizonte, sendo que na parte superior esquerda do mapa encontra-se a praça Sete de Setembro. À esquerda do mapa, estão colocadas as categorias de zonas. FONTE: BELO HORIZONTE, 1985.....	88
FIGURA 16-20: de cima para baixo: Mapa da área central de BH quando do concurso BH Centro, com indicação dos pólos de intervenção; pranchas do concurso BH Centro para a praça sete de setembro; foto aérea da área central de Belo Horizonte, foto das pastas existentes na GEPH contendo o processo de aprovação da requalificação da praça Sete de	

Setembro em 2003; foto de uma placa existente na praça Sete de setembro, indicando que o imóvel está passando por uma restauração aprovada pela SMRU, SMC, CDPCMBH e GEPH. FONTE: ARAÚJO, 1996: 52; BELO HORIZONTE, 1996: 16-17; BELO HORIZONTE, 1996c; do autor, 16 jan. 2005; do autor, 17 jan. 2005.....	95-97
FIGURA 21-25: Pranchas de apresentação do projeto 'Praça Sete de Setembro', cujo objetivo era ser instrumento para a captação de recursos a fim de financiar a obra. FONTE: Apresentação feita do Projeto Praça Sete de Setembro pela SCOMGER Centro-sul, 2001.....	108
FIGURA 26: Posto da Polícia Militar de Minas Gerais – Vigilância dos espaços. FONTE: do autor, 16 jan. 2005.....	110
FIGURA 27: Câmera de Vigilância. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	111
FIGURA 28: Bancos da praça Sete de Setembro – o desenho projeta não uma possibilidade de bate-papo entre os usuários do banco, mas apenas o direcionamento do olhar para frente, onde nada se encontra. FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.....	111
FIGURA 29: Banca de revista dentro dos quarteirões da praça Sete de Setembro – são, inclusive, parte do projeto de requalificação, onde o poder público e os donos de banca negociam o espaço da banca. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	111
FIGURA 30: Ponto de ônibus – o local é projetado um local de espera, de transição. FONTE: do autor, 16 jan. 2005.....	112
FIGURA 31: Lixeiras e posto policial personalizados – praça sete se torna marca®. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	112
FIGURA 32: As camisas ou os gritos desses trabalhadores, oferecendo crédito pessoal e compra/ venda/ troca de aparelhos celulares, são ações que delimitam um território. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	112
FIGURA 33: A fiscalização da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a fim de vigiar os espaços, se dá não só pela presença física desses, mas também por uma indumentária que os apresenta como tal à população. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.	113
FIGURA 34: Floristas (esq. Fátima, dir, Edilamar) – pagam à prefeitura municipal pelo direito de utilizarem a praça Sete de Setembro como ponto de venda. Para se distinguirem e mostrar que foram legalizadas, utilizam-se de um colete de cor verde. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.	113
FIGURA 35: Diretor da associação dos Engraxates de Minas Gerais (Sr. Natanael) e a caixa de engraxate. FONTE: do autor, 16 jan. 2005.	113

FIGURA 36: Nos quatro quarteirões da praça Sete de Setembro concentram-se mesas e cadeiras para se jogar xadrez ou damas. Cada jogo de xadrez ou dama custa 3 reais/ hora. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.	114
FIGURA 37: Vendedores informais- utilizam as paredes do prédio do PSIU como vitrine para venda de vales-transporte e loterias esportivas. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.	114
FIGURA 38: Lojas Lotéricas e a Televisão - Forma-se um espaço vivenciado publicamente quando pessoas se aglomeram em frente à TV, dentro da casa lotérica, pela manhã e à tarde, para verem resultados de jogos como a loteria esportiva e bingos, por exemplo. Tal prática acaba gerando encontro entre os que ali assistem os resultados lotéricos. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.	114
FIGURA 39: Banca de Revista - tal qual noticiado no jornal Diário da Tarde de 11 de janeiro de 1949, a banca de revista tem um uso público não pelo seu desenho, mas pelo fato de que transeuntes, ao passar pela praça Sete de Setembro, param nela para ver e discutir as notícias do dia. FONTE: Jornal <u>Diário da Tarde</u> , 11 jan. 1949 e do autor, 16 jan. 2005.....	115
FIGURA 40: Café Nice, poste de luz, ponto de táxi e o engraxate - um espaço de sociabilidade é criado nesse contexto congestionado por múltiplas atividades. FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.	116
FIGURA 41: Ponto de ônibus - nos períodos de espera pelo ônibus coletivo, é gerado um espaço de sociabilidade e encontro. FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.	116
FIGURA 42: Comerciantes ambulantes - nova paisagem a ser desenhada tirando partido de suas apropriações em paredes e calçadas. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	157
FIGURA 43: Bancas de revista - consideração da colocação de bancos nesse ponto, a fim de potencializar o uso do espaço como público e de conversas. Além disso, o espaço da banca como local de disponibilização de informações públicas interessantes à população. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	157
FIGURA 44: Bancos de Praça - produção de novas situações, tirando partido do uso já feito pela população. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	158
FIGURA 45: Caixa do engraxate como infra-estrutura - base para espaço de trabalho e ponto de encontro social FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	158
FIGURA 46: Ponto de ônibus como local de encontro e de permanência, além de local de informações públicas - Como modelo análogo, pode-se citar, a região da Savassi, onde foram colocadas caixas de som nos pontos de ônibus por uma empresa de telefonia celular, a fim de transmitir músicas e informações durante todo o dia. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	158

FIGURA 47: Vestimenta como espaço de informações públicas. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	159
FIGURA 48: Fachadas das edificações – Criação de uma infra-estrutura, apoiada nas paredes de edificações, como modo de proteção das intempéries para a população. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	159
FIGURA 49: Jogo de Xadrez e Damas – Consideração de colocação de mesas e cadeiras como equipamento obrigatório na praça, a fim de tornar o ambiente também de permanência. FONTE: do autor, 17 jan. 2005.....	160
FIGURA 50: Ponto de táxi + Engraxates + proximidade ao café Nice freqüentado por moradores do centro da cidade – Considerar o local como locus de manifestação de uma experiência pública permeada pela soma de não-lugares, e potencializá-lo rumo a construção de um novo espaço social. FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.....	160

INTRODUÇÃO: DO ESTADO DA ARTE À PROPOSTA DA DISSERTAÇÃO

A profissão de arquiteto/urbanista se encontra fortemente vinculada tanto ao poder público quanto ao capital privado. Sua função foi projetada com a finalidade de tornar cada vez mais produtivo o uso, através do cotidiano, do espaço dentro do todo que é o planejamento e gestão de uma cidade feitos pelo estado vis-a-vis aspectos técnicos, financeiros, políticos, sociais e outros, assim como dentro da lógica de relações para a manutenção de um mercado imobiliário rentável baseado na compra e venda de imóveis e terras na cidade.

Entretanto, a posição do arquiteto como (re)produtor de relações em acordo com a vontade e lógica do poder público e de outras instituições de igual influência sobre a cidade não é marca da contemporaneidade somente. Desde a formação do pensamento urbanístico, no final do século XIX e início do XX, com as primeiras reformas higienistas e primeiras propostas sobre a cidade por parte dos arquitetos, até os dias atuais, com as revitalizações, restaurações e requalificações pontuais 'planejadas estrategicamente' e empreendidas pelo poder público somado ao Capital Privado no espaço urbano contemporâneo, o escopo de atuação do arquiteto/urbanista se acha vinculado, na grande maioria das vezes, à vontade e limites impostos pelos mesmos. Um novo contexto é gerado e reproduzido tanto graças à evolução e aperfeiçoamento nos mecanismos operativos sobre o espaço pela disciplina arquitetônica apoiada pelo governo e setores privados, o que não significa um desenvolvimento positivo para a população, como através de um design viciado de relações e condições, ou seja, de processos de produção e produtos espaciais, onde a arquitetura hoje se acha atrelada. A arquitetura é constantemente reduzida, no desenho de relações perpetrado pelo Estado, a uma noção limitada de objeto de consumo que mantém um *status quo* cultural tanto do profissional que concebe o espaço, como do espaço que é produzido.

Essa relação pactual com o poder do Estado por parte do arquiteto/urbanista não é uma caracterizada pela passividade ou concordância. Tal profissional, normalmente, reconhece os vícios e perigos inerentes em sua relação com o poder público ou o capital privado. Entretanto, tal ideologismo não surte efeito quando na prática projetual, na construção de espaços para a vivência.

A autora do livro Postmodern Urbanism, Nam ELLIN, faz um panorama da profissão arquitetônica nos Estados Unidos nos últimos 30 anos, percorrendo desde a formação acadêmica - ironicamente, o termo usado por ela é treinamento e não aprendizado - até a

prática arquitetônica após a graduação. Por mais que seja uma visão de uma americana sobre o estado da profissão nos Estados Unidos, não se pode esquecer que a academia americana e brasileira advém de uma mesma matriz, a francesa – a École Beaux-Arts (Escola de Belas Artes) –, o que significa que a relação desse profissional com o Estado, assim como seu modo de projetar, são heranças de uma mesma fonte. No capítulo dedicado à análise da profissão e sua relação com o estado e capital privado, ela oferece algumas chaves para entender a distância autopropetuada entre o arquiteto e o não arquiteto, assim como a própria necessidade de se repensar o papel e posição desse profissional dentro do modo de produção vigente em que se acha hoje preso, voluntariamente ou não, apesar de discursos declarando o contrário. Ao sublinhar os contornos da crise, bem como sua manifestação, o afastamento da arquitetura do mundo real vivenciado pelos indivíduos na cidade e seu forte vínculo às classes hegemônicas, Ellin discute a profissão a partir da própria classe e de seus usuários, sempre colocados como receptáculos e não receptores da obra:

“Ao invés de reformar a profissão, (...) a maioria dos arquitetos aspiram – ou resignam-se – a juntarem-se ou permanecerem ligados às classes hegemônicas. Isso não quer dizer que aqueles atraídos para a profissão de arquiteto tendam a serem politicamente conservadores. Pelo contrário, descobriu-se que ‘arquitetos tem maiores preocupações sociais que os membros de outras profissões já estabelecidas’. Todavia, seu progressismo político e idealismo enfrentam ‘tradições ocupacionais e amarras que impedem os arquitetos de agirem nestas preocupações sociais’, uma receita para frustração e desilusão entre vários membros da profissão.

Arquitetos, portanto, são dificilmente alheios a respeito da divergência entre seu gosto e o dos outros. Entretanto, ao invés de construir uma ponte sobre esse vazio, eles normalmente são acusados de elitismo por pregar um posicionamento apolítico e insistir em sua posição de artistas em primeiro lugar, sendo que se outros não gostam do que eles fazem, é porque eles não compreendem e sua satisfação não é o principal objetivo. Quando o seu trabalho não é apreciado, arquitetos tendem a responder com desprezo pela falta de gosto de alguns, assim como requererem programas educacionais a fim de ensinar as pessoas ‘a ver’ e ‘a apreciar’ arquitetura, isto é, ensiná-los valores estéticos do arquiteto e, por consequência, aumentar a demanda pelo que os arquitetos oferecem.” (ELLIN, 1999: 246-247).¹

¹ “Rather than reform the profession, (...), most architects aspire – or resign themselves – to joining or remaining among the hegemonic classes. This is not to imply that those drawn to the architectural profession tend to be politically conservative. On the contrary, it has been found that ‘architects have greater social concerns than the members of other established professions (BLAU, 1991, 39). But their political progressiveness and idealism confronts ‘occupational traditions and constraints [which] prevent architects from acting on these social concerns’ (ibid.), a recipe for frustration and disillusionment among many members of the profession.

Architects, then, are hardly oblivious to the divergence between their own tastes and those of others. But rather than bridge the gap, they often respond to accusations of elitism by pleading apoliticism and insisting they are artists first and if others do not like what they do, it is only because they do not understand it and pleasing others

O nascimento do vazio comentado por Ellin, entre a vida das pessoas comuns, e seu gosto inclusive, e os arquitetos/urbanistas, remonta o final do século XVI, sendo que sua consolidação ocorre durante a revolução industrial e as primeiras reformas higienistas, no século XIX. Dentro desses quatro séculos, por um lado, os arquitetos se entremeavam em discussões acerca das novas velhas formas arquitetônicas, recém-(re) imaginadas a partir de escavações e descobertas arqueológicas da arquitetura antiga. Tais novos conhecimentos tiveram como consequência um aumento do repertório formal utilizado por eles, produzindo formas neoclássicas, historicistas e/ou ecléticas². Ao mesmo tempo que essas formas eram inventadas baseadas numa vivência de cidade da antiguidade, a paisagem material e humana da época se alterava lentamente com a emergência de uma nova realidade e relações de produção na cidade. Enquanto a cidade crescia, se adensava e iniciava um processo de expansão contextualizada espaço-temporalmente, houve uma redução do fazer arquitetônico a uma prática de modelamento estilístico distanciado desse mesmo organismo que se expandia, bem como do momento histórico onde ocorria tais mudanças. A arquitetura, portanto, tanto abandonou a pretensão em formar objetos como deixou a forma da arquitetura diluir-se na cidade, como afirma Tafuri³.

A partir do século XIX, vistos os novos programas, específicos da cidade industrial, como prisões ou hospitais demandados pelo aumento vertiginoso da criminalidade e doenças, a revitalização de um velho arcabouço de formas estilísticas surge, num primeiro momento, como a solução da arquitetura para tais problemas. Ao proporem novos usos ao espaço da cidade através de projetos arquitetônicos que reproduziam recém-descobertos

is not their primary goal. When their work is not appreciated, architects tend to respond with contempt for others' lack of taste and to call for educational programs to teach people 'to see' and 'to appreciate architecture', that is, to teach them the aesthetic values of the architect and to thereby increase demands for what architects supply."

² No livro de Peter Collins (1995) encontra-se um panorama das transformações ocorridas dos séculos XVI ao XIX e XX na arquitetura e em sua relação com a cidade por um recorte cultural. Collins se mostra bastante minucioso ao descrever não só o contexto artístico que influenciou o fazer arquitetônico durante esses séculos, mas também como descobertas científicas e tecnológicas mudaram a maneira de se pensar, conceber e produzir arquitetura. De Boullée a Walter Gropius, o autor discute criticamente como a arquitetura se deslocou de uma problematização estilística e simbólica, desconectada das mudanças acontecidas na cidade com a revolução industrial, para uma preocupação objetivadora.

³ "(...)a cultura arquitectônica desempenha, portanto, nos anos setecentos e oitocentos, um papel essencialmente destrutivo. E isto explica-se. Não encontrando à sua disposição um substrato, já maduro, de técnicas de produção adequadas às novas condições da ideologia burguesa e do liberalismo econômico, a arquitetura é obrigada a concentrar o seu trabalho autocrítico em duas direções:

- a) na exaltação, com intuito polêmico, de tudo aquilo que pode assumir um significado anti-europeu. (...) Com os instrumentos de uma arquitetura que já renunciou a formar 'objectos' para se transformar em *técnica de organização de materiais previamente formulados*, que pedem uma verificação feita *fora da arquitectura*.
- b) (...) A arquitectura deve redimensionar-se a si mesma ao entrar na estrutura da cidade burguesa, dissolvendo-se na uniformidade assegurada de tipologias previamente constituídas". (TAFURI, 1995: 17-19).

repertórios lingüísticos trazidos desde o século XVI, concatena-se uma lógica de produção onde a busca de um vínculo com o passado pela imagem arquitetônica é a resposta possível às novas demandas surgentes no tecido histórico da cidade. A consequência é a inclinação, por um lado, de não se pensar o espaço da cidade como um todo, e por outro, de se colocar e transformar, dentro das novas relações de produção emergentes no espaço da cidade, a arquitetura em um patamar equivalente a um jogo de encaixe de peças, através da mera utilização de novos materiais adequados à produção em série industrial e sua consideração como técnica visando a construção de objetos tipológicos e pré-fabricados, diluídos no desmesurado e surgente espaço urbano.

Num segundo momento, durante a revolução industrial, quando a cidade foi transformada pela necessidade de reformulação total do espaço urbano objetivando uma melhor adequação ao novo contexto econômico que se forma, o modo de produção capitalista e as condições para a reprodução de suas relações no cotidiano, ocorre a consolidação da situação atual de distanciamento da profissão de arquiteto/urbanista e cidade existente em transformação. Uma das reformas urbanísticas mais conhecidas entre os historiadores das disciplinas arquitetônica/urbanística é a reforma empreendida em Paris pelo Barão Haussmann, a partir de 1850. Apoiado em estudos médicos sobre a saúde da população parisiense, burguesia e operariado, o barão empreende grandes destruições sobre o tecido urbano da velha Paris abrindo grandes espaços vazios, alargando a largura das vias e reconstruindo ruas e avenidas a fim de moldá-la ao novo modo de produção emergente, bem como abrindo uma possibilidade de maior controle organizacional e produtivo do espaço pelo Estado (BENEVOLO, 1990).

A ausência do arquiteto/urbanista à frente deste tipo de intervenção durante a Revolução Industrial, em Paris, por exemplo, pode ser comprovado pelo fato do Barão Haussmann ser um engenheiro e os estudos, que dão argumento e base a suas intervenções, advirem de relatórios feitos por médicos.

Após as primeiras reformas urbanas de caráter higienista, não há uma mudança em termos de quem pensa sobre a cidade e sua forma, principalmente se for tomado como base a divisão que Françoise CHOAY faz em seu livro O Urbanismo: Utopias e Realidades, Uma Antologia. Haussmann, assim como Robert Owen, Charles Fourier, Benjamin Ward Richardson, Jean Baptiste Godin, John Ruskin e William Morris são todos indivíduos advindos das mais diversas áreas de conhecimento, sendo nenhuma delas a Arquitetura – não menciona-se o Urbanismo pois é necessário ter-se em mente que a criação deste termo remonta 1910, de acordo com G. Bardet, e em Paris, só vem a ser ensinado dentro da

disciplina de 'Teoria de Arquitetura', em 1953 (CHOAY, 1990: 02). Ademais, esses pensadores sobre a cidade nem fazem parte de movimentos urbanistas, mas pré-urbanistas⁴ segundo a classificação da própria autora francesa. Quando o arquiteto reaparece como profissional cuja responsabilidade é pensar e agir sobre o espaço da cidade, ele se coloca como um agente cuja função é adequar melhor a cidade e o seu cotidiano à nova realidade citadina, funcional e produtiva do ponto de vista tanto mercadológico quanto do controle do estado. De Tony Garnier, a Cite Industrielle, de Le Corbusier, o Plano Voisin e a Ville Radieuse, de Frank Lloyd Wright, a Broadacre city e dos CIAM, a Carta de Atenas, são exemplares de como o desenho urbanístico moderno, por trás de valores como economia de tempo, habitar como ponto articulador de atividades humanas e grandes áreas livres e vazias, projetou-se como uma reprodução da lógica produtiva baseada na produção do capital. São projetos para a cidade cujos principais eixos projetivos visam a construção de grandes vias para fácil escoamento da produção (dos produtos aos empregados) através da destruição do tecido existente (tal qual Haussmann), por exemplo. Em prol da produtividade de uma cidade, vis-a-vis espaço e tempo, a cidade dos moradores, das pequenas narrativas cotidianas, perde seu espaço e lhes é dado outro, um produtivista⁵.

Desde o início de sua formação urbanística, coincidente com a consolidação de uma arquitetura moderna na década de 50 como supracitado, o arquiteto se coloca frente ao Estado tal qual os higienistas do século XIX, abordando problemas da cidade de forma

⁴ Os Pré-Urbanistas, na visão de Françoise CHOAY, é a interpretação dada aos "(...) pensadores que, durante todo o curso do século XIX, de Owen e Carlyle a Ruskin e Morris, de Fourier e Cabet a Proudhon, Marx e Engels, preocuparam-se com o problema da cidade, aliás, sem dissociá-lo nunca de um questionamento sobre a estrutura e o significado da relação social" (CHOAY, 1997: 03). Os urbanistas diferem dos pré-urbanistas não só devido a época, final do século XIX e início do XX, mas também porque os formuladores de propostas de ação sobre a cidade, seja repensando ou negando-a, tanto teórica quanto praticamente, é de arquitetos, geralmente. Outra grande diferença é o fato do urbanismo ser despolitizado, devido a cooptação apenas do desenho das propostas pré-urbanísticas, esvaziando-se o seu conteúdo político e social revolucionário: "Essa transformação do Urbanismo pode ser explicada pela evolução da sociedade industrial nos países capitalistas. Depois da fase militante, heróica, do século XIX, as sociedades capitalistas liberalizam-se e suas classes dirigentes retomam, cortando-as de suas raízes, certas idéias e propostas do pensamento socialista do século XIX". (CHOAY, 1997), p.18). A lógica espacial dos falanstérios de Fourier assim como os Familistérios de Godin esvaziam-se em termos de conteúdo social na medida em que o programa deixa de ser uma proposta política transformadora na construção de um condensador social para se transformar em unidades funcionais dentro da cidade moderna, seja de Corbusier ou de Frank Lloyd Wright. Esses criam grandes paisagens funcionais e compartimentadas dentro da cidade, sem discutir sua herança formal do ponto de vista do uso e eventos atrelados e dependentes dessa, como os pré urbanistas.

⁵ HOLSTON (1996: 248), ao discorrer sobre o sistema modernista de tráfego, coloca esta contradição entre o que é e o que deve tornar-se, de acordo com o projeto moderno: "Quando o analisamos em termos do que ele sistematicamente pretende eliminar – o sistema tradicional de ruas com espaços públicos, multidões urbanas e um certo tipo de espaço político ao qual a rua dá subsistência – suas consequências sociais tornam-se claras. O deslocamento da vida social, dos 'recintos' abertos e públicos das ruas e praças para os recintos fechados dos parques, clubes, residências, e carros, provocados pelo sistema modernista não reproduz a esfera exterior da cidade e de seus cidadãos num novo ambiente interior. (...) Os espaços vazios, as terras-de-ninguém e os interiores privados que daí resultam contradizem as intenções declaradas do modernismo de revitalizar a esfera pública urbana e torná-la mais igualitária".

técnica e funcional a fim de resolvê-los. A discussão engendrada pelos arquitetos gira em torno não de uma independência em relação ao Estado e sua ação no espaço, mas a transformação desse mesmo Estado em instituição suprema de planejamento - vide os arquitetos modernos que desejavam e contavam com a consolidação do poder público como 'pai', o Estado do bem estar social, o *welfare state* (HARVEY, 1997). O arquiteto/urbanista é inserido no lugar para o qual sua profissão foi projetada, dentro do estado, nas secretarias de planejamento, e nos aparelhos de (re)produção do capital privado, como construtoras e mercado imobiliário. Reproduz um quadro de relações na produção do espaço com a finalidade de reproduzir as relações sociais de produção capitalistas (LEFEBVRE, 1978). Ou seja, a arquitetura/urbanismo, vê-se e é pensada dentro de uma cadeia conjuntural produtiva cuja função é atender a necessidade de reprodução da força de trabalho do estado e do capital, instituições com poder de ação sobre a cidade e produtoras de formas-mercadoria baseadas no espaço como moeda de valor.

Se a função do arquiteto/urbanista, dentro do Estado, é criar um ambiente citadino favorável para que o modo de produção vigente se desenvolva e se reproduza plenamente, é necessária a criação de dispositivos - espacializadores, tal qual sua profissão - para que isto ocorra. Essa pretensão de criação ambiental urbana se estende desde a noção de cidade como grande espaço até os seus microambientes, a casa, cômodos, móveis e utensílios. Portanto, ao arquiteto é dada a tarefa de conceber uma cidade baseada nos espaços articuladores dessa nova forma de sociabilidade e vivência. Ou seja, conceber e fazer viver uma modernidade. Para tal, faz-se necessário que ele desenhe o cotidiano dos grandes aos mínimos detalhes: se forem tomados os quatro pontos fundamentais da máquina de morar corbusiana (dormir, trabalhar, divertir e circular), esses são adaptados e transpostos para a cidade facilmente, como se o tamanho, complexidade técnica e número de variáveis - escala - não fosse sequer uma questão⁶. Enfim, desenhar o cotidiano significa projetar do garfo à cidade. Projetar desde o momento em que o indivíduo acorda em sua casa, o caminho ao trabalho até a hora de dormir. Essa é a nova responsabilidade do arquiteto/ urbanista: a invenção de um cotidiano moderno que atenda as necessidades de (re)produção do capital.

⁶ "O urbanista mal se distingue do arquiteto. O primeiro organiza espaços arquitetônicos, fixa o local e o destino dos volumes de construção, reúne todas as coisas no tempo e por meio de uma de uma rede circulatória. E o outro, o arquiteto, ocupado, por exemplo, com uma simples habitação, também levanta volumes, cria espaços. No nível do ato criador, o arquiteto e o urbanista são um só". (LE CORBUSIER *apud* CHOAY, 1997: 189). Portanto, para os modernos, não há diferença entre um corpo individual e um corpo coletivo com o qual cada um destes profissionais, amalgamados num só, têm de lidar. As peculiaridades na relação público-público, público-privado e privado-privado, produtoras de idiosincrasias nos embates entre as quatro funções enumeradas por Corbusier, colocam a noção de escala na Modernidade, do ponto de vista do usuário de arquitetura em sua experiência estética cotidiana, chapada e homogênea como uma tábula rasa.

“Do elemento padronizado à célula, ao bloco singular, a *siedlung*, à cidade: esta é a cadeia de montagem implantada com excepcional clareza e coerência pela cultura arquitetônica de entre duas guerras. Cada pedaço é resolvido em si e tende a desaparecer, ou melhor, diluir-se formalmente na montagem.

Tudo isto revoluciona a própria experiência estética. Agora, já não são *objetos* que se apresentam à apreciação, mas sim um *processo*, a viver e fruir enquanto tal. O fruidor, chamado a contemplar os espaços ‘abertos’ de Mies Van Der Rohe ou Walter Gropius, é o elemento central deste processo. A arquitetura, chamando o público a compartilhar na planificação, dado que as novas formas já não pretendem ser valores absolutos mas propostas de organização da vida coletiva – a arquitetura integrada de Gropius – faz com que a ideologia do público dê um salto a frente. (grifo nosso)”. (TAFURI, 1995: 70).

O lugar assumido pelo arquiteto/urbanista dentro dessa ordem, consolidada espacialmente com aberturas de vias, grandes vazios no tecido da cidade, espaços separados para o dormir, o lazer o trabalho e o circular, é o de atuar como mantenedor da reprodução das relações de produção capitalistas num nível de experiência estética que perpassa, e considera, o público e o privado, o espaço da cidade e o espaço da residência, como ‘faces de uma mesma moeda’. Uma estética que possa ser capaz, por sua vez, de gerar uma associação entre beleza e funcionalidade não de antagonismos ou dialeticismos, mas de equivalência, quando não de confusão.

A discussão, portanto, aponta tanto para as formas de organização da produção da cidade como para as ações que elas visam ordenar pelo conteúdo dos programas da própria forma arquitetônica que a constitui. O que se busca compreender são os objetivos subentendidos ao se produzir e reproduzir uma determinada vivência urbana através das formas da arquitetura e da cidade.

A partir, então, de um recorte compreensivo da natureza da experiência nos campos interrelacionados da arquitetura e cidade, vislumbra-se, a partir de meados dos anos 60, algumas correntes de pensamento caracterizados como uma pós-modernidade ainda em gestação. Nesse novo contexto, a compreensão da experiência estética é ampliada para um entendimento que se faz espaço-temporal, o que significa a capacidade de produzir-se e pensar o espaço a partir de uma racionalidade diferente à dos arquitetos modernos.

Robert Venturi, ao participar de dois estudos, um sobre Las Vegas (VENTURI, 2005) e outro sobre o objeto arquitetônico, em sua relação entre a sua forma e a imagem comunicada (VENTURI, 1996), lança as bases para um olhar sobre a cidade e o tipo de arquitetura que a conforma em que ambos são tratados como uma estrutura a ser lida conforme determinados

parâmetros analíticos e formais. No caso da cidade, Las Vegas, estudos sobre volumetria, tamanho dos objetos, velocidade em que se olha a paisagem dentro de um carro ou caminhando, dá origem a diversos mapas que tentam decifrar o ambiente urbano a partir de sua imagem estruturalizante, ou seja, de sua morfologia urbana⁷. Ao mesmo tempo em que se tenta compreender a realidade da cidade como um produto formal cultural próprio de uma sociedade como a americana, inclusive reconsiderando-a como um vernáculo.

“Las Vegas é atravessada pela Rota 91, o arquétipo do corredor [strip] comercial, o fenômeno em seu estado mais puro e intenso. Acreditamos que a documentação e a análise cuidadosa de sua forma física é tão importante para os arquitetos e urbanistas de hoje quanto foram os estudos da Europa medieval e da Grécia e Roma antigas para gerações anteriores. Um estudo desse tipo ajudará a definir um novo tipo de forma urbana que surge nos Estados Unidos e na Europa, radicalmente diferente de tudo que conhecemos, o qual não estamos bem equipados para entender e que, por ignorância, definimos hoje como espalhamento urbano [urban sprawl].” (VENTURI, 2005: 11-12).

Tal análise privilegia não a forma arquitetônica produzida em sua dimensão cultural ou econômica, fruto de uma sociedade específica de uma época, mas apenas como o que ele vê, um objeto simbólico que produz uma determinada fruição do espaço. O que se discute é o produto, espaço, e não sua produção, de forma mais abrangente

Já no caso do objeto arquitetônico isolado, Venturi compreende a sua produção como um jogo de peças a serem encaixadas de modo a produzir um produto complexo e contraditório, condizente com um novo contexto, a pós-modernidade das ambigüidades e excessos, contrário ao ‘menos é mais’ de Mies Van Der Rohe. Tal qual sua análise morfológica de Las Vegas, a forma arquitetônica é analisada a partir de um recorte que compreende forma a partir de sua possibilidade de comunicação simbólica imediata, destituída de uma historicidade construída no espaço. A compreensão da forma arquitetônica como um produto cultural, que delimita práticas sociais inclusive, são substituídas por um entendimento da mesma como uma estrutura visual produzida a partir de um programa de ações. Não é a toa que os exemplares usados por Venturi para expressar

⁷ Outro livro que dá extensão desse tipo de olhar sobre a cidade, e que até hoje se encontra difundido em escolas de arquitetura e urbanismo, é A Imagem da Cidade de Kevin Lynch. A partir de certos recortes referenciais genéricos a qualquer cidade, Lynch lança a compreensão da mesma a partir de sua imagem e estruturas espacializadas como nós, ou encontro de ruas, por exemplo.

tal complexificação arquitetônica remontam o período maneirista, no século XVI, negando a arquitetura racionalista moderna abstrata de Le Corbusier e Walter Gropius. De uma forma que concatena programas e ações ao longo do tempo, a arquitetura é reduzida por Venturi à sua componente projetual básica, a forma. Num segundo momento, tal análise dada por ele da forma arquitetônica é ainda mais reduzida pelos arquitetos à uma compreensão da forma como imagem destituída de ação que a anima. Portanto, volta-se a uma racionalidade moderna ainda que travestida de uma nova imagem.

Em 1977, quando da escrita da 'nota a segunda edição' de seu livro Complexidade e Contradição em Arquitetura, Venturi percebe sua redução da análise arquitetônica a questões formais, assim como reconhece a mesma fonte analítica de que seus dois livros são frutos:

"Desejaria atualmente que o título tivesse sido *Complexidade e Contradição em forma arquitetônica* (...). No começo dos anos 60, porém a forma reinava soberana no pensamento arquitetônico, e a maior parte do pensamento de teoria arquitetônica concentrava-se, sem dúvida, nos aspectos da forma. Os arquitetos, então, raramente pensavam em simbolismo na arquitetura, e as questões sociais só passaram a dominar na segunda metade dessa década. Mas, em retrospectiva, este livro sobre a forma em arquitetura complementa nosso enfoque sobre o simbolismo em arquitetura, muitos anos depois, em *Learning from Las Vegas*." (VENTURI, 1996: XXIX).

Em ambos os casos, a forma arquitetônica, do modo como é analisada por Venturi, é uma destituída de história e espaço socialmente vivido, construída a partir do programa, definida pelo uso cotidiano e produtora de uma experiência estética, na medida que reduz a arquitetura a seu simbolismo imediato. A arquitetura de Venturi se consolida como uma imagem cuja forma ainda remete à racionalidade moderna, servindo a um mesmo propósito: a criação de um ambiente estético favorável para a plena (re)produção de relações intermediadas pelo capital. A análise de Venturi compreende a obra arquitetônica como um produto cultural, não como parte de um processo histórico-cultural.

Na mesma época, apesar de fora do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo, mais especificamente nas artes, algumas experiências se mostram de interesse. Os situacionistas⁸ que através de seus mapas psicogeográficos e derivas sem rumo pelas

⁸ Os situacionistas, ou a "(...)Internacional Situacionista - grupo de artistas, pensadores e ativistas - lutava contra a espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a

metrópoles européias assinalam, junto a outras manifestações como as do grupo Fluxus⁹, com performances, músicas e trabalhos de land art, não apenas uma nova maneira de atuar sobre o espaço vivenciado, mas também um novo conhecimento sobre a percepção desse através do cotidiano. O espaço analisado e intervindo por essas correntes artísticas não se restringem apenas às formas construídas, mas em sua constituição dentro do imaginário coletivo e individual da população e percepção pelo uso. Suas intervenções pretendiam subverter o uso de certos espaços a partir da inserção de novos programas e eventos nos mesmos. No caso do Brasil, nos anos 70, Hélio Oiticica se mostra exemplar, ao incorporar o corpo brasileiro formado espacialmente nas favelas como base para seus projetos de arquitetura incorporada, e não mais um corpo padrão tal qual o módulo corbusiano colocava. Repensa o espaço a partir não apenas de sua produção, mas da recepção pelo usuário via corpo. Ao se mudar para uma favela a fim de ter um contato maior com esse brasileiro e aprofundar seus estudos sobre o corpo, reloca não apenas o seu corpo em sua relação com o espaço circundante, mas repropõe uma nova relação entre arte e vida mediada pela experiência estética corporalizada na dança com o Parangolé, uma de suas mais conhecidas criações.

A partir desse mesmo entendimento de cidade baseado não no espaço visto, mas no vivido, alguns autores encontraram um novo campo de compreensão do organismo urbano. O arquiteto Aldo Rossi e sua teoria dos fatos urbanos (ROSSI, 1998), Jane Jacobs e seus relatos sobre bairros de Nova York (JACOBS, 2003) e Bernard Tschumi em seus 'advertisements' (TSCHUMI, 1995) são alguns autores e recortes que, através do uso do espaço pelos usuários e os vestígios deixados por ele na arquitetura e no espaço socialmente criado do urbano, repensam a cidade através de seus processos de produção de sentido e de uma vivência em espaços e tempos específicos. Propõe-se uma nova maneira de se pensar a

passividade. O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente o da cultura. O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas foi uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, da produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna.”

(JACQUES, 2003: 13).

⁹“(…) o grupo Fluxus configurou-se como uma comunidade informal de músicos, artistas plásticos e poetas radicalmente contrários ao *status quo* da arte. (...) As várias heranças do grupo são notórias: quanto ao futurismo, o relacionamento das dimensões que separavam ancestralmente a arte da vida e a orientação para a síntese das artes; no que concerne a Dada, o seu choque com os dominantes hábitos da sociedade burguesa, em insólitos caminhos de liberdade, a partir da demolidora filosofia anárquica, tendo Duchamp como guia conceitual; no que diz respeito ao construtivismo pós-revolucionário do grupo fundado por Vladimir maiakóvski em 1923 (dissolvido em 1925 e restaurado em 1927), a linha ideológica de criação coletiva. Somavam-se as incidências posteriores e de forma notável e do ensinamento do indeterminismo e do acaso de John Cage em Black Mountain College e na New School of Social research de Nova Iorque, assim como a influência de austeridade zen, central ao compositor.” (ZANINI, 2002: 11).

cidade, não mais só a partir de sua materialidade, mas também dos eventos que animam tais formas arquitetônicas.

Na mesma direção em que a arquitetura, urbanismo e a arte tentam uma compreensão da produção do espaço alternativo àquela caracterizada pela racionalidade moderna, o tipo de visão de planejamento urbano vinculado apenas ao desenho do arquiteto/urbanista e subsidiada pelo *welfare state*, projetista, articulador e financiador da maioria das intervenções na produção do espaço, sofre inúmeras críticas, tanto em relação aos projetos como às idéias e objetivos em si. Na visão de Souza, essa crítica, de cunho principalmente marxista, se caracterizava pelo fato da dimensão urbana não ser tratada nem como politizada, nem como historicizada ao ser problematizada. O espaço urbano, do ponto de vista projetual, tomava existência no plano como uma abstração irreal e não vivenciada. Entretanto:

“(...) críticas (...) começaram a avolumar-se na esteira tanto de uma certa frustração com os resultados de uma intervenção estatal em geral – nem sempre capaz de cumprir a promessa implícita, de espírito Keneyiano, de evitar crises e, por assim dizer, salvar o capitalismo de si próprio – quanto de um enfraquecimento das bases materiais do planejamento típico dos *welfare states* dos países capitalistas centrais: o crescimento econômico e a capacidade de investimento e regulação do estado” (SOUZA, 2003: 30).

Num segundo momento, a partir dos anos oitenta, com o enfraquecimento e desgaste do Estado do Bem Estar social devido à sua impossibilidade em assumir responsabilidades sem isso significar um gasto político-econômico maior, o poder público diminui seu poder interventor no espaço e se torna mínimo, fazendo com que o capital privado tenha maior espaço para crescer e assumir suas responsabilidades, influenciando mais decisivamente ainda a produção do espaço, só que agora sem intermediadores que trabalhavam em prol do bem-estar coletivo e público. Tal mudança faz com que haja uma mais fácil adaptação do Estado à realidade urbana para o qual os críticos marxistas chamavam a atenção¹⁰. A sofisticação, adaptação e flexibilização do sistema às novas necessidades do capital, explicitadas por HARVEY (1997) no período denominado Pós Fordista ou da Acumulação

¹⁰ Interessante observar como ARANTES (2000a) percebe tal mudança de paradigma, do estado do bem estar social para o estado capitalizado e privado a partir dos movimentos de contestação do *status quo*. Ao mesmo tempo em que, nos anos 60 e 70, Situacionistas, marxistas, e mais especificamente no campo da arquitetura, Venturi, Tschumi, Jacobs, Rossi e diversos outros autores publicaram livros, projetos, propagandas e outras formas de mídia a respeito da desconsideração do ambiente urbano e a necessidade de um novo olhar sobre o mesmo, o poder público e o setor privado assimilaram tais ponderações e tomaram-nas de assalto, espetacularizando-as, tal como Debord coloca. Tal movimento de cooptação dessa compreensão é colocada por Arantes como ‘cultural turn’ e é caracterizada por ela como o momento em que o termo cultura é alçado à moeda de valor de troca e lucratividade.

Flexível, se faz mais presente e eficaz na medida em que o urbanismo não se associa mais à arquitetura somente, mas também a outras áreas, formando o planejamento urbano, multidisciplinar e abrangente da toda a produção do espaço, por princípio¹¹. Esse planejamento tem a capacidade de dar maior raio de abrangência às ações empreendidas pelos organismos vinculados ao estado e outras formas de poder na medida em que espaço não é entendido apenas como materialidade física, mas também produto de variantes sociais, culturais, econômicas e políticas num período histórico. Tal compreensão da dinâmica da produção do espaço se faz a partir desses organismos e do reconhecimento da existência de outros produtores do espaço, tanto os que o vivenciam passivamente quanto os que subvertem a concepção espacial projetada, cotidianamente, independentemente de seu grau de organização. Tal percepção, mais acurada e perspicaz, produz um novo tipo de estratégia de ação sobre o espaço, flexível e ágil, vinculada ao planejamento urbano, que é a gestão¹² – termo “há bastante tempo estabelecido no ambiente profissional ligado à administração de empresas” (SOUZA, 2002: 45). Essa modalidade é espacial e territorialmente mais flexível, dinâmica e inclui a participação dos cidadãos. Como coloca Carlos Vainer, o trinômio cidade – mercadoria – empresa se torna quase uma relação de equivalência na medida em que os parâmetros de produtividade dos três é o mesmo: geração de capital e manutenção cultural do estado das coisas.

“O contexto do *welfare state*, em que o estado intervencionista aparecia como um dos alvos preferenciais, cedeu lugar a uma conjuntura muito mais ‘darwiniana’, em que o estado tornou-se mais frágil, as contradições tornaram-se mais explícitas e os direitos sociais vêm sendo erodidos. Se, antes, os planejadores eram criticados por contribuírem para a reprodução do *status quo*, comumente de maneira apenas *indireta* (e não plenamente consciente), por terem que ir, muitas vezes, contra os interesses imediatos de frações do capital, agora eles passam a dar suporte *direto* (e muito consciente) aos interesses capitalistas” (SOUZA, 2002: 32).

Do ponto de vista do planejamento urbano, num contexto visando a produção de consensos coletivos acerca da participação popular na construção política da cidade como coloca Carlos VAINER (2000), as intervenções espaciais são mais adaptáveis e sofisticadas

¹¹ Para SOUZA (2002), o urbanismo é um ramo dentro do planejamento urbano, sendo que o segundo contém o primeiro. Um exemplo, ao discorrer sobre o Urbanismo Moderno, seja a partir de Le Corbusier ou qualquer outro arquiteto moderno, é a sua inserção dentro de uma noção de ‘planejamento físico-territorial clássico’, abrangendo idéias-chave como ordem e racionalidade.

¹² Sobre a distinção e complementaridade entre planejamento e gestão urbanos, conferir SOUZA (2002). O autor explicita, ao longo da obra, a relação entre planejamento e urbanismo, sendo que o último se acha inserido dentro do primeiro, desde sua gestação no Brasil, início do século XX, até os anos 90, quando se torna mais flexível e adaptável às diversas mudanças no espaço com o advento do conceito de gestão urbana.

quando entendidas como aparelhos de diluição das tensões decorrentes das contradições produzidas e inerentes ao próprio sistema capitalista no espaço. Se as relações de produção só existem e se reproduzem, como coloca Lefebvre (1978), pela manutenção constante das contradições inerentes ao sistema, quaisquer aparelhos de controle visam, então, a continuação dessa mesma contradição – as chamadas ‘crises’, seja da habitação, da violência, do transporte, ou qualquer outra – atenuadas e diluídas na própria condição urbana. Essas crises, sempre sobre e a partir da cidade, podem ser entendidas como movimentos de flexibilização e adaptação sistêmicas.

Assim sendo, se no início do século XX, a compreensão do espaço era uma reduzida pela racionalidade moderna a materialidade, na contemporaneidade, a realidade é entendida numa dimensão multidisciplinar, espacial e temporal. Coerentemente ao colocado, hoje, as intervenções no espaço tem como base a construção de vivências outras, numa rotina caracterizada por um estado total de deslumbramento e “frenesi Disneylândico” operacionalizado pelo espaço do parque (arquitetura) e pelo marketing em torno do lazer (publicidade). Dentro da mesma lógica, para o arquiteto/urbanista, a responsabilidade continua a ser a mesma: construção de um cotidiano outro, que liberte a pessoa de vínculos não produtivos e amarre-a a um sentido de vida intermediada pelo capital, espacialmente vinculados a uma estética cotidianamente travestida de espremedores de laranjas únicos de designers consagrados como Phillip Starck, ou de parques temáticos como o Museu Guggenheim – hoje, utensílio obrigatório em casas de Yuppies e marca arquitetônica e artística (?) que toda cidade aspira a ter como impulsionadora e sinônimo de desenvolvimento urbano e financeiro, respectivamente.

Por outro lado, no Brasil, surgem também outros tipos de iniciativas planejadoras que não se encaixam em um perfil mercadológico. Desde o final da década de 70 e início dos 80, coincidente com o período de abertura política após mais de 20 anos de Ditadura Militar, há a emergência de um tipo de planejamento dentro do poder público que aprende a assimilar a participação popular. Nos anos 90, tal planejamento é alçado num plano nacional, conferindo-lhe um lugar dentro das políticas públicas estatais. Tal exercício de planejar e gerir a cidade em acordo com a população têm como exemplo mais fértil os orçamentos participativos.

Ao mesmo tempo, dentro do poder público, a atuação do arquiteto e urbanista, por sua vez, se amplifica na medida em que esse profissional ocupa, cada vez em maior número, cargos em secretarias e gerências vinculados ao urbanismo, planejamento e, mais atualmente, gestão urbanas, seja dentro de governos federais (vide a criação do Ministério

das Cidades em 2002, e suas secretarias de mobilidade, planejamento e políticas urbanas, entre outras, por exemplo), governos estaduais, prefeituras e/ou instituições de planejamento e gestão urbanos vinculados ao Estado, como prestadores de serviço. Para que esse profissional pense e, principalmente, aja sobre o espaço urbano em uma dimensão coletiva e pública é, na grande maioria dos casos, condição primordial que ele se ache financiado e/ou contratado pelo poder público.

Caso não esteja vinculado ao estado, a maior probabilidade de ação do arquiteto/urbanista sobre o espaço da cidade se dá através de concursos direcionados, que estendem normalmente o convite a sociólogos, engenheiros ambientais e de outras especialidades, a fim de dar um escopo multidisciplinar e abrangente do seu objeto de estudo e proposição. Entretanto, esses mesmos concursos, na grande maioria das vezes, colocam o Estado ou outros grandes agentes como uma esfera virtual de discussão, visto que os interesses deste não ficam explicitados nos editais e não há contato entre esse e os participantes. Ou seja, são tratados como uma probabilidade e não como realidade, com interesses e dinâmicas próprias. Aos vencedores de concurso são dados, normalmente, os prêmios em dinheiro e o vislumbre, pouco provável, de que sua intervenção seja sequer realizada ou feita como foi projetada visto as deturpações que essa sofre ao longo do processo de articulação, financiamento e construção como mudanças políticas, administrativas, financeiras entre outros dentro do próprio Estado, por exemplo.

Portanto, para a grande maioria dos arquitetos, ou se está dentro do aparelho estatal, ou se está fora da esfera de poder de decisão sobre a ação no espaço da cidade.

Por outro lado, há profissionais que lidam com os espaços social, cultural, político e econômico produzidos no urbano que, mesmo desvinculados do poder público e por vezes financiados por empresas buscando, por exemplo, o rótulo de 'Empresa com Responsabilidade Social'¹³, acham condições para o desenvolvimento de propostas de ação sobre o ambiente da cidade. São eles psicanalistas, sociólogos, economistas, demógrafos, profissionais formados em Serviço Social, advogados e, na minoria das vezes, arquitetos/urbanistas. A maioria desses constróem conjunturas que não só redefinem o

¹³ Vide o Guia Exame de 2004, com o título de Boa Cidadania Coporativa. Neste número, é alencada uma lista de 800 ações sociais nas mais diversas áreas, passando por geração de renda, cultura, meio ambiente educação e saúde, por exemplo. As empresas patrocinadoras destas ações buscam se afirmar na sociedade através da vinculação de seu capital simbólico a causas mais humanitárias e coletivas. Afirmando-se social e culturalmente dentro da sociedade apoiando-se em causas politicamente corretas garante, tanto um ingresso destas no ranking com as 10 empresas modelos de responsabilidade social durante o ano, na revista, assim como afirmar-se como empresa preocupada com a vida das pessoas.

próprio campo de atuação de sua profissão assim como se utilizam dessa condição para propor novas estratégias de abordagem sobre os problemas enfrentados.

A partir dessas novas circunstâncias criadas, são numerosos os exemplos destas novas possibilidades de geração de conhecimento sobre a ação no espaço, assim como a produção de um novo repertório intervencionista. Portanto, uma nova relação entre teoria e prática.

No campo da arte, por exemplo, nos anos 90, experiências gestadas nos anos 60 e 70 no Brasil e no exterior, ao serem recontextualizadas, estabelecem uma nova prática pautada na explosão da obra de arte para fora dos limites institucionais do museu através de exposições, mostras e eventos que tem a cidade como palco e personagem central a partir de onde a obra se faz. Um exemplo dessa nova possibilidade de relação é o Arte/Cidade em São Paulo que, em suas edições, propõem um novo olhar sobre a cidade, uma nova dimensão de engajamento para a prática urbana e novos parâmetros para repensar, via arte, o espaço da cidade.

Um outro exemplo que pode ser bastante esclarecedor são os trabalhos multidisciplinares, como o do livro Maré: Vida na Favela, na Favela da Maré, o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro. Nele, há um ensaio fotográfico, transcrição de algumas entrevistas com moradores e descrição de uma experiência de uma companhia de dança contemporânea formada em seu interior. É lançado um novo olhar sobre o cotidiano da favela de um ponto de vista a partir de dentro do espaço da mesma. Essas experiências tentam, mais do que explicar o que acontece, entender e lançar uma nova maneira de representar, documentar e possibilitar operações espaciais a partir das relações intracorporais tanto individuais como coletivas.

Outra obra que, apesar de ser exterior, Estados Unidos e Canadá, pode dar uma extensão das novas possibilidades engendradas a partir de uma independência com relação ao Estado, indo inclusive contra ele a fim de ganhar autonomia espacial, é o livro Geographies of Resistance. A partir de diversas experiências em vários campos do conhecimento autores diversos enumeram e discutem, através de exemplos em países periféricos como Nigéria e Nepal, assim como centrais, caso da Austrália, de como é possível, fora do Estado, obter ganhos reais de cidadania objetivando uma diferente maneira de se reproduzir as relações humanas, embora inserido dentro de um contexto ideologicamente globalizado e capitalista. Seja o fato de grupos e movimentos anti-violência na Nigéria conseguirem ganhos consideráveis ao discutirem tal violência com a sociedade, ou a aceitação de casamentos homossexuais na Escócia, novas maneiras de se pensar a

sociedade urbana são geradas assim como um novo espaço de discussão de assuntos importantes para a comunidade. Aqui, os intelectuais têm um papel não apenas de teorização após a prática espacializada, mas a possibilidade de esclarecer e participar desses ganhos.

Contudo, no campo da arquitetura e urbanismo, a ampla maioria de seus profissionais, desde que estudantes recém-ingressados no Curso, já têm definidos tanto a imagem do profissional e o campo de atuação, como, durante sua formação acadêmica, as metodologias e procedimentos básicos de aproximação sobre um problema a fim de torná-lo arquitetônico e/ou urbanístico.

“As Escolas de Arquitetura tem contribuído na sustentação, ao invés da construção de uma ponte sobre o vazio (entre arquitetos e não arquitetos), na medida em que se concentraram, principalmente, num treinamento a fim de colocar os estudantes dentro da profissão e não de construtivamente reformá-la. Assim como o *rito da passagem* que transforma o mero usuário do ambiente construído em tanto usuário como projetista, o treinamento arquitetônico consiste na adoção de certos gostos estéticos assim como em certas suposições a respeito do papel do arquiteto na sociedade. Como David Canter diz, o treinamento arquitetônico ‘é dirigido para estudantes esvaziados de seus pontos de vista pessoais a fim de educá-los numa orientação abstrata mais remota de suas profissões’ (CANTER, 178). Finalmente, então, aqueles que se tornam arquitetos tendem a compartilhar as noções dos professores em grande parte enquanto aqueles que tentam se diferenciar não irão, provavelmente, graduar, construir ou influenciar as gerações futuras. Dessa maneira, o vazio é auto-sustentável e auto-perpetuado” (ELLIN, 1999: 243-244).

Isso se deve a uma estratégia geral consolidada ao longo do século XX. Inicialmente, nos séculos XVIII e XIX, o estado se acha associado à burguesia emergente industrial, defendendo seus interesses através da adequação do espaço da cidade ao novo modo de produção urbano-industrial. Num segundo momento, durante a arquitetura e urbanismo modernos, o estado e representantes do capital privado, associado aos arquitetos como projetistas da reprodução da força de trabalho pelo desenho de um cotidiano, lapidam cada vez mais esta lógica de produção no espaço. E num terceiro, na pós modernidade, o urbanismo se associa a outras disciplinas de modo a ter um melhor entendimento, logo, controle de seu espaço metropolitano, com o mesmo objetivo. A cada passagem espaço-temporal, as variáveis crescem e se sobrepõem, no entanto obedecendo a uma mesma lógica que perpassa desde as primeiras reformas urbanísticas, a (re)produção das relações capitalistas de produção, através da ampliação e sofisticação de seus aparelhos de intervenção projetuais.

Se no início eram grandes reformas em todo o tecido da cidade de modo a construir uma modernidade totalizante, sua manutenção até atingir a pós-modernidade se caracteriza por reformas cada vez mais pontuais, que acentuem a lógica conjuntural existente cotidiana, ou seja, vivida, já estabelecida na modernidade. Assim sendo, o desenho das condições implementado pelo capital privado em associação ao Estado interventor se mantém desde a Revolução Industrial.

“Para os arquitectos, a descoberta do seu declínio como ideólogos activos, a constatação das enormes possibilidades tecnológicas utilizáveis para racionalizar as cidades e os territórios, juntamente com a constatação diária da sua dissipação, o envelhecimento dos métodos específicos do projectar, mesmo antes de poder verificar as suas hipóteses na realidade, geram um clima de ansiedade que deixa entrever no horizonte um panorama muito concreto e temido como o pior dos males: o declínio do ‘profissionalismo’ do arquitecto e a sua inserção, já sem obstáculos tardo-humanísticos, em programas onde o papel ideológico da arquitetura é mínimo. (...)” (TAFURI, 1995: 120).

A arquitetura, urbanismo, planejamento e gestão urbanos, em sua relação com o espaço, são compreendidos e praticados, hoje, como locais por onde perpassam outras esferas do saber que envolvem não somente procedimentos projetuais e estéticos. As discussões acerca dessas práticas de atuação no urbano abrangem também o seu campo de atuação, sua relação com as diversas esferas de poder, seus procedimentos espacializantes e sua responsabilidade e posicionamento político frente ao sistema em que foi destinada ou cooptada a servir. Esse, então, é o horizonte a ser perseguido nesse trabalho: uma crítica das relações de produção do espaço, tomando como recorte norteador e exemplar da condição urbana contemporânea a relação entre a produção do espaço da cidade de Belo Horizonte e a praça Sete de Setembro, no centro da cidade.

Nessa introdução, através de um recorte cronológico, buscou-se uma reconstrução das compreensões dadas pelas práticas arquitetônico-urbanísticas na produção das cidades ao longo do século XX até o presente momento como catalisadoras de uma modernidade (e pós modernidade) em constante desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a partir de um olhar crítico sobre as ações contemporâneas sobre o espaço, tanto dentro como fora do Estado, arquitetônicas ou não, vislumbrou-se uma produção diferenciada das relações de produção capitalistas no espaço a partir de recortes de atuação e espacialização de outras disciplinas como a arte e geografia, por exemplo.

No primeiro capítulo serão lançadas as bases conceituais para se pensar o processo de construção de relações sociais e de sentido no espaço a partir dos agentes produtores do mesmo: seu grau de organização, autonomia, e produção espacializada. Tomando como princípio as práticas de produção do espaço, tanto dentro como fora do Estado, percebidas na cidade contemporânea, serão explicitadas a formulação de três conceitos norteadores para se pensar o espaço e as modalidades de atuação sobre o mesmo: (F)ormalidades, (INF)ormalidades e (REF)ormalidades.

No segundo e terceiro capítulos, será abordado o espaço da cidade de Belo Horizonte a partir dos interesses e produção espacializada dos agentes que a conformam: o governo, do municipal ao federal - o mercado de terras, organizações, associações e indivíduos. Pretende-se pontuar em que ponto o poder público e capital privado se amalgamaram, em detrimento da população belorizontina e suas demandas, assim como quais foram as estratégias e procedimentos de atuação no espaço vivido criados pelos mesmos ao longo da história da cidade. Ao mesmo tempo em que se faz um movimento de aprofundamento acerca desses procedimentos urbanísticos e arquitetônicos, afunila-se o eixo espacial de análise crítica de Belo Horizonte e de sua região metropolitana em direção a Praça Sete de Setembro, compreendido aqui como um microcosmo da questão urbana analisada. Tal crítica se fará considerando, ao longo dos mais de cem anos de existência da cidade, a emergência e consolidação de um novo tipo de condição e experiência espacial, uma nova sensibilidade urbana. Ao mesmo tempo, recortando tal análise, será feito o uso dos conceitos anteriormente construídos no primeiro capítulo.

No quarto capítulo procurar-se-á desvendar, a partir do concurso BH Centro de 1989 para requalificação da praça Sete de Setembro e da região central de Belo Horizonte até a realização da mesma, em 2003, quais foram as conjunturas criadas dentro do poder público a fim de criar as condições para que tal construção acontecesse, independente da opinião e julgamento da sociedade civil, organizada ou não. Além disso, será feita uma crítica do projeto urbanístico e arquitetônico construído em 2003. Portanto, serão analisados não apenas o produto, que é a partir de onde se vive a rotina da cidade, mas também o processo de produção que envolve desde as relações criadas dentro do Estado para permitir tal obra, assim como as que se instalam nesse mesmo espaço, concordando ou subvertendo o novo projeto, durante ou *a posteriori*.

E, finalmente, no quinto capítulo, a partir da análise empreendida como um todo, de Belo Horizonte à Praça Sete de Setembro, do Estado à população, das práticas urbanísticas às práticas cotidianas não projetadas, serão abertos espaços, nas zonas de fronteira criadas

nessas dialéticas, para novas formulações e práticas articuladoras, num urbanismo permeável e mutável.

CAP 1: MARCO TEÓRICO REFERENCIAL: (F)ORMALIDADES, (REF)ORMALIDADES E (INF)ORMALIDADES

A emergência e consolidação de um novo modo de pensar, planejar e agir sobre a produção do urbano nos últimos 20 anos caracteriza-se tanto por novas modalidades de planejamento e gestão que incorporam a participação dos atores envolvidos, bem como, por vezes, de suas práticas sociais, quanto pela produção de novos espaços, das pequenas intervenções intra-urbanas aos grandes projetos imobiliários e de infra-estrutura. Se nesse contexto aparecem novos espaços e novas vivências urbanas, faz-se necessária a distinção dos agentes produtores da cidade e seu produto espacialmente vivido de acordo com seu grau de organização, autoconhecimento e produção espacial na construção de um ambiente de exercício de autonomias¹⁴, a fim de se poder cartografar e redesenhar as diferentes relações de produção espacial construídas entre atores sociais, territórios e espacializações. Apesar de interdependentes política, econômica, social e culturalmente, tais formações espaciais abrem suas idiossincrasias quando vistas de uma perspectiva ética e estética, bem como na construção de um conhecimento coletivo, real e auto-referenciado. A finalidade dessa construção teórica é abrir uma possibilidade de compreensão e ação sobre o espaço socialmente vivido que não seja estabelecido nem dentro dos limites de um estado do bem estar social, onde o poder público é o único órgão que planeja a cidade, nem do neoliberalismo atual, onde o setor privado toma as rédeas da produção do espaço da cidade segundo interesses próprios apenas, mas de um espaço entre os dois, como um terceiro lugar.

A perspectiva ética colocada acima relaciona-se à maneira como os membros de uma comunidade tomam decisões, relevando e pesando o grau de participação de cada um dos componentes e agentes sociais no processo discursivo e deliberativo a respeito dos rumos a serem tomados na produção de um espaço. SOUZA (2002), ao discutir e enumerar as possibilidades de participação da população dentro de processos de decisão sobre a cidade e sua relação com outros agentes, propõe uma variação gradativa que vai desde a participação autêntica dentro da coletividade (por exemplo, a autogestão, que demanda colaboração e

¹⁴ Sobre a construção desta autonomia – tanto do ponto de vista individual quanto coletivo –, uma referência é o livro de Marcelo Lopes de SOUZA, *Mudar a Cidade*, que baseia sua noção de autonomia no filósofo Cornelius Castoradis. Segundo SOUZA, “A sociedade autônoma visada pelo projeto castordiano não é, todavia, uma sociedade ‘perfeita’, no estilo da ‘sociedade comunista’ preconizada pelo marxismo ou das comunidades harmônicas e sem poder e conflitos idealizados por muitos anarquistas. Uma sociedade basicamente autônoma significa, ‘apenas’, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (grifo nosso)”. (SOUZA, 2002: 175).

trabalho não alienado) até a participação coercitiva, a forma mais passiva e alienada de todas. Entre esses dois tipos, há outras como a delegação de poder, parceria, cooptação, consulta, informação e manipulação¹⁵. Já o recorte estético refere-se ao ambiente espacial que os atores sociais produzem: desde os espaços massificados e destituídos de vestígios de ocupação humana construídos por grandes construtoras civis, onde o papel do usuário do espaço é mínimo, resumindo o sentido de morar ao localizar-se na cidade, até o potencializado por apropriações específicas, quando se pensa o espaço do habitar como local de invenção da vida, habitando seja o apartamento-tipo 02 quartos, ou um viaduto abandonado, ou uma calçada numa grande metrópole. O conhecimento coletivo, real e auto-referenciado diz respeito a construção de um saber originado de uma relação estabelecida entre o indivíduo e o corpo coletivo onde se acha inserido, onde o primeiro percebe as necessidades do grupo e é capaz de exercer, ainda, sua individualidade. Trata-se, portanto, de um conhecimento do espaço social e coletivamente vivido que pode vir a servir de base para a criação de uma nova circunstância, uma onde se produzam relações dilatadoras do horizonte experiencial e espacial urbanos desses corpos.

Os corpos, coletivos ou individuais, organizados ou não, dentro do espaço urbano, têm grande influência na decisão dos rumos da cidade, pois a produzem. Como SOUZA (2002) coloca, planejamento nunca foi exclusividade do poder público ou do setor privado, tanto que faz-se necessário perceber dentro de movimentos e ativismos sociais possibilidades de planejamento e ação sobre a cidade¹⁶. Um exemplo desse intrincado jogo pelo direito à cidade e sua produção são os Orçamentos Participativos, instâncias discursivas que envolvem diversos atores sociais na decisão da destinação dos recursos orçamentários municipais. Tal instrumento, hoje legitimado pelo Estado no documento federal Estatuto das Cidades como uma política pública, surgiu de um movimento social de reivindicação por participação da população em discussões municipais orçamentárias, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul¹⁷. Hoje, o OP é um palco onde a população e outros atores sociais e políticos se confrontam, sendo que a primeira se acha reconhecida como um agente produtor de espaço, o que não ocorria antes. Ser ou não organizado no momento do OP implica uma maior e mais efetiva participação em discussões de interesse público, ou numa colaboração na configuração de novas territorialidades, uma participação decisória sobre as ações do Estado e de outros agentes no urbano, ou numa voz não reconhecida, portanto silenciosa, nas discussões e decisões sobre o espaço vivido. Portanto, o grau de organização e

¹⁵ No capítulo 05, em SOUZA (2002), tais questões serão retomadas.

¹⁶ No capítulo 05, em SOUZA (2002), tais questões serão retomadas.

¹⁷ SOUZA, 2002.

autoconhecimento da força de um corpo enquanto representação de uma coletividade pode vir a influir na tomada de decisões quanto a cidade, gerando possibilidades de reconhecimento frente a outros atores, e ter como conseqüência uma real participação de pessoas, normalmente excluídas, nos fóruns de discussão e deliberação sobre a produção da cidade.

Ao mesmo tempo, é preciso compreender que tais formações, individuais e coletivas, bem como seu espaço social produzido, não são categorias estanques e imutáveis. Com base em estratégias e conjunturas desenhadas por certos agentes com o intuito de fazer os interesses de uma formação se sobreponem às outras, abrem-se possibilidades de se pensar o espaço, bem como as práticas e agentes que o produzem, como entidades fluidas e dinâmicas, flexíveis às mais diferentes variações, mudanças e necessidades. Uma comunidade pode vir tanto a compactuar como a contradizer o poder público ou o setor privado de acordo com suas necessidades, criando circunstâncias para que suas reivindicações sejam ouvidas e atendidas. Daí, comunidades e associações podem vir a ganhar uma representatividade maior dentro do aparelho estatal, ou criar novos canais de comunicação com o poder público, como o OP que surgiu como uma proposta da população, ou se utilizar de empresas atrás de uma legitimação da população a fim de se tornar uma “empresa de responsabilidade social”. Da mesma maneira, o setor privado estabelece relações com o poder público a fim de fazerem valer suas vontades seja dentro de secretarias ou licitações públicas, assim como construindo um consenso com a população da necessidade de certa intervenção através de publicidade, construção de escolas e creches em regime de contrapartidas sociais, entre outros.

Partindo da premissa de que o espaço é produzido não só a partir de sua concepção, em projetos de órgãos de planejamento, por exemplo, mas também a partir de processos sociais, econômicos e políticos que o animam, é necessário afirmar que as disputas de poder por participação na decisão de rumos da cidade são apenas parte da problemática. Do mesmo modo que os processos de disputa pela hegemonia na concepção de um certo espaço se estabelecem tanto dentro como fora do Estado, em instâncias de decisão e de acordo com os mais diferentes interesses, o espaço produzido também. Ou seja, tal hegemonia se faz por uma prática, espacial, que sobrepõe uma tensão entre os mais diferentes interesses, espacializados também. Ao reivindicar e conseguir, dentro dos aparelhos do poder público, aprovação para determinado projeto, isso não significa que tal tensão foi atenuada ou mesmo eliminada. Para efetivar tal conquista, uma sobreposição sobre outros interesses, é necessário um esforço cotidiana e espacialmente exercido. Enquanto estado e capital privado produzem

operações no espaço, e espaço, que tentam congelar o cotidiano vivido numa cultura projetada *a priori*, a população subverte tais projeções pelo uso do mesmo. E vice versa, pois a população que usa e territorialmente domina certo espaço, normalmente vê-se a perigo quando sob os olhares de um mercado imobiliário interessado em novas terras para lotear e vender ou da necessidade de alargamento das vias da cidade, por exemplo. O espaço é produzido dentro de um processo histórico e dialético concomitante com os mais diversos interesses dos mais diferentes agentes sócio-espaciais.

Contudo, compreendendo a produção do espaço como uma dialética em fluxo intermitente, depreende-se que um novo espaço foi gerado a partir desse conflito, um espaço onde os diversos atores sociais convivem em constante impasse de interesses. Portanto, uma outra vivência espacializada foi produzida. É nesse ponto que, ou o estado e/ou capital privado, através de estratégias, produzem um novo espaço de modo a atenuar tais conflitos, sobrepondo-se a eles, gerando consensos, ou a população subverte tal projeto, apropriando-se do espaço projetado novamente. Tem-se aí um impasse cíclico e dialético entre a consideração da cidade como produto, portanto, gerador de relações de produção baseadas na produção de um capital cultural totalizante e consumível, e como obra, onde a história cristalizada no espaço vivido rotineiramente pela população determina experiências éticas e estéticas específicas.

Entretanto, compreender tal movimento dialético dentro e fora do Estado como princípio básico para geração de novos procedimentos de produção de um novo espaço, e não apenas como movimentos contrários à força do capital mas de (re)construção de seu próprio sentido¹⁸, faz-se necessário a fim de construir um outro espaço. Tal espaço não é de domínio exclusivo do capital, embora possa estar a ele associado, nem de uma coletividade, mesmo que o uso por parte dela possibilite a permanência desse como um espaço dado a práticas cotidianas localizadas. Esse território, permeável tanto um como ao outro e que se constrói nesse movimento intermitente e conflituoso, tem a possibilidade de fazer com que os enclaves inerentes à cidade se tornem espacialmente vivenciados de uma nova maneira, produzindo, por sua vez, novas relações de produção no/do/pelo espaço.

Considerando a potencialidade para a produção de um novo espaço de atuação e de vivência intrínsecos ao organismo urbano, LEFEBVRE (1991) ao analisar a dominação do capital e as relações por ele perpetradas contínua e repetidamente na vida cotidiana, sinaliza

¹⁸ CANCLINI, em seu livro *Consumidores e Cidadãos*, aponta para tal compreensão do ato de consumir como algo mais complexo que o comprar somente, ao colocar que nos processos de consumo há reivindicações que vão além da necessidade pelo supérfluo. O autor coloca que tal vontade de consumo é também uma vontade de reconhecimento por parte da sociedade. Ele a compreende como uma reivindicação por cidadania, por inserção social.

que a saída, ou abertura, em direção a uma vivência não-alienada está contida na vida urbana, lugar de uma potencial emancipação. Essa vida urbana, lugar do encontro entre uma racionalidade economicista e a apropriação de sentido das coisas pelo imaginário, é espaço da transformação e construção de um outro espaço. Portanto, compreender a vida urbana como conjunturas provisórias em constante construção de possibilidades de autonomias:

“(...) o *não fechamento* foi demonstrado. Não há um sistema único, absoluto, privilegiado, mas subsistemas; entre eles, rachaduras, buracos, lacunas. Não há convergência de formas; elas não chegam a encerrar o conteúdo. Nem a reduzi-lo. O *irredutível* se manifesta depois de cada redução. Necessária ao procedimento científico, a redução se revela provisória, momentânea, relativa, trazendo um procedimento ulterior.” (LEFEBVRE, 1991: 200).

Assim sendo, são propostas três categorias organizacionais e sócio-espaciais a fim de lançar uma nova compreensão de como se constróem as relações espaciais, e sua espacialização, tanto dentro como fora do Estado. Por outro lado, ancora-se tal construção teórica também na viabilidade da geração de um novo espaço a partir de uma nova maneira de se atuar no mesmo. Essas categorias são: (F)ormalidades, (INF)ormalidades e (REF)ormalidades.

As (F)ormalidades são formações sociais, econômicas, políticas e/ou culturais já reconhecidas normalmente pelo Estado e sociedade civil como bancos, instituições privadas, grandes, pequenas, e micro-empresas entre outros. Podem ainda se reagrupar em Associações, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) ou Sindicato dos Construtores (SINDUSCON), ambas de Belo Horizonte, por exemplo. O objetivo dessa fusão é uma maior participação e influência de poder de decisão nas discussões frente a diversos assuntos de interesse. Nesse sentido, o poder público, sejam prefeituras, secretarias, governos estaduais e federais, podem ser considerados (F)ormalidades. Tais órgãos possuem interesses próprios, se constituindo a partir de uma relação de forças internas onde se apresentam confrontos entre vereadores, prefeitos e secretarias, cada um com interesses partidários, políticos, econômicos e individuais próprios.

As (F)ormalidades têm grande participação decisória sobre as mudanças e rumos do planejamento do espaço em termos macropolíticos, pois a economia de uma cidade, normalmente, depende da eficiência e produtividade de infra-estruturas controladas por elas. Quando representantes do capital privado, a (F)ormalidade é a que tem, geralmente, maior influência sobre o Estado, bem como em seu aparelho, sejam em secretarias e/ou

gerências de uma prefeitura, por exemplo. Normalmente, conseguem exercer seu poder devido ao seu peso político e econômico dentro da economia política do espaço como um todo.

O espaço produzido pelas (F)ormalidades são gerados a partir de uma lógica que envolve não somente um modo de produzir, mas também a criação de um ambiente esteticamente experienciado cuja função é catalisar a (re)produção das relações de produção capitalistas desde um nível macropolítico até um micro, das pequenas narrativas cotidianas. Para a (F)ormalidade, a população é sempre uma forma coletiva, constituída de individualidades que concordam e discordam dela, mas que podem vir a trabalhar em prol de uma reprodução eficiente e celerada de capital. Tais organismos produzem espaços como viadutos, por exemplo, que são especializações do domínio extensivo do escoamento e circulação do capital privado sobre a cidade visto a necessidade de se mover os produtos e a força de trabalho, trabalhadores, de modo rápido e eficiente de um ponto a outro. Entretanto, ao mesmo tempo, não tem controle sobre o uso que se faz, por exemplo, dos baixios do mesmo viaduto, normalmente apropriados pelos sem-teto. Para a (F)ormalidade, o viaduto é um meio espacializado de se reproduzir uma lógica de produção e não um espaço que é vivenciado. A questão colocada para tal espaço produzido reside em sua possibilidade numérica reprodutiva a ser gerada e não no contexto real gerado e vivenciado.

(INF)ormalidades são agentes produtores do espaço sem/com consciência crítica de que, coletivamente, fazem parte de um grupamento de produtores espaciais com um lógica de relação com o espaço urbano em comum. O fato de serem independentes em relação aos grandes produtores do espaço, visto que não se encontram associados a nenhum tipo de instituição como o Estado ou a iniciativa privada, como empresas de grande ou pequeno porte, gera uma autonomia de ação no urbano. Portanto, produz um espaço de acordo com suas necessidades, independente dos grandes agentes produtores do espaço, quando não contradizendo os mesmos, tomando partido de sua capacidade de transmutação e sobrevivência em interstícios e vazios urbanos, por exemplo. Essa independência faz surgir um embate diário e rotineiro com a (F)ormalidade espacializada: moradores de rua adaptando uma barraca, apoiado-a em frente a edifícios institucionais e em locais proibidos, ou uma praça pública recém revitalizada pelo Estado em parceria com o capital privado sendo ocupada por sem-tetos, como será visto adiante, ou pessoas habitando os baixios dos viadutos, infra-estruturas de circulação da cidade que pertencem ao governo e servem ao escoamento de mercadorias e pessoas. No caso dos viadutos, por exemplo, o espaço da casa, devido à situação social, espacial e econômica de seus moradores, caracteriza-se

estruturalmente por ser material de 'segunda mão' e o fato de terem sido feitas por eles próprios. Além disso, refaz do viaduto, espaço para trânsito de veículos, um espaço também para a permanência e habitação.

Tais (INF)ormalidades podem não pertencer a nenhum tipo de (F)ormalidade socialmente reconhecida (como Associações ou qualquer outra), ou ter um vínculo meramente assistencialista com as mesmas. Do ponto de vista da produção de um conhecimento coletivo e autoreferenciado em sua própria situação, sua capacidade de articulação e autonomia é diferenciada tendo em vista suas especificidades. Se para a (F)ormalidade, autonomia e articulação significa decidir os rumos de determinadas partes da cidade através de projetos e políticas públicas legitimadas pelo Estado, para a (INF)ormalidade, tais relacionamentos ocorrem em outros níveis, como na construção de abrigos, na apropriação de vazios urbanos, entre outros. No primeiro, há uma relação de poder que se dá a partir dos grandes agentes produtores da cidade, e no segundo, através do cotidiano.

Entretanto, o que diferencia as (INF)ormalidades é sua relação com outras formações sócio-espaciais e organizacionais. Mesmo com consciência crítica de que fazem parte de um grupo social, a (INF)ormalidade não consegue, por ser atomizada e não legitimada pelo Estado, visto que não é uma associação ou organização, mas um ajuntado de pessoas, se relacionar direta e de forma equivalente às outras formações. Se é um grupo de atores sociais, ou apenas um indivíduo, não é a questão principal, mas sim sua incapacidade operacional de se relacionar ao poder público e iniciativa privada, por exemplo, igualmente, visto que não são legitimados pela sociedade. Para tanto, empresas e poder público sempre criam medidas e políticas, e conseqüentemente, espaços, assistencialistas a essas formações, considerando-os destituídos de uma possibilidade intrínseca de autonomização. Normalmente, são cooptados para dentro da (F)ormalidade a fim de respaldá-la, assim como sua produção espacial.

Sendo assim, entre a (F)ormalidade e a (INF)ormalidade, há um vazio que perpetua uma distância entre quem concebe a cidade e quem a vivencia rotineiramente no espaço entrópico da casa e/ou imergido na multidão que percorre as ruas. Portanto, dentro desse mesmo vazio compreende-se o aparecimento de uma possibilidade de construção de um terceiro espaço, articulador e autonomizador dessas formações através de uma experiência ética e estética de cidade que considere as relações internas a ela: a (REF)ormalidade. Tal 'outra' formação se constitui mais como uma possibilidade de relação diferenciada na

produção do espaço do que como uma instituição estanque e paradigmática que pertença a uma ou outra categoria organizacional e espacial.

(REF)ormalidades dizem respeito a um tipo de espaço e agente organizado que pode ser formado a partir de uma assimilação/cooptação das (INF)ormalidades pelas (F)ormalidades, incorporando-as à sua lógica de produção social, assim como pela necessidade das (INF)ormalidades em fazerem valer suas deliberações frente as (F)ormalidades. Portanto, a (REF)ormalidade se coloca como uma possibilidade de conjuntura híbrida entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano.

No primeiro caso, um exemplo é a maneira como o Estado e outras instituições a ele associadas assimilam (INF)ormalidades tais como os moradores de baixios de viadutos a fim de terem um uso político na posterioridade. Ao aglutinar tais formações, o Estado cria programas assistencialistas voltados a esses moradores, via gerências e/ou secretarias. Desta maneira, o poder público direciona e controla esse tipo social de acordo com interesses voltados a construção de um certo contexto e conjunturas, favoráveis ou não. Se, por um lado, legaliza a situação desse habitante da cidade, reconhecendo-o, assim como o seu espaço; por outro, institucionalmente, o faz tornar-se 'participante' - na maioria das vezes, sem presença ativa ou decisória, ou ainda, sem coesão como um grupo, pois ainda não se reconhecem ou são reconhecidos coletivamente como um - na decisão dos rumos de seu destino e da cidade através de procedimentos técnicos de planejamento e gestão aplicados pela prefeitura, por exemplo, ao ser objeto de entrevista por técnicos de alguma das secretarias.

A partir dos moradores dos baixios dos viadutos, dentro de estatísticas e assistencialismos que perpetuam uma ignorância autoreferenciada e coletiva, o Estado constrói um 'objetivo' em comum e uma estratégia básica para lidar com determinados tipos de conflitos que explodem na cidade. De exceção, o morador torna-se parte da regra, já prevista pelos procedimentos Estatais. A assimilação se transmuta em costume. Nesse caso, o objetivo da (F)ormalidade é a construção de um consenso, tendo a sociedade civil como base de lançamento, acerca do estado das coisas:

“A assimilação do comportamento consuetinário das exigências sociais e dos modismos, a qual, na maioria dos casos, é uma assimilação não tematizada, já exige para sua efetivação a espontaneidade” (HELLER, 1972: 90).

Tal fortalecimento de poder, causado pela formação de uma (REF)ormalidade, prevista pela (F)ormalidade, e dentro dela, pois ela incentivou tal formação, produz uma

situação onde o (REF)ormal se torna mais um veículo burocrático de comunicação, ou uma instância decisória, entre o poder público e o (INF)ormal, que a constitui, por exemplo. A (REF)ormalidade transforma-se em parte do problema pois torna-se mediadora, com interesses próprios, entre Estado e indivíduo, e não parte a favor do último. Os sindicatos brasileiros de operários, por exemplo, inicialmente tinham como função dar voz ao operário, ao indivíduo, indo por diversas vezes contra o interesse da organização empregatícia. Entretanto, o sindicato, hoje, através da burocratização e privatização do Estado, bem como seus acordos com os donos dos meios de produção, o patrão, se tornou mais um entrave para que o operário ou empregado possa fazer com que suas reclamações sejam atendidas ou ouvidas pelas instâncias das (F)ormalidades.

Por outro lado, algumas organizações formadas a partir de (INF)ormalidades, se utilizam dessa nova posição e novo conteúdo para reivindicar e legitimar ganhos espaciais, sociais ou de qualquer outra natureza para o grupo frente aos grandes agentes produtores do espaço (poder público e capital privado). Nesse caso, a organização visa uma melhor posição em seu relacionamento com o Estado e/ou capital privado e uma representatividade ativa e visível frente a eles na discussão de questões que envolvem interesses coletivos. Em outro momento, podem agir totalmente independente das decisões coletivas das (F)ormalidades, porém fazendo uso de suas estruturas, como supracitado com as empresas que buscam o selo 'empresa com responsabilidade social'. Um exemplo é o fato de (REF)ormalidades dentro de favelas, por exemplo, se utilizarem do financiamento de grupos do capital privado, como bancos, a fim de obter ganhos sociais. Há um vínculo, mas não necessariamente uma relação hierárquica estabelecida entre estes.

No caso dessa (REF)ormalidade, associações de moradores buscando investimentos para financiamento de suas ações, organizações não governamentais se utilizando de parcerias com o poder público ou com empresas a fim de obterem financiamento ou apoio de qualquer natureza a seus projetos, organizações comunitárias formadas pela necessidade de um bem coletivo são agentes que produzem não somente um novo modo de agir no espaço, mas como, potencialmente, um novo espaço, periférico ao das (F)ormalidades. Se tal (REF)ormalidade se encontra na periferia dos grandes fluxos de capital e das grandes decisões, só lhes resta tirar partido dessa impossibilidade de ser uma centralidade. Fora da centralidade que tudo organiza, a periferia reconstruída a partir de sua própria situação torna-se princípio básico para o planejar e agir sobre o espaço a ser produzido.

Outro caso é quando essa nova organização forma-se a partir de (F)ormalidades. O objetivo de uma (REF)ormalidade desse tipo é o fortalecimento e, conseqüente, manutenção

do poder acerca de determinadas porções territoriais¹⁹ das cidades, em instâncias de decisão sobre o agir no espaço. Aqui, a (REF)ormalidade aspira a ser uma (F)ormalidade ainda mais forte, tendo um peso decisório maior ou igual a de maior força.

Portanto, o grau de organização que determinadas formas - (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades - atingem, acabam por definir o seu nível de representatividade, participação e relação, portanto poder, dentro das instâncias formais decisórias sobre o espaço no Estado. Ao mesmo tempo, essas mesmas relações acabam por definir, também, o tipo de espaço socialmente vivido que será produzido e concebido, mas não necessariamente vivenciado. Um exemplo é que o tipo de estrutura pode definir o grau e peso de decisão nos aparelhos de participação dos órgãos de planejamento urbano dos governos, por exemplo. Quanto maior o nível de organização, maior a possibilidade de se fazer ouvir e de ter suas questões atendidas como financiamentos e intervenções espaciais. Por outro lado, essas formas organizadas - (REF)ormalidades e (INF)ormalidades -, quando pequenas e diluídas no urbano, por exemplo, podem ter um grau de decisão e ação tão ou mais abrangentes e impactantes quanto os grandes agentes produtores do espaço, só que à margem do Estado, quando não fora dele.

Faz-se necessário compreender, como coloca Souza, que o planejamento sobre a cidade e o urbano, bem como de sua ocupação, não são exclusividade de órgãos estatais como secretarias, departamentos ou gerências. O mercado imobiliário, ao projetar quais lotes serão vendidos, a que preço e para quem, estão planejando um tipo de ocupação territorial específica que altera o desenvolvimento e ocupação de uma cidade. Eles agem tanto fora do poder público, em imobiliárias e classificados de jornais diários, como dentro, ao se associarem a blocos político-partidários em busca de proteção de seus interesses. O fato é que tais (F)ormalidades decidem sobre o espaço da cidade e sobre o espaço a ser produzido num futuro. Por outro lado, movimentos e ativismos urbanos, associados coletiva e independente de (F)ormalidades, ou em regime de parceria com a iniciativa privada e poder federal (vide leis de incentivo financiadoras de grupos artísticos, por exemplo), provam que o planejamento urbano pode ser feito também a partir da (INF)ormalidade quando essa se percebe como uma coletividade comum e de conhecimento autoreferenciado potencialmente crítica e redefinidora das relações de produção do espaço da cidade.

A questão aberta nesse trabalho é como o arquiteto/urbanista se coloca diante de um quadro onde ele pretende ser contra o *status quo*, produzindo inclusive um espaço

¹⁹ Como coloca Luca Galofaro (2003: 73), *apud* Gilles Deleuze e Félix Guattari, território se define por atos de territorialização dos diferentes agentes .

diferenciado, e ao mesmo tempo, tirando partido do estado das coisas e sua intrínseca contradição.

CAP 2: O PROJETO DA NOVA CAPITAL: A CONSTRUÇÃO DE UM COTIDIANO MODERNO (1894-1920)

O final do século XIX no Brasil é um século que assinala profundas passagens políticas, econômicas e sociais que afetarão o espaço urbano e o rural, produzindo um novo tipo de relação entre a cidade e campo em várias esferas. O país deixou de ser colônia de Portugal e se tornou república em 15 de novembro de 1889, tendo passado pela independência em 1822. Saiu de uma economia baseada no vínculo colonialista com a metrópole portuguesa (vide a exportação de pedras preciosas devido a atividades mineradoras, por exemplo), um apêndice econômico da Inglaterra, para uma economia exportadora e lucrativa de produtos agrícolas, caracterizando uma relação não só mercantil, mas incipientemente já capitalista tanto externa e internamente, com o espaço das cidades desenvolvendo e adequando-se ao novo tipo de produção. De um governo atrelado e subserviente a Portugal passando à instauração de um governo, num primeiro momento monárquico, e no final do século XIX, republicano com a participação de uma burguesia em formação na consolidação do estado e da federação. Da divisão do litoral brasileiro em capitanias hereditárias, cuja função era ter uma dominação política e econômica sobre o território nacional, para uma divisão por estados, visando uma autonomia política frente à ex-metrópole.

Esse século também assinalou um movimento, que só se completou em meados do século XX, de um regime colonialista, monárquico, apoiado em um Estado, primeiro absolutista e depois republicano, com a presença forte estatal, para um regime liberal, caracterizado pela forte presença burguesa e diminuição da presença governamental – tal qual o ideário burguês liberal da revolução francesa. O que se tem como resultado durante essa transição é um Estado presente associado a uma burguesia ainda latente e em formação, mas que já mostra seus objetivos: livres relações capitalistas e de mercado subsidiadas pela figura do primeiro, seja voltado para o espaço interno ou para as relações com outros países. É a passagem de um modo de produção baseado na exportação e no regime escravagista de grandes fazendas e latifúndios e pequenos agrupamentos humanos, para um modo de produzir e distribuir mercadorias intermediadas pelo capital, num ambiente urbano.

Faz-se necessário, para tais mudanças, tanto na esfera do Estado quanto para a formação da burguesia, um ambiente urbano, achado dentro dos primeiros grupamentos humanos e pequenas cidades brasileiras, a fim de catalisar as trocas políticas, econômicas e sociais existentes entre os mais diferentes atores políticos, econômicos e sociais. Esses agentes

sociais que engendram uma sociedade urbana, são: primeiro, os estados brasileiros que, após a proclamação da república, necessitam de um espaço político que simbolize tanto a unificação da federação, como uma independência frente a mesma, a fim de contrapor-se à América Espanhola, encontrada em processo de diluição e fragmentação visto os movimentos de independência frente a metrópole (CACERES, 1999). Segundo, a burguesia, que necessita de um espaço onde essas trocas comerciais e arranjos políticos, com e intermediados pelo estado e federação, possam acontecer. Terceiro, os grandes proprietários agrícolas e de grandes porções de terras, a fim de poderem vender seus produtos e negociar preços. E intermediando as relações destes, o quarto, negociantes de mercadorias importados e/ou produzidos pelos agricultores e burguesia, assim como a própria população que compra mercadorias. Dá-se, interdependentemente, a formação das cidades comerciais²⁰ e o desenvolvimento de uma futura urbanidade brasileira. Esta realidade urbana está a se formar a partir das cidades que participaram, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, seja do ciclo aurífero, assim como do café com leite (São Paulo, norte e nordeste, Sul e Sudoeste do Rio de Janeiro, Minas Gerais - Ouro Preto, Triângulo Mineiro e Zona da Mata, entre outros). Por outro lado, não só este desenvolvimento econômico e político constróem esta urbanidade, mas também a vivência de uma vida social ativa e organizada, composta de uma burguesia ascendente e movimentos separatistas e de revolta como a Cabanagem (1834-1840), a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Praieira (1847-1848).

A passagem do modo escravagista e mercantilista para o capitalista se dá na medida em que a função da cidade deixa de ser apenas local de administração da colônia para se tornar, também, local de trocas comerciais internas e para exportação. A necessidade de transformação da sociedade em potenciais consumidores dos novos produtos produzidos e importados enfrenta regimes patriarcais e ordens hierárquicas antigas. O resultado desse enfrentamento, no caso dos escravos é, em 1850, a extinção do tráfico negreiro e, em 1888, a assinatura da lei áurea (CÁCERES, 1993: 181, 196, 197). Para se construir as condições para as relações intrínsecas a um regime capitalista, essa transformação em curso se dá também pela necessidade de modernização e independência frente à metrópole, visto que o país não é mais colônia de Portugal, e enfrentamento da concorrência de outros países no setor agrícola. Claramente, não é uma passagem abrupta e rápida, mas custosa, envolvendo variáveis de

²⁰ A organização cronológica usada divide a formação da cidade desde a Antiguidade até o presente momento em: cidade política, cidade comercial, cidade industrial e Zona Crítica, está presente Lefebvre (1999: 21-28). Mesmo havendo esta a divisão espaço-temporal, é importante destacar como as estruturas espaciais de cada uma dessas fases vão se sobrepondo umas às outras ao longo de tempo, formando cidades singulares dependendo de cada contexto cultural, econômico, social e político onde esta evolução vai acontecendo.

diversas naturezas e tomando um grande tempo, sendo que produzindo diferentes espaços tanto políticos, econômicos, sociais e/ou até mesmo culturais²¹, desde o século XIX até o XX.

No caso de Minas Gerais, até meados do século XVIII, Ouro Preto era a cidade polarizadora da vida econômica e política, a capital do estado. A cidade, ainda não industrial, mas comercial, tinha um desenvolvimento proporcionado pelas atividades mineradoras que dali extraíam pedras preciosas comercializadas ora entre seus habitantes, ora com comerciantes de outras regiões. Apesar desse comércio visar principalmente o mercado externo europeu, exportando somente para a metrópole colonialista, essa prática social especializada tornou-se uma das principais responsáveis pela emergência de uma rede urbana ligando importantes cidades em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, era também cidade política, lugar onde se instalava o centro administrativo e político do Estado e onde a urbanização dava sinais claros de desenvolvimento através da produção de uma cotidianidade²². O comércio atuante, como grande motor desenvolvimentista das relações sociais, se desenvolve e caracteriza uma primeira, ainda incipiente, divisão social do trabalho²³. Os encontros proporcionados por uma vida religiosa ativa e a diversidade cultural e social singular causada por uma sobreposição de funções políticas e comerciais no espaço urbano de Ouro Preto foram todos indutores do desenvolvimento urbano dessa sociedade. Cidade nascida entre montanhas, de traçado tortuoso e geometria barroca, Ouro Preto era, à sua maneira, o que as cidades européias medievais já foram antes do desenvolvimento técnico e científico, a dizer, a Revolução Industrial, acontecida na Europa durante os séculos XVIII e XIX.

²¹ Como exemplo pode-se citar o fato da presença do Estado ser mais marcante e espacialmente visível, no litoral brasileiro, com o ambiente citadino formado principalmente nos portos onde se localizavam as principais capitâncias hereditárias. Contudo, o mesmo não acontece dentro da região norte e/ou centro-oeste brasileira. A Amazônia só tomou parte de um plano de integração nacional em 1946, com a SPVEA (Superintendência de Planejamento e Valorização Econômica da Amazônia), assim como o centro –oeste nos anos 60, com a construção de Brasília. (CÁCERES, 1999)

²² É importante destacar que a noção de cotidianidade a que se reporta aqui não é uma onde este conceito atravessa desde o início das primeiras civilizações humanas até hoje, formando-se de acordo com o vivenciar o espaço via costumes, tradições e uma vida social. O cotidiano reportado aqui é o colocado por Henri LÉFEBVRE em seu livro *O fim da História*: “Nas sociedades antigas, comia-se, bebia-se, trabalhava-se, havia casas, ruas, praças, móveis, objetos úteis, instrumentos e outras coisas. No entanto, não havia cotidianidade. Na unidade de ética e da estética, da prática e do conhecimento, num estilo, a sobreposição atual do cotidiano e da cultura (alta, média, baixa) não tinha razão nem sentido. Hoje, a importância da cotidianidade, sua gestação e consolidação, a sua monotonia na satisfação, tudo isto significa que ela escapa a história (...). Submetido, consolidado por um martelamento incessante, nivelado, o cotidiano torna-se o solo que suporta o edifício das instituições e a instituição suprema: o Estado. As instituições supremas ordenam o cotidiano e recortam-no: estruturam-no. (...) (1971: 207)” (LÉFEBVRE, 1971 *apud* CUNHA, A. et al, 2003: 30).

²³ Neste período, o trabalho de extração, limpeza, lapidação e comercialização de pedras preciosas era ainda feito por apenas uma pessoa. Portanto, não havia ainda uma divisão do trabalho que se caracterizaria pela organização de uma produção visando máxima produtividade que se estende desde a extração até a venda do produto, a saber, a pedra preciosa. Ainda era um trabalho artesanal.

Entretanto, com o declínio da atividade de mineração, sustentáculo econômico da capitania de Minas Gerais no século XVIII, e a atividade cafeeira se expandindo na Zona da Mata como principal atividade econômica do país, a partir principalmente de São Paulo, a cidade de Ouro Preto vai perdendo sua importância econômica e, conseqüentemente, política. Deixa de ser foco atrator de atividades comerciais e administrativas de todo o estado das Minas Gerais para tornar-se mais uma cidade que cresce na periferia dos grandes eixos decisórios e de importância política, econômica e regional no país. De central, torna-se periférica, portanto marginal a toda força urbana crescente no país.

Especialmente, Ouro Preto perde essa importância na medida em que o desenho do seu espaço, bem como o cotidiano que flui por este, não é o mais adequado ao novo modo de produção que surge inicialmente na Europa, após a Revolução Industrial, e se espalha pelo restante do mundo. Na Europa, vias largas cobrindo grandes distâncias cujas funções são a de articular o centro da cidade às habitações coletivas em construção para o operariado nos subúrbios, atuando como mecanismo de segregação e diluição da massa politizada operária, associado à demolição do tecido existente e a geometrização do traçado das ruas, herança de um repertório barroco, são imperativos que se anunciariam na adaptação da cidade a um novo ciclo de produção, com a reforma empreendida por Haussmann em Paris (SPOSITO, 2001). Todas essas adaptações espaciais visam dar à cidade francesa um desenho adequado às novas relações de produção que se consolidam no espaço da cidade. Entretanto, no caso brasileiro, Ouro Preto simboliza a cidade política e comercial inútil aos novos propósitos do capital, pois sua estrutura espacial não é capaz de (re) produzir as novas relações de produção, então capitalistas. Sua topografia acidentada, sua posição geográfica dissociada dos eixos produtores de exportação do café e sua paisagem colonial externalizam a impossibilidade de, mesmo através de uma reforma, modernizar e inserir Ouro Preto dentro das novas redes econômicas e políticas nacionais. Como coloca PENNA (1995: 62-64), a substituição de Ouro Preto por uma nova capital significaria, também, a passagem do modo de produção mercantil-escravista para o capitalista.

Desse processo de enfraquecimento político e econômico de Ouro Preto e, conseqüentemente, de Minas Gerais, somado e conseqüência da incompatibilidade espacial dessa cidade a uma nova maneira de produzir atrelado ao capital, surge a necessidade de construção de uma nova capital. As principais funções desta seriam a de centralizar novamente a administração da província, promovendo a unificação política, econômica e cultural de todo o Estado, e se colocar especialmente dentro das novas configurações territoriais que estão a surgir com a ascensão da produção e comercialização do café.

Portanto, se configura tanto como uma tentativa de reinserção do estado mineiro dentro dos centros de decisões políticas e econômicas do país, assim como a construção de um cotidiano que (re)produziria as relações de produção capitalistas engendradas pelo Estado (LEFEBVRE, 1978).

Com a finalidade de construir territorialmente, dentro de um espaço-tempo, esta nova dinâmica de fluxos econômicos, políticos e sociais, a construção da Nova Capital obedeceu à vontade do governo estadual e da capital, financiadores únicos da construção da cidade que substituiria Ouro Preto. O desenho, projeto de cidade, deveria ter como principais parâmetros projetuais a construção de espaços que não somente dessem conta desta configuração de cidade política e comercial, portanto programas administrativos e econômicos. Este projeto deveria contemplar, via a racionalidade de um plano, a construção de um cotidiano que levasse a todos os usuários da cidade um sentido de modernidade vivido rotineiramente. Ao mesmo tempo, portanto, dar ao Estado as ferramentas de organização do cotidiano dos habitantes da nova cidade.

“A fundação de Belo Horizonte reafirma a vontade do estado em ter controle das relações sociais manifestas na produção e modernização do espaço sob a égide da razão” (ARAUJO, 1995: 46).

A localização escolhida para a Nova Capital é o Arraial do Curral Del Rey, sendo que a construção fica a cargo de uma comissão construtora. O projeto, do Engenheiro Aarão Reis²⁴, seria apoiado em uma lógica espacial análoga àquela aplicada pelo Barão Haussmann em Paris, na metade do século XIX, de um espaço coincidente com uma maior produtividade e circulação do capital. Engenheiro ao invés de um urbanista ou arquiteto por duas razões: engenheiro porque o Urbanismo como ciência só vem a surgir no início do século XX, e como disciplina autônoma e com conhecimento gerado e documentado, segunda metade do século XX na França. E pelo fato da ausência do arquiteto no pensar e agir sobre o espaço urbano não se explicar somente por uma causa disciplinar, mas uma que remonta os séculos XVI e XVII, no momento em que se vê no espaço as primeiras conseqüências da mudança do modo de produção artesanal para o manufatureiro e, posteriormente, industrial. Enquanto a cidade barroca e maneirista perde o controle de sua forma e ocupação tendo em vista a emergência de um novo modo de produção, o capitalista, e sua espacialização, a cidade industrial, o

²⁴ Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936), nasceu em Belém do Pará, tendo-se formado na Escola Central do Rio de Janeiro, posteriormente denominada Escola Politécnica (termo dado normalmente às Escolas de Engenharia). Durante sua vida participou dos movimentos abolicionistas e republicanos que, em parte, eram movimentos de modernização do estado brasileiro vis-a-vis a Europa que passava por transformações políticas e sociais, com a modernidade se instaurando como horizonte de chegada dessa sociedade na virada do século XIX para o XX.

arquiteto se acha no que Tafuri chama de “*crítica da crítica*” (TAFURI, 1995: 18). Para Tafuri, o arquiteto pretende uma harmonização entre os historicismos apoiado, de um lado, nas descobertas arqueológicas da época, e de outro, num racionalismo iluminista. A arquitetura se transforma em catálogo de formas históricas inseridas dentro de um novo ciclo produtivo, representado pela emergência de uma nova realidade citadina, ainda incipiente, em uma cidade industrial em formação, na Europa:

“Como instrumentos de uma arquitectura que já renunciou a ‘formar objetos’ para se transformar em *técnica de organização de materiais previamente formulados*, pedindo uma verificação feita *fora da arquitetura*” (TAFURI, 1995: 18).

Quando redimensionada na cidade, a consequência para a arquitetura é sua diluição cultural:

“A arquitectura deve redimensionar-se a si mesma ao entrar na estrutura da cidade burguesa, dissolvendo-se na uniformidade assegurada de tipologias previamente construídas” (TAFURI, 1995: 19).

“A arquitectura pode esforçar-se por manter um carácter completo que a preserva da dissolução total. Mas esse esforço é tornado em vão pela montagem da peças arquitetônicas na cidade. É na cidade que esses fragmentos são desapiedadamente absorvidos e privados de toda autonomia: e de nada lhes serve querer obstinar-se em assumir configurações articuladas e complexas. No *Campo Marzio dell’antica Roma* (de autoria do arquiteto italiano Giovanni Baptista Piranesi) assiste-se a uma representação épica da batalha provocada pela arquitectura contra si mesma: a tipologia é afirmada como instância de ordenamento superior, mas a configuração dos tipos isolados tende a construir o próprio conceito de tipologia; a história é invocada como ‘valor’ imanente, mas a paradoxal recusa da realidade arqueológica põe em dúvida o seu potencial civil; a invenção formal parece enunciar o seu próprio primado, mas a reiteração obsessiva das invenções reduz todo o organismo urbano a uma espécie de gigantesca *máquina inútil*” (TAFURI, 1995: 20).

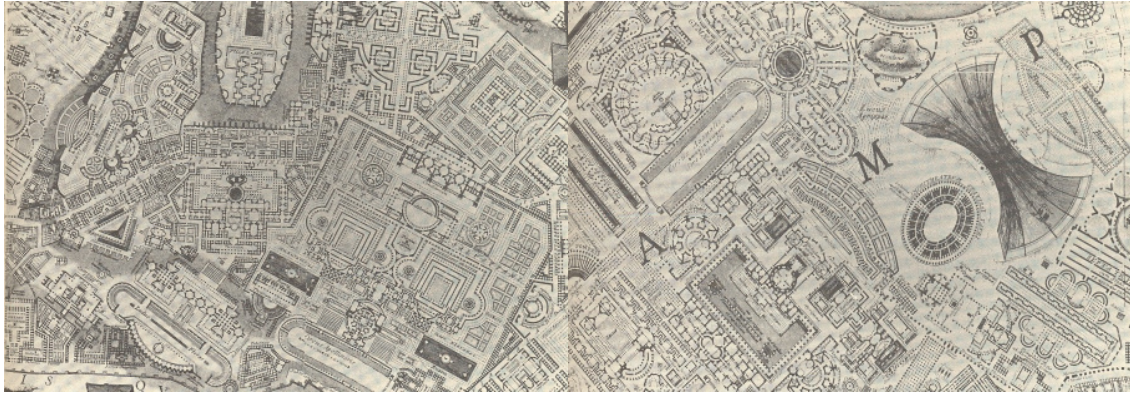


FIGURA 01: *Campo Marzio dell'antica Roma* de autoria de Giovanni Battista Piranesi
FONTE: BLOOMER, 1993: 73 e 83.

Sendo assim, no caso europeu, explicitado por Tafuri, pensar o todo nesse momento espacial, caracterizado pela emergência de novos espaços que explodem a noção de cidade existente, da medieval à barroca, em direção à formação de uma cidade, a industrial, significa a arquitetura se fechando em si mesma, separando-se, limitando-se, excluindo-se do resto e, ao mesmo tempo, diluindo-se dentro de planos totais, desenhados fora de contato com o existente. Paralelamente, na gênese do projeto da Nova Capital de Minas Gerais, a lógica é a mesma na relação arquitetura e cidade, sendo que a primeira já tem o seu papel político útil: ajudar na construção de um cotidiano vivido progressista, apoiado na razão, e de controle por parte do Estado, cujo destino é diluir-se num todo em urbanização. A renúncia a formar objetos, com a arquitetura servindo, combinando e produzindo formas neoclássicas, historicistas e ecléticas provoca, em contraponto, a própria descida da mesma a uma função inócua do ponto de vista de geração de novos conhecimentos dentro da própria disciplina arquitetônica. Portanto, torna-se, a partir de um círculo vicioso, e dentro de uma estrutura abrangente como a cidade, uma simples peça no giro do capital. É o que se depreende de Penna (1995) ao fazer uma crítica da cidade fictícia de Coketown, existente no livro “Tempos Difíceis” de Charles Dickens, a partir de um dos seus trechos:

“Tudo o que, ‘entre o hospital da maternidade e o cemitério’, existe em Coketown e somente existe por ter subtraído daquilo que é – a prefeitura pode ser o hospital e a prisão, ou os dois, ou ‘não importa qual outra coisa’; hoje pode ser ontem ou amanhã –, para poder figurar em cifras. Tudo que existe em Coketown – quer no ‘aspecto material’, quer no aspecto ‘imaterial’; quer o edifício, quer o dia; quer o espaço, quer o tempo – não são fatos únicos, diferenciados, mas ‘fatos, fatos, fatos’, iguais entre si, repetíveis e reprodutíveis. Mais do que a ausência de signos arquitetônicos que indiquem alguma diferenciação (e, portanto, identidade), entretanto, o que torna um edifício extraordinariamente equivalente ao outro não é a

sua, mas a universal conversabilidade 'em cifras', essa condição para a existência de tudo" (PENNA, 1995: 27).

Considerando que a construção de Belo Horizonte significa também a construção de um novo sentido de cidade política e centro administrativo para Minas Gerais, é importante ser assinalado que, apesar da renúncia a formar objetos que Tafuri coloca, assim como a conversabilidade em cifras em Penna, há uma dimensão correspondente a importância da locação dos objetos arquitetônicos no plano de Aarão Reis. A localização de cada um deles dentro do organismo urbano a ser construído dita, de alguma forma, uma intenção de construção simbólica, política, social e econômica do espaço moderno via cotidiano. A transformação da arquitetura, dentro do plano para a nova capital, em forma-mercadoria a partir de sua compreensão como composição plástica, com o uso dos 'neoísmos' de matriz europeia, só serão consolidados num segundo momento, com o choque de diversos interesses contrastantes, no espaço. No espaço construído pela arquitetura, de implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, há um capital privado interessado na valorização das terras específicas com a ampliação das infra-estruturas da cidade, como transporte e viação²⁵, por exemplo; um poder público interessado em direcionar o crescimento da cidade do centro para a periferia, de acordo com um plano, e indo de encontro aos interesses do mercado imobiliário privado; e uma população, cheia de reivindicações de diferentes naturezas, desde culturais até sanitárias, que subvertem o espaço concebido do Estado ocupando áreas vazias ou contrariando o plano do mesmo.

2.1. O Plano/ Projeto da Nova Capital

²⁵ Gougher (1994) delinea em seu trabalho, com base na relação entre governo e mercado de terras em Belo Horizonte ao longo de 67 anos (1897-1963), os conflitos entre o poder público, interessado em direcionar o crescimento da cidade, e o mercado de terras, interessado numa valorização de suas terras, na capital mineira.

Como coloca, ao comentar sobre a relação entre capital e meio-ambiente visto a necessidade do estado em promover infra-estrutura, "O capital possui uma interação interessante com o meio-ambiente. Ao mesmo tempo em que ele, para se realizar, necessita de expandir suas fronteiras, deve haver um movimento simultâneo de eliminação das barreiras que inibam a sua circulação inadequada. É justamente nesse ponto que reside o papel do setor público como promotor do investimento em infra-estrutura. Para que o capitalismo tenha êxito, o capital deve realizar-se no menor tempo possível e, para tal, as condições de circulação das mercadorias devem ser adequadas de modo que estas possam chegar a seu destino com celeridade" (1994: 17). Entretanto, no caso de Belo Horizonte, se num primeiro momento, o mercado de terras e estado concordaram, uma vez que o centro deveria ser o primeiro espaço a ser adensado pois era um cartão postal da modernidade mineira em construção, e o mercado contribuiu com alto preço dos aluguéis e expulsão dos mais pobres para a periferia, depois, ambos assumiram posições antagônicas. O estado, a partir daí, adotou uma postura mais preocupada com as regiões menos assistidas em infra-estrutura e o mercado, por sua vez, desinteressou-se em atender tais demandas.

A partir de 1894 se inicia o projeto para a nova capital do estado de Minas Gerais, reflexo e espacialização de uma noção progressista/ positivista de sociedade a partir da República Velha, ao mesmo tempo em que se constitui construção simbólica de negação de um passado colonial comprovado pela destruição sumária do antigo Curral Del Rey, ponto fundamental histórico, espacial e social para a construção de uma identidade singularmente belorizontina.

“O pequeno pouso de Bandeirantes fundado por João Leite da Silva Ortiz em 1701 deu início ao Distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, em 1750. Em 1890, sob jurisdição municipal de Sabará, o arraial passa a denominar-se Belo Horizonte. A Constituição Mineira de 1893 determinou, definitivamente, a construção da sede da capital mineira no arraial de Belo Horizonte. Em 12 de dezembro de 1897 é fundada a cidade de Minas, nome que ficaria em substituição ao anterior até 1901, quando volta o de Belo Horizonte” (ARAUJO, 1995: 45).

Ainda assim, neste mesmo movimento entre as velhas estruturas coloniais e o progressismo, representados por Ouro Preto e a Nova Capital, respectivamente; numa maior dimensão, o Estado brasileiro vive esta mesma transição. A república velha caracteriza-se dialeticamente como um Estado absolutista e autocentrado na sua figura administrativa, ao mesmo tempo em que reconhece o papel importante no desenvolvimento do país de uma burguesia em formação, que aos poucos substitui uma economia de base agrária, no campo, por uma urbana, na cidade.

O início do projeto se dá pelo decreto no 680, de 14 de janeiro de 1894, que autoriza a Comissão Construtora a desapropriar e expulsar antigos moradores de partes que consideram serem deixadas livres para a construção da Nova Capital²⁶. Portanto, é um instrumento que dá poder a Comissão Construtora, através do Estado, de destruir qualquer resquício material de colonialidade e ruralidade fora dos planos da construção de um novo centro político e urbano para Minas Gerais. O local onde Belo Horizonte seria instalada é considerada virtualmente um vazio, destituído de qualquer pré-ocupação.

O plano se apóia em três linhas mestras básicas: construir um espaço salubre para a população, com rede de esgoto, luz e água, além de grandes vias e porções de área verde com árvores e outros elementos naturais; construir um novo centro político, administrativo e

²⁶ “O decreto no 680, de 14 de janeiro de 1894, confere à então criada Comissão Construtora a atribuição de desapropriar os ‘terrenos que tiverem de ser ocupados pela nova capital (...) e bem assim, dos prédios e benfeitorias que tiverem de ser demolidos e inutilizados”. (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS citado por BARRETO, *apud* PENNA, 1995: 64).

comercial moderno em Minas Gerais; e o Estado como grande financiador e mantenedor desse espaço, bem como direcionador de sua ocupação. Comparativamente, se em Paris, com a reforma do Barão Haussmann na segunda metade do século XIX²⁷, a cidade passa por intervenções cujo intuito é o de se adaptar ao modo de produção capitalista financiado pelo Estado e compartilhado pela especulação imobiliária, *a posteriori*, o mesmo ocorre com Belo Horizonte. O que a reforma de Paris pretendia estabelecer, a espacialidade da cidade se adaptando ao novo giro político e econômico que ali acontecia, em Belo Horizonte se torna diretriz básica de construção de uma nova capital. Um modelo para reforma de uma cidade no contexto de uma revolução industrial na Europa é transposto para o Belo Horizonte, cidade ainda não industrial, mas comercial, como modelo de construção de cidade. Não é de se estranhar, portanto, que BH se adapte tão bem à futura emergência de um mercado imobiliário, característica associada à cidade industrial, na medida em que sua estrutura espacial já é fruto de um desenho das forças capitalistas. Seu desenho, ao mesmo tempo em que constrói o território para uma cidade política e comercial, já antevê, incorpora e cria as condições para a consolidação de novas relações de produção, incipiente em seu plano na primeira fase da nova capital mineira.

O plano divide a área destinada à Nova Capital em três zonas: urbana, suburbana e rural.

“O urbano contava com uma área de 8.815.383 m², dividida em quarteirões de 120m X 120m, ruas com 29 metros de largura cruzando-se em ângulos retos e avenidas com 35 metros (...). O segundo setor, o suburbano, possuía uma área de 24.930.803 m², com quarteirões irregulares, lotes de tamanhos diversos, ruas traçadas segundo a topografia do terreno e com apenas 14 metros de largura. O terceiro setor contava com uma área de 14.474.619 m² e era destinado aos sítios de pequena lavoura”. (ANDRADE, 2004: 96).

²⁷ Para maiores informações sobre a reforma de Paris e o Barão Haussmann, são indicadas três obras: História das Cidades, História da Arquitetura Moderna e Origens da urbanística Moderna, todas de Leonardo Benévolo. Nestes três livros é caracterizada a cidade de Paris pré reforma de Haussmann, indicando quais as razões que levaram a tal ação, bem como são explicitadas quais as ações tomadas pelo governo da cidade francesa. Interessante perceber quais as conseqüências que tais ações espacializadas tiveram sobre o espaço social, política e economicamente construído pelos habitantes da capital francesa. Um exemplo é como o aumento da largura das ruas associada à construção de habitações privadas nos subúrbios das cidades, estrategicamente, provoca na cidade: a separação entre público e privado que encontrava na rua seu espaço de interseção – social – e, portanto de politização; a adaptação das vias aos fluxos de capital que se engrandeciam com o aumento cada vez maior da produção devido à industrialização em crescimento; o impedimento de revoltas já que os espaços agora eram sempre abertos e de fácil acesso e controle pela polícia.



FIGURA 02: Plano de Aarão Reis para a construção de Belo Horizonte, de 1897
FONTE: BELO HORIZONTE, 1996: 25.

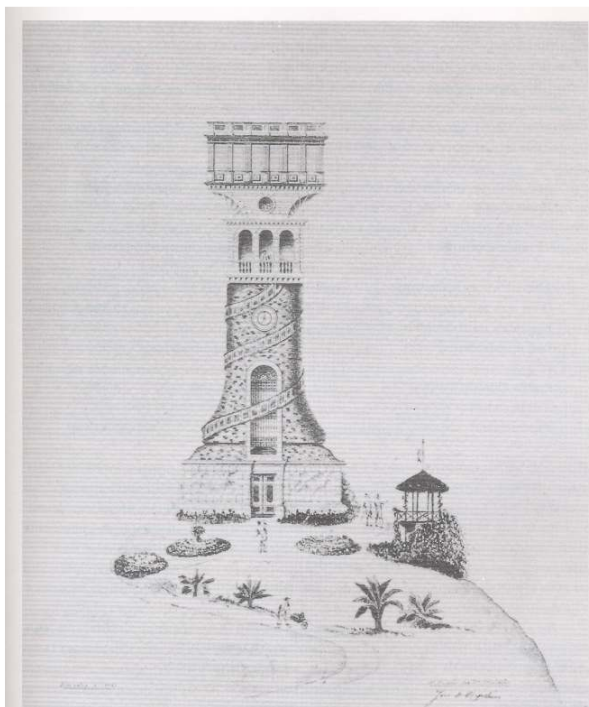
A zona urbana se caracteriza por um traçado regular, reticulado e geométrico, com grandes vias de ligação recortando e ligando todos os espaços, dando coesão ao conjunto desenhado. Esta zona encontra-se separada da suburbana, inscrita e contida em um anel circundante: a avenida do Contorno. A fim de ser um espaço salubre e saudável, as vias tem grande largura, 29 e 35 metros como visto acima, além de, em intervalos, cruzarem-se com espaços vazios ou espaços públicos. Os espaços públicos, devido a sua posição de chegada ao final de grandes eixos das avenidas que cortam diagonalmente o plano de Aarão Reis, adquiririam uma dimensão monumental pelo desenho em perspectiva. herança de uma estética barroca.

O projeto não tentou compatibilizar-se à paisagem natural já existente: assim como o Curral Del Rey seria destruído via Decreto associado ao projeto, os traçados naturais das águas e/ou a topografia natural seriam adulteradas com vista à construção desta nova paisagem, salubre e moderna. A natureza deveria ser reprojetaada a partir da mesma racionalidade modernizante que pensava tornar a espacialização da Nova Capital como base para a construção de um mecanismo operativo de organização produtiva do espaço social e cotidianamente vivido. Quando houvesse espaços naturais, ou verdes – o que pressupõe uma natureza já adulterada e apropriada pelo estado, denominando-a apenas de ‘verde’ e eliminando qualquer dubiedade ou contraditoriedade interpretativa –, seriam: ou partes das pequenas lavouras dentro da zona rural com vistas a produção agrícola; ou porção do lote nas zonas urbanas ou suburbanas; ou parques praças ou jardins como, por exemplo, a Praça da Liberdade ou o Parque Municipal, que seriam os mais representativos do ponto de vista da cidade como local público e político. Portanto, o ‘verde’ tem uma função específica dentro do espaço concebido por Aarão Reis: encaixar-se na construção da nova capital como

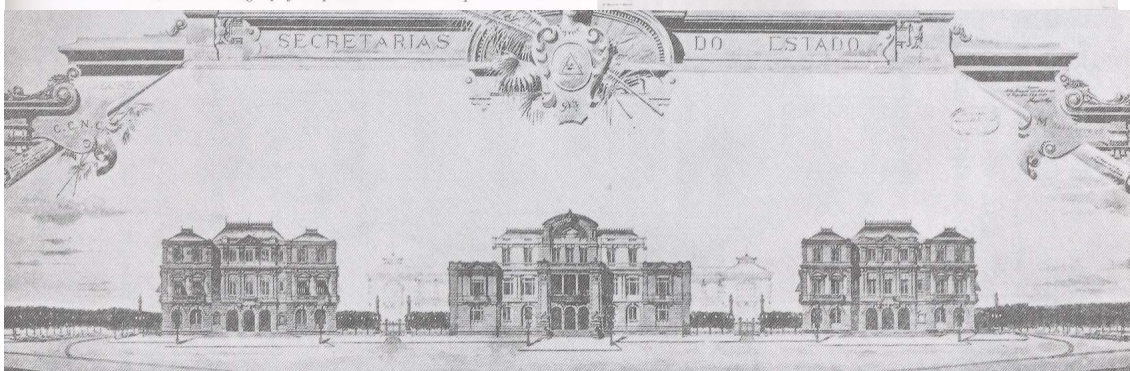
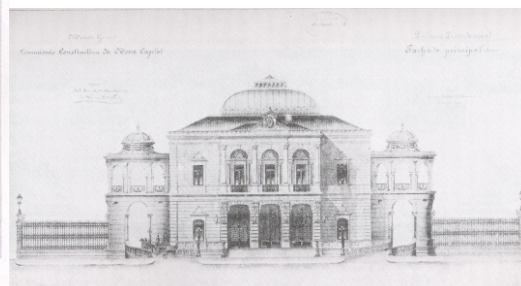
elemento compositivo da paisagem a fim de pintar e retratá-la como um grande quadro romântico pitoresco, tal qual nos séculos XVII e XVIII. O 'verde' da capital simboliza um nostalgismo relacionado à perda da natureza intocada em contraponto ao avanço da modernidade representada pela cidade, expressa através de outros elementos importados da Europa, lugar que tenta reconstituir sua natureza e histórias perdidas a partir de descobertas arqueológicas reconfiguradas em construções neo-clássicas, neo-góticas, neo-romanas (COLLINS, 1995) e outros 'neoísmos', ou em propostas urbanas tais quais a cidade-jardim de Ebenezer Howard (CHOAY, 1990). É a tentativa de, a partir de uma compreensão racional progressista, transformar pela cooptação espacializada via decretos o comum antagonismo entre natureza e artificialidade da cidade em uma modernidade espacial e projetada em parques, zonas rurais e edifícios públicos ecléticos entremeados de 'verde'.

O outro elemento que ajudará a compor a paisagem pitoresca em construção é a arquitetura. Com a renúncia à própria forma junto ao compromisso ético-estético atrelado a esta (o que construir, porque construir, como construir, onde construir), a arquitetura tem uma função na composição da paisagem 'natural' a ser construída. Como objeto que obedece a lógica da cidade, por um lado torna-se inútil pois é elemento independente e diluído sem relação com o todo, com questões que envolvem o seu próprio modo de construir, e, por outro, faz-se funcional pois sustenta uma construção política de cidade pelo Estado. Se sua importância é diminuída face a 'convertibilidade em cifras' das terras, agora denominadas lotes, a arquitetura corporifica esta falta de função reificando sua utilização como elemento compositivo da paisagem, ora como elemento compositivo de um quadro, ora como peça dentro de uma cadeia de produção que engendra o tecido da cidade.

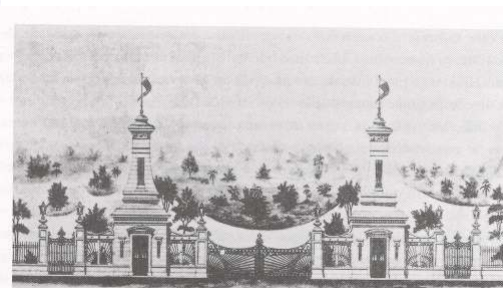
“Paralelamente à elaboração da planta geral da futura capital foram desenvolvidos os projetos arquitetônicos dos prédios públicos e das casas destinadas aos funcionários públicos, assim como os projetos paisagísticos de alguns dos espaços públicos da futura capital, pois necessitavam serem aprovados para que a construção se iniciasse. Os projetos dos edifícios públicos, assim como das 'casas-tipo' destinadas aos funcionários públicos, tiveram por autor o arquiteto José de Magalhães, formado no mais fiel estilo da *École des Beaux Arts*, em Paris, e foram orientados, em maior ou menor grau, segundo SALGUEIRO (1997b), pelos princípios que regeram o 'sistema *Beaux Arts*'. Esses princípios, afirmavam-se dogmaticamente e de maneira codificada, constituindo as bases teóricas e práticas dos exercícios da escola” (MARQUES, 2000: 163).



Observatório meteorológico projetado para ser construído no Parque.



Ponte rústica projetada para ser construída no Parque.



Projeto da entrada principal do Parque.

FIGURA 03-07: Três imagens dos projetos de edifícios para a Nova Capital de Minas Gerais feitos pela Comissão Construtora liderada por Aarão Reis e as paisagens projetadas para o parque municipal, em Belo Horizonte.
 FONTE: BARRETO, 1996: 243, 244, 575 e 578.

Da escala mais distante, o plano de Aarão Reis, à mais próxima, a do transeunte, a paisagem se caracteriza pela contradição amalgamada entre artificial e 'natural'. A espacialização da nova capital só é capaz de se tornar instrumento operacional de controle do cotidiano vivido pela população a partir do momento em que essa modernidade dúbia é desenhada desde a cidade até os espaços mais privados. Grandes eixos recortando diagonalmente o plano de Aarão Reis terminando em grandes espaços verdes, abertos e públicos (como no caso do Palácio da Liberdade na Praça da Liberdade) e/ou em grandes edifícios públicos, servem para reafirmar a construção de uma cidade política e moderna, projetada, controlada e monumental (MARQUES, 2000: 160-169). Portanto, uma cidade de estética barroca e cotidiano moderno, constituindo-se uma composição de uma pintura pitoresca datada do século XVIII.

“Naturalismo urbano, inserção do *Pitoresco* na cidade e na arquitetura, valorização da paisagem na ideologia artística, tudo isto tende a negar a dicotomia, já patente, entre a realidade urbana e os campos: serve para persuadir de que não existe nenhum salto entre a valorização da natureza e a valorização da cidade enquanto máquina produtora de novas formas de acumulação econômica” (TAFURI, 1995: 16).



FIGURA 08: Os espaços eram desenhados desde sua vivência pública até a privada, do espaço da cidade composto de edifícios e vazios até as roupas a serem usados pela população, como pode ser visto nessa foto de uma escola, em 1922.

FONTE: BELO HORIZONTE, 1996b.

Cidade cujo objetivo era não deixar o habitante perder-se na multidão, onde este deveria ver e ser visto todo o tempo em espaços abertos e iluminados, onde não era possível escapar ao olhar do Estado. Uma tentativa de cidade panóptica, onde o espaço planejado canalizava o movimento da multidão, regulando e controlando-a (JULIAO, 1992). Por trás de uma lógica espacial que visava a salubridade e o bem estar físico e mental, um projeto que visava o controle do espaço urbano, assemelhando-se muito a reforma de Haussmann em Paris, visto que através da mesma lógica de reforma do espaço, finalizava-se os mesmos objetivos e obtinha as mesmas conseqüências para o morador da cidade²⁸. Por outro lado, influenciou e catalisou a introversão do habitante moderno para o habitat, forma de acumulação econômica, e não mais uma atrelada a uma dimensão maior, a do habitar²⁹.

Entretanto, ao mesmo tempo em que paisagem humana a ser controlada através do desejo pela moradia, objeto palpável de consumo, e convivência pública vigiada, ou seja pela rotina, é uma paisagem que aponta para novos modos de projetar o organismo da cidade – modernismo –, é também inaugurada uma nova forma de se relacionar com a cidade. A cidade não é mais objeto construído coletivo e lugar da história, mas lugar de novas formas atomizadas de produzir o espaço urbano intermediados pelo capital, convertido em uma de suas numerosas formas mercantilizáveis, a terra, a propriedade, a saber, o lote. De obra, cidade historicizada e construída pelo uso, a consideração da mesma como produto (LEFEBVRE, 2001) comercializável e experimentado esteticamente pelo ‘verde’ e arquitetura compositivas de um pitoresquismo barroco.

2.2. O “Plano Simples” da Nova Capital

O plano de Aarão Reis, iniciado em 1894, para a cidade de Belo Horizonte, só existe a partir do pressuposto de que o Estado financiaria a construção, bem como manteria o desenho urbano e ocupação da cidade, sendo o principal negociante de terras. O uso destinado a determinadas porções viria naturalmente, não precisando regulá-los (GUIMARÃES, 1991: 46 *apud* PENNA, 1995: 63). Portanto, se pelo espaço e no cotidiano exerce-se uma vontade política de poder, o Estado deveria se assegurar desse exercício de

²⁸ Para uma visão sobre esta nova cidade de Paris, pós-reformas de Haussmann, do ponto de vista do habitante da cidade, conferir os textos sobre o **Flâneur**, personagem parisiense que ‘perambula ociosamente’ pelo espaço da cidade, de autoria de Walter Benjamin em BARBOSA (1989).

²⁹ O personagem que expressa e que pode contribuir para perceber o novo espaço da cidade que se anuncia como espaço destinado ao giro do capital, e sua conseqüente negação via introversão para o ambiente privado da casa, é o **Blasé**, de Georg Simmel (SIMMEL, 1996).

poder operando-o através do urbanismo – organização espacial – projetado pela Comissão Construtora. O plano surge como mecanismo direcionador da produção da cidade.

As estruturas responsáveis pela organização do espaço concebido seriam baseadas, por um lado, no projeto de disposição de elementos para a construção/ consolidação de uma cidade política no espaço, via construção de edifícios tais como Palácio do Governador ou Palácio da Justiça, por exemplo. Por outro lado, na função do Estado como negociante dos lotes (aquisição por indenização a proprietários, permutas em poucos casos e vendas para os novos habitantes da capital) – ocupação – e estimulador dos usos – investimentos em diversos setores.

Entretanto, o plano urbanístico e arquitetônico, perpetrados pelo Estado via Comissão Construtora, necessitariam, no curso do tempo, tendo em vista o endividamento do estado, o arrocho econômico vindo com a Primeira Guerra Mundial e o desenvolvimento urbano da cidade, de meios mais gerenciadores e não apenas planejadores, que compreendessem o espaço como organismo mutável espaço-temporalmente. Isso significa dizer que se faria necessário, para que o plano fosse construído e tivesse resultados fiéis à idéia original, não somente um plano com disposições de áreas a serem ocupadas, mas dispositivos variáveis, dentro desse mesmo plano, que lidassem com o espaço ainda a ser ocupado e usado. Contudo, o plano, inicialmente, ora não lidava com nenhuma variável que não a do desenho urbano a fim de pensar a ocupação do solo, ora era alimentado por uma crença no controle inabalável do Estado sobre o espaço como um todo:

“Embora planejada, Belo Horizonte nasceu antes que o zoneamento – entendido como a regulação, pelo estado, do uso e ocupação do solo urbano – fizesse suas primeiras experiências importantes, até mesmo na Europa e nos Estados Unidos. Portanto, o que deve ser entendido por ‘plano’, no caso de Belo Horizonte é algo muito simples: um projeto viário e a designação do local de uns poucos edifícios públicos, alguns dos quais foram efetivamente construídos como parte deste plano. Por isso, não é surpreendente que Aarão Reis não tenha cogitado regular a localização das atividades privadas no seu plano da nova capital de Minas Gerais” (VILLAÇA, 2001: 267-268).

Para uma cidade que se planejava centralidade política-administrativa estadual, com relações comerciais e mercantis fluindo através de seu tecido construído, não era o objetivo pensar o espaço urbano, a terra, como mercadoria, embora isso tenha acontecido. Seu projeto previa relações mercantis, e não capitalistas, muito embora o espaço da cidade se adapte bem a essa nova conjuntura posteriormente instalada. Os membros da Comissão Construtora,

justamente por se acharem num período de transição, para o capitalista, não estavam preparados para os novos tipos de relações produtivas geradas entre Estado, burguesia emergente e habitante de uma cidade em construção que viriam a se basear na terra como moeda de negociação. A zona rural, por exemplo, era uma área agrícola cafeeira exportadora, que baseava suas relações de trabalho em uma relação de subsistência não capitalista e destituída de qualquer planejamento que previsse um possível desenvolvimento da mesma, como uma industrialização (o que na Europa, já havia acontecido) (GOUGHER, 1994).

Inicialmente, de acordo com o plano de Aarão Reis, o Estado se outorga o direito à negociação de terras, em 11 de janeiro de 1895, ao expedir o decreto n. 830 (BARRETO, 1996: 234-241), que regulamenta a venda dos terrenos que se acham inseridos dentro da área da nova capital. Os terrenos vendidos não iriam somente estimular a ocupação de lotes, mas financiariam obras na capital a fim de fazer com que outros terrenos se tornassem vendáveis, com instalação de infra-estrutura como luz e esgoto. Ao mesmo tempo, no mesmo decreto, acham-se as exigências também quanto ao como ocupar – taxas de área cultivada e cercania do terreno. Estava montada uma estrutura legal mínima para controle do desenvolvimento da cidade, bem como limitação do poder do mercado, e de sua conseqüente especulação imobiliária.

Para a localização dos 30.000 primeiros habitantes, multiplicados pela média estabelecida pelo plano de Aarão Reis de 100 m² por habitante, considerou-se uma faixa de 3.000.000 m² para ocupação. Nesta porção do plano do líder da Comissão Construtora, incluíam-se sete seções urbanas (da 1^a até a 7^a) e duas suburbanas (1^a e 6^a), compreendidas todas na faixa determinada por duas linhas paralelas traçadas pelos eixos da avenida Araguaia e Cristóvão Colombo. Nesta área, metade seria destinada ao uso privado, com edificações, e a outra metade, a ruas, espaços públicos, equipamentos administrativos e edificações públicas. Entretanto, de acordo com a lei adicional n. 03 da Constituição do estado de Minas Gerais, de 17 de dezembro de 1893³⁰, a proximidade do centro da capital determinaria o aumento ou diminuição do preço do terreno nas áreas urbanas e suburbanas. Ou seja, quanto mais próximo do centro, mais caro o lote. Portanto, é anulada a neutralidade do desenho da capital mineira em suas três zonas.

A Nova Capital, em termos populacionais, assiste a um adensamento e desenvolvimento da zona suburbana verificado pela migração elevada de elementos

³⁰ MINAS GERAIS. Lei n.03, adicional à Constituição de 17 de dezembro de 1893. Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso legislativo Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927 *apud* BARRETO, 1996, v.02.

advindos de outros grupamentos sociais e cidades que não os diretamente envolvidos no aparato administrativo do Estado, como funcionários públicos, e proprietários de terras, em Ouro Preto. Essa zona, nesse momento, se encontra em franca ocupação, ao contrário da urbana³¹, devido aos preços de lotes visto a localização (dentro do anel da avenida do Contorno, onde os lotes tem melhor infra-estrutura) e outros padrões de valorização imobiliária vinculados a consideração da terra como mercadoria atrelados à localização. Coloca-se então:

“Se não se excluíssem das concorrências os lotes localizados fora daquelas quatro seções reservadas para os 30.000 primeiros habitantes, o que garantiriam que seriam essas as primeiras a serem ocupadas? Se não se regulasse, por meio das concorrências, a afluência da população, seria a afluência da população que regularia o ‘preparo das ruas, avenidas e praças’, e, nesse caso, seria possível que esta se desse na faixa prevista?” (PENNA, 1995: 74).

“Se era à lógica do mercado que estaria sujeita a aquisição de um lote na nova capital, se era à renda do adquirente que estaria condicionada essa aquisição e se era necessária uma renda ‘não inferior’ para adquirir um lote próximo aos edifícios públicos, às ruas principais e ao centro comercial, isto é, um lote não-periférico, não seria este necessariamente um lote comprado, apropriado e ocupado por alguém ‘não-inferior’, por alguém não pertencente à classe trabalhadora? Sem o estado ‘planejador’ descrito por COELHO, o projeto de Aarão Reis não poderia ser executado. Sem esse estado capaz de ‘forçar a população (...) a ir se desenvolvendo do centro para a periferia’, ela não veria-se forçada a desenvolver-se no sentido inverso?” (PENNA, 1995: 74-75).

O Estado, ao tentar controlar o desenvolvimento da cidade da zona urbana para a suburbana e rural, do centro para a periferia, como colocado no plano, produz um contra-planejamento ou um planejamento às avessas, onde o desenvolvimento se dá da periferia

³¹ Penna discorre e vincula a segregação sócio-espacial em Belo Horizonte, a partir de sua construção em 1894, não ao desenho dos lotes, regulares na zona urbana e irregulares na zona suburbana, ou disposição e subdivisão da cidade em três zonas, como o fazem alguns autores (a autora cita, neste caso, trabalhos de autores como Michel Le Ven, Rodrigo Ferreira Andrade e Beatriz de Almeida Magalhães). Ela vincula esta segregação a uma conjuntura de forças pré-disponíveis baseadas em três agentes principais: o Estado, que desconsidera as classes não vinculadas a administração pública visto que a zona urbana era para ser ocupada, num primeiro momento por funcionários e administradores da capital vindos de Ouro Preto, assim como grandes donos de terra; o mercado imobiliário privado, em emergência, apropriando-se da negociação de terras fora do aparelho de Estado; e a população ocupante das terras: “Na verdade, tal zona não fora planejada como zona residencial para a classe trabalhadora, mas seria destinada a chácaras, quintas e sítios. Tal destinação justificaria certamente a largura das suas ruas e provavelmente a irregularidade dos seus quarteirões e seus lotes. Não se pode, portanto, afirmar que na organização física concebida por Aarão Reis estaria implícita a intenção de localizar a classe trabalhadora na zona suburbana, a intenção de que a dissociação entre as classes tomassem forma na própria cidade, ou seja, ‘a intenção de entregar a cidade ao mercado’: o engenheiro simplesmente não considerou tal classe em seu plano e assim fazendo, não considerou a diferenciação entre essa classe e as demais, não considerou que na nova cidade essa diferenciação seria dada pela própria forma de acesso autorizada pelo próprio estado” (PENNA, 1995: 73).

para o centro. A zona suburbana, nascida e já ocupada antes da urbana, cresce e estabelece o tipo e a direção do crescimento da cidade. A lógica da terra-mercadoria, e as relações por ela engendradas, redireciona o desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte.

O Estado como negociador/ gestor de terras, (F)ormalidade primeira em Belo Horizonte, acaba por, ao forçar um tipo de ocupação específica às zonas urbana, suburbana e rural, minando seu poder e capacidade de regulação do desenvolvimento e ocupação da cidade. Isso é causado pela contração de dívidas por parte de lotes não vendidos, em favor de um direcionamento da cidade do centro para periferia, como rezava o plano original. Com o capital investido para ocupação da zona urbana não retornando, há uma acumulação de dívidas. Durante este processo, além de diminuir sua capacidade de controle, é criado um comércio marginal de lotes nas zonas urbanas e suburbanas, fora do controle estatal, apoiado num emergente – devido a essa mesma conjuntura – mercado de terras. O capitalismo, apoiado na forma-mercadoria terra, acha sua maneira de produzir-se e reproduzir-se através de relações de produção perpetuadas pelo espaço socialmente vivido e vendido.

A saída de Aarão Reis (março de 1894 – maio de 1895), e conseqüente reestruturação da Comissão Construtora, com a entrada de Francisco Bicalho no comando da mesma (maio de 1895 – janeiro de 1898), representam a impossibilidade do Estado como único agente direcionador de crescimento da cidade. Representam a terra-mercadoria surgindo e se consolidando como moeda de valor na cidade, assim como já era em todas as outras que passaram por esta modernização, e a formação de um novo bloco de poder, uma (REF)ormalidade, pela fusão do mercado imobiliário e Estado quando em busca de interesses comuns como o desenvolvimento da zona urbana e suburbana – com um preço a se pagar.

“(...) um dos motivos de afastamento de Aarão Reis seria o fato de que ‘o processo de negociação de terrenos e de especulação que se instaura em Belo Horizonte contrariava os seus planos’. De acordo com a autora, ‘embora, desde o início, Aarão Reis expressasse a intenção de entregar os terrenos ao mercado privado, segundo ele, o processo de transferência deveria ocorrer sob critérios rígidos, sendo fundamental o papel do poder público em sua fiscalização e controle’. ‘Retiro-me’, declara o então engenheiro, ‘exatamente quando os especuladores de toda sorte, inclusive os politiquieiros, começam a entrar” (PENNA, 1995: 75).

Os arquitetos da Comissão Construtora, que projetavam os edifícios públicos e particulares a fim de dar uma coesão à paisagem concebida no plano, com a demissão de Aarão Reis e reorganização da própria Comissão, dão lugar a arquitetos e outros profissionais desvinculados do Estado, profissionais liberais, que atenderão a uma burguesia

em consolidação e que ocuparão empregos nos órgãos governamentais. Luigi Olivieri, italiano (MARQUES, 2000), foi um dos primeiros arquitetos a se instalar no canteiro de obras da capital e fazer projetos arquitetônicos particulares. Sua referência “(...) foi marcada pela tradição, vinculada que está a referências neo-renascentistas adquiridas ao longo de sua aprendizagem fiorentina que, combinada ao *liberty* turiniense imprimiu-lhe um caráter de excesso decorativo.”(MARQUES, 2000: 178). Mais uma vez, a recusa por formar objetos baseada numa crítica da crítica, como assinalado por Tafuri. Em termos urbanos, ou seja, na formação de uma cidade política e mercantil, a arquitetura cumpre seu papel de uma peça dentro de uma linha de montagem que é a cidade por um lado, e exercício de poder e construção de uma modernidade por outro, formalizando objetos.

O crescimento da periferia só tendeu a acentuar, cada vez mais, o desvinculamento e distanciamento do arquiteto com a nova realidade urbana da cidade, já que ele atendia a uma faixa estrita da sociedade. Isto o faz intensificar o papel da arquitetura como construção de uma modernidade racionalista e progressista, sendo uma composição estilística destinada a atender a uma burguesia ávida por joguetes neoístas, e produzir objetos para formação de uma cadeia produtiva vivenciada esteticamente em boulevares e parques, ou seja, na cidade. Por outro lado, essa periferização é imagem do sucesso do planejamento às avessas’ perpetrado pelo Estado, que tem como consequências a formação de um mercado imobiliário de interesses concorrentes aos seus, o que, por vezes, mina sua própria capacidade de poder e regulação.

Em 1897 ocorre a inauguração de BH, embora essa não se encontrasse terminada. Belo Horizonte só é finalizada treze anos depois, em 1910, com recursos vindos tanto do governo quanto da iniciativa privada, interessada em aumentar o preço dos lotes da zona urbana e vendê-los o mais caro possível. A cidade planejada previa uma população de, no máximo, 200.000 habitantes, sendo que a maioria estaria dentro dos limites da zona urbana. Hoje, a cidade tem mais de 2.000.000 de habitantes e a maioria da população, desde a sua inauguração em diante, vive fora da zona urbana (1906, 56% da população, 1912, 65%).

Com a não ocupação da zona urbana e ausências infra-estruturais na zona suburbana, visto que “Em 1912, todos os prédios da zona urbana possuíam água canalizada e 86% rede de esgoto, contra, respectivamente, 56% e 19% na zona suburbana.” (ANDRADE, 2004: 77), o capital privado cobre dívidas da prefeitura em troca de uma abertura na legislação sobre a venda e compra de terrenos na capital. Institui-se aí uma parceria entre o poder público e o mercado privado de terras a fim de financiar e promover o adensamento de áreas da capital. Devido ao custo mais alto dos lotes na zona urbana, a zona suburbana vê a especulação

imobiliária crescer e consolidar-se como órgão 'planejador' de uso e ocupação das áreas parceladas pelo plano de Aarão Reis. As áreas não parceladas, portanto sem infra-estrutura como água, luz e transporte de domínio de concessionárias privadas (GOUGHER, 1994), no entanto, são ocupadas clandestinamente, formando vilas e favelas, (INF)ormalidades. O 'Simples Plano' é radicalmente alterado, pois o Estado, como gerenciador do comércio das terras, o faz somente dentro da zona urbana e por pouco tempo. O crescimento do restante da cidade deixa de ser sua responsabilidade e objetivo central, inclusive. O foco é a construção e ocupação da cidade política a ser vivida e publicada modernamente: a zona urbana, espacialmente projetada e gerenciada pelo Estado, interessado em ater-se ao plano, e capital privado, interessado em vender lotes na área. Assim, como independentemente do próprio poder público, o mercado de terras cria novos bolsões de valorização e mercantilização imobiliária em áreas de interesse, por vezes não concordantes com as do governo, como ficará patente a partir da década de 30 (GOUGHER, 1994).

A nova negociação dos lotes, vide a alteração do Decreto n.803, de 11 de janeiro de 1895, pelo n. 840, em 09 de julho do mesmo ano, próximo à venda dos primeiros lotes, proposto por Francisco Bicalho, novo chefe da Comissão Construtora, e aprovado pelo presidente do estado de Minas Gerais, é alterada de modo a facilitar a compra de um maior número de lotes adotando-se a modalidade de livre concorrência, sem a supervisão do poder público. Portanto, latifundiários de terras da cidade são criados. Forma-se um mercado de terras que, pressionando o governo de modo a baixar ainda mais o preço dos terrenos (BARRETO, 1996: 406-415) em porções específicas da nova capital, estimula a ocupação de BH incentivando a especulação e negociatas de lotes e terrenos nas zonas urbanas ou suburbanas.

Uma nova relação entre poder público e capital privado – contextualizados em uma sociedade pré industrial, com o poder centrado nas fazendas do café e do leite e numa burguesia urbana em formação (MONTE-MOR, 1997: 478) –, uma (REF)ormalidade, é criada, representada pelo Estado como interventor e que contém conceitualmente o poder público e o capital privado, associados na produção e gerenciamento de um espaço que dê conta do giro do emergente capital. O estado, via comissão construtora, torna-se concorrente, de igual para igual, com empreiteiros e particulares na disponibilização de materiais para a construção da capital, ao mesmo tempo em que planeja a cidade reproduzindo relações de produção perpetuadas desde a compra e venda de lotes até a relação assalariada

empreiteiro-empregado da construção civil e empreiteiro-estado³². O Estado torna-se *locus* original e acelerador do desenvolvimento tanto de um mercado imobiliário estatal como da produção de novas relações de produção da cidade.

“O livre mercado de terras urbanas não seria concebível, entretanto, se o edifício não fosse igualmente atraído para o giro da economia capitalista e, tanto quanto as terras, fossem convertidas em mercadoria. Quando as autoridades públicas privam-se de suas propriedades fundiárias, elas estão se privando também da possibilidade de intervir indiretamente na organização do espaço urbano. Não é apenas essa intervenção indireta, porém, que será objeto de renúncia, mas também a direta: o estado aliena-se em grande parte do controle das atividades urbanas, inclusive da atividade da construção. Tal renúncia não decorre somente da obsolescência dos antigos instrumentos de controle face aos novos problemas de organização colocados na cidade, mas, também, principalmente, da obsolescência do próprio (conceito de) controle: a intervenção pública em todo e qualquer setor da economia e da sociedade, e isso incluem o urbanístico, é considerada, então, um obstáculo ao desenvolvimento da empresa capitalista que, como tal, deve ser removido (...) Assim é que (...) as áreas construíveis submetem-se ao domínio exclusivo da especulação privada” (PENNA, 1995: 35).

2.3. A Capital

Com a formação de uma sociedade pré-urbana num espaço pré-capitalista, portanto um grau de organização e estruturação permeada ou não pelo governo, iniciativa privada e habitante da cidade, começa-se a criar, na origem do espaço da cidade, uma polaridade e confronto entre o desejo por uma cidade moderna por parte tanto de quem governa e vende terra na cidade, e a cidade vivida e construída por rotinas pelos habitantes. Um ponto de inflexão instaura-se entre as necessidades físicas de uma cidade em construção e os desejos projetados nela pelos mais diversos agentes produtores de espaço. O poder público, através de relatórios para o prefeito e regulamentações sobre os transeuntes que deveriam ou não passar pelos espaços projetados da zona urbana da capital³³, criava mecanismos não só de

³² Tabelas de preços entre concorrentes constando os três principais: comissões construtoras, empreiteiras e particulares (BARRETO, 1996, p. 472). Nesta, feita por Francisco Bicalho em 1896, vê-se a constatação de que o estado não é mais, hierarquicamente, negociador e principal articulador da ocupação da capital, mas apenas mais um deles.

³³ “As prostitutas tiveram sua circulação restrita a áreas mais distantes do centro; foram regulados a atividade da mendicância, o comércio ambulante e o comportamento nos bondes” (ANDRADE, 2004: 77).

planejamento, mas de gestão, mais flexíveis e coincidentes com seus propósitos reguladores a respeito do uso e imagem modernos que a cidade deveria projetar.

“O modelo Haussmaniano (no qual se baseia também o plano de Belo Horizonte) é uma versão síntese urbanística exemplar de tal estratégia. Não por acaso como descreve longamente HARVEY (1985), foi o Segundo Império (na França) que, com seu regime nacional-socialista proto-facista apoiado na repressão policial e no populismo político, criou as condições para que tais reformas se realizassem. De fato, as ameaças revolucionárias, urbanas e rurais, fizeram com que o estado e burguesia se unissem em torno da implementação de tais reformas que atingiram a regulação do mercado do trabalho, a indústria e o comércio, os serviços sociais e urbanos, indo muito além das exigências funcionais urbanísticas imediatas” (MONTE-MOR, 1997: 475).

Entre esses desejos, do espaço planejado ao vivido rotineiramente, surgem tanto os primeiros movimentos sociais reivindicatórios da construção de infra-estruturas em bairros não assistidos pelo poder público e/ou as concessionárias privadas de serviços, assim como um espaço novo, forjado numa monumentalidade modernizante espacializado na construção do plano de Aarão Reis. A partir do espaço progressista ditado pelo plano para a capital de Minas Gerais que encontra uma colonialidade mineira surgem as (INF)ormalidades, como coloca Monte-Mór, produzindo uma cultura popular no início de século caracterizada como produto amalgamado de uma transição e reinvenção do cotidiano através de uma reapropriação do espaço. Da mesma maneira, ao se pensar sobre a dinâmica de produção do espaço da cidade de Belo Horizonte, bem como de formação social de sua população, (REF)ormalidades já eram formadas e organizadas entre os operários (seis mil, aproximadamente) vindos para construir a capital e habitantes da periferia. Ao dividir o mesmo espaço com a burguesia, e depois sendo relocados para áreas não urbanizadas, operários organizariam-se a fim de fazer valer suas reivindicações por melhores condições de vida na cidade.

Ao mesmo tempo, a cidade que cresce, rapidamente, para além dos limites físicos planejados por Aarão Reis e colocado às avessas por Francisco Bicalho, consequências da crise do poder público gerenciador, lentamente realiza, ao longo dos anos 20, o objetivo do plano de adensar a zona urbana. Esses são os indicadores de um fenômeno implosivo-explosivo³⁴, que se expressa em Belo Horizonte a partir de sua passagem de cidade político-

³⁴ “(...) processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de

comercial para industrial e urbana. Ao mesmo tempo em que sofre internamente este processo, adensando o centro (implosão), expande seus limites e os transgride (explosão), reformulando o seu próprio conceito de cidade. O novo raio de abrangência espacialmente construído explode a noção da cidade de BH com a inauguração de Contagem nos anos 40. A Nova Capital da Minas Gerais, a partir do momento em que se articula com a nova formação espacial brasileira, se acha engendrada em redes urbanas por onde fluem o capital em forma de terras, matéria-prima, produtos manufaturados e industrializados e a força de trabalho. A sobreposição da cidade política, comercial e, inicialmente, industrial, confere a Belo Horizonte um desenho de relações interno e externo ao seu espaço que expande o seu território para além de seus limites, criando uma urbanidade de âmbito, incipiente ainda, metropolitano.

O início da metropolização belorizontina se dá conjuntamente com o progresso técnico e econômico que atingem o Brasil, logo, Minas Gerais e sua capital, a partir da década de 1920. Isso significa também o fortalecimento das (F)ormalidades governo e capital financeiro privado, que a partir daí terão uma relação de antagonismos e complementaridades (que no último caso, produzirão (REF)ormalidades em agências, secretarias e autarquias, em recortes político-partidários e econômicos, por exemplo) espacializados, assim como o crescimento das (INF)ormalidades e (REF)ormalidades outras, resquícios não projetados espacializados social e culturalmente devido ao processo implosivo/explosivo belorizontino.

2.4. Por um Sentido – consensualizado – de Praça

Realizada dentro da Zona Urbana de Belo Horizonte e formada pelo entroncamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, a Praça Doze de Outubro, que se torna Sete de Setembro em 1922 quando do centenário da independência brasileira, é um dos espaços construídos pelo plano da Nova Capital. Com o desenvolvimento econômico da cidade de Belo Horizonte associado ao desenvolvimento urbano de sua zona urbana, a Praça Sete de Setembro torna-se um espaço público não tanto pelo seu desenho ou rotinas previamente (in) existentes, mas muito mais pelos programas modernizadores que ali se instalam e

pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc)”. (LEFEBVRE, 1999: 26).

convergem para este território – comércios como cafés, livrarias e outros serviços para as classes mais ricas, moradoras dessa zona da cidade.

Se o sentido público intrínseco a um espaço se constrói pelo tempo que se passa nesse, que é socialmente vivido, a praça Sete carece tanto de um tempo como um espaço para torná-la tal. Analogamente ao que mostra SITTE (1992) ao discutir a relevância e pertinência de se compreender as causas (do desenho ao uso) do fato das praças medievais e barrocas serem espaços públicos há séculos, articulando rotinas e desenho urbano como uma explicação da produção desse espaço, a praça Sete de setembro não é praça apenas pela falta de um desenho que admitisse a centralidade de seu espaço (nas paisagens fotografadas do início do século da capital mineira e sua principal avenida, a Afonso Pena, o espaço da praça não aparece, mas desaparece no meio da paisagem esverdeada linear da via), mas também porque não é referência construída no imaginário da cidade. Daí, a importância de ações afirmativas empreendidas por um governo sedento de por uma vocação de modernidade que comprovassem o uso desse espaço, tanto pelos programas em sua margem noticiados pelos jornais (MARQUES, 2000), como por nomeações oficializantes como ‘praça Sete de Setembro’, ambas com a finalidade de consolidar uma imagem de modernidade em Belo Horizonte.

Em 1922, com a inauguração do obelisco da Praça Sete e a mudança de nome, tenta-se reforçar um sentido de unidade e modernidade publicamente naquele espaço, um formado por uma soma de partes: uma avenida (Afonso Pena) como eixo de ligação entre a parte alta e baixa da cidade, “a montanha ao rio, nada a coisa alguma” (MONTE-MOR, 1994: 14), com infra-estruturas para transporte rodoviário e ferroviário, além de uma paisagem esverdeada no canteiro central; outra avenida (Amazonas) cuja função torna-se, com a explosão metropolitana no início dos anos 40 devido à inauguração do Distrito Industrial Juventino Dias, em Contagem, eixo de ligação e de manutenção de um fluxo de trabalhadores e mercadorias entre BH e seu novo pólo industrial; e a vida agitada de ruas movimentadas mais próximas como a rua da Bahia, por exemplo (MARQUES, 2000). Somado a isso, jornais como o Diário de Minas, em suas notícias, enaltecem o local como lugar da manifestação pública da cidade (DIÁRIO DE MINAS, 1922).

No caso da Afonso Pena, uma avenida constituída por uma paisagem linear de *ficus benjamina* ‘desenhados’ por podas cada vez mais geométricas, somada a edifícios representativos de uma vontade de poder e parques construídos para serem o lugar da experiência públicas urbana dos habitantes da cidade, constrói-se uma paisagem estética que diz de uma vontade ética moderna projetada de vida na cidade. Uma vivência postada numa

artificialidade do 'verde' e numa arquitetura construtora de um pitoresco romântico. Ao longo da via, a praça Sete se coloca, dentro da linha que é a Afonso Pena, como um lugar de *footings* calculados, não de uma espontaneidade anterior que valida uma dimensão pública socialmente vivida de vida na cidade.

Visando a construção de uma modernidade no cotidiano pelo uso do espaço a ser público tenta-se criar um consenso geral, tanto para a população de Belo Horizonte como para as das outras cidades, de que a cidade e urbanidade modernas rotineiras em BH seriam as criadas pela vontade de modernidade da população mineira, que por sua vez, seriam as mesmas projetadas pelo Estado. Com a emergência de uma 'gestão' do espaço urbano, exercidos por decretos lançados pela prefeitura de Belo Horizonte com vistas a controlar o uso e a imagem gerados por este no espaço, o Estado lança mão de artifícios como:

“Um decreto de 1925 regulou o uso de jardins públicos, praças e o parque municipal, discriminando as pessoas proibidas de freqüentá-lo: ‘Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e as que não estiverem decentemente trajadas, e bem assim as que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e volumes excedentes de 20cm de largura por 40 cm de comprimento” (Coletânea de Posturas Municipais, 1925, citado por ANDRADE, L., 1987: 43 *apud* ANDRADE, 2004: 77).

O Estado tenta criar, portanto, através de decretos e de regulações no modo de portar e de se vestir publicamente no caminhar pelas cidades, um espaço moderno com uma população moderna. Pessoas passeando com suas roupas de última moda, ditadas por cronistas mundanos que rejeitavam a antiga cultura mineira de Ouro Preto e reificavam os estilos e modas cosmopolitas das grandes cidades do início do século, apontavam o que era para ser visto e copiado. Essa modernidade, também formada por derivas e perambulações ociosas pela cidade, é criada e manipulada em uma vida social, em um cenário composto de cafés, padarias e pontos de encontro para conversas.

A Praça Sete de Setembro, devido ao fluxo de pessoas através das duas avenidas que a compõem, movimentando-se de uma ponta a outra da cidade a lazer ou a trabalho, somada aos eventos monumentais criados pelo governo, que conformam a vida pública na avenida Afonso Penam, cria essa imagem e sentido de modernidade mineira. Não apenas um cenário, mas uma paisagem cotidiana que o estado progressista pudesse chamar de moderna para a Nova Capital³⁵.

³⁵ Luciana Teixeira Andrade, em seu livro A Belo Horizonte dos Modernistas, exemplifica, através da literatura e em sua caracterização do contexto em que a modernidade literária mineira, personificado por escritores como Cyro dos Anjos, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade é criada, o espírito empreendedor e vontade do

CAP 3: A PRAÇA E O SURGIMENTO DE UMA CULTURA METROPOLITANA (1920-FINAL 1980)

3.1. Urbanização e Desenvolvimento: Da Cidade à Praça Sete de Setembro (30'-40')

Até os anos 20, o espaço da cidade de Belo Horizonte se acha produzido tanto pelas (F)ormalidades poder público e Mercado de terras urbanas, cada qual com seus interesses, mas operando em um espaço em comum, a zona urbana, e pelas (INF)ormalidades, operários, comerciantes e outros excluídos da zona de interesse do Estado, das zonas não ocupadas e periféricas. Com a finalidade de terem maior poder de ação sobre o espaço da zona urbana, tais (F)ormalidades investem no seu adensamento, potencializando a consolidação da área em termos de infra-estrutura, agindo de acordo com o plano de Aarão Reis, que previa o local como o espaço de crescimento primeiro da cidade. Por outro lado, as zonas suburbana e rural, ainda não urbanizadas, vão crescendo rapidamente através da compra de lotes, da invasão ilegal de terras não parceladas pelas (INF)ormalidades e com a valorização, devido a atividade agrícola, da última. Sem acesso, em termos econômicos e culturais, à zona urbana devido ao alto preço dos lotes e sua modernidade em construção, excludente da peculiaridade mineira de uma população não projetada para tal modernidade, as (INF)ormalidades apropriam-se das áreas ainda não ocupadas pela infra-estrutura estatal e privada (água, esgoto, transportes, iluminação). Apesar de, diferentemente da maior parcela de cidades do Brasil que nasceram sem um projeto ou plano de construção, Belo Horizonte evitar, como coloca Paul Singer (SINGER, Paul *apud* ANDRADE, 2004: 83-84), em seus estágios iniciais de desenvolvimento devido ao plano de Aarão Reis, problemas de trânsito, esgoto, água, iluminação entre outros; com o curso do tempo, esses problemas logo apareceriam, principalmente na zona suburbana, pertencente às classes mais baixas, menos urbanizada, mas possuidora das maiores taxas de crescimento urbano (FREITAS, 1996). Portanto, a cidade de Belo Horizonte, desde os seus primórdios, desenvolve-se contrária ao plano de Aarão Reis para a Nova Capital mineira: da periferia para o centro, parcialmente

Estado em criar uma paisagem moderna em Belo Horizonte. Ao longo das páginas 82 a 88, a autora descreve como tal modernidade foi construída através da importação de costumes europeus e subestimação da tradição colonial mineira via meios de comunicação como a revista A Revista, tanto pelos tipos de comércios e serviços que surgiram na área da capital, livrarias, serviços e cafés, como pela mudança gastronômica, por exemplo. A autora coloca como a tradicional comida mineira, tutu e torresmo neste caso, foi substituída pelo filé 'aux petits-pois'.

sob a tutela do poder público associado ao capital privado devido à sua própria incapacidade administrativa e político-financeira em gerir e criar infra-estruturas para toda a cidade planejada. A conseqüência disso é a produção de (INF)ormalidades espaciais singulares nas áreas marginais ao plano de Belo Horizonte³⁶.

Ao mesmo tempo em que a zona suburbana se adensa, o ritmo de crescimento da zona urbana estagna. A área central da cidade, dentro da zona urbana, destinada as classes com maior poder aquisitivo devido ao alto preço dos lotes em uma área já urbanizada de Belo Horizonte, não cresce no mesmo ritmo da zona suburbana. As partes da zona urbana que se encontram em ocupação são aquelas próximas ao limite da avenida do Contorno, onde o custo da terra não é tão alto (GOUGHER, 1994). Nos anos 30, na região dos bairros Cruzeiro, Santo Antônio, Anchieta, Cidade Jardim entre outros, foram se instalando as classes médias, provocando o deslocamento habitacional e o investimento na especulação de terras, do centro da zona urbana para o alto da avenida Afonso Pena, por exemplo (PENNA, 1995).

Outros fatos que ajudaram a catalisar o processo de diminuição da ocupação residencial da área central da cidade são os colocados por Gougher (1994). Ele afirma que os limites da zona urbana, suburbana e rural são politicamente diluídos pelo governo face a uma possibilidade de maior ocupação desses limites, a fim de atrair as concessionárias de serviços a proverem infra-estrutura a essas áreas. Algumas áreas limítrofes, por exemplo, pertencem à região de interesse do capital privado, a zona urbana, mas, ao mesmo tempo, estão em uma área pouco valorizada, a suburbana. O governo revê, em determinadas áreas da zona urbana próximas a avenida do Contorno, os rígidos critérios de assentamento, rebaixando-as juridicamente para suburbana, com vistas a deixar tais áreas mais

³⁶ A região do Bonfim, hoje parcialmente no bairro Lagoinha, desde a sua formação e consolidação no imaginário social dos habitantes da cidade de Belo Horizonte, na década de 30, é vista como local da boemia, prostituição, marginalidade, transgressão e imoralidade (MEDEIROS, 2001). Na pesquisa etnográfica, também espacial, liderada por Regina Medeiros, "O Bonfim da prostituição: a presença ambivalente do outro", é possível perceber como desde a formação da região, os espaços públicos e privados iam sendo se alguma forma retrabalhados pelo uso constante das prostitutas, foco principal do trabalho, e se distanciavam da imagem projetada pela modernidade do plano para a Nova Capital Mineira. Seja a praça como local de trabalho e encontro de clientes, seja o espaço dos prostíbulos, local de onde saíam blocos populares da região na época de manifestações populares, o Bonfim nasce como (INF)ormalidade fora do olhar do Estado preocupado com a zona urbana. Num momento posterior, segundo a autora, esta demarcação geográfica da zona de prostituição vai se transformando numa reificação da mesma, transformando-a em local controlado, através de sua exclusão, pelo próprio Estado: "As transformações do bairro Bonfim, a partir dos anos 80, tentam desfazer 'os lugares' considerados pelos de fora como espaço da imoralidade, obrigando seus moradores, especialmente as prostitutas, a percorrerem a refazerem seu espaço de trabalho, deslocando-se para outras áreas que a própria sociedade definiu como tolerantes - as imediações da estação rodoviária -, onde se inscreve a economia específica do prazer, caracterizada pela lógica comercial erótica, atualizada e adaptada para incrementar o fluxo dos de 'fora'. Dessa forma, otimiza-se o espaço da economia informal, baseada na exploração da imagem da imoralidade e na geografia da exclusão como um espaço - zona de baixo meretrício - diferente do resto da cidade." (MEDEIROS, 2001: 109).

'interessantes' ao mercado de terras. Além disso, tendo em vista que as áreas industriais, num primeiro momento, localizam-se próximas à zona urbana devido a sua infra-estrutura existente, o poder público promove "transferência e assentamentos dos operários na região a título provisório e gratuito" (GOUGHER, 1994: 48). Ou seja, preço baixo dos lotes associado a um grande potencial de rentabilidade atrai investimentos e ocupação de áreas vazias, anteriormente sem vislumbre de negociação. Já a zona rural, por sua vez, já era emancipada e amalgamada à suburbana desde os anos 10. Portanto, pretendeu-se reproduzir o capital com celeridade através da ampliação e facilitação do comércio de terras em toda as áreas limites entre as zonas.

Por outro lado, assim como o centro da cidade assistiu a um adensamento comercial promovido pelo aparecimento de grandes proprietários e comerciantes de terras/lotês na cidade, uma vez que o decreto n. 959, de Francisco Bicalho, expedido pelo estado, permitiu que fossem comprados vários lotes na zona urbana por apenas um comprador (PENNA, 1995: 76,77), como coloca PENNA (1995: 76), tal medida não apenas diminuiu a autoridade do poder público como único negociador de terras, pois as terras lhe pertenciam anteriormente, mas também "incentivou a especulação e negociata de lotes e terrenos", fazendo crescer e consolidar a especulação imobiliária, tanto dentro como fora da zona urbana, como um negócio lucrativo. A especulação imobiliária, antes restrita a zona urbana, expande na mesma medida que a cidade de Belo Horizonte.

Somado a isso, já na década de 40, outro fato contribuiu para o esvaziamento da área central e sua conversão e consolidação como local de referência da atividade comercial na cidade: o projeto do Complexo da Pampulha. Esse projeto objetivava não somente dar uma visibilidade moderna à cidade de Belo Horizonte seja com o projeto urbano como um todo, seja através da arquitetura de Oscar Niemeyer que projetou a Casa do Baile, o Cassino e a Igreja São Francisco de Assis, comumente chamada de 'Igrejinha da Pampulha'. A criação da Pampulha significa a construção de um novo espaço de lazer e moradia para as elites burgueso-industriais, financiadoras do crescimento econômico, infra-estrutural e urbano de BH, fora da área central da zona urbana.

Do ponto de vista tanto urbanístico como do planejamento urbano, de 1930 a 1949, de acordo com Freitas (MELO, 1991: 46 *apud* FREITAS, 1996), há uma série de tentativas, por parte do governo, associado ou não, dependendo do momento, à iniciativa privada, no sentido de retomar o controle do direcionamento, crescimento e ocupação da cidade. Somando-se as medidas anteriormente colocadas como diluição dos limites das zonas urbanas, suburbana e rural, e a facilitação do surgimento de um mercado imobiliário na área

suburbana a fim de expandir a infra-estrutura e capital, a ideologia do plano também é expandida para uma escala maior que a da cidade. O planejamento não seria apenas da cidade, mas pretendia abordar toda a região em volta de Belo Horizonte, pois a cidade adensa-se em seu centro assim como inicia um processo de expansão seus limites, vindo a se tornar metrópole mais tarde. Pensar Belo Horizonte significa pensar intra-urbanamente, bem como as zonas limítrofes (portanto, espacialidades) que ela estabelece com outras cidades e distritos industriais ao seu redor.

Se o cotidiano moderno da (F)ormalidade já fora criado e consolidado pela conjuntura de interesses comuns ditados pelo estado e mercado em parte da zona urbana nos primeiros anos de BH, a (INF)ormalidade aparece, apropriando-se dessa modernidade onde as relações intermediadas pelo capital ainda não foram capazes de se estabelecer plenamente devido a uma ausência de infra-estruturas mínimas, de uma população 'moderna' o suficiente para a modernidade em construção cotidiana, de habitações estilisticamente pertinentes e adequadas a paisagem a ser construída, e/ou de um plano, como coloca Villaça, 'não tão simples'. Ao mesmo tempo, com o redimensionamento da própria noção de cidade tendo em vista sua expansão causada pela industrialização através da modernização do espaço da cidade, através de um planejamento urbano feito pelo poder público quer se garantir o giro econômico, político e cultural modernos.

Em 1930, por exemplo, abre-se uma proposta de dividir Belo Horizonte em quatro zonas, substituindo as três que remontam o plano de Aarão Reis. Tal proposta previa a divisão em zona central ou comercial, zona residencial ou urbana, zona suburbana e zona rural definidas pela lei n. 363 de 04 de setembro de 1930. De início percebe-se uma vontade governamental em separar, a partir de três variáveis, a compreensão da cidade: uso, ocupação e valorização. O uso e ocupação seriam separados em comercial e residencial - urbana e central - na antiga zona urbana, a fim de especializar determinadas regiões da cidade, despolitizando o centro ocupado pelo híbrido residencial e comercial. Uma divisão que remonta uma a transposição da máquina de morar corbusiana para a cidade, onde há um espaço para o morar, privado, e outro destinado à vida pública. Já com relação à valorização, a manutenção da divisão em suburbana e rural explicita o modo como se continuava a considerar essas zonas como desinteressantes tendo em vista a imagem de cidade que se queria projetar. Se estas duas zonas iriam adensar-se, se seriam mal-ocupadas, ou se se transformariam em outro tipo de cidade e urbanidade, não era o caso, visto que a imagem de modernidade a ser retratada seria feita pelo centro e outras áreas ditas nobres, onde a (F)ormalidade poder público mantém um maior controle das relações sobre o espaço.

Já em 1935, coloca-se uma proposta de tentativa de estabelecimento de um maior controle sobre o processo de parcelamento do solo através do Decreto n. 054, de 04 de novembro de 1935. Com as conseqüências de uma ocupação desordenada e espontânea da zona suburbana de BH – com o processo de emancipação concluído em 1914, a zona rural é incorporada à suburbana (GOUGHER, 1994: 45, 46) –, o poder público percebe a possibilidade, ao criar as condições para que esse comércio ilegal se regularize, de cooptação e consolidação desses como parte do próprio. Conseqüentemente, conduzir-se-ia essa irregularidade em direção a um mercado de terra controlado e gerido pelo poder público. Portanto, iria se criar uma legislação que faria com que essa relação de compra e venda não saísse do escopo de controle do próprio Estado e que expandiria a cidade para áreas de interesse do mesmo, vis-a-vis o crescimento metropolitano desordenado e conflituoso da cidade projetada pelo poder público e de seu mercado de lotes. Significaria o direcionamento da urbanização dos espaços para onde a cidade deveria crescer, condizente com a realidade metropolitana e suas carências periféricas. Coincidência ou não, contrariamente à vontade de se expandir para áreas periféricas não urbanizadas, esse é o último decreto antes de, já na década de 40, criar-se, via parcelamento de terras não ocupadas, o Complexo da Pampulha, lugar para classes mais ricas e financiadoras do desenvolvimento industrial belorizontino.

Em 1940, há a fixação de normas de uso e ocupação do solo e de parâmetros para construção de edificações através do código de obras, via o decreto-lei n.084 de 21 de dezembro de 1940. O espaço urbano é pensado pelo tipo de programa que ele deve abrigar, tendo em vista a nova dinâmica espacial que se instala na cidade, sua metropolização. Belo Horizonte torna-se uma das referências em crescimento industrial a partir dessa década como, por exemplo, na zona oeste, a inauguração de Contagem. Isto externaliza uma vontade de mudança de relacionamento entre poder público e mercado privado que já vinha, há muito, se dando dentro do Estado, onde o poder público, através de medidas paternalistas junto à população, tendo em vista o governo nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, e medidas catalisadoras da expansão da capacidade produtiva industrial, entra em choque direto de interesses com os setores privados, interessados em desenvolver, consolidar e aumentar não só a sua possibilidade de comercialização de terras dentro de áreas já ocupadas, mas também em criar infra-estruturas fora das áreas de interesse da cidade³⁷.

³⁷ GOUGHER (1994), em seu trabalho sobre a relação entre setor privado, que, no caso, são as concessionárias privadas de energia elétrica e transporte, e o poder público, delineia os contornos da crise entre os dois a partir dos anos 30. Demonstra a partir de dados, contratos, fusões e falências, como o poder público, interessado em ocupar as áreas vazias do plano de Aarão reis, se vê numa relação de antagonismos com o setor privado, antes de

E em 1949, é encaminhada uma proposta à Câmara Municipal de Belo Horizonte a fim de criar cidades-satélites com funções específicas ao redor da capital: o Barreiro caracterizaria-se por uma função agrícola; Venda Nova, residencial; Pampulha, lazer; Cidade Industrial de Contagem, industrial. Assim como a divisão moderna dos CIAM via Carta de Atenas, ou as propostas de Ville Radieuse de Le Corbusier, a cidade seria vista, pensada e organizada como um organismo produtivo, uma cadeia de montagem que reproduziria não somente o modo como se produz a vida cotidiana, mas as relações de produção que se constróem dia a dia a partir dela. Em Venda Nova, o habitante moraria, no Barreiro ou em Contagem, ele trabalharia, e na Pampulha se divertiria. Todas estas funções ligadas por grandes avenidas, corredores de ligação, como a avenida Amazonas ou Antônio Carlos.

Entretanto, com toda a complexificação do aparato regulador e planejador da cidade de Belo Horizonte, tanto dentro como fora de seus limites institucionais, assistiu-se no espaço vivido da sua área central a consolidação da modernidade pretendida pelo plano de Aarão Reis. Dentro da zona urbana, a rua da Bahia consolidou-se, então, como principal pólo social moderno da cidade visto a instalação dos bondes elétricos que traziam pessoas de diversos cantos da capital e a quantidade de cafés e restaurantes que faziam a vida pública existir nesse canto do centro da cidade. Construiu-se um cotidiano moderno recortado, em um sentido, pelas *figus benjamina* na avenida Afonso Pena, e por outro, pelos bondes e serviços modernizadores da rua da Bahia. Uma estética barroca de eixos e áreas verdes, apropriada pela modernidade progressista mineira.

“Os locais de encontro mais importantes eram o Bar do Ponto, que ficava em frente ao ponto final dos bondes da avenida Afonso Pena; o Café Estrela, lugar de encontro, na década de dez, dos redatores da revista literária *Vida de Minas* e, na década de vinte, dos modernista de *A Revista*; os bondes, que criavam novas formas de interação social e por isso eram um dos temas prediletos dos cronistas e poetas, e a rua da Bahia, que concentrava o consumo e o lazer da cidade, com o Bar do ponto e o Café Estrela, confeitarias, restaurantes, lojas de roupas e artigos finos e a livraria Francisco Alves.

Em Belo Horizonte, a vida urbana, social e intelectual dos setores médios e altos teve como cenário privilegiado a rua da Bahia, também predileta dos modernistas de *A Revista*.” (ANDRADE, 2004: 87).



FIGURA 09: A avenida Afonso Pena e sua vegetação composta de *ficus benjamina*, em 1951.
FONTE: BELO HORIZONTE, 1996b.

No centro de Belo Horizonte, a praça Sete de Setembro age como intensificadora das relações urbanas ao se tornar o local de parada dos bondes. Os bondes são retirados da rua da Bahia em 1937 e relocados no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, onde a

largura das vias associada ao grande vazio central, catalisa a ocupação do local como lugar de trânsito de pessoas e afirma uma centralidade panóptica do desenho da própria praça, antes camuflada por *ficus benjamina*. Pessoas vindas do alto da avenida Afonso Pena de passagem, ou de bairros da zona suburbana tais como Santa Tereza e Floresta para comprar ou vender, por exemplo, ou indo a trabalho para Contagem, ou mesmo a trabalho no próprio centro dão forma e conteúdo social ao sentido que a praça vai tomando, apesar das tentativas do Estado de controlar não só o desenho da Praça, mas também o modo de usá-la, educando os cidadãos através de regulamentações sobre o modo de se vestir e portar, via decretos como a das posturas municipais, datadas de 1925 (cf. Coletânea de Posturas Municipais, 1925, citado por ANDRADE, L., 1987: 43 *apud* ANDRADE, 2004: 77). A Praça cria sua própria modernidade, amálgama formada pela colonialidade mineira das (INF)ormalidades, que por ali passam construindo territórios, e a vontade de modernidade das (F)ormalidades, causado pelos assentamentos formais, bares, cafés e pessoas desfilando suas roupas de última moda.

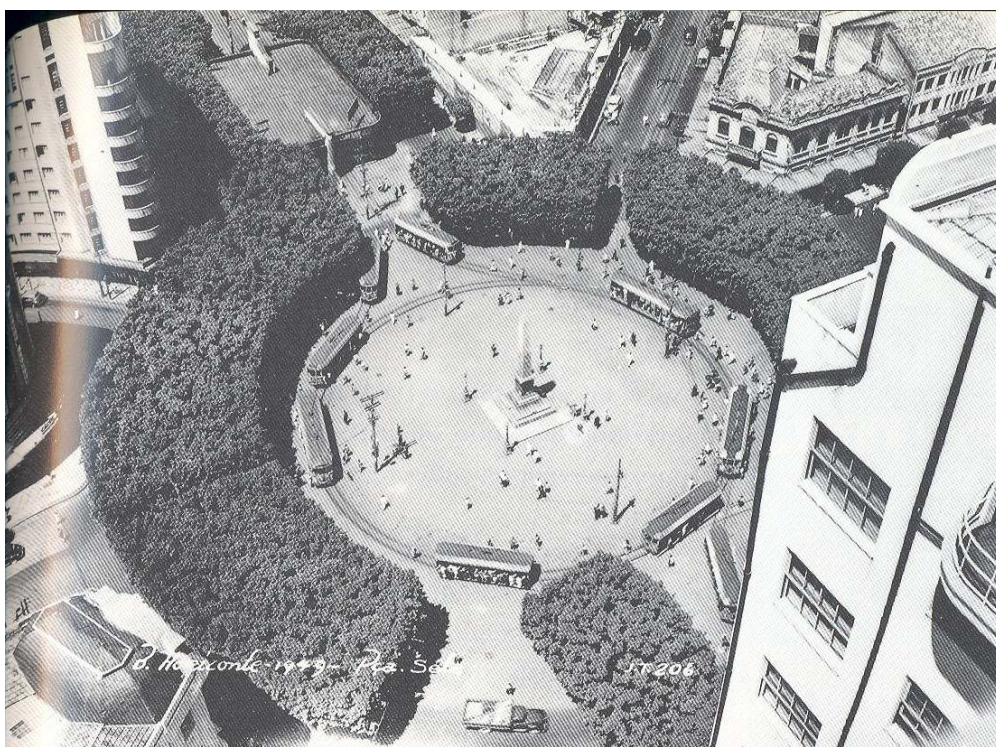


FIGURA 10: O espaço de parada dos bondes na praça Sete de Setembro, em 1949.
FONTE: BELO HORIZONTE, 1996b.

Como confirmado pelos jornais, o espaço da Praça Sete se transforma em palco de manifestações populares em três frentes: pelo Estado, a partir do Estado e independente do mesmo. No primeiro caso, com o jornal Folha de Minas de 08 de setembro de 1942: “Metais que se transformarão em armas para a defesa do Brasil: A ‘pirâmide metálica’ de Belo Horizonte, ontem inaugurada pelo prefeito Juscelino Kubistchek, está recebendo

contribuição de toda sociedade”, o evento criado pela ‘pirâmide metálica’, derretida e transformada em armas para a luta do Brasil na Itália, significa o Estado promovendo, através de sua própria capacidade de legitimação das ações que ocorrem na Praça, o local como espaço de manifestação pública. Com uma ação, empreendida por ele mesmo e que arregimenta a participação da população, o governo constrói uma ‘demanda popular’ a favor da participação brasileira na segunda Guerra Mundial.



FIGURA 11: “Metais que se transformarão em armas para a defesa do Brasil: A ‘pirâmide metálica’ de Belo Horizonte, ontem inaugurada pelo prefeito Juscelino Kubitschek, está recebendo contribuição de toda sociedade”. FONTE: FOLHA DE MINAS, 08 set. 1942.

No caso do Diário da Tarde de 04 de outubro de 1958: “Flashes das Eleições”, com a colocação de propaganda eleitoral no café Pérola, no entorno da Praça, toma-se partido de sua visibilidade e passagem para propagandear candidatos a futuros cargos na câmara de vereadores de BH.



FIGURA 12: “Flashes das Eleições”.
FONTE: DIARIO DAS TARDE, 04 out. 1958.

E o Diário da Tarde de 11 de janeiro de 1949: “Praça Sete: Biblioteca Popular. O lado pitoresco das bancas de jornal – onde se lê e não se paga – jornais, revistas e magazines, centro das atenções”, noticia o uso e os encontros promovidos, até hoje, pela busca das informações diárias sobre novelas, por exemplo, revelando relações cotidianas desinteressantes e independentes do Estado que constróem um sentido público espacial específico dado pela ação rotineira da população.



FIGURA 13: “Praça Sete: Biblioteca Popular. O lado pitoresco das bancas de jornal - onde se lê e não se paga - jornais, revistas e magazines, centro das atenções”. FONTE: DIARIO DAS TARDE, 11 jan. 1949.

Não tanto o desenho ou projeto de uma Praça, mas a dialética construída a partir dos eventos ali organizados e o espaço desenhado pelo plano de Aarão Reis, produz um espaço socialmente ativo e que escapa as tentativas de controle pelas (F)ormalidades em decretos de vestuários.

Apesar de, na década de 40, com a intensificação do uso do automóvel, associado à inauguração de Contagem e a necessidade de meios mais rápidos de transporte, o serviço de bondes ser desativado (sendo a estrutura física mantida no local até a década de 60), a praça como local público já se consolidou no imaginário coletivo e urbano da cidade pelo uso. Sua publicidade não depende mais de grandes manifestações populares investidas pelo Estado a fim de construir uma modernidade, muito menos de grandes espaços vazios, mas da construção de pequenas rotinas produtoras de histórias cotidianas de pequenos gestos e relações sociais.

3.2. Da Implosão-explosão à consolidação da Condição Metropolitana Belorizontina (50'-80)

Nos anos 50 inicia-se um crescimento e adensamento do tecido urbano beloizontino, já se espraiando em direção a Contagem, inaugurada em 1941, e estendendo-se cada vez mais, desmembrando, remembrando e parcelando áreas antes ditas rurais, fora da área do plano inicial da capital. Com o binômio industrialização-urbanização sendo propulsado por todo o território brasileiro através de políticas de concessão de terras e investimentos em indústrias de base a fim de tirar o país de sua posição de país de economia essencialmente agrária para um novo status, urbana, Belo Horizonte, assim como outras grandes e médias cidades, explode para além de seus limites.

No espaço intra-urbano beloizontino, com JK como prefeito de BH, tal processo implosivo se exemplifica com o conjunto JK. Nos anos 50, é concebido por Oscar Niemeyer o Conjunto Juscelino Kubistchek, comumente conhecido como Conjunto JK, no centro de Belo Horizonte. Mais do que um projeto que visa suprir uma carência habitacional da cidade de Belo Horizonte - 1,5% da população de Belo Horizonte na época, o que corresponde a 5.000 pessoas morando no edifício! (PIMENTEL, 1989) -, pensando conjunturalmente com a criação na década de 40 do complexo da Pampulha e a inauguração de Contagem, é o reforço de uma explosão induzida pelo Estado para industrialização e urbanização do território ao longo do eixo da avenida Amazonas. Tendo em vista o processo iniciado nos anos 50 de crescimento de uma indústria na cidade, e fora dela, bem como de um desenvolvimento urbano em Belo Horizonte, assim como o início de um violento processo de especulação por lotes urbanizados fora da antiga zona urbana (FREITAS, 1996: 49), estão sendo plantadas as condições para a futura criação da uma Região Metropolitana, em franca especialização. Por outro lado, significa também, um reforço estético e ideológico da modernidade no centro da cidade através da arquitetura moderna. Não somente os programas do conjunto JK como a ausência de áreas de serviço nos apartamentos, de janelas na cozinha, ou museus e boates no térreo, mas o seu desenho, visivelmente diferente do restante das construções no entorno, normalmente mais baixas e que remontam a um ecletismo importado europeu, e o modo de vida que eles potencialmente engendrarão - o modo como eles são apresentados nas pranchas de apresentação do empreendimento (cf. AP, 1996: 59-65) são exemplares ao confirmar a forma como se pretendia implantar a modernidade desejada para BH pelo cotidiano. Junto aos 5.000 moradores esperados, criar-se-ia uma necessidade infra-estrutural gigantesca na área, com alargamento de vias, mudanças de trânsito e o número de veículos que tal edifício atrairia (adensamento de tráfego), por exemplo; além de outras consequências. Portanto, o projeto do edifício vinha imbuído de uma cultura metropolitana e

urbana diferentes da cidade de Belo Horizonte, ainda entre uma vontade de ser moderna e uma realidade de embates entre poder público, especulação imobiliária e população advinda de uma outra realidade espacial.

A explosão-implosão de Belo Horizonte proporcionada, num primeiro momento, por um governo municipal ideologicamente encabeçado pela figura de Juscelino Kubistchek e de investimentos governamentais, encaixa-se dentro de um plano de dimensões nacional-desenvolvimentistas com sua ascensão ao poder nacional. A expansão do tecido urbano de BH, associada a sua industrialização e investimento em infra-estrutura como energia, transporte e habitação, metropoliza a capital.

No plano nacional, com Juscelino Kubistchek sendo alçado à condição, em 1956, de Presidente da República, a explosão urbanizante das fronteiras nacionais é alçada a um nível nacional. Com seu plano de metas, “50 anos em 5”, associado ao Estado do Bem Estar Social consolidado pela presença, desde os governos de Getúlio Vargas, de um Estado forte, centralizador e presente, JK faz o país passar por um processo de desenvolvimento urbano a partir de suas áreas metropolitanas, industriais e mono-industriais. Há uma substituição das importações a partir do crescimento não só da indústria de base, mas também de bens de consumo não duráveis proporcionado pela interação econômica e social com taylorismo no país, bem como a posterior inserção fordista (MONTE-MOR, 2005). Para que haja toda esta expansão da capacidade produtora do país, o Estado passa por um processo de endividamento. Portanto, para se adequar à sua industrialização, o Estado brasileiro se endivida de países centrais, e, conseqüentemente, diminui sua capacidade de autonomia nacional na espacialização desse mesmo parque produtivo.

Com Estado promovendo, nos níveis municipal e federal e a partir de suas associações políticas e econômicas, condições para a reprodução celerada e em grande quantidade de capital, tal contexto consolida-se cotidianamente através de uma maneira de se relacionar socialmente pela modernidade espacializada. A antiga zona urbana, adensada, e a suburbana, com sua ocupação (F)ormal ou (INF)ormal, que remontam os primórdios do Curral Del Rey, e posteriormente amalgamadas à zona rural e partes da zona urbana, criam nuances espaciais dentro de uma falsa homogeneidade moderna dos cafés e restaurantes franceses e chiques da alta sociedade (ANDRADE, 2004), trabalho na indústria e grandes conjuntos habitacionais que pretendiam transmutar a maneira como se mora coletivamente. Em contraponto a tais (F)ormalizações, as (INF)ormalidades dos moradores de rua, dos loteamentos irregulares, e do desenvolvimento urbano das favelas e outras ocupações irregulares, assim como as (REF)ormalidades que se formam com a flexibilização da

legislação urbana, dão o tom do que veio a ser uma modernidade particular periférica. Da mesma maneira, as (F)ormalidades poder público e setor privado, cada qual com interesses próprios, vêem desenvolver novos agentes urbanos e sociais em movimentos de reivindicação urbana e em relações de trabalho, sindicância e cidadania (cf. NEVES, DULCI, 1996). Ou seja, novos espaços não só de atuação na cidade, mas novos espaços na cidade.

3.3. Praça Sete: uma nova sensibilidade

Na Praça Sete de Setembro, desde suas primeiras intervenções que remontam a 1922, passando pela alteração em seu desenho com a colocação dos bondes em 1937, posterior desativação em 1940 e retirada dos abrigos e do obelisco, outra alteração em seu desenho nos anos 60; há uma urbanidade gerada pelo encontro de dois movimentos: o esticar, para fora, da cidade, bem como o seu adensar, para dentro. A praça constitui-se como palimpsesto espacial principalmente se for tomado em conta o crescimento urbano- populacional, de infra-estruturas, comércios, residências, fluxos, entre outros, no entorno construído a partir das constantes intervenções do Estado em seu desenho. Esta sobreposição de tempos e espaços na construção dos espaços públicos europeus medievais, como coloca SITTE (1992), acaba por criar uma noção de vida pública na Praça experimentada pelos eventos e ações dadas e consolidadas pela história materializada no espaço, em sua arquitetura e morfologia urbana.

O sentido moderno da praça Sete, a partir de então, se constrói atrelado ao movimento e urbanidade responsáveis pela mutação da cidade de Belo Horizonte de cidade política e comercial para industrial e, posteriormente, urbana. A centralidade da praça, dada pelo uso de seu espaço central, desaparece com o local de manifestação pública se tornando rotatória para veículos que se movimentam, de uma ponta a outra, nas avenidas Afonso Pena (bairro Funcionários e Anchieta no alto e Rodoviária e estação Ferroviária na parte baixa) e Amazonas (centro da cidade em um lado e Contagem, em outro).

Contudo, esse trinômio modernização - urbanização - metropolização, ao extinguir um sentido de praça como centralidade para substituí-la como rotor de veículos e passagem, ao mesmo tempo cria um outro lugar, um heterotopos como coloca Foucault, dado pelas ações e relações sociais engendradas pelo uso do espaço por seus agentes produtores:

“(...) nós não vivemos numa espécie de vácuo, dentro do qual indivíduos e coisas podem ser localizados, ou coloridas de diversas matizes, mas em uma série de relacionamentos que definem posições

que não podem ser igualadas ou superimpostas de qualquer maneira” (FOUCAULT, 1997: 351).³⁸.

Portanto, como coloca Soja, ao comentar Foucault:

“O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro daquilo que Lefebvre descreveria como *l'espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais. É um espaço raramente visto, pois tem sido obscurecido por uma visão bifocal que, tradicionalmente, encara o espaço como um construto mental ou como uma força física - uma ilusão dual (...)” (SOJA, 1995: 26).

A manifestação pública na praça Sete de Setembro deixa de ser vista e gerida apenas pelo Estado para se tornar marginal e independente do mesmo, também. O sentido de publicidade se forma nos limites ou zonas de fronteira (entre espaços) entre a permanência e a passagem, nos quarteirões lindeiros, fora de legislações corretivas ou regulamentações, fora de conceitos pré-determinados do que é o espaço público como praça ou parque, à parte ou nas frestas dos eixos perspectivados barrocos de Aarão Reis, fora da vida moderna belorizontina, fora das fotos oficiais da Praça Sete de Setembro. Com a extensão do tecido urbano³⁹ causado pela existência de bairros mais distantes e depois, Contagem, somado ao desenvolvimento comercial e existência residencial de moradores ali ou nas proximidades e aos novos espaços construídos com esta modernização (pontos de ônibus metropolitanos, por exemplo), produz-se uma cultura a partir destes novos territórios. Estes são construídos tanto coletiva como individualmente, desde a ocupação dos espaços privados até dos públicos, via uso e apropriação, subvertendo e adaptando-os às necessidades específicas. O corpo coletivo e individual se forma permeado por uma cultura produzida nos movimentos dialéticos espacializados entre as (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades belorizontinas.

Pensando a formação da cidade de Belo Horizonte como um processo espaço-temporal que acumula e transforma continuamente esta área urbana desde as primeiras

³⁸ ““(…), we do not live in a sort of a vacuum, within which individuals and things can be located, or that may take on so many different fleeting colours, but in a set of relationships that define positions which cannot be equated or in any way superimposed. (...)” (FOUCAULT, 1997, p.351).

³⁹ O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (grifo nosso).” (LEFEBVRE, 1999: 17).

intervenções nas áreas próximas e na própria Praça Sete de Setembro, como colocado anteriormente, pode-se dizer que foram se formando diversas culturas espaciais dentro da cidade, seja no centro ou em suas zonas periféricas. A formação desse modo de vida ‘moderno’, que vai se constituindo metropolitano, e se torna urbano, percorre um caminho que se iniciou na construção da capital, liderada pelo poder público e um mercado imobiliário em gestação, e posterior consolidação, e habitada por uma população de já moradores do Curral Del Rey, até o momento da extensão da metrópole para além de seus limites, seja através das recentes tecnologias informacionais ou a partir de uma infraestrutura de ferrovias e rodovias que ligam BH até as principais cidades do Brasil e mundo. Essa vida na metrópole que começa a se consolidar no centro, especificamente, como adensada, e congestionada a partir dos anos 50, significa a emergência de um tipo de cultura específica na região. Analogamente às outras cidades, seja New York ou São Paulo, devido a uma série de circunstâncias ao mesmo tempo comuns num nível mundial, como a tendência a metropolização das grandes cidades, e específicas num nível mais regional, no Brasil, o plano de metas de JK e a ditadura militar brasileira, BH está iniciando, nessa época e a seu modo, a construção de uma cultura metropolitana.

Desta maneira, pode-se pensar numa cultura comum às grandes cidades que se formaria a partir de mesmas variáveis: adensamento central e congestionamento. Entretanto, os níveis a que cada destes parâmetros chegaria, bem como as formações espaciais geradas, são específicas de cada localidade, sendo produtos culturais. Para se pensar sobre estas generalidades e especificidades metropolitanas, o arquiteto Koolhaas cunha um termo para esse modo de vida e maneira de se relacionar cotidianamente na e com a metrópole, mais especificamente Manhattan, em New York, seu objeto de estudos e transduções⁴⁰, no final da década de 70: ‘cultura da congestão’. Como colocado no prefácio, Hays ao comentar sobre o texto em questão:

“No meio de um anti-modernismo que vivificou as aspirações utópicas de uma arquitetura entre as duas guerras como uma manifesta vontade de poder cujo desejo por liberdade coletiva foi convertido numa fórmula totalizante de jaula composta de aço e vidro, emergiu também ali uma sensibilidade completamente diferente, caracterizada por sua visão irônica que parodia tanto os exercícios psico-aeróbicos do modernismo como a manutenção do que deveria ser ainda visto como preocupações funcionalistas e programáticas, mas agora redirecionadas à formação de cenários quase surreais.” (KOOLHAAS, 2000: 320).

⁴⁰ “(...) estudo dos objetos possíveis.” (LEFEBVRE, 1999: 19).

Considerando Manhattan como o arquétipo da condição metropolitana (KOOLHAAS, 2000: 322), Koolhaas define os contornos dessa metrópole a fim de discursar sobre sua cultura intrínseca através de narrativas literárias escritas e desenhadas, como colagens irônicas, apoiadas numa experiência surreal do habitar e vivenciar rotineiramente os espaços deste organismo urbano:

“(…) através da simultânea explosão de modernas tecnologias e da população humana nos seus territórios limitados, eles se viram como base de uma forma mutante de coexistência humana denominada Metrópole.

A Metrópole invalida todos os sistemas de articulação e diferenciação antigos que tradicionalmente guiaram o planejamento das cidades. A Metrópole anula a história anterior da Arquitetura.

Mas se a Metrópole é uma mutação verdadeira, pode-se assumi-la como algo que produziu seu próprio Urbanismo: uma arquitetura preocupada exclusivamente com o ‘esplendor dos miseráveis’ da Condição Metropolitana; uma arquitetura com seus próprios teoremas, leis, métodos, avanços e realizações que permaneceram longe e fora do campo de visão da arquitetura oficial e da crítica, ambos incapazes de admitir uma ruptura fundamental que faria suas próprias existências precárias”. (KOOLHAAS, 2000: 322)⁴¹.

Portanto, o que emerge deste organismo metropolitano, desconsiderados crítica e analiticamente pela disciplina arquitetônica, segundo o autor, é uma realidade como a da cidade de manhattan:

“Manhattan representa a apoteose do ideal de densidade por si mesmo, tanto de população como de infra-estruturas; sua arquitetura promove um estado de congestão em todos os níveis possíveis, e explora esta congestão a fim de inspirar e suportar formas particulares de intercâmbio social que juntos formam uma singular cultura da congestão.”. (KOOLHAAS, 2000: 322)⁴².

Através de elementos arquitetônicos como o elevador, e sua possibilidade de interação social e ambiental – “(...)o primeiro paradoxo metropolitano: quanto maior a

⁴¹ “(...) through the simultaneous explosion of modern technologies and human population on their limited territories, they found themselves supporting the mutant form of human coexistence that is known as Metropolis.

The Metropolis invalidates all the previous systems of articulations and differentiation that have traditionally guided the design of cities. The Metropolis annuls the previous history of architecture.

But if the metropolis is a true mutation, it can be assumed that it also generated its own Urbanism: an architecture that is exclusively concerned with the ‘splendeurs et misères’ of the Metropolitan condition; an architecture with its own theorems, laws, methods, breakthroughs and achievements that has remained largely outside the field of vision of official architecture and criticism, both unable to admit a fundamental rupture that would make their own existence precarious”.

⁴² “Manhattan represents the apotheosis of the ideal of density per se, both of population and of infrastructures; its architecture promotes a state of congestion on all possible levels, and exploits this congestion to inspire and support particular forms of intercourse that together form a unique culture of congestion”.

distância da terra – portanto, mais não-natural a localização – mais próxima é a comunicação com o que restou da natureza (isto é, luz, ar, vistas, etc...)” (KOOLHAAS, 2000: 325)⁴³ –, assim como uma leitura a partir dos programas que dele dependem, Koolhaas traz à discussão o tipo de vivência cotidiana produzida na escala do corpo e as relações sociais coletivas geradas a partir dele na Metrópole. Não somente elementos de circulação vertical, mas também a partir de descrições surreais dos espaços e eventos interativos que ocorrem em uma ilha, como por exemplo, Coney Island, que ao perder o seu caráter de natureza intocada com o êxodo urbano para sua área, urbaniza e metropoliza os elementos e eventos naturais, como uma vaca substituída por uma máquina de fabricar leite e uma máquina que promove sexo, a fim de fazer os habitantes deixarem de ser solitários.

Ao invés de grandes narrativas sobre a cidade da segunda metade do século XX a partir do contexto político ou econômico que a gera, transformando-a num amontoado de dados estatísticos e manipuláveis regionalmente – tal como pretende a objetividade moderna –, o arquiteto promove uma discussão sobre o ambiente urbano a partir de quem o vivencia rotineiramente: o usuário de espaços da cidade. Apesar de sua escrita narrar espaços irreais, quando não surreais, o que se propõe é, na escala do corpo que habita esta metrópole e vivencia esta condição metropolitana, expor e analisar criticamente que nova experiência estética está sendo vivenciada, como coloca Tafuri, pela ideologia espacializada do plano moderno. Assim como já colocado no próprio texto, busca-se reafirmar o caráter e a construção corporal individual e coletiva de habitantes da metrópole a partir de uma arquitetura ordinária, descomprometida com uma crítica mais rigorosa, mas atrelada a parâmetros próprios: se em Manhattan, centro’ nervoso’ de New York, é a caixa de vidro e aço produzida em série que domina a paisagem, no centro de Belo Horizonte é esta mesma caixa convivendo, mais incisivamente, com as contradições sistêmicas inerentes à localidades periféricas – o espaço público apropriado por mendigos ao lado dos arranha-céus, por exemplo.

Por outro lado, como coloca Koolhaas, se os episódios relatados parecem irreais, talvez seja porque os arquitetos não admitiram que uma urbanidade diferente foi produzida, espacialmente, a partir da emergência da cidade industrial, desde que a produção material arquitetônica moderna confrontou-se com as práticas e rotinas imprevistas, ou que não se encaixam na equação objetiva e hermética do habitar-circular-divertir-trabalhar da máquina

⁴³ “(...)the first Metropolitan paradox: the greater the distance from the earth – the more unnatural the location – the closer the communication with the remains of nature (i.e. light, air, views, etc...)”.

de morar corbusiana. Uma mudança de foco é proposta: a necessidade de uma visão urbanística a partir do que é vivenciado na Metrópole.

No caso específico de Belo Horizonte, o que deve ser sublinhado   que, concomitante às condi es engendradas pelo Estado a fim de (re)produzir as condi es de produ o do capital, houve a cria o de um ambiente que passa ao longe pelo controle efetivo desta mesma (F)ormalidade no espaço urbano. Apesar de estrategicamente pensado e conjunturalmente desenhado, com suas condi es, obviamente, sendo projetadas antes, há espaços incertos que fogem ao concebido e que não se cristalizam em formas normalmente reconhecidas arquitetônicas, mas que o são. Com o adensamento e extensão da cidade gerando o fen meno implosivo-explosivo, houve a emergência de uma cultura metropolitana, produtora de uma urbanidade e sensibilidade singular surgida num imbrincamento dos espaços públicos e privados, pensando-os como um continuum ambiental. Se a natureza de Coney Island foi domesticada, como narrado por Koolhaas, e passou a ser substituída por uma artificializada, o mesmo aconteceu em BH. Apesar de não serem coincidentes espaço-temporalmente, o fato   que estes processos ocorreram: a substitui o da natureza por um artifício, uma simula o do real, geradora de ambienta es ecológicas beirando o surreal. Praças, jardins e parques belorizontinos, naturezas artificiais e domesticadas na medida em que estas áreas ‘verdes’ na cidade foram diminuindo e sendo adquiridas para constru o de quintais privados ou, mais futuramente, para condomínios fechados nas porões afastadas, quando não fora, da cidade, mostram a cria o ambiental metropolitana se estendendo e adensando, explodindo e implodindo. Portanto, da cidade, pública, até a casa, privada, mas por um recorte ambiental que perpassa as duas esferas.

Se o Radio City Music Hall se caracteriza com o slogan “Uma visita ao Radio City Music Hall   tão bom quanto um mês no campo” (KOOLHAAS, 2000: 329)⁴⁴ por seu sistema de ar condicionado contar, num primeiro momento com gás do riso e depois, com N2O, para melhorar a saúde dos visitantes, as galerias centrais de BH, espaços de passagem entre duas ruas, se caracterizam por uma diversidade de cheiros e cores provocada pela enorme quantidade de diferentes comércios e outros estabelecimentos. Ambientes diferenciados, surgidos de conjunturas fragmentadas e, ao mesmo tempo, experimentadas como uma continuidade olfativa, tem um ponto em comum: a cria o de uma ambiência e a possibilidade de se pensar o espaço a partir do vivenciar corporal. E assim se apresentam os espaços de encontro, de conversas, de cheiros de café, cigarro, pão de queijo e salgados;

⁴⁴ “A Visit to Radio City Music Hall is as good as a month in the country.”.

bancas de revista, espaços onde em torno há conversas informais com transeuntes, pessoas paradas em frente lendo a primeira página dos jornais sem pagar, ou servindo de sombra de um sol escaldante e, ao mesmo tempo, possibilidade de propaganda; pontos de ônibus onde pessoas reclamam da demora do 'coletivo', sentindo o sol ou a chuva, esperando de pé... tal como JACOBS (2003) já afirmara.

A Praça, após a retirada do Obelisco em 1961, e colocação (1962), e posterior retirada (1973), dos bustos em homenagem aos fundadores da cidade, além da retirada dos bondes e trilhos para alargamento da via para veículos, vai desenvolver-se metropolitanamente construindo sua própria cultura nos interstícios deixados após a demolição de sua centralidade: nos quarteirões da rua Carijós e Rio de Janeiro, na galeria de acesso da rua Amazonas para a Afonso Pena e na rua, entre o espaço da praça Sete e Rio Branco, próxima à Rodoviária de Belo Horizonte. Nas margens da 'ex-praça redonda e central', desenvolver-se-ão experiências não mais controladas ou gerenciadas pelo Estado, nem comercializadas pelo mercado imobiliário, mas produtos de uma congestão circunstancialmente construída pelo uso. Serão nestes territórios a formação e consolidação de novos lugares, públicos, privados e entre estes, intermediados nem tanto por regulamentações ou pela consideração da terra como forma-mercadoria, mas por relações sociais dadas pelo uso e a incorporação do corpo individual e coletivo pelo espaço. As entradas dos edifícios, passagem, se tornam pontos de encontro; a rua como transição entre público e privado como *locus* de manifestações públicas, pregações religiosas, e privadas, como os vendedores ambulantes; a galeria comercial como rua de passagem e de permanência, este último analogamente aos comentários de Walter Benjamin sobre o Flanêur, o corpo coletivo e a Paris de início de século XX.

"As ruas são morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece, e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes. Para esse ser coletivo, as tabuletas das firmas, brilhantes e esmaltadas, constituem decoração mural tão boa, ou melhor, que o quadro a óleo no salão do burguês; os muros como '*défense d'afficher*' (proibido colocar cartazes) são sua escrivadinha, as bancas de jornal, suas bibliotecas, as caixas de correspondência, seus bronzes, os bancos, seus móveis do quarto de dormir, e o terraço do café, a sacada de onde observa o ambiente. O gradil, onde os operários do asfalto penduram a jaqueta, isso é o vestíbulo, e o portão que, da linha dos pátios, leva ao ar livre, o longo corredor que assusta o burguês é para ele o acesso aos aposentos da cidade. A galeria é o seu salão. Nela, mais do que em qualquer outro lugar, a rua se dá a conhecer como o

interior mobiliado e habitado das massas.” (BARBOSA e BAPTISTA, 1989, p. 195).

O espaço da praça Sete e entorno tornam-se territórios de embate entre (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades que gerarão, por sua vez, outras articulações e desarticulações, outras relações, outros topos, heterotopias, e conseqüentemente, relacionamentos.

Como coloca LEFEBVRE (1991), e conseqüentemente FOUCAULT (*apud* LEACH, 1997), ao discorrer sobre as manifestações do predomínio do ambiente organizado e publicamente civilizado sobre narrativas do cotidiano: há a produção de uma nova espacialidade, um germe para novas práticas dentro da condição metropolitana, no caso belorizontina. Estas são possibilidades vivenciadas em realização a partir do momento em que se entende o real como local de uma virtualidade, não realizada, mas que se apresenta no presente via imaginação⁴⁵.

3.4. Nova compreensão e novos Instrumentos para se planejar e agir na cidade (50-final 80’)

Concomitantemente ao entendimento da produção do espaço belorizontino a partir de mudanças estruturais nacionais e mundiais, econômicas e políticas, assim como sociais, com a formação de uma cultura metropolitana específica, principalmente tomando como exemplo a Praça Sete de Setembro, por outro lado, faz-se necessário entender o planejamento do espaço desde 1930 visto as tentativas do poder governamental de construção, acompanhamento e intervenção no crescimento da cidade através de uma legislação urbana, devido aos problemas advindos com sua metropolização, conseqüência da expansão do tecido urbano, adensamento central e ausência de qualquer regulação eficaz para ordenar o crescimento em termos de uso e ocupação do solo. Paralelamente ao poder público e suas propostas planejadoras de caráter físico-territorial até o fim dos anos 40 – instrumentos que ora advém de um código de obras (1940) ou que prevêem uma renomeação de certas áreas da cidade (1949) ou controle da área construída pela regulação dos modos de parcelamento

⁴⁵ LEFEBVRE (1999) pensa o termo virtual como possibilidade de criação de um objeto possível, a sociedade urbana ou a urbanização total da sociedade, expostos em seu livro A Revolução Urbana, por uma processo e práxis, contextualmente, urbanos. Esta virtualidade imaginada, mesmo não se construindo como realidade presente, existe nela a partir do momento em que é vista como potencialmente possível. Para se pensar estas virtualizações, a transdução (reflexão sobre o objeto possível) se coloca como o procedimento metodológico.

(1935) –, são formuladas pelo poder público e capital privado intervenções e ações urbanísticas como grandes construções e empreendimentos desenvolvimentistas, modernizadores e populistas, como a criação do Complexo da Pampulha e a criação do Conjunto JK.

Neste sentido, faz-se um esforço a fim de pensar a concepção do espaço a partir de tentativa de modernização do planejamento de Belo Horizonte, com o Estado se equipando de instrumentos de regulação urbana, a fim de ter o controle sobre os eventos que acontecem na cidade. Para tal, somente a partir de 1950 um tipo de olhar abrangente e compreensivo sobre a cidade e sua produção começa a tomar contornos mais específicos e globais, tendo em vista a totalidade espacial e urbana dessa capital.

3.4.1. SAGMACS

No final dos anos 50 e início dos 60, segundo FREITAS (1996: 45-54), há uma iniciativa a ser destacada que se refere ao planejamento proposto pela SAGMACS (Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais) – equipe filial do Instituto de Pesquisa Economie et Paris fundado em 1940 por Louis Joseph Lebreton. Estudo multidisciplinar, contendo a análise de aspectos demográficos, econômicos, urbanísticos, político-administrativos e sociológicos, além de aberto a incorporação de outras propostas, e que, por outro lado, pensa a cidade não mais a partir somente do que deve ser, mas do que é, com a formulação de dados a partir da vida existente nas ruas e bairros de BH; este plano tinha como objetivo conduzir à formulação de uma proposta de plano diretor para a cidade. Este diagnóstico tinha como principal preocupação mostrar objetivamente os custos associados à expansão metropolitana em curso na cidade. Contudo,

“Em busca de objetivação e validação, ressalta-se que tanto os diagnósticos elaborados, quanto o plano proposto, prendem-se a um excessivo rigor matemático-estatístico, onde, para a proposição de índices, taxas, projeções, etc., recorre-se a amostragens, simulações e previsões. Assim, prevêem-se as percentagens de distribuição relativa entre os diversos usos urbanos, as formas de ocupação do terreno, e até os ajustamentos de parâmetros urbanísticos, quando determinadas situações (definidas numericamente) fossem atingidas. Da mesma forma, dimensionam-se áreas verdes, distribuição dos diferentes usos segundo os tipos de vias, densidades admissíveis, coeficientes e demais parâmetros” (FREITAS, 1996: 51).

A estatística, ao invés de ser usada como procedimento aberto à imaginação de cenários que potencializassem uma cultura metropolitana em formação e consolidação, rende-se a uma objetivação tipicamente modernizante e segregativamente funcional – racionalidade temporalmente concomitante com a construção de Brasília em 1960, nesse caso. Por outro lado, a questão, diferentemente do colocado acima, não reside apenas no excessivo rigor estatístico em si, mas no uso feito dele para produzir cenários segundo interesses específicos do/no Estado.

Tome-se como exemplo os níveis de coletividade elaborados pela SAGMACS:

“Os níveis de coletividades tinham como objetivo revelar de forma quantitativa os aspectos qualitativos dos diferentes bairros de Belo Horizonte. Composto o nível coletivo de vida, observam-se oito níveis, cujos aspectos abordados mais significativos encontram-se entre parênteses: nível biológico (saúde pública), nível doméstico (equipamentos domésticos, condições de higiene), nível habitacional (padrões habitacionais, números de moradores, proximidade relativa às atividades comerciais, entorno ambiental), nível de transporte (transporte coletivo, acessibilidade), nível escolar primário (localização de escolas, demanda e ofertas escolares, aproveitamento escolar), nível cultural (escolas profissionalizantes, bibliotecas, grupos culturais, lugares de culto, grau de instrução), nível de recreação e esportes (equipamentos de lazer coletivos disponíveis, equipamentos de lazer domiciliares) e nível de vida de bairro (existência de serviços públicos, relações de vizinhança).

A partir da adoção de um sistema de notas e pesos relativos para cada um dos itens integrantes de cada nível, avaliaram-se os diferentes bairros de Belo Horizonte, classificando-os segundo as seguintes tipologias: popular (precário, inferior e especial), médio (médio e comercial) e superior (com deficiência de equipamentos e residencial).” (FREITAS, 1996: 52-53).

Mais do que apenas uma possibilidade de entendimento da produção do espaço da cidade, e não total, apesar do que parece pelo uso de procedimentos estatísticos abrangentes, esses dados fabricam uma construção do real que não é, por vezes, equivalente ao que se dá no espaço vivenciado. Todavia, por outro lado, estes dados produzidos a fim de criar uma lei de caráter público parecem formar, na verdade, índices de regiões potencialmente adensáveis tomando como parâmetros avaliativos nível de vida e qualidade ambiental, por exemplo. Parecem constituir-se como indutores de atuação do mercado imobiliário, conformando nichos de crescimento metropolitano, segundo aspectos como nível ou classe social.

Suas limitações compreendiam, também, a atividade de planejamento do espaço urbano como vinculada estreitamente ao reordenamento físico, adotando taxas de ocupação,

índices de aproveitamento do terreno e quota de espaço *per capita*, por exemplo. Tal qual o plano de Aarão Reis para a capital, este plano era simples demais, apesar de empreender um esforço compreensivo espacial importante. Ao mesmo tempo, reforçando esta simplicidade, não ia contra as leis estabelecidas pelo mercado imobiliário, importante vetor responsável pelo crescimento da cidade, quando não as acompanhava e catalisava.

“Enfim, mesmo não tendo sido aprovado e aplicado, o plano diretor proposto pela SAGMACS representou um importante passo na evolução do planejamento urbano de Belo Horizonte, verificando-se, (...), que muitas de suas diretrizes ressurgiram reinterpretadas em propostas posteriores” (FREITAS, 1996: 54).

Analisando as estratégias da SAGMACS, essa, entretanto, cria um problema: interpretação do espaço, para a posterior formulação de planos de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como planos diretores e outros documentos a respeito do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, a partir de uma lógica que usa da objetividade como instrumento de construção de consensos a respeito do que é real, fazendo desaparecer as nuances criadas, no cotidiano, por uma cultura metropolitana. Portanto, este plano reforça um planejamento apoiado em zoneamentos funcionais e tecnocratas, adotados posteriormente em BH via leis de ocupação e solo em BH.

Quando o real em seu nível vivenciado deixa de ser analisado em sua dimensão experiencial, para ser pensado a partir de fragmentos numéricos, visões falsamente totais, portanto parciais, perde-se a dimensão urbana espacialmente construída. A estatística dá uma falsa noção de controle e compreensão do que acontece em vida. O urbano, como experiência, torna-se uma abstração numérica. Ironicamente, o urbano torna-se objetividade.

3.4.2. As Leis 2662/76 E 4034/85

No decorrer dos anos 70, são criadas a Região Metropolitana de Belo Horizonte (1973), a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL (1974), e a Lei 2662/76, a primeira lei de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte (1976), como formas de pensar BH total e objetivamente pelo Estado⁴⁶. O

⁴⁶ Importante contextualizar que essas instâncias de planejamento surgiram dentro do plano de metas dos governos militares. Esse se caracterizava por ser um grande plano nacional-desenvolvimentista cujo objetivo era garantir a promoção do desenvolvimento econômico brasileiro. Isso se daria através de um repertório de ações centralizadas na figura da Federação, como por exemplo, a criação do BNH (Banco Nacional da Habitação) e, por parte das grandes cidades, de órgãos de planejamento.

diagnóstico elaborado pela SAGMACS a fim de entender o processo multidisciplinar de produção do espaço urbano dá seus primeiros frutos com o Estado se equipando de instrumentos para planejar a ocupação e intervir na ocupação e uso do espaço metropolitano belorizontino baseados em análises objetivas e estatísticas.

“De um modo geral, a aprovação da Lei 2662/76 pouco alterou as regras de funcionamento seja do mercado imobiliário ou dos demais agentes urbanos, principalmente ao fato de ser caracteristicamente muito permissiva. Assim, esta lei, revestida inicialmente de um caráter temporário, cuja revisão deveria ocorrer a partir de cinco anos a partir de sua implantação, estabeleceu normas que ganharam grande permanência no tempo e forte apoio dos agentes imobiliários” (FREITAS, 1996: 57).

O crescimento ordenado para certas partes da cidade de Belo Horizonte, ditados pelo mercado imobiliário, é cooptado pelo Estado e a fusão dos dois se torna cada vez maior, com um podendo atuar na área do outro, visto, como colocado acima, o poder de barganha que agentes imobiliários tinham na revisão de leis urbanas de caráter público a cada cinco anos. Ao mesmo tempo, a legislação não era nem o único agente direcionador do crescimento desta mesma realidade, nem a única variável para a produção do espaço, visto que irregularidades na ocupação e as características peculiares de cada localidade inserida dentro do plano não eram abarcadas. Dentro de um plano objetivo e global, subjetividades e idiosincrasias interdependentes eram produzidas e desenvolvidas, como movimentos sociais de bairro e formações espaciais específicas nos espaços vazios.

A Praça Sete de Setembro, de acordo com o plano, tinha como entorno imediato uma área zoneada funcionalmente como ZC-3, ZC-5, ZC-6, SE-2 e ZR-6⁴⁷. A área era destinada, assim, numa pequena parte, a ter usos residenciais com grande potencial de adensamento populacional devido ao alto modelo de assentamento. Da mesma maneira, em pequena área (dois quarteirões), SE-2:

“SE-2 são espaços, estabelecimentos e instalações sujeitos a controle e destinados a grandes usos institucionais tais como: parques, praças, hospitais, centros cívicos, universidades, estádios, terminais, usinas de lixo, aterro sanitário, cemitérios, áreas de lazer e escolas em geral” (BELO HORIZONTE, 1976).

Contudo, a maior parte do entorno era destinado a um zoneamento comercial com grandes possibilidades de adensamento, devido aos coeficientes de ocupação e modelos de

⁴⁷ Esses parâmetros de zoneamento permitiam construções na divisa, com alto coeficiente de ocupação e mínimos afastamentos laterais, frontais e de fundo.

assentamento altos – ZC-5 e ZC-6. Dentro de um ideal urbano de expansão dos limites da cidade, o adensamento do centro era garantido pela legislação e concentração de atividades.

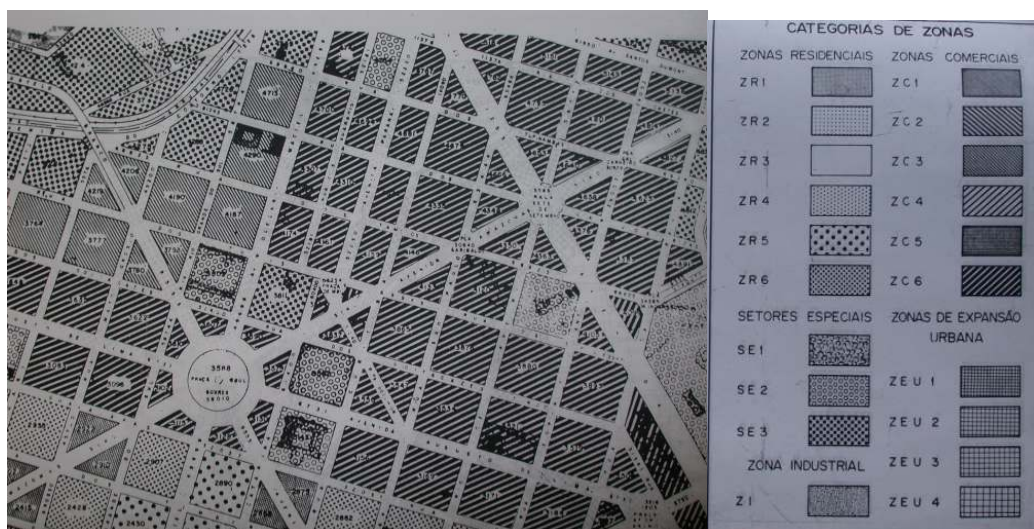


FIGURA 14: Zoneamento de área central de Belo Horizonte, sendo que na parte superior esquerda do mapa encontra-se a praça Sete de Setembro. À esquerda do mapa, estão colocadas as categorias de zonas. FONTE: BELO HORIZONTE, 1976.

Em 1985, a Lei 2662/76 é substituída pela 4034/85. Entretanto, a utilização de um zoneamento funcional e racional, baseado num modelo de assentamento equivalente ao anterior, caracteriza uma legislação nova com poucas mudanças. Segundo Freitas, as mudanças podem ser associadas a uma retração dos investimentos imobiliários tanto pela diminuição das áreas disponíveis como pela queda no poder aquisitivo da população no momento. As alterações dizem respeito à expansão das categorias de zoneamento, visando uma maior precisão objetiva, e a possibilidade de combinação de usos, proporcionando uma heterogeneidade e complementaridade no espaço urbano.

No caso do entorno da praça Sete de Setembro, há poucas mudanças na legislação com a manutenção de modelos de assentamento direcionadores de um adensamento construtivo.



FIGURA 15: Zoneamento de área central de Belo Horizonte, sendo que na parte superior esquerda do mapa encontra-se a praça Sete de Setembro. À esquerda do mapa, estão colocadas as categorias de zonas.
 FONTE: BELO HORIZONTE, 1985.

Da SAGMACS até a segunda lei de uso e ocupação de Belo Horizonte, há uma visão mais compreensiva, abrangente e objetiva do espaço urbano e de sua produção. Criação de níveis de coletividade no plano da SAGMACS num primeiro momento, associados à ampliação de 281 tipos de atividades de uso em 1976 para 837, em 1985, significa uma maior compreensão e aprofundamento do entendimento do espaço enquanto realidade em produção. Ao mesmo tempo, tal percepção clareia, cada vez mais, os enclaves onde o poder público tem de atuar para fazer valer suas vontades. O que se coloca até aqui, desde 1950 até o final dos anos 80, é a evolução da compreensão, por parte do Estado, de que mais do que grandes planos globais, tal qual os modernos, faz-se necessária à criação de circunstâncias e de direcionamentos a respeito da produção do espaço, até mesmo prevendo, como será visto mais adiante, uma pseudo-participação das pessoas. Isso é o que caracteriza os tipos de intervenções urbanas pós modernas: o pequeno tamanho associado a uma maior compreensão em termos de escala que, segundo SOUZA (2002: 105) “(...)são produtos de

mudanças tecnológicas, modos de organização humana e de luta política”, e não tamanho da área estudada.

3.5. Estratégias e Conjunturas criadas

Até 1973, a praça Sete de Setembro passa por mais três mudanças: em 1960, os bondes e trilhos do antigo bonde são retirados; em 1961, o obelisco central é retirado, e substituído por bustos comemorativos aos fundadores da cidade de Belo Horizonte, sendo relocado, dois anos depois, na praça de Savassi; e em 1973, estes mesmos bustos são retirados e colocados no Parque Municipal. Estas três intervenções visam dar ao espaço central da praça uma maior possibilidade de tráfego de veículos, capacidade de escoamento da produção e um menor tempo no deslocamento de veículos ao longo da avenida Afonso Pena e Amazonas – ligação entre BH e Contagem. Ou seja, é uma reforma ínfima de desenho urbano dentro do espaço central da praça, mas que acaba por jogar toda a vida pública da praça, para os quarteirões das ruas Rio de Janeiro e Carijós e ao longo das avenidas que a cortam, até a Praça Rio Branco.

No mesmo ano de 1973, os quarteirões das ruas Rio de Janeiro e Carijós são fechados pela prefeitura municipal de modo a consolidar o espaço como local de manifestação pública reconhecida pela figura do Estado. O que antes era um espaço invisível ao Estado, ocupado, caracterizando uma (INF)ormalidade, torna-se (F)ormalidade com esse reconhecimento e cooptação pública, inclusive em âmbitos legislativos. As margens da praça se tornam o foco central de um controle do espaço urbano, pois a sua centralidade é dominada pelo fluxo ininterrupto de veículos.

Ao mesmo tempo em que é criada uma lei de abrangência metropolitana, lei 2662/76, bem como órgãos administrativos (PLAMBEL) a fim de fazer com que ela seja cumprida, os quarteirões conformadores da Praça Sete, micro localidades dentro de uma metrópole como a de BH, sofrem uma intervenção. Apesar de se entender a cidade nesses dois tamanhos diferentes, da metrópole à localidade intra-urbana, agem numa mesma escala: a da compreensão da cidade em sua abrangência total a partir de suas localidades. Do ponto de vista disciplinar, a reivindicação por parte de neo-marxistas, como David Harvey, de uma compreensão mais abrangente da produção do espaço urbano (SOUZA, 2002), que começava a ser respondida pela SAGMACS, é continuada dentro do Estado a partir do momento em que pequenas intervenções agem na produção cotidiana do espaço belorizontino. Contrária

ao urbanismo moderno abrangente, cuja noção de design abarca desde o garfo à cidade, o urbanismo pós-moderno se tornou capaz de criar modificações no espaço urbano, totais e idealizadores de uma nova experiência urbana, a partir de pequenas requalificações pontuais, que agem diretamente nas relações de produção do próprio espaço.

Se, num primeiro momento, a cidade de Belo Horizonte foi projetada para atender a uma necessidade política e econômica, com um plano que ideologicamente tinha como objetivo construir uma cidade a partir da tabula rasa, a partir dos anos 50, com a SAGMACS, aponta-se a compreensão da cidade a partir de uma realidade pré-existente, a partir de sua história espacializada socialmente também. O urbanismo pós-moderno tem o mesmo entendimento da realidade, do garfo à cidade, tal qual os modernos. Entretanto, compreende que é preciso agir dentro, não mais de um plano ideal, ideologia equivalente a uma camisa de força imposta, mas sob os pequenos locais, bem como em seus processos de formação e estruturação, considerando-os não mais no produto final. A tendência moderna de consideração do cotidiano pelos seus objetos produzidos é revertida em uma que compreende a produção do espaço pelos seus processos de formação (LEFEBVRE, 1993).

Se, como Lefebvre coloca, o capitalismo se reproduz reproduzindo socialmente suas relações de produção pelo espaço, isso significa que esse mesmo sistema se compreende, virtualmente, como um organismo coeso e homogêneo e que contém uma variável imprevisível: o social. Compreende o espaço como produto e produtor de estratégias circuns-construtoras de condições para a reprodução do capital.

Somado aos grandes planos globais, caracterizados por serem abarcadores de toda a cidade, a partir desse momento são também criadas pequenas arquiteturas locais em termos organizacionais que objetivam, através da descentralização do planejamento da cidade, a construção de novas conjunturas para a produção do espaço urbano. Na década de 80, tanto a criação da METROBEL, posteriormente BHTRANS (MORAES, 1996), para a organização do trânsito de BH, como o início da criação das regionais administrativas (1970), ambas em Belo Horizonte, assinalam a explosão do planejamento para pequenos tamanhos, a fim de alcançar a imprevisibilidade socialmente construída que corrói qualquer pré-determinação no espaço.

No caso da METROBEL, por exemplo, foi criado o primeiro plano de circulação da área central (PACE) cujo objetivo era a desconcentração do tráfego na região. Com diversos interesses contraditórios agindo sobre a implantação deste plano, que não chegou a se completar, houve o reforço do centro como corredor de passagem que, por sua vez, fez diminuir o número de habitações e aumentar o comércio. Ou seja, ao invés do centro da

cidade deixar de ser tão adensado, o que aconteceu foi justamente o contrário, sua implosão. Contudo, o que precisa ser assinalado é que tal intervenção independeu tanto de uma pré-formulação explicitada em qualquer uma das leis de uso e ocupação do solo – leis 2662/76 ou 4034/85 –, assim como, apesar de discursiva e participativa, agregando diversos setores representativos da sociedade como o IEPHA, atendeu aos interesses do capital privado cuja visão centra-se no entendimento da produção do espaço como insuflador de sua capacidade produtiva.

Por outro lado, em 1970, são criadas as primeiras administrações regionais, atualmente chamadas de Secretarias de Coordenação da Gestão Regional (SCONGERS), cujo objetivo é a tentativa de, pela primeira vez e concomitantemente a reabertura política após 20 anos de ditadura militar no Brasil, pensar o planejamento localmente, pela “inclusão” de quem vive neste espaço. Logicamente, esse pode ser pensado como um primórdio para os mecanismos de participação popular no planejamento urbano perpetrado pelo poder público, por exemplo. Entretanto, as primeiras regionais começaram atuando de forma limitada, como mediação de ordem executiva entre as decisões tomadas pelo Estado e o espaço local. Portanto, era ainda um planejamento cujas decisões eram centralizadas no Estado e que significava também uma tentativa de compreender e cooptar a produção do espaço em âmbitos intra-urbanos que escapam, normalmente, a planos mais generalizantes como as leis 2662/76 ou 4034/85, por exemplo.

Os arquitetos, dos anos 50 ao final dos anos 80, dos governos progressistas, como o de JK, ao fim do regime militar, geralmente mantiveram uma posição de agente construtor de uma modernidade e modernização, através do projeto de grandes edifícios, seja o conjunto JK, o Pedregulho no Rio de Janeiro ou Brasília. A grande maioria dos arquitetos formados durante o período militar se tornavam agentes do mercado imobiliário, construindo edifícios e, conseqüentemente, uma paisagem urbana acrílica e que desconsiderava a cidade. Apesar da experiência de Artigas e os mutirões por volta de 1968 pelo grupo Arquitetura Nova em São Paulo se constituírem marcos de uma arquitetura comprometida política e esteticamente (ARANTES, 2002), por exemplo, essas atuações eram, na maioria dos casos, marginais e localizadas.

Com o fim da ditadura, a compreensão sobre o espaço da cidade fora ampliada. Contudo, a maioria das intervenções, devido aos diversos interesses que compõem a esfera do Estado e a atomização da função do arquiteto como propositor dos espaços dentro do poder público, continuaram desconsiderando a cultura metropolitana surgida nos últimos 30 anos como potencial de uma nova condição urbana. Soma-se a isso, o fato da profissão

arquitetura se encontrar sem uma representação forte perante o Estado a fim de poder agir marginalmente a ele, e seu encolhimento e destinação, cada vez maior, a manutenção de um estilo esvaziado de sentido, o pós moderno, e sua associação alienada, como coloca Sérgio Ferro (*apud* ARANTES, 2002), ao processo de produção da mesma.

Sendo assim, com vistas a fazer uma analogia às operações de intervenção espacial acontecidas na praça Sete de Setembro até os anos 70 tendo em vista os novos procedimentos de ação urbanística sobre os espaços da cidade que surgem no início dos anos 80, fruto de uma reconsideração da produção da cidade desde o fim dos anos 50, em Belo Horizonte, a reforma da Praça da Liberdade se torna exemplar.

De acordo com CALDEIRA (1998), a praça da Liberdade passou por duas grandes transformações ao longo de sua história. A primeira, ocorrida em 1969 e contextualizada dentro de um grande processo de reestruturação urbana que previa a adequação do plano de Aarão Reis às novas necessidades da capital mineira englobando a região central, pode ser simbolizada pela retirada dos *Ficus benjamina* da avenida Afonso Pena. Pensando a região central belorizontina como local de passagem para veículos ao longo dessa via, foi introduzido um 'sistema de mãos duplas isoladas' por um canteiro central, agora arborizado por ipês, cujas raízes não ocupam tanto a área quanto as anteriores. Por sua vez, é mais funcionalmente adequado à passagem, a não permanência, ao fluxo intermitente e menos à qualidade ambiental da cidade e da área central conurbada. Especificamente, no caso da Praça da Liberdade:

“O projeto da reforma da Praça da liberdade consistia na retirada do tráfego de veículos na alameda central, no 'alargamento das pistas laterais para implantação de mão dupla', na introdução de novos equipamentos decorativos - 'fontes, espelhos d'água, cascata e vegetação' - e na construção de uma via subterrânea, que iria passar por baixo da Praça (...)" (CALDEIRA, 1998: 111).

Apesar do descontentamento da comunidade, as reformas de infra-estrutura de tráfego foram feitas e implantadas, excetuando-se a construção da via subterrânea. Com tráfego desenvolvendo-se em torno destes espaços, a praça foi transformada numa 'espécie' de rotatória, cuja centralidade deveria ser apropriada pelo poder público a fim de dominar o espaço pelo seu esvaziamento. Entretanto, acontece o contrário, com a instalação de feiras de comércio e artesanato populares.

A partir de 1969, devido a diversos acontecimentos descritos por CALDEIRA (1998: 111), a praça da Liberdade retoma "(...) uma antiga função do espaço-praça: a praça-mercado", com a utilização da praça para a Feira Extraordinária de Produtos Artesanais,

Feira de Flores e Plantas (1981) e a Feira de Antiguidades e Comidas Típicas: “A feira foi se transformando num autêntico ‘botequim a céu aberto’, recriando o footing dos anos 20” (CALDEIRA, 1998: 118). Portanto, a cultura da congestão metropolitana criada a partir do urbano aparece reformulada na praça da Liberdade em festas públicas e encontros recortando o consumo de artesanatos, comidas e flores.

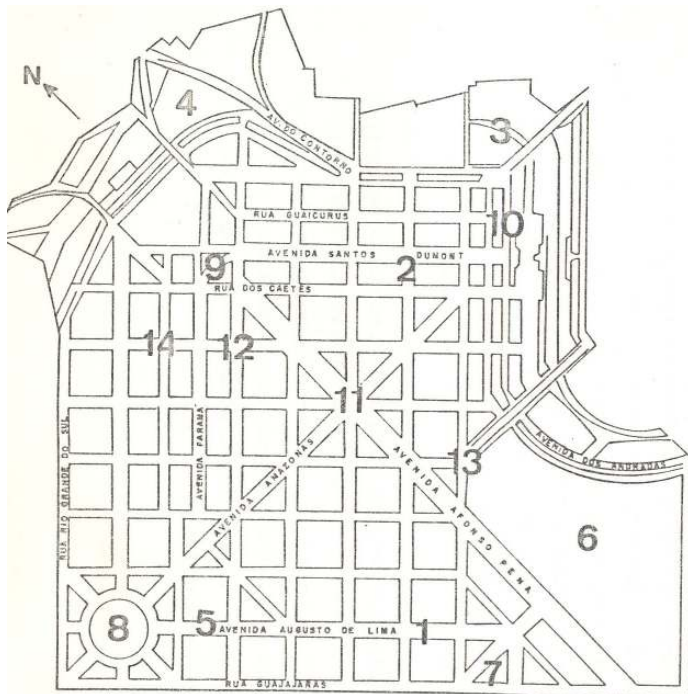
Entretanto, no início dos anos 80, o espaço vivenciado e produzido a partir de inúmeros embates entre (F)ormalidades (Estado representado pela Regional centro-sul) e (REF)ormalidades (feirantes, atravessadores e associação de moradores) toma um novo rumo na medida em que os conflitos entre esses começam a gerar uma discussão a respeito do destino da própria praça. Para acabar com o conflito, cria-se uma comissão a fim de propor uma recuperação paisagística da praça. Primeiro cria-se um consenso a respeito da necessidade da intervenção – pesquisa de opinião pública feita pela prefeitura de BH e exibida nos principais jornais da cidade. Depois, dois anos de intensas negociações para saída dos feirantes do espaço da praça (sendo que alguns foram relocados ou para a feira de Arte e Artesanato da avenida Afonso Pena, ou para a feira do Colégio Arnaldo, algum tempo depois, por exemplo) se convertem em uma intervenção que se utiliza de táticas de guerrilha para ocupação territorial. A retirada dos feirantes foi feita num domingo de carnaval, dia de pouquíssimo movimento na área, com a colocação de tapumes que impediam a visão da praça e a entrada dos camelôs.

Se na praça da Liberdade houve uma primeira reforma, objetivando uma melhoria no tráfego e a fim de adequá-la a metropolização belorizontina e depois, uma menor, que envolvia tantos condicionantes quanto a anterior, mas que era mais local; analogamente, o mesmo aconteceu à Praça Sete de Setembro. Num primeiro momento, a retirada dos bondes é entendida a partir de sua inserção dentro de uma reestruturação urbana da região central, depois, com a retirada do obelisco e bustos, além de fechamento dos quarteirões das avenidas Carijós e Rio de Janeiro, compreende-se essa intervenção de desenho urbano, local, como uma ocupação físico-territorial pelo Estado do espaço da praça. De uma modernização do espaço da praça pelo seu desenho à uma pós modernização desenhada a partir de pequenas espacialidades.

A cultura espacial congestionada criada pela coexistência conflituosa de usos, por vezes contraditórios, seja na Praça Sete de Setembro, seja na Praça da Liberdade, por uma modernidade e, depois, pós-modernidade específicas, é compreendida como um problema e não como espaço dialético em produção pelos eventos que o definem. Por outro lado, em seu repertório projetual construído ou com base em abstrações formais e totalizantes modernas

produtoras de objetos, ou em críticas da crítica pós modernas – que relembram os neoísmos dos século XVII e XVIII – há uma grande incapacidade de se pensar o cotidiano como base para uma nova prática projetual urbana.

Circunstancialmente, a maioria dos arquitetos não age pensando as condições espaciais advindas do congestionamento como problemas a serem lidados e catalisados em direção à uma nova sensibilidade, visto que são potencialmente entreatos para uma terceira espacialidade. Esses vêm como uma condição a ser resolvida, portanto, provocando a exclusão de um ou outro espaço. Como coloca ELLIN (1999), o problema não se coloca nas intenções dos arquitetos, mas na sua capacidade de criar uma ponte, um terceiro espaço, uma heterotopia, que faça uma ligação entre a sua visão espacial e o espaço vivenciado pelo usuário, o que não significa um espaço apaziguador e certificador de velhas certezas, mas um congestionado por uma realidade urbana caótica.



Pólos Sujeitos a Intervenção segundo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

- 1 . Avenida Augusto de Lima
- 2 . Avenida Santos Dumont - rua dos Caetés
- 3 . Casa do Conde de Santa Marinha
- 4 . Complexo da Lagoinha
- 5 . Minascentro - Mercados
- 6 . Parque Municipal Américo René Giannetti
- 7 . Praça Afonso Arinos
- 8 . Praça Raul Soares
- 9 . Praça Rio Branco (da Rodoviária)
- 10 . Praça Rui Barbosa - rua Guaicurus
- 11 . Praça Sete de Setembro
- 12 . Rua Curitiba
- 13 . Rua da Bahia
- 14 . Rua Guarani - avenida Paraná - rua Rio Grande do Sul

PRAÇA SETE DE SETEMBRO

A equipe 3834, uma das vencedoras do concurso BH-Centro, foi posteriormente convidada pela Prefeitura de Belo Horizonte para realizar o projeto de revitalização de um dos mais significativos referenciais históricos da cidade: a Praça Sete.

Originária de um traçado radial, seu espaço é apreendido através de oito pontos de acesso e sua visada se estabelece dentro de quatro eixos. Sem possuir, portanto, o traçado físico característico de uma praça, referencialmente, funciona como tal.

Nos anos 70, o poder público promoveu, sem dúvida, a única intervenção de impacto positivo para a Praça - o fechamento dos quarteirões das duas ruas que cruzam um dos poucos espaços públicos para a permanência temporária, para o descanso.

Para a Praça Sete, em particular, são propostas as seguintes intervenções:

- demarcação completa do espaço, através de um piso com paginação específica; piso de concreto no círculo delimitado pela ampliação das esquinas, com a sua paginação seguin-

do linhas de demarcação das faixas de rolamento das pistas das Avenidas Afonso Pena e Amazonas;

- valorização de seu ponto central - o obelisco - com a ampliação de sua base, deslocamento dos postes, colocação de reflexos com iluminação própria e o retorno dos postes originais.

Os quarteirões fechados, por serem espaços vividos e vivenciados por diferentes práticas cotidianas não são homogêneos, como não suportam e nem se submetem a processos de homogeneização. Com seus léxicos e grafias pró-

prios eles sugerem diferentes leituras. As propostas que serão apresentadas para cada um deles, no entanto, enfatizam os seguintes pontos:

- criar espaços livres, flexíveis e abertos à circulação, à pausa e ao lazer;
- realçar as edificações de interesse histórico/arquitetônico;
- agrupar, de maneira racional, os equipamentos urbanos;
- manter todas as árvores, retirando as jardineiras;
- oferecer uma iluminação que acentue o desenho dos prédios e proporcione uma sensação de segurança e amplitude.

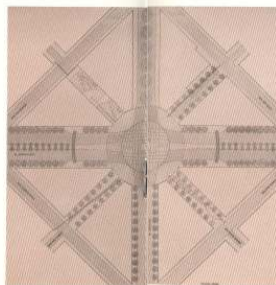
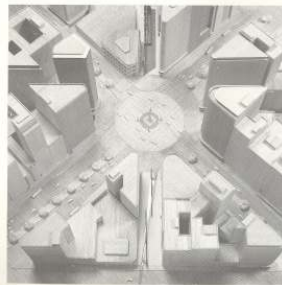






FIGURA 16-20: de cima para baixo: Mapa da área central de BH quando do concurso BH Centro, com indicação dos pólos de intervenção; pranchas do concurso BH Centro para a praça sete de setembro; foto aérea da área central de Belo Horizonte, foto das pastas existentes na GEPH contendo o processo de aprovação da requalificação da praça Sete de Setembro em 2003; foto de uma placa existente na praça Sete de setembro, indicando que o imóvel está passando por uma restauração aprovada pela SMRU, SMC, CDPCMBH e GEPH. FONTE: ARAÚJO, 1996: 52; BELO HORIZONTE, 1996: 16-17; BELO HORIZONTE, 1996c; do autor, 16 jan. 2005; do autor, 17 jan. 2005.

CAP 4: A CONSTRUÇÃO (DIALÉTICA) DE UM ESPAÇO PÚBLICO (1989-2005)

4.1. O projeto de Requalificação da Praça Sete de Setembro⁴⁸: Isso aqui é um negócio!⁴⁹

⁴⁸ O histórico desse capítulo foi baseado nas informações contidas na dissertação de mestrado de Maria Luíza Grossi ARAÚJO, Percepção e Planejamento Urbano em Ambiente Urbano: o Projeto de Renovação do Centro de Belo Horizonte e no edital do BH Centro: Concurso Nacional para Reestruturação do centro de Belo Horizonte, de entrevistas com funcionários das Secretarias de Coordenação da Gestão Regional (SCOMGERS) Centro Sul, Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMRU), Gerência Estadual de Patrimônio Histórico (GEPH), Gerência Regional de Projetos (GEPRO), Gerência Regional de Orçamento Participativo (GEOP) e revisões bibliográficas a partir do Jornal Estado de Minas e revista Veja.

⁴⁹ Esse título faz alusão a um trabalho de autoria de Nelson Brissac Peixoto intitulado Isso aqui é um negócio: operações de captura da arte e da cidade, disponível no site www.artecidade.org.br.

Com o final da ditadura militar no Brasil, que vigorou por cerca de 20 anos, o Estado se abriu para práticas de planejamento e gestão territoriais que fossem mais compreensivas e, principalmente, participativas, seja com a criação de novos dispositivos urbanísticos e de planejamento abertos à população, ou a inserção, dentro dos aparelhos já existentes, de práticas que já vinham acontecendo com sucesso no Brasil como, por exemplo, o Orçamento Participativo. A nova Constituição do Brasil, promulgada em 1988, previa dentro de seus artigos não apenas novos instrumentos para se lidar com a questão urbana, mas também uma descentralização do Planejamento Urbano, com a criação de planos diretores relativamente independentes em relação à Federação para municípios com mais de 20000 habitantes.

Dentro desse contexto de abertura política, foi lançado em Belo Horizonte, no ano de 1989, durante a administração do prefeito Pimenta da Veiga (PSDB), o Concurso para Reestruturação do Centro de BH, o BH Centro. Tal concurso, de âmbito nacional e aberto a profissionais, empresas, instituições e equipes multidisciplinares que lidam com o objeto urbano, tinha como objetivo repensar o desenvolvimento urbano e ambiental de parte da área central da cidade, utilizando-se dos saberes da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, entre outros. O edital do concurso era amplo e continha caracterizações das áreas-chaves a serem objeto de intervenção⁵⁰ e análises produzidas pelo PLAMBEL acerca do desenvolvimento e crescimento urbano da área em relação ao restante da cidade, e da própria cidade⁵¹, a partir de mapas temáticos, dados, bibliografias pertinentes à evolução da cidade, relação de associações e entidades com atuação na área central, levantamento do patrimônio cultural da área e tabelas da LUOSBH – lei 4034/85. Portanto, o próprio edital era um documento que continha dados relativos à evolução do espaço belorizontino, com especial enfoque nas áreas de intervenção ao mesmo tempo em que salientava que não era um produto final, mas um diagnóstico que deveria ser complementado por expedições a campo:

“É importante salientar que este documento, embora se configure basicamente como um diagnóstico da situação atual da área, não

⁵⁰ De acordo com o Edital do BH Centro: Concurso Nacional para Reestruturação do centro de Belo Horizonte e ARAUJO (1995), a área de intervenção era dividida em: parque Municipal, Complexo da Lagoinha, praça Raul Soares e praça Rui Barbosa (da Estação). Por sua vez, esses quatro pontos foram subdivididos em 14 pólos: a praça Sete de Setembro, faixa da praça Rio Branco até a Estação Rodoviária, conjunto das ruas Guarani-Paraná-Rio Grande do Sul, conjunto Santos Dumont-Caetés, rua Curitiba, praça Raul Soares, conjunto Minas Centro-Mercados, praça Afonso Arinos, parque Municipal, Bahia (entre os viadutos da Floresta e Santa Tereza), praça Rui Barbosa, Guaicurus-Antártica, Casa do Conde de Santa Marinha e Complexo da Lagoinha.

⁵¹ Os documentos da PLAMBEL utilizados são O Processo de Formação do Espaço Urbano da RMBH – 1897-1985 e A Estrutura Atual, ambos elaborados em 1986.

deve ser assumido como um referencial fechado, não excluindo, portanto, a necessidade de que os concorrentes elaborem suas próprias leituras sobre a mesma, enriquecendo-o, complementando-o ou até mesmo dele divergindo em seus aspectos polêmicos” (BELO HORIZONTE, 1996a).

O grande destaque do concurso era sua abertura a propostas que incluíam não somente intervenções na área de desenho urbano, mas mudanças em áreas mais abrangentes do planejamento urbano da RMBH como a circulação e a própria legislação urbana, além da proposição de novos programas como centros culturais, por exemplo, inexistentes na área central da cidade.

Foram três as equipes vencedoras definidas pela comissão julgadora, em 1990: Maurício Andrés Ribeiro (BH), Ana Maria Schmidt (BH) e Manoel Rodrigues Alves (SP)⁵². A PMBH, através da comissão julgadora, considerou que seria melhor uma adequação e compatibilização das três propostas num único projeto visto que cada um, em sua especificidade, tinha propostas positivas de melhoria da área central. Era dada uma oportunidade aos grupos vencedores de discutir pontos conflitantes entre seus projetos e reorientá-los a fim de produzir um cronograma para ação e projeto comum de natureza abrangente, aproveitando as melhores idéias e projetos feitos. Os 80 arquitetos e outros profissionais formadores das três equipes retomaram os projetos das intervenções das praças Sete de Setembro e entorno, Rio Branco e avenida Afonso Pena. O objetivo era criar uma proposta geral e comum a fim de dar uma melhoria na qualidade de vida da população na área⁵³.

A partir de 1992, com a mudança não só de prefeito, mas de liderança política, com a eleição de um prefeito ‘de esquerda’ (PT), Patrus Ananias, estabeleceu-se um novo tipo de planejamento para a cidade de BH. Enquanto as propostas feitas para a área central de BH pelo concurso BH Centro foram secundarizadas, outras mudanças foram colocadas em curso. Na área de planejamento urbano, foi aberto um caminho, dentro do aparelho estatal, destinado a uma maior participação da população no processo de decisão sobre os rumos da cidade: o início da construção de um plano diretor para BH, concluído em 1995, e consequente formulação de uma nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

⁵² A descrição dos projetos apresentados se encontram em ARAUJO (1995: p.53-69). Já as imagens de pranchas, desenhos, maquetes e outras ferramentas representacionais dos projetos do concurso se encontram na revista Arquitetura e Urbanismo, n.28, fev/mar. 1990 (anexo A), e em menor número, em ARAUJO (1995).

⁵³ A revista Veja, p.07-09, 10 abri. 1991 (anexo B) define a equipe de 80 arquitetos como “equipe de maquiadores e cirurgiões do centro”.

(LPUOS)⁵⁴, aprovada em 1997, e a implantação dos OPs na cidade pela PMBH. Por outro lado, contraditoriamente a esse caráter participativo, em 1995 foi criada a BHTRANS (empresa privada), responsável pelo trânsito e circulação de BH, com independência para propor e agir sobre o espaço da cidade, criando conjunturas especiais para fazer valer seus interesses, passando pelo Estado e, às vezes, à margem deste, bem como pela população dos locais afetados.

Em 1995, ainda sob a administração de Patrus Ananias, a dissertação de mestrado de ARAÚJO (1995), intitulada Percepção e Planejamento Urbano em Ambiente Urbano: o Projeto de Renovação do Centro de Belo Horizonte se propõe a fazer um levantamento da pertinência das propostas de intervenção na área central de Belo Horizonte a partir da percepção pelos usuários, com base nos projetos refeitos pelas três equipes vencedoras quando do concurso BH Centro. Para tal pesquisa, foram propostas e feitas, a respeito das futuras modificações no espaço urbano, entrevistas com os usuários dos espaços em questão. Especificamente no caso da praça Sete de Setembro, projeto que ficou a cargo das equipes Andrés Ribeiro e Rodrigues Alves, e resultante da mescla de suas propostas, a pergunta feita a 302 grupos de sujeito foi: 'Você considera essa mudança importante para a melhoria?', mostrando aos mesmos o projeto para o espaço. Cerca de 25% dos pesquisados (87) foram favoráveis às mudanças na praça, sendo que os comentários foram em sua maioria:

"Em vista do que está, isto vai ser uma atração à população".

"Vai ficar mais bonito".

"Sim, só no aspecto estético. Vai ficar mais bonito".

"Porque vai se tornar um lugar mais moderno, inovador".

"Acho que é válido. Vai mudar o visual" (ARAÚJO, 1995, p. 155, 156, 157).

Tendo em vista as respostas desses 25%, há de se perguntar o que esses grupos de sujeito querem dizer sobre o espaço arquitetônico proposto ao empregar, para qualificar as mudanças de desenho da praça, termos e relações como, 'bonitas' por causa de sua 'estética', 'moderno, inovador', 'visual'. Uma arquitetura que qualifica-se de pertinente ou não, analisada a partir da noção de beleza como um aspecto visual, como embelezamento, como modernidade e inovação, restringida a qualidades que vinculam estética ao deleite de uma imagem superficial, e não tanto da forma, leva-se a questionar que arquitetura é essa percebida pelos usuários do espaço.

⁵⁴ Importante notar que é a primeira vez que o poder público preocupa-se em ordenar o crescimento da cidade para áreas ainda não ocupadas, direcionando o seu crescimento, visto que a LPUOS, ao contrário das anteriores, tem em seu título o termo 'parcelamento'.

Os outros 75% dos grupos de sujeito entrevistados, 215, no entanto, foram contrários a renovação expressando opiniões que classificam a obra como um ‘desperdício de dinheiro com uma obra enfadonha’, e ‘estética’ como embelezamento que não intervém nos pontos necessários à requalificação do espaço:

“É uma obra inútil. Estamos numa era ecológica’, então devemos cuidar mais das coisas naturais e orgânicas”.

“Estas mudanças estéticas não irão melhorar o nível de vida da população, o que é o mais importante”.

“Acho que é jogar dinheiro fora. Enfeitar a cidade não melhora em nada. Não adianta ‘maquiar’ a cidade se por dentro ela continua feia e cheia de problemas. A população quer melhorias reais e não fantasias para a cidade” (ARAÚJO, 1995, p. 155, 156, 157).

Em 1996, há a mudança de prefeito com as eleições municipais, mas não de liderança política. A eleição de Célio de Castro para ocupar a prefeitura de BH é uma continuidade da influência da ‘esquerda’ na administração da cidade, embora o mesmo seja filiado a outro partido, o PSB⁵⁵. Baseando-se em um planejamento urbano focado não apenas no planejar a médio e longo prazo, mas um que pense também a curto prazo, o termo gestão entra como possibilidade de ação momentânea sobre o espaço urbano⁵⁶, articulado ao primeiro. Denominado projeto Quatro Estações, esse é o vislumbre e aplicação da gestão urbana em BH, principalmente no centro, considerando-a construção de um espaço político de discussão dos assuntos da cidade, envolvendo a população. Tal tipo de projeto foi impulsionado também não só pelos bons resultados dos OPs, alcançados ao longo de quatro anos desde sua aplicação no governo Patrus Ananias, mas também pela conjuntura política e social que o envolvia: uma população, após anos de ditadura militar, que começa a se educar para processos de planejamento mais participatórios; uma Constituição (de 1988) e um Plano Diretor (de 1995) que induzem e catalisam essa mesma participação; e a nova LPUOS (de 1997) que divide a região central da cidade, o hipercentro, não tanto em potencial construtivo, mas a partir de possibilidades de gerenciamento. Nesse último caso, esse gerenciar foi impulsionado pelo fato do aparelho administrativo municipal – secretarias, gerências e autarquias – começar a contar com uma dimensão articuladora das escalas macro e micro, dos planos macropolíticos aos pequenos projetos. Um exemplo são as Secretarias de Coordenação da Gestão Regional (SCOMGERS), na época regionais administrativas, que

⁵⁵ Célio de Castro era o candidato a prefeito de uma ligação dos partidos PSB-PT-PSTU entre outros, denominado Frente BH Popular (NEVES, 1996).

⁵⁶ SOUZA (2002) não separa planejamento e gestão como duas práticas antagônicas de elaboração, problematização e ação sobre a cidade. Ele os pensa como complementares, sendo o planejamento urbano, normalmente, mais abrangente e pensado para médio e longos prazos, e a gestão como ações localizadas em microlocalidades e de impacto instantâneo, a curto prazo.

através das Unidades de Planejamento (UP), órgãos articuladores, organizam os OPs, como acontece até hoje.

Tais mudanças e discussões, por sua vez, vão se dando em instâncias políticas do planejamento e gestão do espaço urbano como um todo, atingindo inclusive o projeto BH Centro, que acaba por ficar detido em discussões sobre os projetos. Enquanto isso, na região da Praça Sete de Setembro, na década de 90, o Cine Brasil, importante marco histórico e arquitetônico da cidade fecha as portas e é tombado (2002), ficando inutilizado até hoje⁵⁷, e, na 'guerra' travada entre perueiros e polícia militar em 2000⁵⁸, o espaço tanto central da Praça como dos quarteirões adjacentes se tornam palco e indutores do confronto entre (IN)formalidades, visto que os perueiros não eram organizados como grupo legal pois faziam transportes clandestinos e não regulamentados, e a (F)ormalidade Prefeitura e empresas de transportes coletivos, respectivamente.

Em 2000, Célio de Castro é reeleito. Entretanto, devido ao seu afastamento do cargo causado por motivos de saúde em 2001, o vice-prefeito Fernando Pimentel assume a prefeitura de BH. No mesmo ano, os projetos da praça Rui Barbosa (da Estação) e Sete de Setembro são inseridos dentro do Projeto Quatro Estações, posteriormente renomeado de Centro Vivo, e reformatados com vista à sua apresentação a possíveis financiadores. No caso específico da Praça Sete de Setembro, são feitos um caderno e uma apresentação constando de imagens tridimensionais do projeto elaborado. Por outro lado, os arquitetos responsáveis pelo projeto, a partir do projeto preliminar definido anteriormente por volta de 1992, retrabalham o projeto como um todo a fim de viabilizá-lo, dividindo a responsabilidade por quarteirões: Xacriabá, arquitetos Gustavo Penna, Adalgisa Mesquita, Afonso Wallace, Délio Cardoso, Eduardo Bretal e Gláucia Diniz Souza; Kranak, arquitetos Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho; Pataxó, arquitetos João Diniz, Graça Moura, Márcia Moreira e Verônica da Matta Machado; e Maxacali, arquitetos Éolo Maia, Jô Vasconcellos e Flávio Grillo. Quinze arquitetos ao todo são responsáveis pelo projeto.

Importante notar que um dos motivos do projeto, como coloca uma das funcionárias da Gerência Regional de Projetos (GEPRO) da região Centro Sul, ser formatado para apresentação de maneira rápida é o fato de que em dois anos (em 2004) começariam as

⁵⁷ Cf. anexo O.

⁵⁸ Os perueiros eram motoristas de lotações não regulamentadas pela PMBH. Eles dirigiam veículos, normalmente Kombis e Bestas, que transportavam mais ou menos de dez a doze pessoas, sem licença especial ou treinamento específico. A guerra entre estes e a polícia militar se deu porque a prefeitura queria regulamentar a profissão, taxando tanto os condutores como os veículos, a fim de torná-los empregados autorizados, e os perueiros defendiam que tal institucionalização significaria a perda dessa fonte de renda pois o poder público não daria emprego e carteira assinada a todos.

campanhas municipais eleitorais na cidade, inclusive para prefeito. Logo, mais do que um projeto 'realmente necessário', é importante destacar essa faceta política que vê na rápida aprovação (passando agilmente por trâmites legais e setores de aprovação dentro da própria prefeitura) e construção do projeto o aumento da possibilidade de ganhos de voto pelo aumento da visibilidade política.

O projeto, agora chamado de revitalização da praça Sete de Setembro pelos diversos meios de comunicação de massa, é aprovado e, em 2002, inicia-se a sua construção. Seus financiadores são o Banco Nacional de desenvolvimento (BNDES), em conjunto com a PMBH e Governo Estadual de Minas Gerais⁵⁹. Sua construção fica a cargo da Empreiteira Santa Bárbara em licitação feita pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). Em 2003 é terminada e inaugurada, sendo amplamente divulgada através de jornais (Estado de Minas e Jornal do Ônibus), pelo site da própria prefeitura e guias turísticos da capital mineira⁶⁰.

Entretanto, há de se fazer algumas observações quanto ao processo deliberativo concernente ao projeto de revitalização da praça Sete de Setembro: em primeiro lugar, a desarticulação espacializada do planejamento urbano da cidade. E depois, a partir dos pareceres em relação ao projeto da praça feito tanto pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCMBH), como pela Gerência Estadual de Patrimônio Histórico (GEPH), a pouca importância política e deliberativa da GEPH, assim como, da aparentemente contraditória necessidade, simbólica, da aprovação pela mesma do projeto, ao se referir ao seu processo de produção e tramitação dentro da prefeitura, bem como da posterior aprovação, pela opinião pública, da obra construída.

A desarticulação espacializada do planejamento urbano da cidade significa o distanciamento político e social, portanto físico também, das diversas instâncias que compõem o planejar e agir na cidade. A dificuldade em articular informações e ações devido a uma dispersão de informações e práticas em ação desarticuladas a outras instâncias, espaço-temporalmente representadas por secretarias, regionais e gerências, só fazem perder-se a noção de totalidade frente a pequenas localidades como a praça Sete de Setembro. Um exemplo foi a necessidade, durante a pesquisa e coleta de dados para a construção desta dissertação, de enormes deslocamentos e passagens inúteis, por engano, a órgãos estatais a fim de conseguir juntar as informações necessárias sobre o processo de aprovação e

⁵⁹ Na época, o governador era Itamar Franco. No mesmo ano de 2002 houve a eleição de um novo governador para o estado de Minas Gerais, e inclusive de um novo presidente da República. Os vitoriosos foram Aécio Neves e Luís Inácio 'Lula' da Silva, do PSDB e PT, respectivamente.

⁶⁰ Cf. anexo L.

construção da revitalização da Praça Sete de setembro. Essa desintegração possibilita, por estratégias que tiram partido de um desconhecimento real e coeso das informações em jogo quando do processo político de produção do espaço em questão, a concatenação de circunstâncias específicas a fim de valer interesses particulares, seja do poder público, seja do capital privado imobiliário ou das construtoras.

Já a

GEPH teve como função dar um parecer em relação ao projeto da Praça Sete, aprovando-o ou não para posterior construção, com base em análises do parecer já feito pelo CDPCMBH e de suas próprias. O parecer do Conselho⁶¹ teve como objetivo formatar uma pré-análise e dar condições para uma crítica do projeto, visto que seria na gerência que tal relatório teria um peso de aprovação ou reprovação. O parecer do conselho não negou a contribuição do projeto, como apresentado, para uma significativa requalificação da área, assim como não se eximiu de indicar um grande número de falhas.

Já no relatório do GEPH⁶², além de um parecer desfavorável ao projeto, este órgão se manifestou contra a aprovação do projeto pelo CDPCMBH:

“Sem dúvida que a Praça Sete deve ser requalificada e alguns aspectos das propostas apresentadas como a iluminação ao nível do pedestre e a uniformização de alguns elementos do mobiliário urbano poderiam ser aproveitados. Contudo, são graves os problemas apontados no mérito como os referentes ao comprometimento da vocação do lugar, ao entendimento dos processos da cidade e da construção e da apropriação do espaço público em sua historicidade, à falta de unidade entre as cinco intervenções propostas, à natureza das intervenções, e relações com o contexto espacial, com os prédios, estruturas, pavimentações pré-existentes e até projetos anteriores propostos para o local que, mesmo sendo mais simples, podem ser de extrema valia. Tais problemas superlativos se tornam ainda maiores tendo em vista que se verificam no coração da cidade, o qual exige intervenções extremamente cuidadosas, rigorosas, generosas e marcadamente públicas. Diante disso, não temos outra alternativa se não nos manifestarmos contra a aprovação deste projeto pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte”⁶³.

No dia 06 de maio de 2002, o parecer de autoria de Carlos Antônio Leite Brandão, em nome do GEPH, é apresentado e no dia 11 de junho, colocado em público. No mesmo dia,

⁶¹ Conferir no anexo C, o parecer do CDPCMBH feito pelos arquitetos Fernando Pimenta Marques, Laetitia Reis Velloso, Maria Aparecida Vivas, Theodoro Magni, a historiadora Sandra Pereira da Silva e Tereza Bruzzi de Carvalho (embora não tenha assinado).

⁶² Conferir no anexo D o parecer feito pelo relator Carlos Antônio Leite Brandão.

⁶³ Cf. anexo D, p. 03.

em ata de reunião extraordinária do CDPCMBH, os presentes relembrou o nascimento do projeto da praça Sete remontando ao Concurso BH Centro. Conselheiros tanto parabenizaram o parecer feito por Carlos Antônio Leite Brandão, assim como problematizaram situações na área, desde a necessidade de um projeto de revitalização da área central como um todo até a aplicação de medidas paliativas, como a conservação dos passeios. Entretanto,

“A presidente informou sobre a existência do recurso financeiro para a execução desse (grifo nosso) projeto e do interesse (grifo nosso) da Secretaria Municipal de Coordenação da Regional Centro-sul, dentro do projeto 4 estações, de revitalizar a praça Sete, sugerindo que o CDPCMBH recomendasse uma reavaliação desse projeto para posterior análise”⁶⁴.

Portanto, o projeto de requalificação iria obrigatoriamente ser feito nesse mesmo ano de 2002, independente de sua aprovação tanto pelo GEPH - instância consultiva e não deliberativa -, como pelo CDPCMBH, visto que o investimento para sua construção já se encontrava separado, disponível e direcionado a interessados. Se a obra seria feita nesse ano, era impossível fazer um novo projeto. Por outro lado, mesmo com o condicionamento da aprovação a certas mudanças no projeto, isto não seria o suficiente para uma adequação do mesmo ao relatório contido no parecer do GEPH, pois somente a uniformização de alguns elementos do mobiliário urbano e a iluminação para o pedestre são modificações de pequena visibilidade para uma grande requalificação, como divulgado e requerido pelo Estado e pela proximidade das eleições municipais.

Em reuniões dos dias 26 de junho e 08 de julho de 2002 são convocadas duas reuniões⁶⁵, e é produzido, na segunda, pelos arquitetos Maria Elisa Baptista, José Abílio Pereira e Márcia Mourão Parreira Vital⁶⁶, o parecer favorável ao projeto. Nos dias 09 e 10 de julho, respectivamente, ocorrem a deliberação e aprovação dos projetos.

Entretanto, se como constava já na ata da reunião extraordinária do CDPCMBH do dia 11 de junho de 2002, a verba já estava separada, então porque a necessidade de aprovação pela GEPH se ela não tem poder de veto sobre a obra? A justificativa passa pela necessidade de criação de um consenso de aprovação generalizada, tanto pela prefeitura, profissionais das instituições citadas e população acerca do projeto. Mesmo que o CDPCMBH aprovasse o projeto, se fazia necessário que todo o seu organismo, aí incluindo-

⁶⁴ Cf. anexo E, p. 04.

⁶⁵ Estranhamente, a primeira reunião, pelas cartas-convites contidas no anexo F, foi mais restrita aos arquitetos Fernando de Lima, gerente de projetos e Maria Celina Pinto, sendo a segunda estendida a todos os componentes do GEPH e, conseqüentemente, da CDPCMBH.

⁶⁶ Cf anexo G

se a GEPH, concordasse com o veredicto. Foi, então, criada uma opinião pública comum acerca da qualidade dos projetos assim como de sua necessidade, aprovando-os para construção.

4.2. O projeto construído

Os projetos do quarteirões e rotor central que compunham o projeto para requalificação da Praça Sete de Setembro, ao invés de potencializarem uma cultura metropolitana congestionada, produtora de uma nova sensibilidade espacial e possibilitadora de novas experiências sociais coletivas e individuais, como é o que acontecia e acontece, independente do novo projeto, pela apropriação e vivências cotidianas⁶⁷, se limitaram a um desenho reprodutor de ‘neoísmos’ e de reafirmação do projeto de arquitetura pública como reificação do desenho do arquiteto, autor, a serviço do Estado. E, além disso, não resolveram problemas básicos de infra-estrutura da região tendo em vista os ‘1,5 milhões de pessoas’ que por ali passam diariamente⁶⁸. Como coloca a equipe do CDPCMBH, no parecer do projeto apresentado no dia 03 de maio de 2002:

“À equipe técnica desta GEPH/SMRU, gostaria de lembrar, oportunamente, sobre a teoria urbana desenvolvida pelo arquiteto francês Christian de Potzramparc, que descorre [sic] sobre o conceito de que o caos urbano é decorrente do fato de os ‘interventores espaciais’ das cidades por vezes sentirem necessidade de imprimir sua marca no ambiente, ao invés de se respeitar ou deixar prevalecer a característica de cada lugar e fazer com que seu projeto contribua para ressaltar esse fato, no lugar de se acrescentar mais um elemento individual”⁶⁹.

Grandes peças horizontais de aço inox, justificados como indutores de caminhares e de novas visadas do espaço central da praça, ou seja, o rotor de veículos, como no quarteirão Maxacali; coberturas que impedem a insolação da área central do quarteirão Krenak; construção de um espaço vazio tais como os arquitetos modernos pregavam através de preceitos que serviram de base para a construção de Brasília, como no quarteirão Xacriabá; e uma cobertura em meia-lua que não protege as floristas das intempéries, no Pataxó; são mostras de uma arquitetura que não se dispõe para um cotidiano do encontro e da

⁶⁷ Cf. anexo N.

⁶⁸ Cf. anexo M.

⁶⁹ Cf. anexo C, p. 09.

sociabilidade, mas do esvaziamento, do maior controle do espaço e suas ações através da formalização de um vazio.

As câmeras de vigilância na área central de Belo Horizonte, cuja função é o de um olhar panóptico dos espaços da cidade, (o que lembra Julião⁷⁰ ao discorrer sobre BH no início do século, e a canalização, controle e regulação do movimento da multidão pelo Estado) tem potencializado seu objetivo com os vazios centrais dos quarteirões fechados da praça Sete de Setembro, onde cada movimento inapropriado é mais facilmente detectado. Servem para 'vigiar a população a fim de protegê-la', como informado na parte posterior destinada à publicidade nos ônibus coletivos da cidade.

O vazio como possibilitador de inúmeras ações e apropriações, tal qual a planta livre moderna, no espaço público da praça se torna autocrítica ao afirmar a limpeza, a exclusão, a não apropriação, pois não há quem a use. Os quarteirões, que nas décadas de 60 e 70, eram os lugares de uma vivência mais pública visto a transformação do espaço central da praça, onde se localizava o pirulito, num grande rotor para veículos, hoje, com os projetos, se tornam lugares vazios, desprovidos de um uso mais coletivizador, e principalmente, corredores de circulação, ligação das ruas periféricas a praça à partes como Rodoviária, McDonalds e Shoppings, espaços específicos de uma cidade que caminha rumo a um novo status: cidade mundial. Ironicamente, até mesmo as pranchas de apresentação do projeto mostram espaços vazios, com uma arquitetura 'reluzindo a ouro' e servindo de passagem, como pode ser visto:

⁷⁰ JULIÃO, 1992.

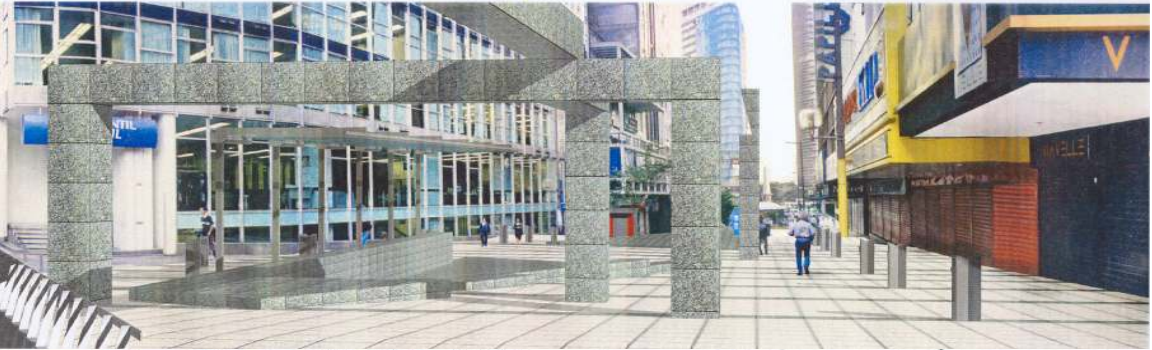


FIGURA 21-25: Pranchas de apresentação do projeto 'Praça Sete de Setembro', cujo objetivo era ser instrumento para a captação de recursos a fim de financiar a obra.

FONTE: Apresentação feita do Projeto Praça Sete de Setembro pela SCOMGER Centro-sul, 2001.

Isso é demonstração de como através da produção de relações espacializadas esvaziadas de sentido, o Estado coopta espaços (INF)ormalizados, transformando-os em (F)ormalizações, seja através de uma taxação que, floristas como Fátima, são obrigadas a pagar a fim de terem espaço para trabalhar na Praça⁷¹, assim como de bancos de praça que tiram as antigas caixas dos engraxates do lugar, deslocando-os para a periferia da praça. Outra maneira é o fato de que a Sra. Edilamar Lúcia⁷², florista há 20 anos na praça e que trabalha com a ajuda de seu filho mais velho, após a requalificação da mesma, recebeu a notícia de que, ao falecer, seu espaço não poderá ser ocupado por seu filho. Se seu filho quiser continuar a vender flores em seu lugar, ele será transferido para a feira Hippie na avenida Afonso Pena⁷³. No caso dos engraxates, que antes ocupavam em grande número os espaços da Praça, esses foram deslocados para as margens da mesma. Hoje, se encontram desmembrados ou desistiram devido à diminuição da clientela, não possuindo a mesma coesão que antes, inclusive espacial. Paradoxalmente, o Sr Natanael⁷⁴, engraxate há mais de quinze anos na região, teve sorte ao conferir que o desenho de piso que reforça a centralidade da praça não o incorporou. Isto significa que, na época da construção, ele não precisou deslocar-se de seu lugar. Entretanto, outros não tiveram a mesma sorte⁷⁵.

Portanto, esse projeto reafirma a pouca possibilidade dos projetos, a partir do Estado – concursos e projetos de gerências –, se constituírem em reais avanços para a construção de espaços mais democráticos e que dêem abertura de produção de microhistórias, micronarrativas cotidianas autônomas, como coloca VIRILIO (1995)⁷⁶, assim como

⁷¹ Informações colhidas em depoimento de Fátima do Carmo de Souza, vendedora de flores no quarteirão Pataxó, no dia 10 de março de 2005.

⁷² Informações colhidas em depoimento de Edilamar Lúcia Fonseca, vendedora de flores no quarteirão Krenak, no dia 10 de março de 2005.

⁷³ Tal como exemplificado e discutido anteriormente, os comerciantes informais, como os camelôs, que trabalhavam, nos anos 80, na praça da Liberdade, foram retirados e transferidos para a avenida Afonso Pena, onde todo domingo acontece a Feira de Artes e Artesanato de Belo Horizonte. Portanto, as (INF)ormalidades e (REF)ormalidades como os camelôs e suas associações internas, foram cooptadas para dentro do aparelho institucional do Estado.

⁷⁴ Informações colhidas em depoimento de Natanael, engraxate localizado entre o quarteirão Pataxó e a avenida Afonso Pena, no dia 13 de março de 2005.

⁷⁵ Cf. anexo P.

⁷⁶ “As grandes narrativas de causalidade teórica sucederam-se assim às pequenas narrativas de oportunidade prática e, finalmente, as micronarrativas de autonomia. A questão que se coloca, portanto, não é mais a da ‘crise da modernidade’ como declínio progressivo dos ideais comuns, profundeza do sentido da história, em benefício das narrativas mais ou menos restritas ligadas ao desenvolvimento autônomo dos indivíduos, mas antes a questão narrativa em si, ou seja, de um discurso ou modo de representação oficial, herdeiro da Renascença e até o momento ligado à capacidade universalmente reconhecida de dizer, descrever e inscrever o real. (...) A crise das

comprovam a tentativa do poder público, através de instâncias de planejamento e gestão urbanos, em alcançar o pequeno, caracterizado em ações e não tanto em formas cristalizadas como bancos de praça. Também expõem a maneira como o capital privado se acha atrelado ao poder público, influenciando decisões, quando não tomando-as isoladamente. Ao mesmo tempo, abrem a discussão em torno de tanto uma nova relação entre poder público, setores privados e organizações outras que produzem espaços, assim como os seus próprios procedimentos espacializadores perpetrados a partir de gerências estatais, construtoras privadas, escritórios de arquitetura e/ou organizações do terceiro setor.

4.3. Formalizações

Nessa leitura, as formalizações são os espaços e territórios criados tanto pelos mecanismos Estatais, através do próprio projeto de requalificação arquitetônica da Praça Sete de Setembro e os outros projetos a partir dele criados como sua transformação em marca® para lixeiras, como pela subversão desses pelas práticas cotidianas da população. É nessa interseção, entre projeto e vivência, que aparecem rugosidades espaciais provocadas pelo embate entre as diferentes forças que atuam nesse lugar.

4.3.1. (F)ormalidades



FIGURA 26: Posto da Polícia Militar de Minas Gerais – Vigilância dos espaços.
FONTE: do autor, 16 jan. 2005.



FIGURA 27: Câmera de Vigilância.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 28: Bancos da praça Sete de Setembro – o desenho projeta não uma possibilidade de bate-papo entre os usuários do banco, mas apenas o direcionamento do olhar para frente, onde nada se encontra.
FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.



FIGURA 29: Banca de revista dentro dos quarteirões da praça Sete de Setembro – são, inclusive, parte do projeto de requalificação, onde o poder público e os donos de banca negociam o espaço da banca.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 30: Ponto de ônibus – o local é projetado como um local de espera, de transição.
 FONTE: do autor, 16 jan. 2005.



FIGURA 31: Lixeiras e posto policial personalizados – praça sete se torna marca®.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 32: As camisas ou os gritos desses trabalhadores, oferecendo crédito pessoal e compra/ venda/ troca de aparelhos celulares, são ações que delimitam um território.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 33: A fiscalização da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a fim de vigiar os espaços, se dá não só pela presença física desses, mas também por uma indumentária que os apresenta como tal à população.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.

4.3.2. (REF)ormalidades



FIGURA 34: Floristas (esq. Fátima, dir, Edilamar) – pagam à prefeitura municipal pelo direito de utilizarem a praça Sete de Setembro como ponto de venda. Para se distinguirem e mostrar que foram legalizadas, utilizam-se de um colete de cor verde.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 35: Diretor da associação dos Engraxates de Minas Gerais (Sr. Natanael) e a caixa de engraxate.
FONTE: do autor, 16 jan. 2005.



FIGURA 36: Nos quatro quarteirões da praça Sete de Setembro concentram-se mesas e cadeiras para se jogar xadrez ou damas. Cada jogo de xadrez ou dama custa 3 reais/ hora.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 37: Vendedores informais- utilizam as paredes do prédio do PSIU como vitrine para venda de vales-transporte e loterias esportivas.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.

4.3.3. (INF)ormalidades



FIGURA 38: Lojas Lotéricas e a Televisão - Forma-se um espaço vivenciado publicamente quando pessoas se aglomeram em frente à TV, dentro da casa lotérica, pela manhã e à tarde, para verem resultados de jogos como a

loteria esportiva e bingos, por exemplo. Tal prática acaba gerando encontro entre os que ali assistem os resultados lotéricos.

FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 39: Banca de Revista – tal qual noticiado no jornal Diário da Tarde de 11 de janeiro de 1949, a banca de revista tem um uso público não pelo seu desenho, mas pelo fato de que transeuntes, ao passar pela praça Sete de Setembro, param nela para ver e discutir as notícias do dia.

FONTE: Jornal Diário da Tarde, 11 jan. 1949 e do autor, 16 jan. 2005.



FIGURA 40: Café Nice, poste de luz, ponto de táxi e o engraxate – um espaço de sociabilidade é criado nesse contexto congestionado por múltiplas atividades.
 FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.



FIGURA 41: Ponto de ônibus – nos períodos de espera pelo ônibus coletivo, é gerado um espaço de sociabilidade e encontro.
 FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.

4.4. A Conjuntura montada

De 1989 a 2004, quinze anos que separam o concurso BH Centro da construção da nova Praça Sete de Setembro, tem-se uma compreensão de como o espaço se constituiu dialeticamente, ao longo do tempo, como um produto cultural, seja para ser vendido como

mercadoria em guias de turismo e nomeado em placas sinalizadoras como marca registrada de um espaço, como mostrado nas fotos anteriormente, seja para ser vivenciado rotineiramente, circunscrito em tempos e espaços por ações dentro e fora do aparelho de Estado. Embora esses anos tenham sido vividos entre uma permanente projeção do que seria a nova Praça – visto as constantes mudanças pelas quais o projeto passou ao longo desse período, assim como de sua possibilidade real de construção ou não devido a tempos político-partidários eleitorais – em detrimento do que ela era na vivência cotidiana pela população, entende-se que tanto o projeto era realidade vivenciada tanto em sua virtualidade imaginada, assim como em sua materialidade física diariamente construída e esteticamente apreendida. Num movimento entre o real e o imaginado, em transduções espaciais que passaram por reuniões dentro de GEPH, CDPCMBH e outros órgãos estatais, e reprojeções da nova Praça, construiu-se um novo território.

O projeto sofreu, ao longo de quinze anos, uma defasagem em relação às mudanças na conjuntura política, econômica, social e/ou cultural da cidade. Com a criação de novas leis municipais e federais – Plano Diretor (1995), LPUOS (1997) e Estatutos da Cidade (2002), respectivamente –, o município se equipando de novos instrumentos, mais participativos, de planejamento e gestão espaciais – OPs e COMPUR –, o contexto neoliberal mundial globalizado se acentuando cada vez mais, mesmo dentro de um governo de esquerda no caso específico brasileiro, o cine Brasil sendo fechado e tombado, o centro da cidade se esvaziando e os próprios atores que escrevem o cotidiano do espaço da cidade mudando, a lógica e dinâmica de produção do espaço da Praça e da cidade, concomitantemente, se alteraram. O projeto não se adequava mais para a Praça, pois fora pensado para um contexto diferente, dos anos 1989 a 1992. Essa incompatibilidade espaço-temporal pode ser evidenciada com os pareceres tanto do CDPCMBH, assim como do GEPH⁷⁷.

Entretanto, mesmo assim, o planejamento urbano contemporâneo, cada vez mais direcionado à participação da população e ancorado numa compreensão crítica da produção do espaço, foi substituído em 2003, quando da construção do projeto da praça Sete de Setembro, por um Urbanismo retrógrado setecentista projetualmente baseado numa arquitetura calcada em neoísmos pós-modernos. Ao invés de um espaço democrático, foi construído um espaço esvaziado de sentido público e cheio de espacializações (F)ormalizadoras.

Então, faz-se necessário problematizar a produção da praça a partir de recortes que assinalem as questões espaciais e atores sociais envolvidos nesse território, assim como as

⁷⁷ Cf. anexos A e B.

relações estabelecidas entre eles. Assim, torna-se possível uma compreensão do espaço numa dimensão não só arquitetônica, mas que tenda a uma multidisciplinaridade.

Primeiro, é preciso considerar e problematizar que mesmo dentro das instâncias de participação abertas à população envolvendo a discussão, deliberação e construção dos projetos, é estabelecida uma relação de poder. Isso significa que, ao discutir e deliberar sobre determinado projeto, a coesão dos grupos, seu tamanho e composição, e a posição no grupo de decisão como um todo, são todos fatores que acabam pendendo as decisões para as vontades ou da prefeitura, ou do capital imobiliário ou da população. (INF)ormalidades como floristas, vendedores de vale transporte, de loteria e camelôs, por exemplo, assim como uma (REF)ormalidade como a Associação de Engraxates de Minas Gerais, com apenas um ano de fundação⁷⁸, são muito pouco influentes e reconhecidas pela sociedade civil a fim de se fazerem ouvidas em instâncias participativas como, por exemplo, o OP da SCOMGERS Centro-sul, caminho estatal que seria teoricamente destinado a uma participação popular decisória no caso da praça Sete de Setembro.

Ao mesmo tempo, é necessário vislumbrar que o todo não tem as mesmas características de cada uma de suas partes. Ou seja, dentro da população, do poder público, capital privado e/ou outras organizações coletivas, os interesses representam uma maioria e visam o bem-estar dessa mesma (REF)ormalidade ou (F)ormalidade coletivamente constituída. Os desejos desses grupos sociais são, portanto, coletivamente construídos por pactos consensuais em torno de questões de comum acordo, e ajudam na construção de um corpo coletivo coeso. Dentro dessa coesividade coletiva, o desejo de cada uma das partes, que são de abrangência individual, podem guardar uma discordância em relação à decisão coletiva. As somas dos desejos de vários desses indivíduos que estão a margem podem ser discordantes ao consenso coletivo. Portanto, mesmo dentro de grupos sociais onde há tensões advindas de relações e disputas de poder, que acabam por suprimir individualidades em prol de uma coletividade, há a possibilidade de construção de pactos territoriais que se caracterizam por uma convergência consciente de interesses em prol de um bem maior e de todos. Portanto, vislumbra-se uma construção consensual e conscientemente decidida por todos.

⁷⁸ A Associação dos Engraxates de Minas Gerais foi criada há cerca de um ano, logo após a reforma da praça Sete de Setembro. Tal associação, de caráter estadual, foi iniciada pelos engraxates que trabalham na praça. Interessante colocar como um problema localizado, que foi a expulsão dos engraxates da área da praça Sete de Setembro, deu margem e justificativa para a fundação de uma Associação de caráter estadual. Ou seja, há um descompasso entre as reivindicações dos engraxates e a necessidade de poder dessa mesma classe profissional frente ao atendimento de seus desejos coletivos. Ao invés de se transformarem em uma entidade interessada na realização de seus direitos localizados, como uma (REF)ormalidade, preferiram se transformar em uma instituição que se pretende (F)ormalidade, órgão reconhecido dentro de trâmites legais estatais.

No caso da praça Sete de Setembro, seja dentro de uma instância de discussão de projetos dentro do poder público, seja dentro de uma associação, foram estabelecidas disputas de poder que foram vencidas pelos grupos de maior influência. Portanto, nesses confrontos, o projeto da própria Praça foi escolhido e decidido a ser feito, pois ele era espacialização de um desejo que sobrepujou outros, o que significa, por sua vez, que o Estado e Capital Privado fizeram valer seu poder de decisão em detrimento a outros interesses⁷⁹. Portanto, as (F)ormalidades foram capazes de cooptar e construir consensos decisórios a respeito da produção da Praça.

Sendo assim, a praça Sete de Setembro como possibilidade de vivência coletiva, assim como a maioria das intervenções em espaços públicos nas cidades, foi comprometida projetualmente por duas articulações viciadas construídas a partir do confronto entre (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades: de um lado, no modo de atuação, reforçado pela crença de que somente a partir do poder público (município até federação) é possível trabalhar com uma arquitetura ou urbanismo numa dimensão mais pública e que visa o bem-estar de todos, o que abrange uma incompreensão de que o Estado se forma numa relação de forças onde o bem-estar coletivo é apenas uma delas. E o segundo, reforçado tanto pelo desenho como pela imagem do profissional arquiteto, seja nas escolas de arquitetura ou no ambiente profissional, viciado em estilismos e malabarismos baseados em imagens de perfeição e harmonia, que espacializam uma vontade de poder estabelecido estrategicamente pelos grandes agentes produtores do espaço: poder público e o capital privado, como construtoras.

Consequentemente, a própria abordagem para o local, que produziu uma forma arquitetônica específica para cada um dos quarteirões, foi reprovada pela maioria da população, como pôde ser visto nas transcrições das opiniões dos usuários da Praça Sete ao se depararem com o projeto, assim como pela porcentagem de pessoas favoráveis a mudança (tanto qualitativa quanto quantitativamente, portanto), em 1996 (cf. ARAÚJO, 1996). Na época da construção, os usuários fixos da praça como engraxates e floristas, por exemplo, foram comunicados da intervenção, o que não significa que isso fosse ser levado em conta pela prefeitura. Mesmo hoje, os usuários da praça não se encontram satisfeitos com a mudança, onde, por exemplo, o Sr. Natanael, assim como a Sra. Edilamar, reclamam da diminuição tanto da clientela como do número de encontros cotidianos diários que antes

⁷⁹ Sobre estas disputas de poder dentro dos organismos do Estado, bem como fora desse mesmo, conferir FOUCAULT, 2004.

Sobre as relações entre indivíduo e coletividade dentro de grupamentos sociais, assim como dentro do Estado, conferir SOUZA, 2002, p. 169-176.

aconteciam com mais frequência. Isso só comprova a distância entre o arquiteto e as reais necessidades, desejos e potencialidades tanto da população como do próprio contexto onde esta se encontra e é por ela gerada.

Todavia, essa mesma intervenção criou importantes deslocamentos dentro do espaço abrangido pela praça, como a organização e criação, pelos engraxates, da Associação dos Engraxates de Minas Gerais, através da percepção da necessidade de início de construção de uma representatividade política perante Estado e Sociedade Civil, a fim de fazerem valer seus direitos e projetos. Eles pretendem contratar profissionais para fazerem novos equipamentos de trabalho (caixas com lugar para o cliente sentar e conversar, enquanto seu sapato é engraxado). Por outro lado, lugares como pontos de táxi e ônibus, espaços residuais e periféricos ao rotor central e aos quarteirões recém-reformados, continuam a ser os espaços públicos e livres, a nova praça da sociabilidade e encontros, ocupados diariamente pelo uso e ações cotidianas.

Dentro da conjuntura central construída pelas (F)ormalidades, exposta através da requalificação da Praça Sete de Setembro, vislumbra-se, ao mesmo tempo, um não fechamento das possibilidades (INF)ormais e (REF)ormais de realização espacial a partir da periferia que, por sua vez, é marginal ao espaço (F)ormal. Isso significa que é dado, a partir da formação de espaços apropriados, tanto da Associação dos Engraxates como da transformação do ponto de táxi em lugar de encontro, a realização da subversão das (F)ormalidades, criando campos de autonomia ética e esteticamente experienciados. O urbano constitui-se, portanto, de brechas de significação e produção de sentidos que possibilitam a produção de um novo espaço.

Por conseguinte, abre-se uma possibilidade compreensiva e operacional para a construção de um conhecimento coletivo, real e auto-referenciado no/do espaço baseados nesse movimento de produção espacial entre seus diversos componentes organizacionais e sócio-espaciais. A Praça se coloca, portanto, como catalisadora e possibilidade urbana paradigmática para proposição de novos modos de atuação e produção de espaços para a vivência congestionada na metrópole. Para vislumbrar e construir tal conhecimento propositivo a partir do processo de produção e produto espacial, faz-se necessário movimentos localizados entre as (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades dentro do Estado e de suas brechas apropriadas, que apontam para novas perspectivas espaciais.

CAP 5: PERSPECTIVAS ESPACIAIS

5.1. A Dialética no Planejamento e Gestão Urbanos

O espaço abstrato, hegemônico e estabelecido a partir da (re)produção das relações sociais de produção, é o espaço onde a riqueza e produtos se acumulam, onde relações de dominação, superficialização e achatamento se dão pelo cotidiano. Como coloca Lefebvre, ao discorrer sobre o espaço abstrato, opondo-o ao espaço historicamente construído:

“O espaço abstrato tomou conta a partir do espaço histórico (...). Espaços abstratos funcionam com base em objetos, como um conjunto de signos/coisas e suas relações formais: vidro e pedra, concreto e aço, ângulos e curvas, cheio e vazio. Formal e quantitativo, ele apaga distinções, tanto as que derivam da natureza e tempo (histórico) como aquelas que se originam do corpo (idade, sexo e etnia). A significação deste conjunto refere-se a uma anterior super-significação que escapa ao significado da rede: o funcionamento do capitalismo, que almeja ser imprudente e clandestino a um só tempo. A forma dominante do espaço, aquela dos centros de riqueza e poder, esforçam-se em moldar o espaço por ela dominada (isto é, os espaços periféricos), e procura, normalmente por meios violentos, reduzir os obstáculos e resistências que encontram.” (LEFEBVRE, 1991: 49).⁸⁰.

Sendo o espaço abstrato o *locus* onde as relações de consumo alienado se reproduzem, socialmente depreende-se que a atividade de planejamento perpetrada pelo Estado, normalmente, atua como um agente catalisador visando a manutenção do *status quo*. Seja através de um planejamento urbano físico-territorial clássico como o aplicado pelos modernistas ou um de tendências mercadofílicas como os aplicados pelos princípios do city-marketing (SOUZA, 2002), atribui-se comumente ao planejamento urbano o lugar de mantenedor dos processos de produção e reprodução capitalista:

“Em uma sociedade capitalista, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, o papel do Estado, em princípio, não é o de se contrapor a esse situação de injustiça ‘estrutural’, mas o de colaborar para manter as ‘regras do jogo’ que, justamente, criam

⁸⁰ “The abstract space took over from historical space (...). Abstract spaces functions ‘objectally’, as a set of sign/things and their formal relationships: glass and stone, concrete and steel, angles and curves, full and empty. Formal and quantitative, it erases distinctions, as much those which derives from nature and (historical) time as those which originate in the body (age, sex, ethnicity). The signification of this ensemble refers back to a sort of super-signification which escapes meaning’s net: the functioning of capitalism, which contrives to be blatant and convert at one and the same time. The dominant form of space, that of the centres of wealth and power, endeavors to mold the space it dominates (i.e. peripheral spaces), and it seeks, often by violent means, to reduce the obstacles and resistance it encounters there”.

as disparidades e privações relativas” (SOUZA, RODRIGUES, 2004: 13).

Lefebvre discute a relação entre Estado e as relações sociais de produção a partir do entendimento das intervenções do primeiro como operações estratégicas que visam manter as condições de produção do segundo:

“A única coisa que garante uma conexão entre os subsistemas (ensino, sistema fiscal, informação, justiça, etc...) ou que garante sua subordinação ao conjunto, é o Estado e a intervenção do poder. Quando o poder do Estado faz uma intervenção no espaço, ele não o faz em nome de uma concepção ou conhecimento a respeito do espaço. Ele simplesmente usa, no espaço, suas representações, instrumentos, ‘coisas’. Sem perder sua sagrada propriedade, isto é, sua ‘unidade de soberania’, o poder guia-se em direção aos poderes parciais. Ele procura, ao delegar, manter ou recapturar as instituições que o constituem e que têm a tendência de desligar-se sozinhas e estabelecer sua própria independência. Não há um sistema total (meta-sistema) unindo os sistemas parciais ou subsistemas. Sua coesão é, muito mais, objeto de uma estratégia. (...) Em outras palavras, não há lógica de reprodução em práticas sociais e políticas, muito menos uma ‘lógica do poder’. Há uma estratégia, e essa estratégia se aplica uma lógica geral (formal) a certos objetos, com um fim, uma perspectiva.” (LEFEBVRE, 1978: 27-28) ⁸¹.

Essas relações, bem como o Estado que as suporta e reproduz, não são articulações e organismos coesos, lógicos e unitários. Eles são construídos com base em relações intrinsecamente contraditórias, constituídas por uma relação de forças formadas a partir de uma estratégia. Portanto, o planejamento e gestão são as ferramentas estatais usadas para que esta contradição desapareça ou se atenua, tendendo para o lado da produção de espaços abstratos, onde o senso público consolidado no tempo e espaço desaparece.

Para tentar acabar com esta tensão decorrente do próprio arranjo estrutural capitalista, o Estado cada vez mais aprimora seus métodos de planejamento através de, por exemplo, práticas conservadoras modernas, como o planejamento racionalista e funcional, estabelecidos por zoneamentos que atendem mais aos interesses de certos agentes como o

⁸¹“The only thing that guarantees a connection between the subsystems (teaching, fiscal system, information, justice, etc...) or that guarantees their subordination to the ensemble, is the state and the intervention of power. When state power makes an intervention in space, it does not do so in the name of conception or knowledge of space. It simply uses, in space, its representations, instruments, ‘things’. Without losing its sacred property, i.e. its ‘sovereign unity’, power gears itself down into partial powers. It seeks, by delegation, to maintain or recapture the institutions which constitute it and which have a tendency to detach themselves and establish their own independence. There is no total system (meta-system) uniting the partial systems or subsystems. Their cohesion is, rather, the object of a strategy. (...) In other words, there is no logic of reproduction in social and political practice, nor there is a ‘logic of power’. There is a strategy, and the strategy applies general (formal) logic to certain objects, to an end, to a perspective.”

mercado imobiliário, que do público. Ao mesmo tempo, 'moderniza' suas ações utilizando-se da criação de consensos em prol de ações afirmativas que objetivam uma imagem desejada de determinada cidade para, por exemplo, conseguir investimentos para a expansão do capital através de suas relações de produção. Portanto, como coloca VAINER (2000a), são processos de planejamento e/ou gestão que, por um lado, vão eliminando, em instâncias de decisão do Estado, a real participação pública de diferentes atores comumente excluídos de decisões deliberativas e, por outro, tendem a reproduzir as condições de produção da cidade como espaço-mercadoria.

Entretanto, ao mesmo tempo, segundo Souza:

“Trata-se, antes, partindo-se da premissa de que as sociedades capitalistas são contraditórias e não monolíticas (negar isso equivale a abdicar do pensamento dialético e mesmo a negar a possibilidade de uma mudança substancial a partir do interior da própria sociedade) de indagar: porque dever-se-ia excluir, *a priori*, a possibilidade de um planejamento que, mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, contribua, material e político-pedagogicamente, para a superação da injustiça social? Afinal, nem mesmo o aparelho do estado, como salientaram já teóricos marxistas mais sutis, é um monólito ou, como queria Lênin, um simples braço repressivo da classe dominante; como bem resumiu POULANTZAS (1985), ele é, na realidade, ‘condensação de uma relação de forças’. Embora a lógica da ação do Estado, em uma sociedade capitalista, *tenda* a ser a reprodução da ordem vigente, isso não precisa ser sempre uma verdade (...). Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço de dominação, perpetuamente renovado, por parte do estado” (SOUZA, 2002: 29).

Como coloca Souza (SOUZA, 2002 e SOUZA, RODRIGUES, 2004), é errôneo afirmar que o planejar, pensar para o futuro, tenda somente a ser conservador e mantenedor da situação atual, além de feito apenas pelo Estado. É certo que o planejamento conservador e aplicado pelo Estado, normalmente, é direcionado a uma manutenção do estado das coisas. Ao mesmo tempo, sendo o Estado produto de uma correlação de forças, é possível que, em determinadas circunstâncias, esse mesmo planejamento se torne possibilitador de mudanças substanciais (o que depende do grau de conscientização e mobilização da sociedade civil, em grande parte). Além disso, o planejar e o agir sobre o espaço não são feitos somente pela figura do Estado, sendo também por (REF)ormalidades como os movimentos e ativismos sociais e urbanos, por exemplo, num movimento contrário ao do Estado, calcado normalmente numa na ideologia planificadora que se mantém longe das micronarrativas autônomas.

Portanto, é preciso distinguir até onde o espaço abstrato do capital está sendo reproduzido por ações estrategicamente planejadas pelos órgãos interventores estatais, assim como da possibilidade de uma participação real e colaborativa da sociedade civil no ato de planejar a cidade, pesando-os como “agentes modeladores do espaço” (SOUZA, RODRIGUES, 2004: 24). Esta participação real colocada aqui não se limita ao momento em que a população tem direito a voto durante um processo decisório, mas sim:

“(...) participação como um processo, um exercício pedagógico permanente em que os sujeitos vão aprimorando meios, métodos, estratégias, na medida em que caminham com experiências concretas que fazem a história de um lugar ao longo do tempo”.(CORREIA, 2003: 161).

Para o presente estudo, interessado em diferenciar as numerosas possibilidades de real participação das (INF)ormalidades na produção do espaço urbano dentro do âmbito do planejamento e gestão urbanos perpetrados pelas (F)ormalidades, a classificação aqui colocada objetiva lançar um olhar sobre as relações participativas entre os atores sociais nos processos de planejamento urbano contemporâneos. A classificação utilizada basear-se-á em SOUZA (2002: 203-205), sendo que o que será focado é o grau de possibilidade de uma produção espacial auto-referenciada, real e coletiva. Segundo SOUZA (2002), são oito as categorias: coerção, manipulação, informação, consulta, cooptação, parceria, delegação de poder e autogestão. Nesse caso tal classificação será relativizada levando em conta o emprego dos conceitos (F)ormalidades, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades.

01. Coerção: “representa situações em que, frequentemente, nem sequer as aparências são salvas, como as remoções de favelas (com posterior transferência dos moradores para conjuntos habitacionais periféricos)” (SOUZA, 2002: 203). Nessas, as (F)ormalidades agem, sem dar espaço de ação e discussão real a outros agentes produtores do espaço, como foi o caso da Praça Sete de Setembro, seja em instâncias decisórias do planejamento, gestão, da arquitetura e urbanismos;

02. Manipulação: “corresponde a situações nas quais a população envolvida é induzida a aceitar uma intervenção mediante, por exemplo, o uso maciço de propaganda ou outros mecanismos” (SOUZA, 2002: 203). Não há intenção de uma real participação da população, mas apenas a criação de um consenso acerca de justificativa de uma intervenção, seja para fazê-la ou não, bem como a respeito de sua forma e conteúdo expressados. No caso da Praça Sete de Setembro, a fim de criar uma opinião comum acerca da requalificação, logo após sua inauguração, a foto da praça reformada apareceu nos principais meios de comunicação usados pela prefeitura, como cadernos especiais anexados ao jornal;

03. Informação: “(...) o Estado disponibiliza informações sobre as intervenções planejadas” (SOUZA, 2002: 203-204). Entretanto, esse nível equivale ao anterior na medida em que as informações passadas são sempre formuladas de modo a atender a um grupo específico, a uma (F)ormalidade ou (REF)ormalidade (vinculada ao estado ou capital privado, nesse caso), a fim de criar um consenso, nem que este seja parcial e apenas para algumas camadas da população, focos de interesse. Ou seja, essas informações não são neutras quando produzidas pelo Estado e para determinados agentes. Outra possibilidade de manipulação do conhecimento sobre determinadas situações são quando as informações estão dispersas em departamentos e secretarias, em lugares distantes entre si na cidade;

04. Consulta:

“Aqui, o Estado não se limita a permitir o acesso a informações mais relevantes, sendo a própria população consultada. (...) O problema é que não há qualquer garantia (ou mesmo um compromisso explícito e acordado) de que as opiniões da população serão, de fato, incorporadas” (SOUZA, 2002: 204);

05. Cooptação:

“Em sentido mais específico, deseja-se fazer referência, aqui, à cooptação de indivíduos (líderes populares, pessoas-chave) ou dos segmentos mais ativos (ativistas), convidados para integrarem postos na administração ou para aderirem a um determinado ‘canal participativo’ ou a uma determinada ‘instância participativa’. Essa cooptação individual ou de um segmento da sociedade serve, mais ou menos intencionalmente, à cooptação de uma coletividade mais ampla. A população, por meio dos líderes selecionados e/ou dos canais ‘participativos’ permanentes, é ouvida, mas, como no caso da consulta, a participação não é, a rigor, deliberativa. A diferença em relação a consulta é que, nesse caso, instâncias permanentes são criadas, não se limitando o Estado a promover pesquisas de opinião, audiências públicas e similares” (SOUZA, 2002: 204);

Sendo parciais, pois abarcam apenas instâncias formais como a (F)ormalidade Estado e certas (REF)ormalidades de interesse como Associações de Moradores, por exemplo,

“(...) na prática, a cooptação pode mostrar-se vantajosa para indivíduos ou mesmo grupos, mas para a coletividade, a longo prazo, ela tende antes a ser um problema que uma solução. Por isso, da mesma maneira que a informação e consulta, a cooptação não passa de uma pseudoparticipação” (SOUZA, 2002: 205);

06. Parceria: “Estado e Sociedade Civil organizada colaboram, em um ambiente de diálogo e razoável transparência, para a implementação de uma política pública ou viabilização de uma intervenção” (SOUZA, 2002: 205). As (INF)ormalidades, já que não são reconhecidas

publicamente dentro do Estado, não participam desse diálogo tendo, então, de contar com a percepção e sensibilidade das organizações envolvidas dentro do processo de planejamento da cidade na concepção e execução de projetos de caráter mais público e de seu interesse;

07. Delegação de Poder: “(...) o Estado abdica de toda uma gama de atribuições, antes vistas como uma prerrogativa exclusiva, em favor da sociedade civil. (...) A parceria e a delegação de poder consistem em situações de co-gestão entre Estado e sociedade civil” (SOUZA, 2002: 205);

08. Autogestão: “(...) políticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido” (SOUZA, 2002: 205). Neste nível de participação, direta, (REF)ormalidades e (INF)ormalidades trabalham conjuntamente a fim de responderem suas próprias necessidades, individuais e coletivas. Nesse momento, constroem estrategicamente sua própria conjuntura. A presença do Estado ou qualquer outra (F)ormalidade (como, por exemplo, uma construtora) é facultativa visto que elas não têm presença hierárquica na estrutura organizacional, mas apenas um papel a desempenhar a fim de que determinadas ações possam ser desempenhadas e concretizadas.

Lefebvre coloca a autogestão totalmente independente do Estado como única possibilidade de participação real no processo de produção do espaço:

“Sem a autogestão, a participação não tem qualquer sentido, ela se torna uma ideologia, e faz da manipulação uma prática possível. Autogestão é o único modo de fazer a participação ser real, inserindo-a dentro de um processo que tende a ser global.” (LEFEBVRE, 1978: 120)⁸².

Entretanto, não se pode descartar a possibilidade de autogestão tirando partido do Estado e fazendo uso de seus aparelhos em prol de objetivos e sentidos diferentes dos dele, ao longo de um processo. O que se coloca, dessa maneira, nessa modalidade de participação, é uma independência de pensamento frente a organismos estatais a partir do entendimento e sentido gerados no processo de autogestão pelos participantes-idealizadores. Esta participação na Arquitetura, Urbanismo, Planejamento e Gestão Urbanos só pode ser verdadeira se há uma compreensão real do que está envolvido no processo de realização e produção do espaço por todos os participantes: desde o arquiteto, sociólogo, geógrafo até,

⁸² “Without self-management, participation has no meaning, it becomes an ideology, and makes manipulation possible. Self-management is the only thing that can make participation real, by inserting it in a process that tends to global.”.

principalmente, as (INF)ormalidades e (REF)ormalidades envolvidas no processo de um construir coletivo real e autoreferenciado.

Um exemplo que pode ser citado é a Requalificação do Cortiço instalado, a partir de uma invasão, em um prédio da avenida Ouvidor, número 063, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo (SANTOS, 2002). Neste local foi feita uma experiência laboratorial de oito dias a partir de uma colaboração entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e o Instituto Politécnico de Torino, na Itália, contando com a participação de equipes de arquitetos, engenheiros, sociólogos, advogados, economistas e moradores do cortiço – membros ativos a passivos do MMC (Movimento de Moradia no Centro) – via Grêmio Politécnico da USP – Escritório Piloto. Num trabalho conjunto e participativo, a comunidade instalada no edifício e o Grêmio montaram uma proposta de trabalho de oito dias cujo objetivo era a melhoria da situação ali instalada pela autogestão, incluindo estes profissionais como agentes intrínsecos ao processo. Ao final deste laboratório, após período de levantamentos sociais, arquitetônicos, jurídicos e médicos, as propostas foram encaminhadas para negociação e aprovação. Algumas ações foram consideradas de caráter imediato, sendo que as soluções privilegiaram os meios disponíveis como organização de mutirões, a fim de refazerem os layouts das unidades habitacionais familiares, onde duas pessoas tinham um espaço maior que uma família de quatro ou cinco, por exemplo. As de longo prazo, como a regularização institucional do edifício, via Escritório Modelo, foram encaminhadas à justiça. O importante a ser destacado, em termos de autogestão, é que as propostas formuladas em nenhum momento deixaram de levar em conta as limitações situacionais, como a ilegalidade da ocupação.

O que se pretendeu, ao longo do laboratório, foi a formulação de propostas que trabalhassem dentro da real situação institucional do edifício, invadido por pessoas sem abrigo, pertencente a investidores privados, que reivindicam a expulsão dos invasores pela prefeitura de São Paulo. Portanto, o processo de trabalho gerou possibilidades de conhecimento real sobre a situação em que os moradores se encontram e os meios disponíveis existentes para a melhoria da mesma. Foi construído um conhecimento gerado a partir de uma autogestão inserida dentro das possibilidades reais de produção do espaço e possibilitadora de construção de conjunturas específicas como base para a formação de um novo espaço físico, político e social a ser feito. Foi criada uma nova possibilidade relacional entre universidade, poder público e população, uma (REF)ormalidade:

“A mobilização da população que luta pela cidadania, ocupando edifícios ociosos no centro de São Paulo, atraiu setores da Universidade que também alimentam projetos de uma cidade mais

justa e igualitária. Essa proximidade promove uma experiência pedagógica que transforma todas as partes integrantes das atividades, moradores, lideranças, estudantes, professores e profissionais” (SANTOS et al, 2002: 34).

Das possibilidades de participação colocadas, onde uma não participação aparece na coerção e manipulação, e uma pseudoparticipação no caso da informação, consulta, e cooptação, a parceria e delegação de poder são as que mais se aproximam de uma participação autêntica. Quase se tornam verdadeiras porque não englobam no processo deliberativo a (INF)ormalidade, deixando suas necessidades como especulações e projeções virtualizadas já que seus desejos, se não representadas por uma organização, tendem a ser eliminadas no processo que ainda é ‘de cima para baixo’. A Autogestão é considerada a forma potencialmente mais próxima de uma participação autêntica, pois ela age, inclusive, dentro das (REF)ormalidades e suas brechas constitutivas a partir de seu conceito de bem comum e bem individual. Ao incidir sobre cada indivíduo dentro da (REF)ormalidade, faz-se um esforço de produção de conhecimento tanto num nível individual como coletivo. Por mais que a parceria, delegação de poder e autogestão, como coloca Souza, sejam graus de participação autêntica, sendo o último o mais alto, mas não garantidamente total, os dois primeiros ainda guardam uma participação intermediada. A representação de uma (INF)ormalidade por uma (REF)ormalidade pode não ser necessariamente uma relação de equivalência, já que a soma das partes (INF)ormais não obedece a mesma lógica do todo, (REF)ormais. Os interesses coletivos de uma (REF)ormalidade podem diferir e, muitas vezes, opor-se aos interesses de indivíduos ou coletividades não reconhecidas pelo Estado, (INF)ormalidades, normalmente focada em uma sobrevivência apartada de um sentido de vivência coletiva.

5.1.1. Problematizando a partir das novas Possibilidades Reais

A pergunta que se apresenta é como as (REF)ormalidades e (INF)ormalidades, dentro das instâncias planejadoras estatais com normas e legislação próprias, ou seja, dentro do âmbito de ação das (F)ormalidades, podem vir a usufruir de uma real participação no processo construtivo e deliberativo de intervenções no espaço. Para alcançar tal condição, entender a produção do espaço e, conseqüentemente, propor novos processos de

desenvolvimento do mesmo, significa compreender as relações de produção espacializadas contidas na construção, estrutura e renda fundiária, apropriação e consumo, lutas sociais, ações do Estado e dos usuários da cidade, representações cotidianas, etc. Portanto, compreender o espaço urbano e sua produção significa entender dialeticamente o espaço tanto como produtor de relações capitalistas (ou não), quanto como lugar que é produzido por estas mesmas relações, sejam elas (F)ormalidades, (REF)ormalidades ou (INF)ormalidades.

A partir desta perspectiva, alterar o desenho das relações que constróem o espaço a fim de aumentar o grau de participação autêntica tanto das (REF)ormalidades como das (INF)ormalidades significa (re)pensar todo o processo de produção espacial, desde seus agentes conformadores até o projeto - espacialização - final, num contexto onde legislações, processos de planejamento e gestão atuam como instâncias de ação das (F)ormalidades sob o espaço da cidade a fim de torná-la de interesse do capital privado. Para tal, pensar uma alteração nesta dinâmica significa, a priori, colocar os usuários deste espaço e suas práticas, normalmente excluídas das instâncias decisórias do planejar a cidade, como chaves a fim de pensar a produção da cidade não mais a partir de uma perspectiva dessa como produto a ser vendido em pequenas partes, os lotes, mas como obra coletiva, construída numa escala de espaço e tempo cotidianos. Portanto, a possibilidade é vislumbrada a partir do redirecionamento das relações de produção do espaço a partir de ações estratégicas que envolvam a participação do usuário desse mesmo espaço em todos os níveis, de modo a não caírem em uma não participação e pseudoparticipações consentidas e construídas pelo Estado, como colocadas anteriormente.

Para chegar-se a tal horizonte, de estrategicamente construir-se novas relações de produção no espaço, o conhecimento dos trâmites legais dentro do aparelho estatal se fazem cada vez mais necessários a fim de um maior entendimento e capacidade de proposição ao se operar e agir dentro da cidade. Atualmente, com a democratização e cooptação, para dentro de um corpo de regras legislativas, da participação popular no processo de planejamento e gestão urbanos, iniciados no final da ditadura militar e na posterior formulação da Constituição de 1988, conhecer e compreender os modos de atuação do Estado se fazem preponderantes. Ao mesmo tempo em que a disponibilização de informações a respeito do agir sobre o espaço por parte de governos federais, estaduais e municipais é sinal de uma clara evolução no processo de planejamento urbano a fim de torná-lo popular e participativo, é necessário perceber que esse movimento pode significar também uma cooptação e consensualização dos ganhos, em termos de autonomia, da sociedade organizada, ou não,

pelo Estado através deste mesmo planejamento. Desde órgãos federais como o Ministério das Cidades, até documentos como o Estatuto das Cidades, Planos Diretores e Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte podem vir, ou não, a serem instrumentos de criação de um espaço real de colaboração e exercício de autonomias entre (INF)ormalidades, (REF)ormalidades e (F)ormalidades, dependendo de seu uso e das conjunturas criadas a partir deles. É necessário ter-se em mente que eles possivelmente garantem possibilidades de participação, o que não significa um cotidiano coletivamente experienciado.

Ao mesmo tempo, partindo da premissa de que planejamento não é atividade exclusiva do poder público, abre-se a possibilidade de se pensar a ação no espaço a partir de (REF)ormalidades independentes ou em regime de parceria com o Estado, tais como movimentos sociais mostram. A capacidade de articulação e proposição dessas (REF)ormalidades são práticas da população que, aos poucos, se tornam base para um novo conhecimento acerca da produção do espaço.

Sendo assim, faz-se necessário um estudo das condições possíveis que podem ser criadas a partir do Estado, como gestor e planejador de políticas e intervenções urbanas que contém com a participação popular, assim como fora dele, via práticas de organizações desatreladas ao poder público. Para tal, procurar nas práticas estatais e não-estatais brechas para uma possível participação popular a partir de (REF)ormalidades e (INF)ormalidades.

5.1.1.1. Estratégias: No Estado

.Estatuto das Cidades

Mesmo antes da criação do Ministério das Cidades, após longo processo de formulação, discussão e aprovação que durou onze anos, impulsionado e instigado pela pressão de movimentos populares como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)⁸³, foi promulgada, de acordo com os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988⁸⁴, a

⁸³ Para obter um quadro evolutivo histórico e político que vai desde as primeiras reivindicações pela reforma urbana num âmbito nacional, que datam de 1964, até a formulação dos artigos 182 e 183 sobre as leis de Desenvolvimento Urbano na Constituição de 1988, e posterior formulação e aprovação do Estatuto das Cidades em 2002, três textos se apresentam: O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira de Luis César de Queiroz RIBEIRO e Reforma Urbana e Estatuto das Cidades de Grazia de GRAZIA; ambos no livro Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.

lei 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto das Cidades (inclusive, disponibilizada no site do Ministério das Cidades sob o nome de Estatuto das Cidades – guia para implementação pelos municípios e cidadãos). O objetivo do documento é o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito às cidades sustentáveis” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001:15) e seus instrumentos regulamentados por lei:

“Importantes instrumentos de política urbana previstos desde 1988, quais sejam o parcelamento ou edificação compulsórios, o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, permaneciam sem aplicação até agora, por falta de lei federal regulamentadora exigida expressamente por nossa carta política. Além disso, instrumentos debatidos há décadas pelo Legislativo, parte deles já colocados em prática por alguns municípios, como a outorga onerosa do direito de construir e as operações urbanas consorciadas, permaneciam ignorados pelas normas urbanísticas federais.” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001:13).

Esse documento, além de regulamentar na escala da Federação normas urbanísticas, “(...) coincidiu com um movimento de renovação de práticas de planejamento local no país. Assim, boa parte do conteúdo (...) foi experimentada concretamente pelos municípios” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001:17). Isso significa que práticas públicas e de certas parcelas da população já em ação, somadas a outras criadas como, por exemplo, o Conselho

⁸⁴ Art.182. A política de desenvolvimento urbano executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Parag 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Parag 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Parag 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro

Parag 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Parag 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou a mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

Parag 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Parag 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (CARDOSO, RIBEIRO, 2003).

Municipal de Política Urbana (COMPUR) e os OPs, foram inseridas no documento Estatuto das Cidades, a fim de tornar o planejamento das cidades um processo mais democrático.

No artigo 2º do Estatuto das Cidades:

“II - gestão democrática por meio da participação da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

A gestão democrática é reconhecida como uma diretriz para o desenvolvimento sustentável das cidades, com base nos preceitos constitucionais da democracia participativa, da cidadania, da soberania, e participação popular. Potencializar o exercício dos direitos políticos e da cidadania deve ser o objetivo que deve ser respeitado nos processos de gestão nas cidades. O direito à participação popular será respeitado quando os grupos sociais marginalizados e excluídos tiverem acesso à vida política e econômica da cidade. Para ser exercido, este direito pressupõe a capacitação política dos diversos grupos sociais (grifo nosso).

(..) A gestão democrática da cidade pressupõe a organização da sociedade civil para interferir no processo político em nome das demandas sociais por meio do exercício da cidadania (grifo nosso).

Assim, a democracia participativa é um instrumento de garantia dos direitos fundamentais, reunidos, por sua vez, no direito à cidade.” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001:32-33).

Ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de gestão de uma cidade por meios democráticos e amplamente participativos, no caso da Praça Sete de Setembro, não há uma inclusão da Praça como um todo espaço-político dentro dos mecanismos que asseguram este tipo de gestão, pois seus grupos sociais conformadores não estão capacitados e organizados politicamente, ou seja, não são reconhecidos pelo Estado através da lei. A necessidade da “organização da sociedade civil” implica num arranjo organizacional inexistente para alguns grupos sociais que terão de depender da sensibilidade de outros grupos ou do próprio Estado, numa de suas facetas como a de entidade de interesse público, isto é, de todos, para ter lugar no processo democrático de construção da cidade. Ainda de acordo com o inciso XII do mesmo artigo, sobre:

“audiência do poder público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população”(CARDOSO, RIBEIRO, 2003: 165).

percebe-se uma contradição. De acordo com as pessoas que permanecem na praça Sete de Setembro, não houve nenhum tipo de consulta popular ou audiência pública a

respeito de suas opiniões sobre a possibilidade de restauração da Praça ou sobre quais seriam suas necessidades tendo em vista uma real requalificação deste mesmo espaço. Com a praça equivalendo a um monumento, “o pirulito”, e não os seus quarteirões, embora o projeto de requalificação considere-os como parte da praça, essa audiência se tornou desnecessária. Ainda sim, mesmo que houvesse tal audiência pública, de 1989 ou um pouco antes, na época do lançamento do Concurso Nacional BH Centro, até 2003, ano da requalificação da Praça Sete de setembro, ao longo de treze anos os atores sociais, interesses e agentes públicos e privados, o espaço e as dinâmicas ali desenvolvidas, ou seja, o território como um todo, reconfigurou-se. E ainda, o peso político na produção do espaço de grupos não reconhecidos, (INF)ormalidades, como floristas ou engraxates, e sua pouca visibilidade, acabam por reforçar uma inexistente capacidade de se fazer ouvir dentro dos confrontos entre vontade pública e poder privado nas instâncias ‘participativas’ previstas no Estatuto das Cidades.

Entretanto, no capítulo IV sobre Gestão Democrática⁸⁵, no inciso IV, sobre “iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”, há uma abertura de precedentes para uma inserção e visualização de (REF)ormalidades e (INF)ormalidades dentro do processo de produção do espaço, a partir de uma propositividade frente ao Estado.

No geral, o Estatuto das Cidades se abre como uma possibilidade real para um direcionamento do planejamento e gestão urbanos mais próximo do cidadão, dando a ele a possibilidade não só de interferir na deliberação de projetos e intervenções no espaço, mas também na proposição dos mesmos. Entretanto, cada município, dentro da definição de seu Plano Diretor, dará o peso de decisão a cada um dos agentes atuantes no espaço urbano. Portanto, entendendo o Estado não como um organismo estável, mas como produto de uma confluência de forças como o mercado imobiliário, movimentos sociais e grupos detentores de poder local, entre outros, a implantação desta “gestão democrática de cidade” e a eficácia

⁸⁵ “Capítulo IV
Da Gestão Democrática da Cidade
Art. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
II - debates, audiências e consultas públicas;
III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
IV - iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.”
(CARDOSO, RIBEIRO, 2003: 181)

da implantação do Estatuto dependerá do resultado do confronto entre estes na produção do espaço urbano.

.Plano Diretor de Belo Horizonte

O Plano Diretor de Belo Horizonte, lei no 7.165, aprovada em 27 de agosto de 1996, cinco anos antes do Estatuto das Cidades, se coloca como um momento democrático dentro do pensar e planejar integradamente o espaço urbano tendo em vista a participação de diversos fatores e agentes na definição de diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade. A participação aparece não somente na elaboração, mas também na possibilidade de construção de um planejamento e gestão flexíveis e descentralizados, como explicitado no capítulo 1, do título I, Dos Princípios Fundamentais, artigo 3º, que define como objetivos do plano diretor “promover a estruturação de um sistema municipal de planejamento e gestão democratizado, descentralizado e integrado” e no capítulo II, do Título II, Do Desenvolvimento Urbano, artigo 7º, que coloca “a participação popular na gestão do município”.

Entretanto, tal qual no Estatuto das Cidades, o Plano Diretor é composto de diretrizes propostas que só mostrar-se-ão eficazes quando de sua aplicação na produção do espaço real, ao sofrer intervenções de vontades políticas seja de Prefeituras Municipais e/ou Câmara dos Vereadores como no caso da emenda Frankenstein⁸⁶, ou ao se deter em instâncias burocráticas de decisão, onde a participação popular pode não se fazer presente ou ser escamoteada por processos de consensualização, como no caso da Praça Sete de Setembro, entre outros. Ou seja, tal qual no Estatuto das Cidades, somente a partir do embate entre (REF)ormalidades, (INF)ormalidades e (F)ormalidades dentro do processo político de planejamento no Estado, é possível vislumbrar uma participação real e pedagógica do segundo dentro dos aparelhos do Estado - legislação - pela sua apropriação, que depreende uma compreensão.

⁸⁶ A emenda Frankenstein foi uma emenda apresentada na Câmara dos Vereadores, no final dos anos 90, que previa a descaracterização da região da Pampulha como residencial e de baixo potencial construtivo (geralmente habitações de um ou dois pavimentos). O polêmico em tal emenda não era apenas o conteúdo, que previa edifícios na região e o aparecimento de investimentos comerciais, mas também o modo como ela divergia e desrespeitava tanto o Plano Diretor como a LPUOS de Belo Horizonte. Tal emenda mobilizou setores da sociedade contra a sua aprovação na câmara.

.Lei de Planejamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte e a Prefeitura de Belo Horizonte

A característica principal da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte no que tange à região central, o Hipercentro, bem como do restante da cidade, é a sua divisão não apenas em potencial construtivo, mas também em capacidade gerenciadora. Tendo em vista que a região em torno da Praça Sete de Setembro foi zoneada como ZCBH, o que, poderia indicar um direcionamento de sua ocupação para apenas um tipo determinado por um macrozoneamento funcionalista, este zoneamento teve como objetivos repensar, do ponto de vista do planejamento e gestão, o gerenciamento da capacidade instalada do centro. Por um lado, isto cai ‘como uma luva’ dentro da direção de desenvolvimento urbano pretendido pelo Ministério das Cidades, vis-a-vis os projetos de requalificação das áreas centrais metropolitanas e a compreensão do planejamento e gestão como estratégias interdependentes. Entretanto, visto de outra maneira, isto significa que o modo como estas áreas serão administradas aponta para que conflitos espaciais sejam resolvidos dentro do aparelho institucional administrativo que a prefeitura tem criado ao longo dos anos: GPH, SCOMGER Centro Sul e os OPs, SMRU, SMP entre outros, onde resultados negativos como o caso da praça Sete de Setembro, ou positivos, se fazem presentes como possíveis resultados. Ou seja, a representação política de grupos e o seu grau de organização, portanto poder de influência, dentro destas instituições equivalerá ao peso que cada um dos agentes interessados nesse espaço terá dentro do processo decisório sobre o mesmo.

A aplicação de preceitos como a participação efetiva da população envolvida, além do mercado imobiliário, grandes proprietários fundiários e prefeitura, assim como a integração entre as diversas secretarias e regionais, por exemplo, definirão a aplicabilidade real dos objetivos e instrumentos preconizados no Plano Diretor e Estatuto das Cidades. Serão, por exemplo, nos OPs e COMPURs⁸⁷, instâncias deliberativas e discursivas, respectivamente, delineadas pelo Plano Diretor, que se apresentarão os conflitos proporcionados por visões antagônicas da cidade como obra e produto.

No caso do projeto de requalificação feito para a Praça Sete de Setembro, foram precisos treze anos para o projeto ser implantado devido tanto à não-integração interna da

⁸⁷ O COMPUR (Conselho Municipal de Política Urbana) foi instaurado pelos Conselhos e Conferência Municipal de Política urbana, instrumentos de gestão no plano diretor de Belo Horizonte. “Monitora a aplicação do plano diretor e da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de Belo Horizonte, aprecia propostas de planos regionais e locais, acompanha a regulamentação das leis e analisa casos específicos. O COMPUR tem caráter consultivo (grifo nosso) na maioria de suas atribuições (...)” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001 :197).

máquina burocrática planejadora do Estado, personificada por secretarias, gerências, autarquias e departamentos componentes do organograma administrativo público, como pelo fato dessas divisões obedecerem a lógica de alianças político-partidárias. As alianças entre algumas organizações dentro dos órgãos planejadores reproduzem a luta partidária travada por adversários políticos, o que, por sua vez, acaba por bloquear todo um processo de aprovação do concurso, do projeto e de sua posterior construção, quando eleitos representações majoritárias contrárias ao formato de uma composição governamental. Portanto, mesmo com a descentralização do planejamento urbano em relação ao Estado e a intenção do plano diretor ser o mais participativo possível, a aplicação dessas diretrizes no espaço e o excesso burocrático dentro da máquina estatal influenciada por partidarismos podem acabar por minar a integração alcançada e pretendida quando da elaboração do plano, da lei de uso e ocupação e das subdivisões administrativas. Numa hierarquização institucional, que também equivale a uma dispersão e desintegração, a SMPU, a SMRU, a Secretaria de Turismo, a GPH, as SCOMGERs, a BHTRANS, e outras secretarias e autarquias acabam por dificultar tanto a participação da população no processo de gestão da cidade assim como a real integração na compreensão e intervenção na produção da cidade.

A Praça Sete de Setembro, constituída tanto dos quarteirões fechados das ruas Rio de Janeiro e Carijós, assim como do espaço central onde se encontra o pirulito, se mostra um espaço desconexo do entorno, inespecífico e pequeno, dentro do espaço da cidade concebido nos instrumentos de planejamento e gestão urbanos - Estatuto das Cidades, Planos Diretores, LPUOS, SCOMGERs e afins. Reforça esta condição o fato de ser um espaço formado pelo cruzamento de vias, as avenidas Afonso Pena e Amazonas, e que não possuem uma unicidade territorial e organização de seus agentes conformadores devido à sua própria história de progressivo desmonte. A praça só existe como elemento agregador dentro do imaginário e vivência cotidiana belorizontina, pois dentro das legislações urbanas e decretos municipais, onde os conflitos políticos de interesse se fazem presentes, nos textos explicativos e limitadores, e incidem diretamente sobre o espaço vivido, ela é somada ao centro da cidade e desaparece enquanto território singular.

Por outro lado, a facilidade com que se requalificou o espaço da Praça Sete, sem qualquer tipo de manifestação popular ou de consulta feita aos usuários - mesmo que ela tivesse acontecido há treze anos atrás, na época do concurso BH Centro, quando arquitetos foram as ruas compreender o espaço produzido pela vivência cotidiana -, mostra como os agentes desse espaço não participam de decisões sobre o espaço dentro de organismos democráticos estatais. Ou seja, consequências, por um lado, da desorganização das

(INF)ormalidades, o que acarreta nenhum peso político nas discussões orçamentárias do mesmo OP [a Associação dos Engraxates de Minas Gerais, recém-fundada, é uma mostra de que uma dessas (INF)ormalidades percebeu a necessidade da auto-organização a fim de fazerem valer seus direitos via representação política frente ao Estado]; de outro, com a requalificação, a vontade político-econômica de se valorizar o espaço da Praça Sete de Setembro atendendo interesses do capital privado, que vê na construção de uma nova praça a possibilidade de reafirmação de um capital simbólico empresarial, termo muito em voga entre as grandes organizações privadas, e do Estado, com finalidades (re)eleitoreiras.

Outro agravante é o fato do Plano Diretor de BH, assim como o Estatuto das Cidades e outros instrumentos urbanísticos de planejamento e gestão territoriais, não serem desmembrados e desintegrados, por acaso. Sua desarticulação e descentralização são bases para que determinados agentes participantes da construção política do Estado, com interesses específicos, tenham a possibilidade de construir circunstâncias próprias a fim de fazerem seus projetos serem encaminhados e realizados. Esta pretensa desintegração é a tabula rasa que permite a construção de estratégias passando por entre conflitos inerentes à realidade urbana. No caso da Praça, o fato da GEPH não ter peso deliberativo frente a intervenções que atuem em espaços de importância histórica e arquitetônica, só vem a mostrar como sua existência só tem como propósito agregar valor simbólico a uma ação, principalmente quando concorda com ela.

Invertendo, por sua vez, este raciocínio, a partir desta mesma lógica, abrem-se as possibilidades de se construir conjunturas específicas para determinadas (REF)ormalidades e (INF)ormalidades, excluídas normalmente do processo de decisão sobre a produção do espaço, como atesta VAINER (2000a), a partir de conceitos-chave como participação, público, vida cotidiana e outros relacionados a vivência intraurbana microlocalizada. Ou seja, apropriando-se de instrumentos legislativos, torna-se possível criar condições para que estas micronarrativas possam continuar a ser produzidas e reproduzidas no espaço, cotidianamente, chegando a uma participação autêntica, como colocado. Entretanto, para que estas condições sejam criadas, faz-se necessário tanto um novo modo de se relacionar ao Estado, assim como uma nova percepção projetual dos espaços físicos vividos rotineiramente, a fim de produzir uma diferente prática, assim como diferentes espaços.

5.1.1.2. Estratégias: Movimentos Urbanos numa Cultura Metropolitana

Dentro das modalidades de planejamento e gestão reconhecidas atualmente, para o presente trabalho, as que interessam são as envolvidas dentro de uma dinâmica interna à própria sociedade civil. Tais modos de planejar se dá sob a forma tanto de ativismos urbanos, como de movimentos urbanos. Como justifica Souza:

“(…) como se não fosse possível conceber uma alternativa à própria idéia de Estado. (…) uma certa desprofissionalização do planejamento e da gestão, de maneira que todos os cidadãos fossem dele participar e não apenas mudar ‘aqueles que dirigem’ (a partir do Estado)” (SOUZA, 2000: 13).

Os ativismos urbanos se caracterizam por serem ações reivindicatórias, não produtoras de um espaço social e específico permanente, portanto, não são profundas. Normalmente:

“(…)compreendem, por exemplo, ações que visam a obter melhorias para uma rua, um bairro, ou uma favela, mas sem considerar o conjunto da cidade, e, menos ainda, sem propor transformações que abalem as estruturas da sociedade. Essas ações visam a atender a uma demanda pontual de um determinado grupo e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização de pessoas.” (RODRIGUES, SOUZA, 2004: 83).

Já os movimentos sociais, mesmo tendo surgido a partir de um ativismo de caráter mais reivindicatório frente ao Estado, representam um grau mais elevado de organização e contestação do estado das coisas. Um exemplo são os movimentos pela emancipação e direitos feministas surgidos na década de 60. Os movimentos urbanos inserem-se dentro dessa mesma lógica. Eles:

“(…) são aqueles que, embora estando organizados em torno de questões diretamente vinculadas ao espaço urbano como habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro, de uma rua, ou de uma favela, mas buscam agir em escalas mais amplas (na cidade, no país e, às vezes, construindo até conexões internacionais). Para citar um exemplo, as organizações de ocupantes de imóveis (terrenos e prédios abandonados) (…)”(RODRIGUES, SOUZA, 2004: 84-85).

Entretanto, é preciso reconhecer que processos que ultrapassam a escala do território considerado possuem espacializações localizadas, integradas verticalmente com escalas superiores mais abrangentes (FREITAS, 1996). Portanto, a ação relacionada à dimensão do espaço onde atua não significa, necessariamente, que esta se limite a uma escala apenas

localizada. O planejar e agir sobre a cidade deve considerar tanto as facetas mais locais quanto sua inserção em processos sociais, políticos e/ou econômicos mais abrangentes.

“Todo movimento é um ativismo (...), nem todo ativismo é um movimento” (RODRIGUES, SOUZA, 2004: 115)., portanto. Todo ativismo guarda dentro de si a possibilidade de sua transformação em algo maior e mais profundo, mesmo que em escalas e tamanhos menores, assim como de seu próprio desaparecimento.

A partir da noção de movimento urbano, ou de um ativismo que se prolongue e transforme-se em tal, para a formação de um espaço político de discussão, coletivamente construído seja por (REF)ormalidades ou (INF)ormalidades, são possíveis duas relações com o Estado. Numa primeira, a reivindicação, por grupos sociais organizados e reconhecidos pela sociedade civil, tendo como objetivos processos mais participativos de produção da cidade dentro do próprio Estado. Numa segunda, em um regime de participação real, que se insere na parceria, delegação de poder ou autogestão, a organização de (INF)ormalidades em (REF)ormalidades, têm como finalidade fazer crescer a possibilidade de fomento de novas modalidades de produção do espaço urbano, independentes do Estado, quando não contrariando-o e forçando uma reestruturação de seu corpo institucional. Portanto, a partir da consideração da possibilidade de auto-percepção da própria sociedade e suas potências, contextualizada dentro da produção do espaço:

“O planejamento e gestão urbanos também devem ser de responsabilidade direta da sociedade civil (para além de situações de ‘co-gestão’ como os orçamentos participativos), em dois sentidos: primeiramente, considerando-se as contribuições que os ativismos *já deram e têm dado*; em segundo lugar, levando em conta o papel que *podem ou deveriam vir a desempenhar*” (RODRIGUES, SOUZA, 2004: 115).

Para o primeiro tipo de relação com o Estado, em que a (REF)ormalidade pressiona por um grau de participação dentro dos aparelhos de planejamento e gestão que o constituem, um exemplo reivindicatório da sociedade organizada são os ativismos de bairro.

Historicamente, ativismos sociais de bairro se constituíram e tiveram seu apogeu nas décadas de 70 e 80, reestruturando-se em movimentos de bairro. Contudo, seus precursores datam o início do século, quando as chamadas ‘comissões pré-melhoramentos’ reivindicavam, junto ao Estado, infra-estrutura básica para bairros distantes do centro no Rio de Janeiro. Neste caso, reivindicavam só uma atenção, pelos órgãos municipais, com relação a seus interesses e situações peculiares, e não uma possibilidade de abertura a participação dentro do planejar a cidade Posteriormente, durante a ditadura militar, onde o

planejamento urbano era um assunto de técnicos e centrado na figura do Estado, sem abertura política e democrática, os ativismos constituíram-se como pontos de resistência política ao regime⁸⁸.

Um outro exemplo de relacionamento com o poder público, mas que goza de uma autonomia maior, é o processo que aconteceu durante a formulação dos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, bem como da lei 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto das Cidades. O MNRU organizou-se e propôs, a partir de discussões públicas acerca da formulação da nova constituinte, a problematização e possibilidades de solução, num nível federativo, de problemas relacionados à questão das terras, reforma agrária e urbana. Embora todos os seus pedidos não tenham sido acatados, como pode ser visto pelo texto da própria constituição, é certo que a sociedade civil aliada a profissionais relacionados à questão urbana produziu um movimento, dentro das relações de forças que constituem o Estado, favorável aos seus interesses. Embora tais ganhos tenham sido cooptados para dentro dos aparelhos institucionais federativos, houve um ganho real a partir do momento que a margem de manobra para a participação popular nos processos decisórios sobre o espaço aumentou.

Por outro lado, no segundo caso, há movimentos sociais que circunscrevem uma práxis urbana e que tem um aparente relacionamento ambíguo com o município, estado ou federação, assim como com a própria iniciativa privada. Ao mesmo tempo em que se utiliza desses para fomentar projetos específicos, reconstruindo uma conjuntura específica para a formulação e realização de projetos, circunscrevem uma prática que não necessita de uma afirmação ou aceitação do poder público, por exemplo. Não reivindicam o papel do Estado como entidade de interesse público, mas se utilizam estrategicamente dele. Mais do que o movimento em si, as ações empreendidas por eles utilizam os mesmos procedimentos que outros agentes, como o mercado imobiliário, a fim de fazerem valer seus interesses - a construção de uma conjuntura favorável.

O espaço político, econômico e social produzido por Movimentos como o MST e o Movimento Hip Hop tem muito a ensinar do ponto de vista da construção de um processo real de participação/colaboração no fazer do projeto, desde sua concepção até a produção, como uma autogestão⁸⁹. E não somente isso, mas suas possibilidades de descoberta e

⁸⁸ Duas importantes obras que ajudam a compreender historicamente a evolução dos ativismos de bairro, dentro de uma perspectiva urbana, e de transformação destes em movimentos sociais urbanos como, por exemplo, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são: *Planejamento Urbano e Ativismos Sociais* (RODRIGUES, SOUZA, 2004, p.85-93) e *Mudar a Cidade* (SOUZA, 2002, p.190-199). A segunda referência não só mostra este processo histórico mas delinea os ganhos empreendidos por tais reivindicações dentro do aparelho de Estado, no caso a criação, por exemplo, dos CNDU e OPs (SOUZA, 2002, p.321-398 e 433-475).

⁸⁹ Como colocado por SOUZA (2002), o grande problema destes movimentos e ativismos urbanos é a sua parca documentação dos projetos, para que outros possam aprender com tais experiências. Entretanto, ao mesmo

retirada, em proveito próprio, de brechas dentro das legislações urbanas a partir da capacidade de financiamento dentro de projetos de lei de incentivo a cultura em ministérios como o da cultura, cidades ou parcerias com ONGs – quando não são uma – e empresas privadas em busca do selo de responsabilidade social, as tornam grande fonte de aprendizado para compreender novas possibilidades de atuação na cidade.

Estas organizações atuam, rememorando o capítulo IV sobre Gestão Democrática, no inciso IV, do Estatuto das Cidades, sobre “iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”, como produtoras de conjunturas favoráveis a população e usuária do espaço, através da participação e colaboração populares ou como reais produtores críticos do espaço, a partir de uma Teoria Crítica da Produção do Espaço⁹⁰, mesmo que de forma pouco concatenada.

Estes grupos constróem estratégias vislumbrando a realização de um projeto, não como um projeto de arquitetura, prévio à construção, mas numa visão mais ampla da palavra ‘projeto’, criando uma práxis urbana⁹¹, em prática e teorização, condizente com a realidade existente e que se espacializa. O que é feito é uma articulação de procedimentos operacionais de forma a fazer uma ação espacializar-se a partir de uma compreensão, mesmo que desarticulada a princípio, do processo de construção do espaço como algo de impacto em diversas instâncias não só arquitetônicas, mas políticas, econômicas e sociais. Ou seja:

“Deve ser sublinhado que o que é preciso não é uma troca da tendência dominante (...), mas ao invés disso, uma reversão desta tendência. (...) Tal reversão ou inversão consistiria, como nos tempos de Marx, em um movimento dos produtos para a produção (grifo nosso)” (LEFEBVRE, 1992: 26)⁹².

Para o presente caso, a Praça Sete de Setembro, é preciso sublinhar que, mais do que simplesmente reivindicar uma maior participação dentro do Estado, faz-se necessário propor novos instrumentos e instâncias que garantam a participação de todos no construir a cidade.

tempo, vislumbra-se, com a edição de bibliografias a respeito da história de movimentos como o “Maré na Favela”, “Afroreggae” e outros, o preenchimento deste vácuo.

⁹⁰ A Teoria Crítica da Produção do Espaço que ARANTES coloca, se define como: “(...) um campo de interpretações que combine a crítica às relações de produção na construção com a de outras questões igualmente reveladoras, tais como: a estrutura e a renda fundiária, a promoção imobiliária e o financiamento, a organização da força de trabalho, a ação do Estado, as lutas sociais, a apropriação e o consumo do espaço, as representações simbólicas, etc. Ampliado assim o campo da crítica e restituindo a história, seria necessário não apenas esboçar o projeto de um novo canteiro [de obras], mas também a forma de produção social do espaço que consumasse o processo de emancipação e desmercantilização”. (ARANTES, P, 2002, p.128).

⁹¹ De acordo com LEFEBVRE (1999), a práxis urbana é uma ação prática que se dá na emergência de uma hipotética e virtual (portanto, real ainda que no imaginário) sociedade urbana. (cf. LEFEBVRE, 1999, p.15-32)

⁹² “It must be stressed out that what is needed is not a replacement for the dominant tendency (..) but instead a reversal of that tendency. (...) such a reversal or inversal would consist, as in Marx’s time, in a movement from products to production (grifo nosso)”.

Em Belo Horizonte, as UPs e SCOMGERs, mais do que aparelhos de decisão e implantação de projetos, podem vir a ser mecanismos de diálogo com a população, inclusive no ato de projetar, colocando-se como 'contradições antagônicas'. Como mostrado ao longo da lógica de planejamento urbano de Belo Horizonte, surgido na sua construção e delineado ao longo de cerca de 100 anos, mais intensamente a partir dos anos 60, o arquiteto/urbanista, na maioria das vezes, está acostumado a surgir como um agente modelador do espaço urbano em prol de interesses do Estado, e por via de regra, do capital, seja na especulação ou no mercado imobiliário. Nesse novo posicionamento, é necessária a percepção do arquiteto não como ordenador de atividades e produtor de espaços harmônicos, mas ativador da explosão de uma cultura metropolitana em gestação no espaço abstrato, essencialmente contraditória, e que produziu uma nova sensibilidade. Como coloca Arantes sobre um novo posicionamento do arquiteto:

“(...) a participação dos novos arquitetos será fundamental: porque substitui os técnicos do governo e das construtoras, questiona seu ‘discurso competente’, e estabelece uma outra prática e uma base técnica inovadora que sustentam o poder de organização do movimento” (ARANTES, 2002b: 170).

Por outro lado, faz-se necessário a introdução de estratégias de planejamento que façam uso da participação como instrumento de propostas, e não apenas de deliberação. No caso de Movimentos Sociais como o Hip Hop, além de uma prática social específica, é necessário perceber que há ali também a produção de um espaço físico ao intervir-se no espaço existente. Quando das pixações, da transformação de praças em locais de dança entre outras práticas sociais e culturais, há a formação de uma nova espacialidade dadas pelo evento, pela dança, pelo ato produtor de um sentido de festa, de corporalidade, e de necessidade de inclusão cidadã. Faz-se necessário reconhecer nestas insurgências⁹³, seja nos (REF)ormais como o movimento Hip Hop e dos Sem-Terra, novos modelos de organização e espacialização, assim como nas (INF)ormalidades e sua apropriação para a sobrevivência, potencialidades para circunscrever espaços mais públicos e abertos a novas experiências individuais e coletivas.

⁹³ Em seu texto sobre cidadanias insurgentes, bem como formas insurgentes sociais, formadas a partir da transformaç, HOLSTON (1996) coloca que estas formas “(...) de importantes maneiras estão fora do estado e são heterogêneas. Essas formas são encontradas tanto em manifestações organizadas de base quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado.

(...) A cidadania muda na medida em que os novos membros emergem para fazer suas reivindicações, expandindo seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços, erodindo-a”.

5.2. A construção de um Espaço Diferencial

Desde a criação da praça dentro do traçado desenhado por Aarão Reis para Belo Horizonte, no início do século XX, passando pelos sucessivos desmontes e remontes como a inserção da linha dos bondes atravessando o espaço central marcado pelo pirulito e sua posterior retirada, assim como o fechamento da centralidade da praça para o pedestre e um desenho urbano que a qualifica como rotatória de veículos a partir daí, a história da Praça Sete de Setembro se confunde com o desenvolvimento de um espaço específico para a reprodução do capital em suas mais variadas formas, ou seja, para a (re)produção das condições de produção do espaço como mercadoria. Este mesmo espaço goza, na atualidade, de uma predominância sobre os espaços vivenciados, de domínio de (REF)ormalidades e (INF)ormalidades que não objetivam, necessariamente, uma reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

Entretanto, mesmo dentro desta hegemonia do espaço abstrato, a partir dele e de sua vivência cotidiana surgem possibilidades de sua superação, a fim de criar um novo espaço, denominado por Lefebvre como o espaço diferencial:

“Pode ser mostrado que o espaço abstrato abriga contradições específicas. Tais contradições espaciais derivam, em parte, de velhas contradições abandonadas pela história. Contudo, isso tem passado por motivações: algumas foram agravadas, outras abruptamente cortadas. No meio delas, também, novas e completamente frescas contradições apareceram, que eventualmente antecipam o fim do espaço abstrato. A reprodução das relações sociais de produção dentro deste espaço inevitavelmente obedece a duas tendências: a dissolução de velhas relações, por um lado, e a geração de novas, por outro. Portanto, apesar – ou ao invés, devido a – de sua negatividade, o espaço abstrato carrega dentro de si mesmo a semente de um novo tipo de espaço. Eu chamaria este novo espaço de ‘espaço diferencial’ porque, visto que o espaço abstrato tende a homogeneização e a eliminação de diferenças e peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que ele acentue as diferenças. Isso irá também restaurar unidade àquilo que o espaço abstrato quebrou – às funções, aos elementos e momentos da prática social. Colocará um fim àqueles localizações que ameaçam a integridade do corpo individual, do corpo social, do corpus de necessidades humanas e do corpus do conhecimento” (LEFEBVRE, 1992: 52)⁹⁴.

⁹⁴ “It can be shown that abstract space harbours specific contradictions. Such spatial contradictions derive in part from the old contradictions thrown up by historical time. These have undergone motivations, however: some are aggravated, some blunted. Amongst them, too, completely fresh contradictions have come into being which are liable eventually to precipitate the downfall of abstract space. The reproduction of social relations of production within this space inevitably obeys two tendencies: the dissolution of old relations, on the one hand, and the

A partir do momento em que essa conjuntura conflituosa não tenta ser harmonizada, mas acentuada, as específicas diferenças e contradições que Lefebvre coloca surgem como indutoras para a produção de um novo espaço, o diferencial. Portanto, perceber a situação existente, desenhada estrategicamente pelas (F)ormalidades de grande poder sobre o espaço, a partir de instrumentos como pseudoparticipações cooptadas e/ou consentidas e legislações abertas somente a organizações políticas reconhecidas pela sociedade civil como contradições potencializáveis, é o que abre uma possibilidade de construção de outros espaços, cujas (INF)ormalidades e (REF)ormalidades são agentes potenciais contrutores.

FREITAS (1996) coloca que, a partir da noção de espaço diferencial e do seu nascimento dentro das contradições intrinsecamente produzidas pelo sistema, surgem tendências a serem consideradas no planejar a cidade. Para tal explanação, ela lança mão de pares para mostrar a realidade e a possibilidade diferenciada contidas dentro da atividade do planejamento urbano: necessidades X desejos, globalização X fragmentação, dominação X apropriação (valor de troca X valor de uso), consumo do espaço: produtivo X não-produtivo, poder global X poder local, quantidade X qualidade (CF. Freitas, 1996: 104-110).

Entretanto, faz-se necessário, ao mesmo tempo, apontar esta leitura e construção conceitual do espaço diferencial lefebvriano para a prática de produção de espaços materializados pela arquitetura também, quando a territorialização de inúmeros agentes que influem na produção do espaço acabam conformando, inclusive, o desenho, forma e uso do lugar. A questão que se coloca não é o menosprezo à fatores indutores como legislação, participação consensualizante, forças econômicas, confrontos políticos e tantos outros na produção de um outro espaço por intermédio do Estado, onde são possíveis, como coloca Souza (2002), ganhos reais de autonomia. Porém, pensar tanto a especificidade e influência arquitetônica, e portanto urbanística, dentro da construção espacial que se dará ao longo do tempo, da história, como, por outro lado, pensar novas maneiras de se atuar no espaço de modo a produzir tais contradições sem a figura do Estado ou fazendo dele um mero participante através de seus próprios instrumentos legislativos, que o limita e regula, faz-se necessária para uma construção propositiva do espaço diferencial.

generation of new relations on the other. Thus, despite – or rather because of – its negativity, abstract space carries within itself the seeds of a new kind of space. I shall call that new space ‘differential space, because, inasmuch abstract space tends toward homogeneity, towards the elimination of existing differences or peculiarities, a new space cannot be born (produced) unless it accentuates differences. It will also restore unity to what abstract space breaks up – to the functions, elements and moments of social practice. It will put an end to these locations which shatter the integrity of the individual body, the social body, the corpus of human needs, and the corpus of knowledge”

Se o espaço abstrato, como colocado, carrega a semente de sua própria negação tendo em vista as contradições inerentes ao próprio sistema de que ele é fruto, isso significa que estas mesmas contradições, achadas no cotidiano moderno (ou pós moderno) são as premissas para a construção de um espaço diferencial. Portanto, as (INF)ormalidades e (REF)ormalidades são, potencialmente, o início para a produção de um espaço outro. Todavia, coloca-se de grande importância precisar onde, no cotidiano, essas contradições se transformam em novas possibilidades de produção de uma noção de vida numa esfera mais ampliada. Seabra oferece uma possibilidade de entendimento a partir do espaço percebido de Lefebvre:

“Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre nos mostra que o vivido, âmbito das imediatezidades, não coincide com o concebido. Entre um e outro permanece uma ‘zona de penumbra’ na qual opera o percebido. O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações e, portanto, situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido” (SEABRA, 196: 80).

Se o espaço percebido se coloca como um processo de transformação, uma zona de transição, um fluxo dialético entre a cotidianidade que se quer construir e a maneira pela qual ela é vivenciada pelas pessoas, é na percepção que há a possibilidade de ruptura, de uma compreensão diferenciada do espaço, que, por sua vez, pode produzir um novo sentido do mesmo. Se a partir de embates políticos, econômicos e/ou sociais das (F)ormalidades, como o mercado imobiliário, contra uma (REF)ormalidade ou (INF)ormalidade, forem produzidas uma nova compreensão e ação reivindicatória de sua parcela na produção do espaço, a percepção está atuando como dinamizadora de compreensões críticas da produção do espaço. O espaço percebido, e as compreensões múltiplas e autônomas produzidas e contidas nele, são os espaços a serem potencializados.

Portanto, além de aprender a atuar nesse espaço e em sua produção, faz-se necessária também uma nova percepção dos espaços circunscritos cotidianamente por práticas sócio-espaciais. Como coloca Augé, o mundo “(...) não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a olhar o espaço” (AUGÈ, 2001: 37).

Reaprender a olhar o espaço e suas componentes que fogem à sua compreensão limitada como forma-mercadoria numa esteira de negociações entre prefeitura e especulação

imobiliária, significa perceber as potencialidades existentes no próprio urbano e em suas ações intrínsecas praticadas no espaço pela população:

“(…) significa resistência ao fechamento paradigmático e ao pensamento rigidamente categórico (...) e a busca de novos modos de interpretar o mundo empírico e arrancar, sem camadas de mistificação ideológica. Implica então, uma suspensão temporária do formalismo epistemológico, para permitir que as novas combinações da história e geografia ganhem forma, dialética e pragmaticamente, não sobrecarregadas de vieses do passado, mas norteadas assim, pelo campo de testes da práxis” (SOJA, 1993: 92).

Para que seja possível esse novo olhar sobre a realidade metropolitana, caracterizada por KOOLHAAS (2000) como uma cultura congestionada, é necessário não somente uma nova percepção do ambiente construído, mas também de seus processos de produção que compreendem novos agentes colocadas em posições conjunturalmente específicas: (REF)ormalidades e (INF)ormalidades, assim como o reposicionamento significativo da própria (F)ormalidade, a fim de produzir novas experiências espaciais estéticas. Ao tentar compreender dentro de um espaço gerado sua materialidade e arranjos produtivos, vislumbra-se não somente um novo espaço físico, mas novos modos de atuação e produção urbanos.

5.2.1. Estratégias: Desenho de uma Cultura Espacial Metropolitana

Para construir uma nova sensibilidade acerca do mundo que se apresenta no cotidiano, cheio de contradições e homogeneizações, superficializações, achatamentos e sobreposições espaço-temporais físicas ou não, são necessárias novas maneiras de se perceber e compreender o espaço produzido. AUGÈ (2001) aponta para uma nova percepção urbana que abandona o discurso etnográfico voltado para rastreamento de histórias passadas a partir de seus vestígios culturais fixos e imutáveis⁹⁵. Nessa obra, o autor aponta para um estudo cultural a partir do conhecimento antropológico, sem, no entanto, limitar-se ao mesmo. Isso significa a construção de um conhecimento que tem a possibilidade de se

⁹⁵ Para uma crítica mais aprofundada, conferir AUGÈ (2001). Ele diferencia a etnografia da antropologia (a descrição feita pela primeira constitui-se base, junto a outras leituras, para uma síntese antropológica) e discute os limites da pesquisa etnográfica para entender o homem no mundo contemporâneo. Sobre o etnólogo de campo: “Tenta, por si mesmo e pelos outros, saber do que se pode pretender falar quando fala daqueles a quem falou. Nada permite afirmar que esse problema do objeto empírico real, de representatividade, coloque-se de modo diferente num grande reino africano e numa empresa da periferia de Paris” (AUGÈ, 2001, p.18).

constituir como um saber transdisciplinar⁹⁶, a partir da expansão de sua própria área. Para tal, não somente compreender os processos de estruturação culturais, mas a maneira pela qual eles se espacializam na cidade contemporânea, dando, inclusive, abertura para novas maneiras de se habitar a cidade, percebendo entidades (INF)ormais e (REF)ormais, é o princípio norteador para se produzir uma nova prática coincidente com a condição congestionada da metrópole do início do século XXI.

A antropologia preconizada por Augé se coloca como uma “antropologia do outro”, justificada por uma necessidade, numa contemporaneidade caracterizada por acelerações espaço-temporais, de direcionar o olhar antropológico em direção à alteridade, ao outro, em vários sentidos simultaneamente, onde a identidade coletiva se associa, mas não se completa, numa identidade individual. Sendo assim, atuando numa dimensão coletiva e individual produtora de sentido, nas escalas macro e micro, na (REF)ormalidade, (INF)ormalidade e (F)ormalidade, o antropólogo vê uma “superabundância” espaço-temporal, causada por uma soma desses através de suas vivências e representações: do satélite e televisão ao espaço cotidiano do encontro, da vizinhança, da casa, e do ambiente privado. Nesse excesso, gerador de um superinvestimento de sentido por parte do usuário, o excesso de espaço, nesse caso, produz outros espaços (hetero=outro, topos=lugar), que, num primeiro momento “(...) o espaço da modernidade ultrapassa e relativiza”, e posteriormente, na supermodernidade, “(...) resulta concretamente, em consideráveis modificações físicas: concentrações urbanas, transferências de população e multiplicação daquilo a que chamaremos não lugares (...)” (AUGÈ, 2001: 13-39).

Os não lugares, segundo Augé:

“(...) um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico” (AUGÈ, 2001: 73).

⁹⁶ “(...) A Transdisciplinaridade é um movimento no sentido de uma crítica mais profunda, que minimiza o ocultamento e viabiliza as leituras do ‘real’ em sua complexidade. (...) O movimento transdisciplinar pressupõe a compatibilidade de territórios disciplinares. Portanto, trata-se de um movimento para além da disciplina que, sugerindo uma situação de plasticidade, tende a superar as fronteiras e mesmo os espaços de transição ainda não consolidados entre os campos de saber. O que é transdisciplinar sugere a insubordinação. Na transdisciplinaridade realiza-se o desejo de integração manifestado na interdisciplinaridade. O movimento é caracterizado por sua livre plasticidade, motivando o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da crítica: não há fronteiras, não há territórios e tampouco proprietários de discursos.” (HISSA, 2002, p. 265 e 266).

Os não lugares não são formas puras sendo que lugares se recompõem nele e a partir dele. Portanto, relações se constroem nele a partir de táticas, modos operacionais cotidianos, astúcias milenares⁹⁷ que não se cristalizam e que, por isso mesmo, nunca se realizam completamente, podendo adquirir e se apropriar de formas passadas, assim como produzir outras, através da prática, da ação. Para tal, Augé coloca o arquétipo do não-lugar sendo o espaço do viajante, do nômade, que se define pelas práticas constantes de territorialização. O não lugar não é uma negação do lugar, mas uma distopia, a negação do lugar como ele é geralmente apresentado pelas (F)ormalidades, produtor de novas experiências e espacialidades, contemporâneas à superabundância espaço-temporal atual.

Em Belo Horizonte, MEDEIROS (et al, 2001) apresenta dois não-lugares, a partir de recortes antropológicos. Em um, é apresentada e discutida a avenida do Contorno como local de tráfego e consumo, produtora de experiências desconexas e superpostas. No outro, apresenta-se a história da região do Bonfim, zona conhecida pela prostituição e boemia, e discute-se a destruição dos lugares através da demolição de praças e lugares públicos, substituídos pela prefeitura por pontos de ônibus, ruas mais largas e espaços de trânsito. Tais análises fizeram-se tanto a partir de um trabalho de campo, a partir de dados qualitativos, entrevistas específicas, (no caso da prostituição, por exemplo, a pesquisadora tinha como sujeitos de estudo a prostituta de rua, a de hotéis, a que trabalha de manhã, de tarde, e de madrugada, sendo que as entrevistas eram feitas antes do horário de trabalho delas, de manhã, tarde e noite), como de coleta de dados através de levantamentos bibliográficos históricos, documentais, e em jornais e revistas da época de construção e consolidação dos lugares no imaginário coletivo urbano belorizontino.

HOLSTON (1996), por sua vez, chama a atenção para os espaços de cidadania insurgente que “(...) constituem-se em novas formas metropolitanas do social ainda não absorvidas nas velhas, nem por ela liquidadas. Como tal, encarnam possíveis futuros alternativos” (HOLSTON, 1996: 244). Aqui, aparece uma proximidade entre a base de compreensão do mundo por Augé e Holston na medida em que ambas leituras dependem e se depreendem de uma análise antropológica, que compreende as novas formações espaciais territoriais como uma possibilidade de construção de um espaço diferencial pois não são, ou ainda não são, pertencentes à categoria de um espaço abstrato. Ao mesmo tempo, como possibilidade, são lugares constituídos por práticas transdutivas, onde “entender esta

⁹⁷ “É preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado de bens, mas pelas operações de seus usuários; é mister ocupar-se com as ‘maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática. (...) É necessário voltar-se para a ‘proliferação disseminada’ de criações anônimas e ‘perceíveis’ que irrompem com vitalidade e não se capitalizam”. (DE CERTEAU, 1994, p.13).

multiplicidade é aprender a ler o social a contrapelo de suas formas típicas” (HOLSTON, 1996: 252).

Comparando os não-lugares de Auge, formas em constante construção, constituindo-se em ‘lugares outros’ dados pela prática cotidiana, à Holston e seu conceito de espaços de cidadanias insurgentes analisados por uma etnografia urbana calcada na compreensão da cidade contemporânea, os dois se diferenciam quando contextualizados nos países pobres. Enquanto que o contexto do primeiro autor se localiza na centralidade do capitalismo, França, no segundo autor, o contexto é periférico, portanto, mais cheio de contradições inerentes a sua posição em relação ao centro do próprio sistema. Portanto, é nessa segunda localização, caracterizada por um confronto mais latente e visível em favelas e moradores de rua, por exemplo, que se dá uma maior possibilidade de construção e aparecimento de não-lugares, assim como, “Ao expandirem a cidadania para novas bases sociais, os movimentos sociais dos pobres urbanos criam novas formas de direito à cidadania e novas formas de autogestão” (HOLSTON, 1996: 251).

“Se a teoria (...) puder conceitualizar essa colisão entre cidadania do Estado e alternativas insurgentes, a prática (...) poderá responder a essa articulação, antes de mais nada, expressando sua heterogeneidade – a condição social que de fato vivemos – e depois desenvolvendo algumas das possibilidades etnográficas que estão, por definição, enraizadas em condições heterogêneas” (HOLSTON, 1996: 251).

Portanto, para que a arquitetura, o urbanismo e o planejamento e gestão urbanos⁹⁸, se coloquem como instrumentos de transformação de um espaço abstrato em espaço diferencial, visto que as sementes para o segundo estão contidas no primeiro, faz-se necessário uma percepção focada não apenas nos objetos arquitetônicos e na forma urbana que os ordenam no espaço urbano, mas também nas ações e eventos que animam tais formas e, por vezes, contradizem sua própria concepção projetual. Ou seja, compreender os modos operacionais pelos quais os corpos individuais e coletivos vivenciam e se apropriam cotidianamente de seus espaços.

⁹⁸ Pode parecer estranho afirmar que planejamento e gestão urbanos podem ir contra a reprodução de espaços abstratos. Todavia, de acordo com Souza, é um equívoco atrelar-se os problemas da cidade à falta de planejamento ou ao fato do planejamento ser, totalmente, um instrumento do Estado na manutenção do estado das coisas. No primeiro caso, tal visão “(...) se encontra muito entranhada no senso comum e é disseminada pelas interpretações tecnocráticas dos problemas e conflitos urbanos, para os quais o desenvolvimento da cidade é uma questão técnica (...) um reducionismo de raiz ideológica” (SOUZA, 2002, p.12). No segundo caso, o autor coloca que o planejamento, necessário a fim de pensar o urbano a médio e longo prazos, e a gestão, que pensa em curtos prazos e ações mais momentâneas devem ser complementares e presentes. Além disso, o planejar e o agir sobre o espaço, como ele coloca também em outras obras (RODRIGUES, SOUZA, 2004) não é privilégio do Estado, sendo que movimentos e ativismos urbanos também o fazem.

TSCHUMI⁹⁹ (1995), ao discutir o desenho das condições para um outro espaço, uma heterotopia nas palavras de FOUCAULT (*apud* TSCHUMI, 1995), que propicie uma nova experiência urbana, parte do pressuposto que a arquitetura se define não pela sua forma, mas pelas ações que ela engendra e contém – quando não explode sua concepção por este mesmo uso, como no caso das pichações dos muros na cidade, por exemplo. “Arquitetura é definida pelo prazeroso, e algumas vezes violento confronto entre espaços e atividades” (TSCHUMI, 1995: 05)¹⁰⁰. A prática apropriativa individual e a sociabilidade coletiva se abrem como horizontes possibilitadores de reanimação de um lugar pelo viés de uma ativação do seu uso, através de ações e eventos propositores de um vivenciar na arquitetura e na formação de territorialidades na medida em que “Nada mais arquitetônico em uma edificação do que o estado de decadência em que ela está. A Arquitetura somente sobrevive onde ela nega a forma que a sociedade espera dela. Onde ela se nega através de uma transgressão dos limites que a história lhe impôs” (TSCHUMI, 1995: 64)¹⁰¹. O uso do espaço, ao dar vida ao projeto de uma arquitetura, garante a sobrevivência de sua forma na história.

Assim sendo, o sentido da praça Sete como espaço da harmonia sendo destruído por uma violência originária das desigualdades sociais, econômicas e políticas profundas brasileiras significa, paradoxalmente, de um lado, a transgressão da imagem de praça como espaço da sociabilidade harmônica, e de outro, uma animação de si mesma, a partir de um confronto que sugere encontro, sociabilidade e conhecimento do outro entre (F)ormalidades e (INF)ormalidades. As ações que ali se desenrolam, no caso dos perueiros e polícia militar, por exemplo, reafirmam a praça como local que vai além do concebido pelo Estado, harmônico e homogêneo, em contradição com uma vivência microlocalizada de facetas violentas e contraditórias.

Como ‘animar’ lugares inóspitos, transformando-os em espaços de uso, espaços outros, onde o confronto sugira encontro e conhecimento do outro, quase como uma antropologia do outro em prática pelos próprios sujeitos das ações? De acordo com o que foi colocado, gerando ações que despertem no ato de vivenciar do usuário um conhecimento próprio de si mesmo como indivíduo inserido dentro de uma coletividade, e que, por sua

⁹⁹ Arquiteto conhecido tanto por sua prática projetual como pelos escritos teóricos, Bernard Tschumi discute a disciplina arquitetônica a partir de sua relação com o espaço e com os eventos que nele se dão. Contemporâneo ao movimento situacionista no final da década de 60, assim como aos movimentos de contestação da ideologia modernista e a nostalgia pós-moderna de meados dos anos 70, Tschumi calca suas reflexões no estudo da atual situação cultural espacializada nas cidades e as condições que ela possivelmente engendra.

¹⁰⁰ “Architecture is defined by the pleasurable and sometimes violent confrontation of spaces and activities.”

¹⁰¹ “The most architectural thing about this building is the state of decay in which it is. Architecture only survives where it negates the form of society expects of it. Where it negates itself by transgressing the limits that history has set for it.”

vez, gerará, no cotidiano, outras formas e ações, novas apropriações, a fim de moldar o espaço a nova dinâmica que ali se instala, conformando, assim, um novo território.

Ellin, a partir de seu conceito de 'urbanismo vulnerável', compreende a ativação de espaços pelo uso como ações potencializadoras na construção de outros lugares, espaços diferenciais:

"Enfatizando o processo ao invés do produto, relacionamentos (ou contexto) ao invés de objetos isolados (...), essas propostas, e as paisagens que ela geram, podem ser consideradas como um urbanismo vulnerável.

Um urbanismo vulnerável permite que coisas nunca antes vistas aconteçam. Gilles Deleuze e Felix Guattari descreveriam esse processo como uma liberação dos fluxos naturais de desejo (que perpetuamente buscam conexões e sínteses). (...) Essa ênfase maior no processo, e não nos produtos, sugere que esta educação para o desenho de ambientações deve ser baseada no contexto e auto-reflexão, ao invés de centrada no objeto" (ELLIN, 2002: 224)¹⁰².

No caso da praça Sete de Setembro, mais do que um desenho que privilegie visadas de edifícios de incontestável (!?!?) importância histórica, ou que limpe a visão do 'pirulito' a partir dos quarteirões fechados que circunscrevem o espaço central, faz-se necessário uma percepção e construção espacial comprometida com as micronarrativas práticas que ali se estabelecem ou estabeleçam, das (IN)formalidades, organizadas ou não, antes ou depois do projeto de requalificação, e que caracterizam e reforçam o espaço como público e do encontro.

Na avenida Afonso Pena, nos espaços circunscritos pelos engraxates em frente ao café Nice e McDonalds, antigo Café Pérola, somado à banca de revistas, reconhecida como local de uma prática social de caráter público desde a década de 40, e ao ponto de táxi, constróem-se dinâmicas e situações espaciais e sociais onde aposentados e taxistas se encontram para conversar sobre as notícias do dia-a-dia e ver notícias dos jornais.

Para transformar esses territórios pelas ações nele engendradas em novos espaços, o arquiteto tem de assumir uma postura diferenciada com relação à produção espacial. Isso implica não somente um novo posicionamento ao perceber o espaço em sua dimensão física, ou em ação, mas também ao relacionar-se com a população, (F)ormalidades,

¹⁰² "Emphasizing process rather than product, relationships (or context) rather than isolated objects (...), these approaches and the landscapes they generate might be considered a vulnerable urbanism.

A vulnerable urbanism allows things to happen, things may be unforeseen. Gilles Deleuze e Felix Guattari might describe this process as liberating the natural flows of desire (which perpetually seek connections and syntheses). (...) This emphasis on process rather than products suggests that education for environmental design be context-based and self-reflective rather than object-centered."

(REF)ormalidades e (INF)ormalidades que ali habitam e usam. Arantes abre possibilidades novas para esse relacionamento ao pensá-lo a partir da experiência dos mutirões autogeridos em São Paulo, deslocando-a para uma lógica mais abrangente e que envolve a produção do espaço a partir da relação dos arquitetos paulistas com os movimentos urbanos, comunidades e seus indivíduos:

“(...) não se tratava simplesmente de estar ao lado do povo. Num primeiro momento, até se acreditou que bastava acompanhá-lo, ser um instrumento técnico em suas mãos, pois da classe operária nasceria o caminho das transformações sociais. Aos poucos viu-se que não era bem assim e que os movimentos urbanos posicionavam-se de maneira ambígua diante das possibilidades de mudanças mais profundas, satisfazendo-se muitas vezes com o atendimento das reivindicações isoladas. Em se tratando dos movimentos de moradia, cuja reivindicação é um bem privado (a casa própria) e não a melhoria de um serviço público (educação ou saúde), a moderação política ainda é maior, alimentada pela expectativa da pequena propriedade. Daí a necessidade de sujeitos que colaborem para restituir a política, a consciência de classe, ajudem a problematizar a vontade de integração e reprodução ideológica, e que não sejam apenas as tradicionais lideranças, mas também, a seu modo, os arquitetos que assessoram os movimentos. O papel do pedagogo e, no nosso caso, do arquiteto, não é, segundo Paulo Freire, repetir o que o povo diz, mas atuar como uma ‘contradição não antagônica’, questionando idéias pré concebidas, instaurando dúvidas e abrindo possibilidades sem, entretanto, se opor, antagonizar, uma vez que também é ‘participante’ na luta pela mesma causa – guardadas, obviamente, as diferenças entre a alfabetização e a produção de casas.” ARANTES, 2002: 185-186).

Ao mesmo tempo, para fazer com que as micronarrativas cotidianas urbanas sejam compreendidas dentro da uma dimensão histórica e espacial, onde a própria noção de espaço se desloca da usada como forma-mercadoria para uma vinculada à história produzida do lugar, faz-se necessário um tipo de diálogo com o Estado dentro ou fora de seus aparelhos operativos – legislações federais, estaduais e municipais, e decretos da prefeitura. Para tanto, os próprios atores sociais que constroem estas pequenas histórias tem de ser vistos como agentes modeladores do espaço e que, para tal, têm a possibilidade de reivindicar uma posição dentro do processo deliberativo do produzir o espaço. Sendo assim, tal nova percepção não se limita apenas, como colocado anteriormente, na produção de um novo espaço físico, mas também um novo espaço político, de discussão, dentro e fora do Estado, um que envolva uma gestão democrática, onde prevalecem interesses da maioria ou de algum grupo e, ao mesmo tempo, colaborativa.

Por outro lado, essas ações desempenhadas visam também que a legislação aprovada, seja na constituição, seja num plano diretor, seja respeitada. Portanto, garantir que o espaço entre a aprovação da lei e seu cumprimento seja diminuído:

“Uma postura ética, baseada no desprendimento frente a velhos paradigmas acadêmicos, pode nos ajudar a desempenhar um importante papel neste momento histórico. Prestando assessoria técnica à população e oferecendo subsídios para uma ação coletiva em defesa da gestão democrática [e participativa] da cidade, nós, (...), podemos contribuir efetivamente para impedir que os novos dispositivos jurídicos virem ‘letra morta’ como tantos outros” (CORREIA, 2003: 160).

Se a arquitetura moderna revolucionou a experiência estética, como Tafuri¹⁰³ coloca, repensar estratégias de confronto a partir da noção de evento significa não esconder as contradições próprias do sistema, mas catalisá-las em uma experiência estética cotidiana mediada pelo espaço. Ao invés de se pensar em construção de um objeto, pensa-se em organização de condições para que haja a criação de espaços a partir das percepções já existentes e latentes no existente.

“Arquitetura não é sobre as condições do desenho, mas sobre o desenho das condições que irão deslocar os mais tradicionais e regressivos aspectos de nossa sociedade e, simultaneamente, reorganizar estes mesmos elementos da maneira mais libertadora, a fim de que nossa experiência se torne a experiência de eventos organizados estrategicamente através da arquitetura. Estratégia é a palavra chave para arquitetura hoje. Não mais planos totais, nem mais localizações fixas, mas uma nova heterotopia. Isso é o que a nossa cidade deve lutar para ser e o que nós arquitetos devemos ajudá-la a se tornar através da intensificação da rica colisão entre eventos e espaços. Tokyo e New York apenas aparentam ser caóticas. Ao contrário, elas marcam o surgimento de uma nova estrutura urbana, uma nova urbanidade. Suas confrontações e combinações de elementos podem nos oferecer o evento, o choque que, espero, fará da arquitetura de nossas cidades um ponto de mutação em nossa cultura e sociedade” (TSCHUMI, 1997: 259)¹⁰⁴.

¹⁰³ TAFURI, 1995.

¹⁰⁴ “Architecture is not about the conditions of design but about the design of conditions that will dislocate the most traditional and regressive aspects of our society and simultaneously reorganize this elements in the most liberating way, so that our experience becomes the experience of events organized and strategized through architecture. Strategy is a key word in architecture today. No more masterplans, no more locating in a fixed place, but a new heterotopia. This is what our cities must strive toward and what we architects must help them to achieve by intensifying the rich collision of events and spaces. Tokyo and New York only appear chaotic. Instead, they mark the appearance of a new urban structure, a new urbanity. Their confrontations and combinations of

Paradoxalmente, o espaço estrategicamente condicionado a que Tschumi se refere pode dar a impressão de semelhança com a proposta moderna, como coloca Brandão:

“Apesar da diferença de propostas espaciais, o conteúdo utópico permanece e ressurgue como algo recalcado dentro da própria crítica pós-moderna. Com pouquíssimas alterações o depoimento de Tschumi caberia perfeitamente dentro do *Por Uma Arquitetura*, de Le Corbusier. Creio que essa utopia é bem-vinda, pois ela desvela e quebra a acomodação geral de um momento extremamente figurativo da arquitetura, em que a informação costuma ser muita, mas o sentido pouco” (BRANDÃO, 1999: 24).

Entretanto, na periferia do capitalismo, desenhar essas relações e condições a fim de produzir um contexto circunstancial específico significa também reconhecer quais são os atores produtores de relações dentro do espaço da cidade e pensar um novo desenho, rearticulando tais agentes, a fim de criar uma nova condição, congestionada, e espacializada. Aqui, uma grande experiência pode vir das (REF)ormalidades dos ativismos sociais e movimentos urbanos brasileiros, advindos de uma situação típica dos países na periferia do capitalismo. A capacidade de organização e articulação interna e externa destes grupos é superior à do poder público visto seu poder de agregação de valores interessantes à comunidade, bem como à população interessada. A partir daí, essas organizações constroem as condições para se pensar e propor um novo modo de relacionamento entre estes, a fim de criar um contexto espacial – o mais abrangente possível – para novos eventos, uma nova práxis urbana, uma nova maneira de se pensar a produção do espaço urbano contemporâneo. Entretanto, isso não garante um espaço cotidianamente vivido coletiva e publicamente. Ações como encontros dentro das (REF)ormalidades a fim de discutir assuntos interessantes a uma comunidade, ou participação em OPs, ou ainda em COMPURs, não significam um embate diário entre o eu e o outro, condição indispensável para um conhecimento próprio, que só se faz no reconhecimento da diferença.

Faz-se necessário, então, produzir um ‘urbanismo vulnerável’, tal como colocado por Ellin, e específico para contextos periféricos. Esse deve atuar dialeticamente, dentro de uma lógica mais aberta, participativa, colaborativa, tanto dentro dos aparelhos operacionais estatais em busca de autonomia de decisão e ação e, ao mesmo tempo, independentemente da existência desse no urbano, construindo maneiras de se tornar real, espacial e diferencialmente. Assim, a construção dessas conjunturas, tal como os ativismos e

elements may provide us with the event, the shock, that I hope will make the architecture of our cities a turning point in culture and society.”.

movimentos urbanos, podem ter o arquiteto/urbanista como profissional comprometido com a produção de um espaço, só que diferencial. Nessa construção, essa nova experiência só se cristalizará no imaginário citadino através de uma experiência estética cotidiana baseada no entendimento dos novos sentidos gerados por nova cultura metropolitana produzida pela cidade, a que KOOLHAAS (2000) denomina de congestionada.

Experiências de real autonomia em processo de sistematização, como a Economia Solidária, podem ser caminhos para se pensar em modos de vida à margem ou diferentes dos colocados pela centralidade hegemônica. Entretanto, essas experimentações, que vêm de (REF)ormalidades coletivamente construídas, não são públicas e muito menos espacialmente diferenciadas visto que o espaço do cotidiano ainda é aquele desenhado segundo uma lógica moderna de separação entre público e privado, atomização do indivíduo dentro de sua casa, entre outros.

Ao mesmo tempo, a favela, produto específico cultural periférico e incompreendido pelo Estado devido a sua própria incapacidade de adentrar as relações de produção de vida dentro dela em sua totalidade, tem grande possibilidade de possuir espaços diferenciais. Entretanto, ainda é um espaço estudado, na maioria dos casos, através de uma sensibilidade espacial e arquitetônica advinda de uma situação de cidade formal, de mentalidade produtora capitalista, e não envolvida na descoberta do outro, tanto do homem como do espaço e sentidos produzidos ao habitar. Mesmo excrescências produzidas pelo giro da vida pós-moderna e periférica nos âmbitos culturais, políticos, econômicos /ou sociais como as moradias debaixo do viaduto, não são objetos de estudo ou análise, ou ainda, proposição. São problemas a serem resolvidos por órgãos planejadores de Estado e não novas espacialidades próprias da vida congestionada, geradoras de novas soluções.

A Praça Sete de Setembro se coloca paradigmática dentro da pós-modernidade, construída conjuntamente pelo Estado até o cotidiano massificado de conceitos consensualizadores como sociedades civis e slogans como 'responsabilidade civil'. Isso se dá tanto pelo espetáculo de sua requalificação em 2003 como de seus usos e eventos, que explodem tentativas de harmonização urbanística visto sua subversão do plano pela apropriação e organização do espaço rotineiramente vivido por (INF)ormalidades e (REF)ormalidades. Entretanto, apesar desse não ter sido um tema aprofundado nesse trabalho, esse par massificação-apropriação não é radicalmente contraditório. Na contemporaneidade, a experiência coletiva e pública habitual de uma população não se dá mais por uma velocidade vagarosa e encontro somente. Essa é uma experiência que se dá também pelos meios de comunicação de massa – publicidade e propaganda – e sua relação

estreita com as imagens, com a velocidade da informação e nos não lugares como coloca Auge. Há um outro, um terceiro tipo de experiência compreendida e experimentada coletiva e publicamente pelos usuários de arquitetura, bem como pela multidão, capaz de gerar um outro tipo de relação pública pelo espaço.

O que se coloca ao final desse estudo é a hipótese de um novo modo de atuar, organizar e desenhar condições, a fim de que vivências locais não sejam sempre lembradas nostalgicamente pela memória coletiva fotografada de Belo Horizonte em museus, prédios tombados pelos órgãos patrimoniais e jogo americano de lanchonetes globais como McDonalds; e lembradas por arquitetos, como reificações da vida medieval, onde a praça tinha algum sentido, quase que abdicando da produção de uma nova vida e experiências coletivas e públicas. Necessita-se compreender e transduzir nessa nova sensibilidade produzida na metrópole, por detrás do que é vivenciado, uma potência para um novo desenho de condições, e não como problemas a serem resolvidos ou eliminados.

5.3. Hipóteses Espaciais



FIGURA 42: Comerciantes ambulantes - nova paisagem a ser desenhada tirando partido de suas apropriações em paredes e calçadas.

FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 43: Bancas de revista – consideração da colocação de bancos nesse ponto, a fim de potencializar o uso do espaço como público e de conversas. Além disso, o espaço da banca como local de disponibilização de informações públicas interessantes à população.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 44: Bancos de Praça – produção de novas situações, tirando partido do uso já feito pela população.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 45: Caixa do engraxate como infra-estrutura – base para espaço de trabalho e ponto de encontro social
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 46: Ponto de ônibus como local de encontro e de permanência, além de local de informações públicas – Como modelo análogo, pode-se citar, a região da Savassi, onde foram colocadas caixas de som nos pontos de ônibus por uma empresa de telefonia celular, a fim de transmitir músicas e informações durante todo o dia.
 FONTE: do autor, 17 jan. 2005.





FIGURA 47: Vestimenta como espaço de informações públicas.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 48: Fachadas das edificações - Criação de uma infra-estrutura, apoiada nas paredes de edificações, como modo de proteção das intempéries para a população.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 49: Jogo de Xadrez e Damas - Consideração de colocação de mesas e cadeiras como equipamento obrigatório na praça, a fim de tornar o ambiente também de permanência.
FONTE: do autor, 17 jan. 2005.



FIGURA 50: Ponto de táxi + Engraxates + proximidade ao café Nice freqüentado por moradores do centro da cidade – Considerar o local como locus de manifestação de uma experiência pública permeada pela soma de não-lugares, e potencializá-lo rumo a construção de um novo espaço social.
FONTE: do autor, 16 e 17 jan. 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. A Belo Horizonte dos Modernistas: Representações Ambivalentes da Cidade Moderna. Belo Horizonte: PUC Minas: C/ Arte, 2004.
- ANTICK, Paul. Malditos Moletons: Benetton e a mecânica da exclusão cultural. IN: Fashion Theory. Revista de Moda, Corpo e Cultura. v.01, n.03, set 2002. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2002. ISSN: 185973517-7. p.82-109.
- ARANTES, Otília Fiori, MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000a.
- ARANTES, Otília Fiori. A Ideologia do “Lugar Público” na Arquitetura Contemporânea. IN: _____. O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos. São Paulo: EDUSP, 2000b.
- ARANTES, Otília Fiori. Uma estratégia Fatal. A Cultura nas Novas Gestões Urbanas IN: ARANTES, Otília Fiori, MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000a.
- ARANTES, Otília Fiori. Urbanismo em Fim de Linha. São Paulo: EDUSP, 2002.
- ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefebvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: 34, 2002.
- ARAÚJO, Maria Luíza Grossi. Percepção e Planejamento Urbano em Ambiente Urbano: o Projeto de Renovação do Centro de Belo Horizonte. 1995. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- AUGÉ, Marc. Não Lugares: Uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas: Papirus, 2004.
- BAPTISTA, Maria Elisa. Fronteiras Urbanas Contemporâneas. Espaço Público e Cidadania. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- BARBOSA, José Martins, BAPTISTA, Hemerson Alves (trad.). Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo / Walter Benjamin. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 185-235
- BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

- BARROS, José Márcio. Cidade e Identidade: a avenida do Contorno em Belo Horizonte IN: MEDEIROS, Regina (org.), BARROS, José Márcio, MARQUES, Robson dos Santos, PAULA, José Antônio de. Permanências e Mudanças em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas: Autentica, 2001.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. BH Centro: Concurso Nacional para Reestruturação do centro de Belo Horizonte. Edital do concurso. Belo Horizonte, 1989.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. BH Centro: Novos Horizontes para um centro urbano. Caderno de apresentação do projeto. Belo Horizonte, 1996a.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Cenas de um Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1996b.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 1976.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Panorama Histórico de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 1996c.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PMBH, 1995.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Uso e Ocupação do Solo Urbano de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMDU, 1985.
- BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. Trad. Ana M. Goldberg. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- BENEVOLO, Leonardo. Origens da Urbanística Moderna. Lisboa: Presença, 1981.
- BH Cidade Viva: Desafios da Responsabilidade Especial. Belo Horizonte: Fundação Assis Chateaubriand, 2003. Informe Especial.
- BLOOMER, Jennifer. Architecture and Text. The (S)cripts of Joyce and Piranesi. North Carolina: Yale University Press, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. O Sonho e o Luto IN: Suplemento Literário. Belo Horizonte: Secretaria da Cultura de Minas Gerais, n. 54, dez. 1999.
- CÁCERES, Florival. História do Brasil. São Paulo: Moderna, 1993.
- CALDEIRA, Júnia Marques. Praça: Território de Sociabilidade. Uma Leitura sobre o Processo de Restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, SP.

- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da Globalização. Trad. Maurício Santana Dias, Javier Rapp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto das Cidades. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- COLLINS, Peter. Changing Ideals in Modern Architecture. 1750-1950. London: Faber and Faber, 1995.
- CORREIA, Cláudia. Gestão Democrática da Cidade: Construindo uma Nova Política IN: CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto das Cidades. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- CUNHA, Alexandre, CANUTO, Frederico, LINHARES, Lucas, MONTE-MÓR, Roberto Luís. O Terror Superposto – Uma Leitura Lefebvrina de Terrorismo na Sociedade Urbana Contemporânea. IN: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueira, ACSELRAD, Henri (eds.). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v.05, n.02, 2003.
- CURTIS, William. Modern Architecture since 1900. London: Phaidon, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte, 04 out. 1958.
- DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte, 11 jan. 1949.
- DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte, 18 jan. 1959.
- DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n.3964, 09 set. 1922.
- ELLIN, Nam. A Vulnerable Urbanism. IN: SPELLMANN, Catherine (ed.). Re-Envisioning Landscape Architecture. Barcelona: ACTAR, 2002.
- ELLIN, Nam. Postmodern Urbanism. Revised Edition. New York: Princeton Architectural Press, 1999.
- Estatuto das Cidades: Lei n. 10257, de 10 de junho de 2001, que estabelece Diretrizes Gerais de Política Urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- ESTEVES, João Pissarra. Espaço Público e Democracia. Comunicação, Processo de Sentido e Identidade Social. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

- FERREIRA, Pedro. Conserta-se de tudo um pouco. Estado de Minas. Belo Horizonte, 09 mar. 2005. Caderno Gerais, p.22.
- FERREIRA. Praça Sete dos negócios e do prazer. Estado de Minas. Belo Horizonte, 09 mar. 2005. Caderno Gerais, p.21.
- FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte n. 2744, 08 set. 1942.
- FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte, n.2761, 19 ago. 1942.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 17 abr. 2005. Caderno Mais!, p.04.
- FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. Trad. Roberto machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Others Spaces. IN: LEACH, Neil (ed). Rethinking Architecture: A reader in cultural theory. New York: Paperback, 1997.
- FRAMPTON, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREITAS, Jeanne Marie Ferreira. Perspectivas do Planejamento urbano Contemporâneo. Reflexões a partir do caso de Belo Horizonte. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- GALOFARO, Luca. Artscapes: Art as an Approach to Contemporary Landscape. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.
- Global Brasil. Dossiê: Desenvolvimento Local. São Paulo, n.04, nov/dez/jan 2005. ISSN: 1807-2259.
- GOUGH, Philip Fox-Drummond. O Contrapeso da Ordem: o desenvolvimento espacial de belo Horizonte. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- GOUTHIER, Juliana. Praça Recuperada, prédio abandonado. Pampulha. Belo Horizonte, 13-19 nov. 2004.
- GRAZIA, Grazia de. Reforma Urbana e Estatuto das Cidades IN: CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto das Cidades. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- Guia Exame 2004. Boa Cidadania Corporativa. São Paulo, dez/2004. ISSN: 7893614025810.
- HARVEY, David. A Condição Pós Moderna. São Paulo: Loyola, 2001.
- HAYS, Michael. Architecture Theory Since 1968. New York: MIT Press, 2000.

- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Série Interpretações da História do Homem, Volume 2.v Tradução de Carlos Nelson Coutinho & Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOLSTON, James. Espaços da Cidadania Insurgente. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 243-254, 1996.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida nas grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JACQUES, Paola Berenstein (org.). Apologia da Deriva: Escritos Situacionistas sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). Belo Horizonte. 1992. Dissertação (Mestrado em ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG
- JÚNIOR, José. Da Favela para o mundo. Grupo Cultural Afroreggae. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.
- KEITH, Michael, PILE, Steve. Geographies of Resistance. London: Routledge, 1997.
- KOETTER, Fred, ROWE, Colin. Ciudad Collage. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- KOOLHAAS, Rem. Life in the Metropolis or The Culture of Congestion. IN: HAYS, Michael. Architecture Theory Since 1968. New York: MIT Press, 2000.
- KOOLHAAS, Rem. What Ever Happened to Urbanism. IN: _____, MAU, Bruce. S, M, L, XL. New York: Monaceli Press, 1995.
- LEACH, Neil (ed). Rethinking Architecture: A reader in cultural theory. New York: Paperback, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana e o Mundo Moderno. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Trad. Ruens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. O Fim da História. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Trad. Donald Nicholson Smith. New York: Blackwell, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. The Survival of Capitalism. Reproduction of the Relations of Production. Trad. Frank Bryant. London: Allison & Busby, 1978.

- LEMOS, Celina Borges. A Construção Simbólica dos Espaços da Cidade IN: MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo (coord.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- MARQUES, Sônia. O Espaço Público em Belo Horizonte. A Avenida Afonso Pena como lugar de sua manifestação. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o Retorno a Dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MEDEIROS, Regina. O Bonfim da prostituição: a presença ambivalente do outro IN: MEDEIROS, Regina (org.), BARROS, José Márcio, MARQUES, Robson dos Santos, PAULA, José Antônio de. Permanências e Mudanças em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas: Autentica, 2001.
- MELLO, João Manuel Cardoso de, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral), SCHWACZ, Lílian Mortiz (org.). História da vida Privada do Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- MELO, Ciro Bandeira, PAULA, João Antônio de. Varia Historia: Belo Horizonte, cem anos em cem. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, n. 18, 1985.
- MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo (coord.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte, Capital de Minas, século XXI IN: MELO, Ciro Bandeira, PAULA, João Antônio de. Varia Historia: Belo Horizonte, cem anos em cem. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, n. 18, p. 467-486, 1997.
- MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: A cidade Planejada e a MetrÓpole em Construção IN: _____ (coord.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. Trabalho apresentado no "I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional". Santa Cruz: UNISC, out. 2004.
- MORAES, Fernanda Borges. Gestão Metropolitana: Uma reflexão sobre sua trajetória e perspectivas a partir da experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1996.

- Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- NEVES, Magda de Almeida, DULCI, Otávio Soares (org.). Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral), SCHWACZ, Lílian Mortiz (org. vol.). História da vida Privada do Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PENNA, Alicia Duarte. O Espaço Infiel: Quando o giro da economia capitalista impõe-se a cidade. (vol 1 e 2). 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- PIMENTEL, Thaís. A Torre Kubitschek: Trajetória de um Projeto em 30 anos no Brasil. Belo Horizonte: 1989.
- PINHEIRO, Otilia, ROLNIK, Raquel. Plano Diretor Participativo: Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos.
- PODESTÁ, Sílvio de. De Marselha a Belo Horizonte. AP Cultural, Belo Horizonte, n. 06, p. 57-65, jul/ago 1996.
- RIBEIRO, Luis César de Queiroz. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira IN: CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto das Cidades. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- RIBEIRO, Sônia Marques Antunes. O Espaço Público em Belo Horizonte. a Avenida Afonso Pena como lugar de sua manifestação. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- RODRIGUES, Glauco Bruce, SOUZA, Marcelo de Lopes. Planejamento Urbano e Ativismos Sociais. São Paulo: UNESP, 2000.
- ROSSI, Aldo. A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SANTOS, André Luiz Teixeira dos et al (org.). Laboratório de Projeto integrado e participativo para Requalificação do Cortiço. São Paulo: FAU-USP, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza [org.]. Produzir para viver: os caminhos para a produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Insurreição do Uso IN: MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o Retorno a Dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SELEME, Ana Carolina. Conforto está longe do Centro. Estado de Minas. Belo Horizonte, 14 jan. 2005. Caderno Gerais, p.20.
- SILVA, Elaine Norberto. Consumo, *Mimesis* e Sentido. IN: VALVERDE, Monclar (org.). As Formas do Sentido. Estudos em Estética da Comunicação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SIMMEL, Georg. A Metrópole e Vida Mental. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 11-25.
- SITTE, Camilo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.
- SOJA, Edward. Geografias Pós-modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOJA, Edward. Thirdspace. Journey to Los Angeles and Other Real - and - Imagined Places. Massachusetts: Blackwell, 1997.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês. Movimento Reinvidicatório Urbano e Política em Belo Horizonte IN: NEVES, Magda de Almeida, DULCI, Otávio Soares (org.). Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- SOUZA, Marcelo de Lopes. Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SPELLMANN, Catherine (ed.). Re-Envisioning Landscape Architecture. Barcelona: ACTAR, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 2001.
- TAFURI, Manfredo. Projecto e Utopia. Arquitectura e Desenvolvimento do Capitalismo. Trad. Conceção Jardim, Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1995.
- TEIXEIRA, Carlos. Obras: História do Vazio em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Cosac & Naify, 1999.
- TSCHUMI, Bernard. Architecture and Disjunction. Cambridge: MIT Press, 1995.
- VAINER, Carlos B. Os Liberais também fazem Planejamento estratégico? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro” IN: ARANTES, Otília Fiori, MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- VARELLA, Dráuzio, BERTAZZO, Ivaldo JACQUES, Paola Berenstein, SEIBLITZ, Pedro. Maré: Vida na Favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

- VENTURI, Robert, IZENOUR, Steven, SCOTT BROWN, Denise. Aprendendo com Las Vegas. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- VENTURI, Robert. Complexidade e Contradição em Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIDLER, Anthony. The Third Tipology. IN: HAYS, Michael. Architecture Theory Since 1968. New York: MIT Press, 2000.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico e as novas perspectivas do real. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- WOODS, Lebbeus. The Storm and The Fall. New York: Princeton Architectural Press, 2004.
- ZANINI, Walter. A Atualidade de Fluxus IN: ARS. Revista do Departamento de Artes Plásticas. Ano 02, v.01, n.03, 2004. São Paulo: ECA/USP, 2002. ISSN: 1678-5320. p.11-21.

Anexos

**Anexo A: Projetos Vencedores do Concurso BH Centro (revista AU,
n.28)**

PROPOSTAS EM

CONVERGÊNCIA

BH

CENTRO

Uma decisão inédita da comissão julgadora conferiu o primeiro lugar do BH-Centro a três equipes multidisciplinares, duas de Belo Horizonte e uma de São Paulo. Apesar de algumas propostas conflitantes a decisão baseou-se em critérios de criatividade, racionalidade e funcionalidade com um só objetivo: reestruturar o centro de Belo Horizonte de forma a melhorar a qualidade de vida na área central. Para falar do BH-Centro, AU entrevistou o prefeito Pimenta da Veiga, o articulador do concurso Roberto Martins e os coordenadores das equipes vencedoras, que discutiram com a repórter Gabriela Marinho os principais tópicos dessa intervenção.

Formada por 12 pessoas, entre consultores e colaboradores, a equipe de Ana Maria Schmidt recebeu cinco destaques, dos quais o mais abrangente é o de resgate da imagem e do patrimônio cultural arquitetônico e urbano que cobrirá toda a área de intervenção de BH-Centro.

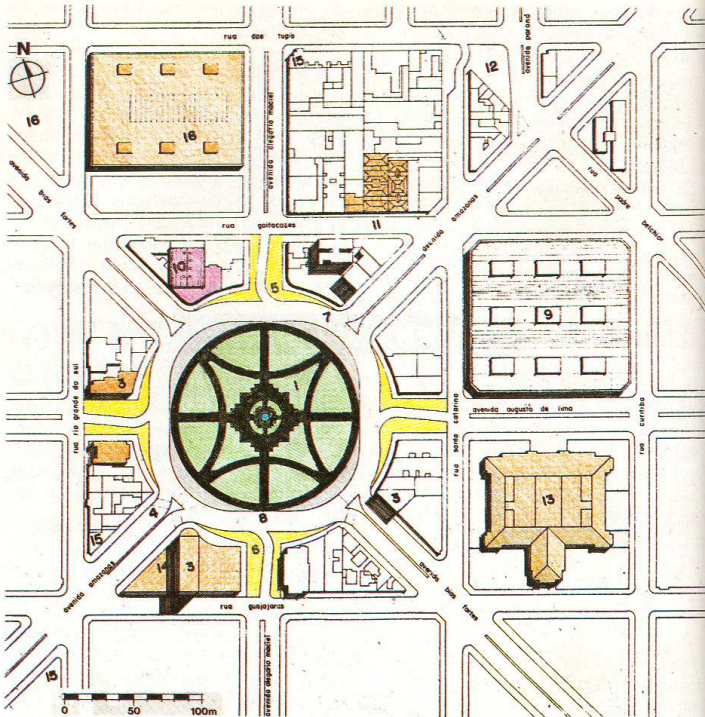
Para Ana Maria, que trabalhou com a recuperação do patrimônio para o Sphan na cidade de Congonhas, em Minas Gerais, entre todos os espaços urbanos de Belo Horizonte o centro é o mais original. "São as áreas históricas e o centro tradicional os que mais incessantemente morrem e renascem, o que traduz a incomunicabilidade entre as cidades que se sucederam e se sucedem sob um mesmo nome desde 1987", afirma a arquiteta.

Entre as propostas estão a recuperação de fachadas encobertas por publicidade cuja remoção pode propiciar o resgate histórico e simbólico das edificações. Propõem a criação de um Museu de Rua a fim de levar à população o acervo de informações sobre BH, "para que ela descubra, compreenda, valorize e preserve o centro de sua cidade".

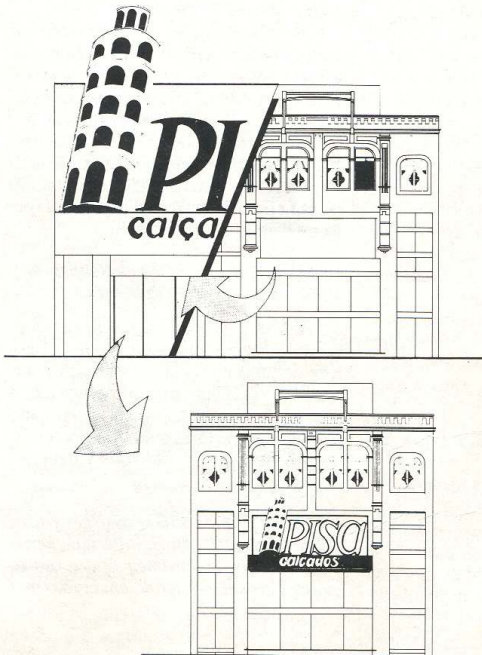
Para promover o reconhecimento do centro, a equipe sugere a instalação de placas de identificação nos equipamentos públicos, como prefeitura, correio, secretarias, nas edificações e conjuntos urbanos de interesse locais marcados por acontecimentos históricos e aqueles onde existiram edificações de valor arquitetônico histórico e simbólico.

Pela proposta vencedora, estas placas deverão ser padronizadas segundo um projeto de programação visual com o objetivo de "contar a história" da edificação ou do lugar de maneira a informar o seu valor arquitetônico, histórico ou simbólico. A equipe sugere ainda a elaboração de um inventário das edificações e conjuntos urbanos de interesse e o estabelecimento de critérios restritivos às alterações do patrimônio, a fim de evitar a sua descaracterização.

Outro destaque da equipe foi a proposta para sistemas de circulação e transporte. Segundo Ana Maria, trabalhou-se com a idéia básica de descentralização das atividades em subcentros regionais com a melhoria da qualidade ambiental no centro. Assim, a proposta prevê a retirada do centro da cidade das linhas diamétrais cujos ônibus fazem a ligação bairro a bairro.



Praça Raul Soares



Exemplo de recuperação da fachada de uma edificação de interesse com o disciplinamento da publicidade e redução da poluição visual

1. Traçado original tombado
2. Fonte luminosa a ser reativada
3. Espaço de uso residencial acentuado e verticalizado
4. Acesso à praça
5. Ampliação dos passeios com ênfase no uso boêmio já existente
6. Esculturas
7. Acesso à praça
8. Liberação de ângulos visuais
9. Mercado central
10. Cine Candelária
11. Edificações de interesse a serem preservadas
12. Praça 1ª de Maio
13. Minascentro
14. Terminal turístico
15. Hotéis
16. Revitalização do Mercado Novo como espaço de convenções

arquit



Parque Municipal

EQUIPE **ANA MARIA SCHMIDT** BH-CENTRO

- | | | | |
|--|--|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Remoção da pavimentação asfáltica. Introdução de novos materiais que favoreçam a permeabilidade 2. Redimensionamento da área utilizada pelo Palácio das Artes 3. Recuperação e plantio de vegetação 4. Reintegração da área em torno do Imaco 5. Restauração do | <ol style="list-style-type: none"> 6. Recuperação do lago e restauração do coreto 7. Instalação de pistas de cooper e caminhada 8. Reforma do bar do lago dos barcos, instalação de sanitários e adequação da área externa 9. Projeto e construção do bloco de | <ol style="list-style-type: none"> 10. Recuperação do anfiteatro 11. Incorporação do canteiro da alameda 12 e 13. Remanejamento do parque de diversões, liberação dos canteiros e instalação de serviços de apoio 14. Recuperação dos jardins | <ol style="list-style-type: none"> franceses e escadaria de acesso à av. Afonso Pena 15. Recuperação da fonte luminosa 16. Ambientação do largo do teatro 17. Instalação do mobiliário 18. Arborização ao longo da avenida dos Andradas 19. Deslocamento do acesso da rua da Babia |
|--|--|---|--|

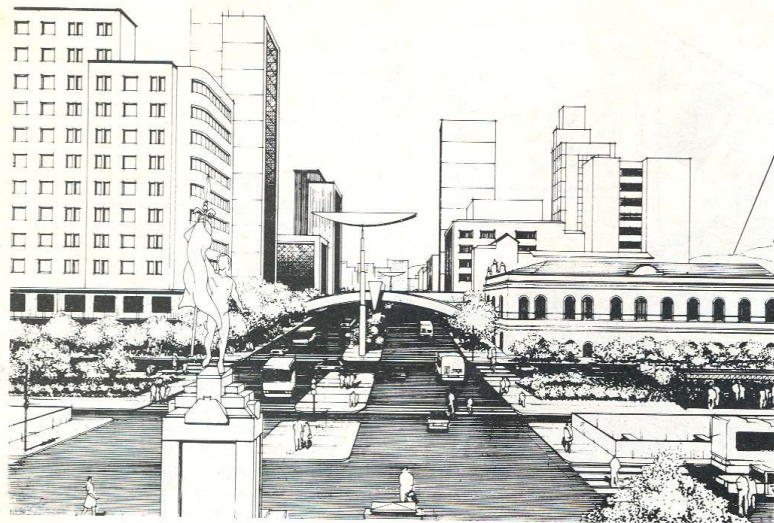
Para preservar o entorno da praça Sete sem reduzir o acesso ao hipercentro, a equipe arrolou as seguintes medidas: criação de terminais de integração e transbordo e de novas linhas circulares de alta frequência e tarifa reduzida.

Em relação ao parque municipal, os arquitetos propõem remover a pavimentação asfáltica das alamedas, recuperando a pavimentação original, e introduzir materiais que favoreçam a permeabilidade do solo às águas pluviais. Esperam também que a área utilizada pelo Palácio das Artes seja redimensionada visando à integração do edifício ao parque. E mais: recuperação e plantio de vegetação nas jardineiras existentes, reintegração da área em torno do Imaco (colégio municipal), restauração do coreto, do lago e do quiosque central, instalação de pistas de cooper e caminhada, recuperação do anfiteatro, de jardins franceses remanescentes, da fonte luminosa, remanejamento do parque de diversões, entre outras medidas.

Na praça Raul Soares, os vencedores pretendem estimular as atividades boêmias turísticas que ali já se fixaram, além do uso residencial, o que garantiria, afirma, a multiplicidade de ocupação do espaço. Sugerem a criação de acessos de pedestres para a praça, de espaços lúdicos com esculturas vazadas de grande porte, "adotadas" pelos comerciantes, liberação de ângulos visuais, preservação de edificações de interesse com recuperação das características de época.

Equipe Técnica

Coordenadora: arquiteta Ana Maria Schmidt
 Participantes: arquitetas Maria Elisa Baptista, Aílcia Duarte Penna, Leonardo Castriota, Augusto Marques, Marco Flávio de Magalhães Matos, Marçilio Godai, Eduardo Guerra e David Allen Peterson (colaboradores), Rilla de Cassia L. Velloso e Cláudia Damasceno Fonseca (estudantes), artistas plásticas Maria Angélica Meineni (Pitt), Paulo Schmidt (colaborador), consultores Osias Baptista (transporte) e José Rubens Costa (legislação), fotógrafo Paulo Baptista, desenho Carmem Lúcia Quintino da Cruz, Plo Cabral, Giannini Medeiros, Roselis Perrupato e Thais Molina (estudantes de arquitetura) e Márcia Brandão (estudante de Artes Plásticas).



EQUIPE **MAURICIO ANDRÉS** BH-CENTRO

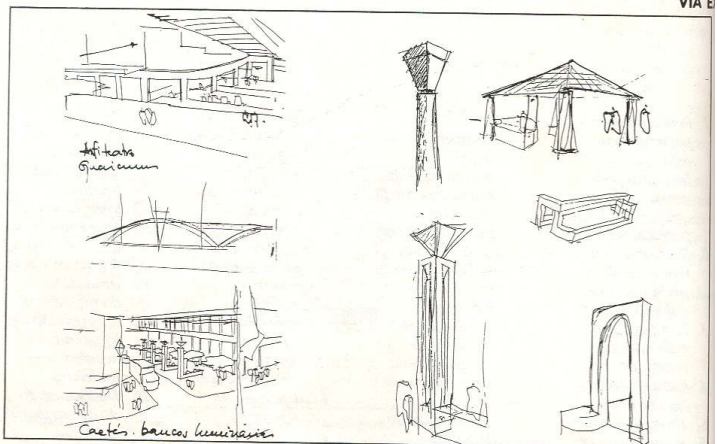
A equipe de Mauricio Andrés recebeu quatro destaques. O primeiro é uma intervenção de Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho na área da rodoviária, com o objetivo de transformá-la em terminal de ônibus urbano e metropolitano. Além das adaptações necessárias, o projeto prevê a criação de uma ponte comercial "como se fosse um prolongamento do eixo da av. Afonso Pena".

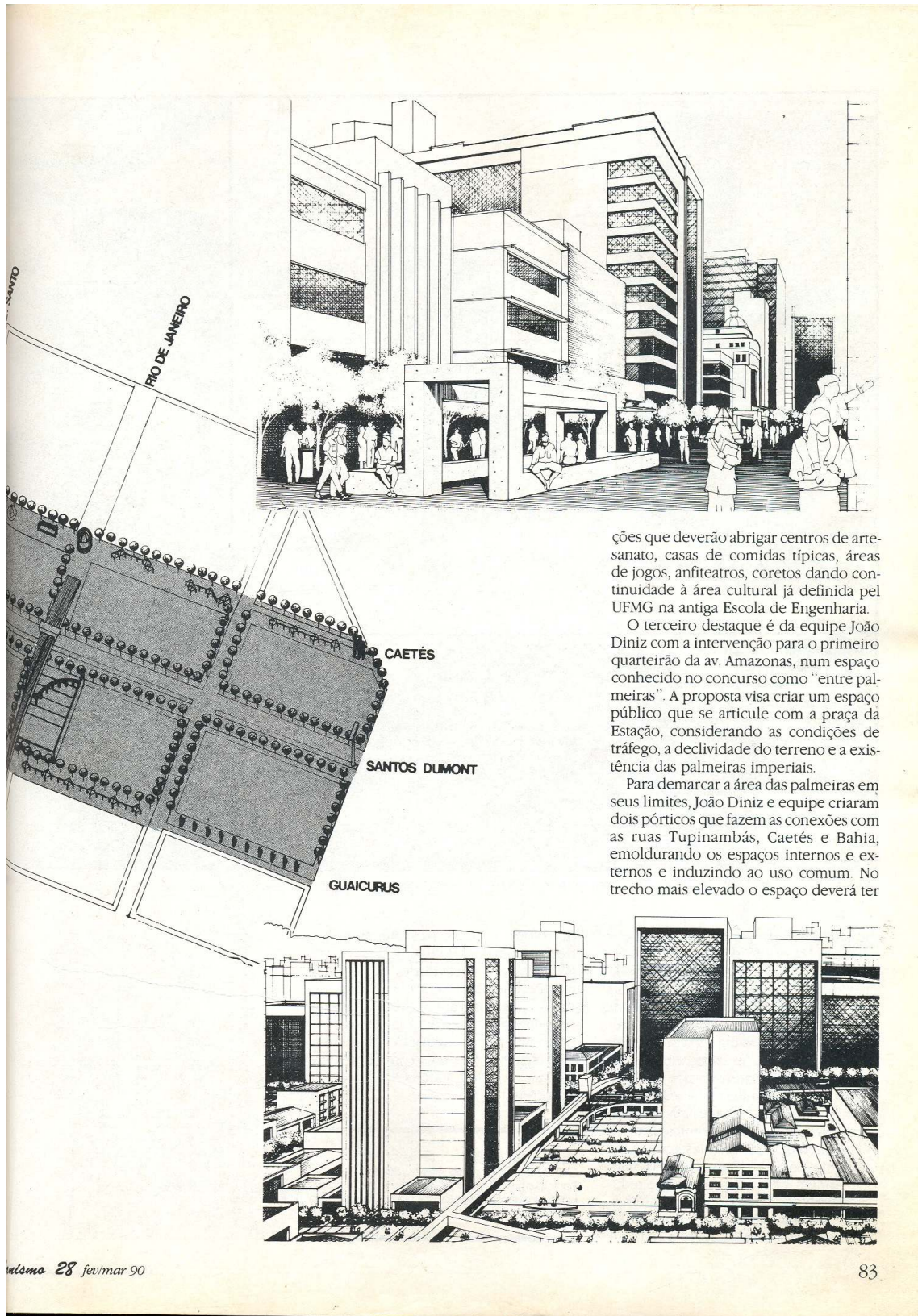
Essa "ponte" seria instalada em elevação sobre o ribeirão Arrudas e a avenida do Contorno com aproximadamente 2 mil m² de área coberta para instalação de um *mix-shopping*. Nas laterais serão abrigados boxes comerciais removíveis, solução possível a partir da adoção do aço como sistema estrutural sugerido pelo arquiteto.

Como parte dessa proposta de intervenção da área da rodoviária constam ainda novas soluções viárias para a praça Rio Branco e a transferência do estacionamento rotativo da superfície para o subsolo com a transformação da área remanescente em espaço cultural.

O segundo destaque do projeto é o do arquiteto Gustavo Penna com sua intervenção para o Eixo dos Três Caminhos formado pela rua Caetés, av. Santos Dumont e rua Guaicurus. A proposta visa valorizar a área do ponto de vista histórico e arquitetônico criando ali um espaço cultural, revitalizando-se as edifica-

Área de intervenção no Eixo dos Três Caminhos formado pelas ruas dos Caetés, av. Santos Dumont e rua Guaicurus. A proposta sugere remansos na Caetés, um obelisco na Santos Dumont e o anfiteatro na rua Guaicurus

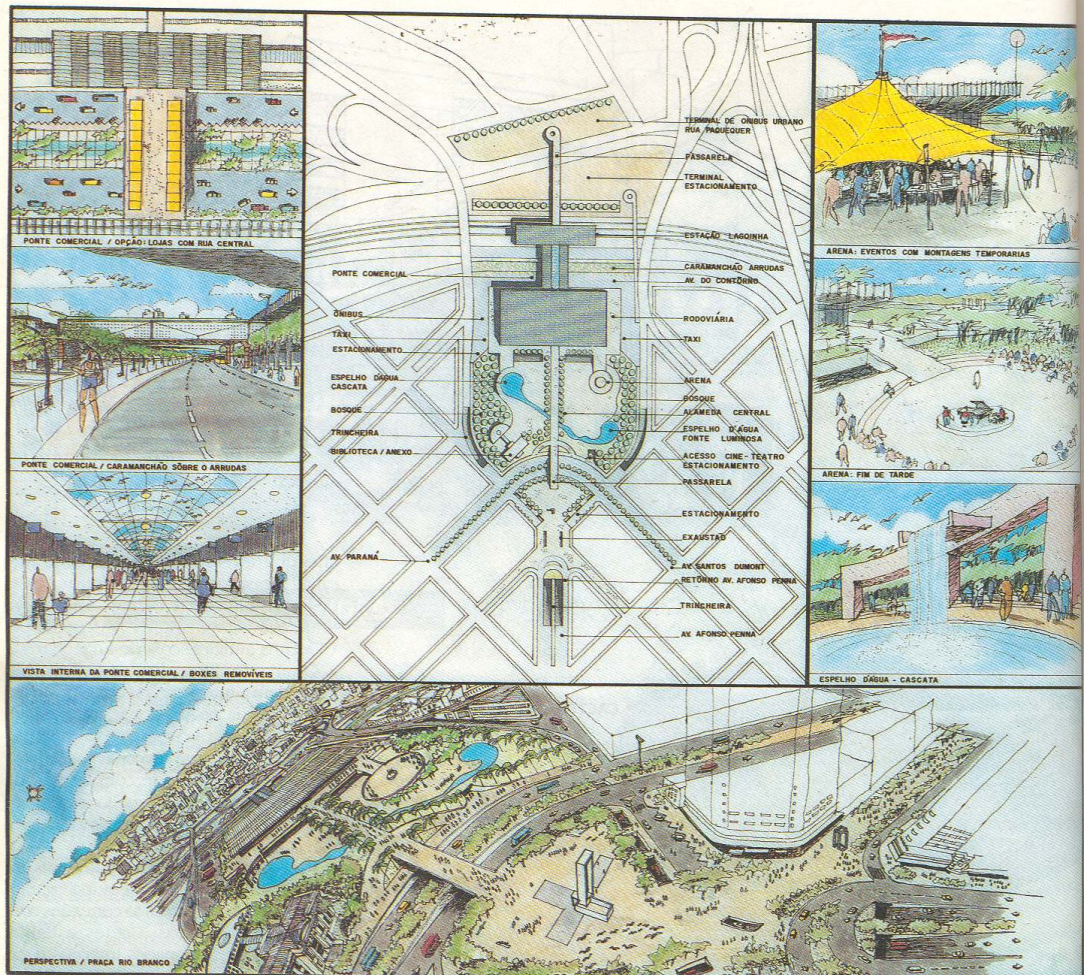




ções que deverão abrigar centros de artesanato, casas de comidas típicas, áreas de jogos, anfiteatros, coretos dando continuidade à área cultural já definida por UFMG na antiga Escola de Engenharia.

O terceiro destaque é da equipe João Diniz com a intervenção para o primeiro quarteirão da av. Amazonas, num espaço conhecido no concurso como "entre palmeiras". A proposta visa criar um espaço público que se articule com a praça da Estação, considerando as condições de tráfego, a declividade do terreno e a existência das palmeiras imperiais.

Para demarcar a área das palmeiras em seus limites, João Diniz e equipe criaram dois pórticos que fazem as conexões com as ruas Tupinambás, Caetés e Bahia, emoldurando os espaços internos e externos e induzindo ao uso comum. No trecho mais elevado o espaço deverá ter



Esquema da intervenção de Alvaro Hardy (Veveco) e Mariza Machado Coelho para a área da rodoviária

caráter contemplativo de estar e descanso com observação e foco para todo o conjunto. Na seqüência, foi concebida uma área de uso múltiplo, definida pelo piso e jardins com a instalação de um "parlatório". No ponto mais baixo, prevê-se a instalação de um espaço cultural.

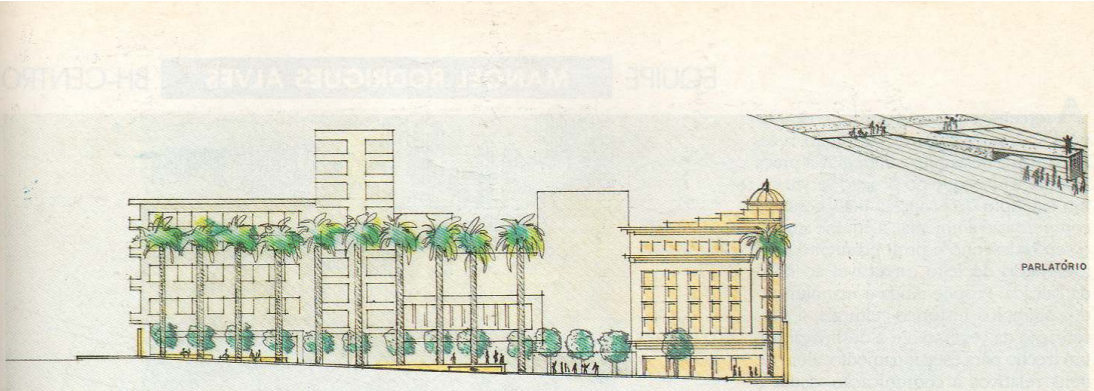
Segundo Diniz, "o espaço entre palmeiras será uma extensão dos edifícios vizinhos, funcionando como espaço de lazer, rua 24 horas, com mesas ao ar livre, apresentações musicais, comícios etc."

Finalmente, o último destaque é do coordenador da equipe, arquiteto Maurício Andrés, com sua proposta de redução da poluição sonora e atmosférica, tendo em vista a declividade do terreno. Nesse sentido, Andrés sugere a redução

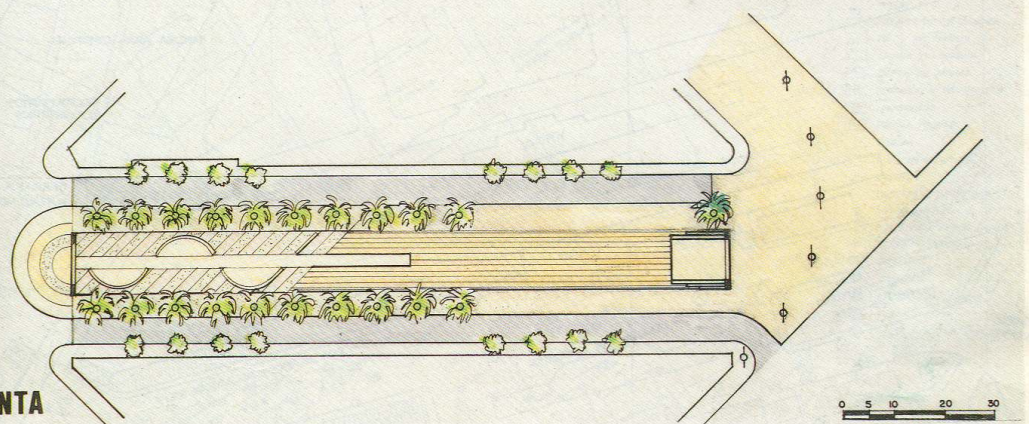
do tráfego nas vias ascendentes ou em trechos com mais de 10% de declividade. Nas vias com declividades de 5 a 10% propõe que seja tolerável o tráfego em casos extremos. Para Andrés, "resgatam-se assim critérios estruturantes de amplo entendimento e imediata compreensão e, da mesma forma, o uso do solo poderá em sua dinâmica acomodar-se a partir dessa regra".

Equipe Técnica

Coordenador: Maurício Andrés Ribeiro
Participantes: arquitetos Gustavo Penna, Alvaro Hardy (Veveco) e Mariza Machado Coelho, João Diniz, Graça Moura e Márcia Moreira.



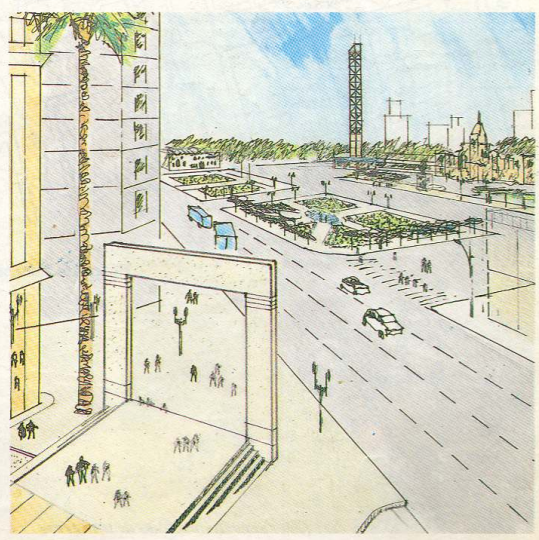
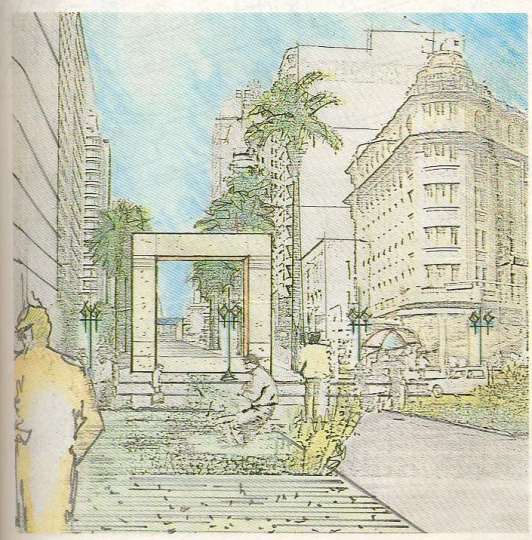
CORTE



PLANTA

Na proposta "Entre Palmeiras" está prevista a criação de um palco e um pórtico no começo da av. Amazonas e integrados ao conjunto da praça da Estação

EQUIPE **MAURICIO ANDRÉS** BH-CENTRO

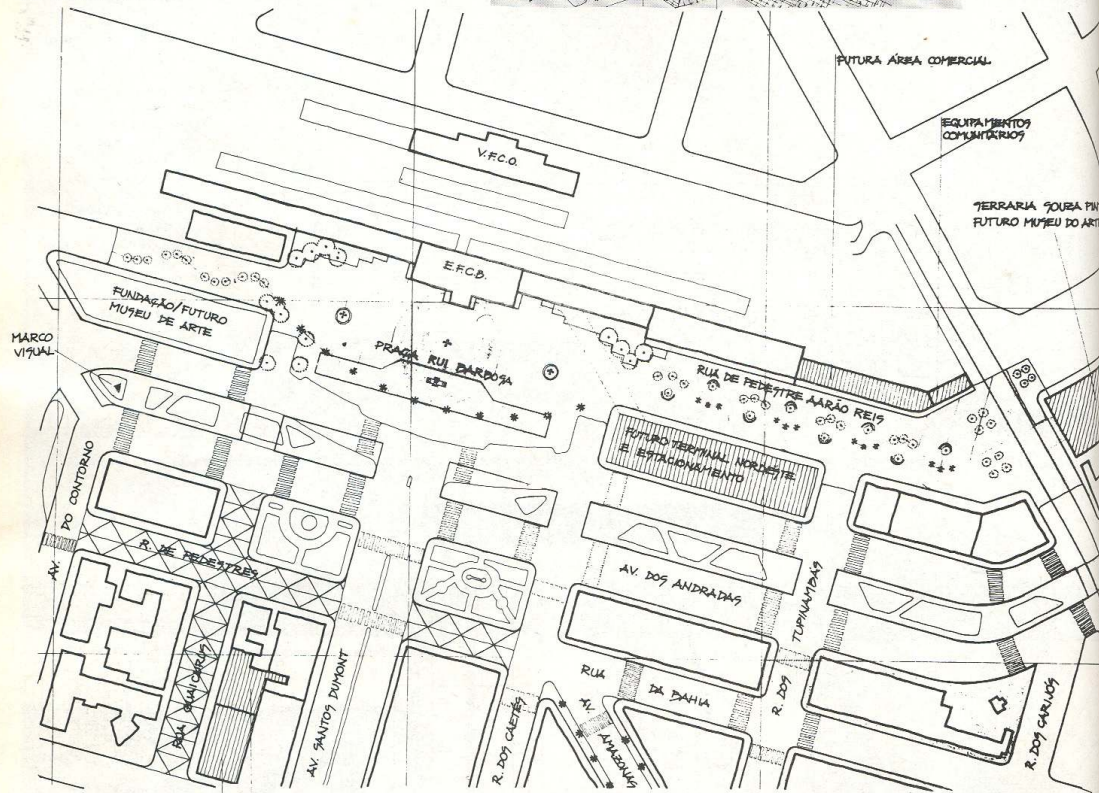
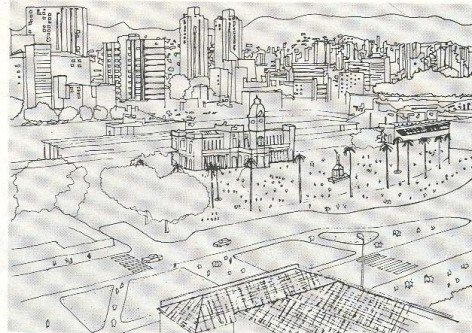


EQUIPE

MANOEL RODRIGUES ALVES

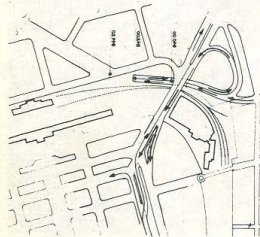
BH-CENTRO

A terceira equipe vencedora, de Manoel Rodrigues Alves, de São Paulo, recebeu quatro destaques também. Na praça Afonso Arinos, que no projeto serviu como exemplo de proposta mais geral de comunicação ambiental, a equipe sugere o seu redesenho e prolongamento com a elevação do leito carroçável ao nível da calçada. Propõe ainda a manutenção dos símbolos histórico-culturais, a preservação da vegetação e a destinação de um trecho para estacionamento, além de itens relativos à comunicação visual e mobiliário urbano, e o incentivo à pedestrianização da área.

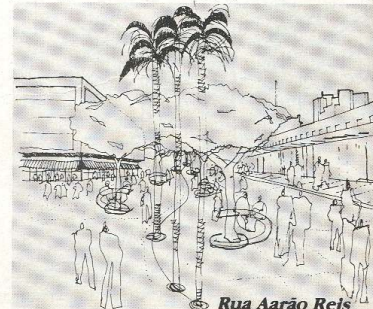


OFICINA CULTURAL
CRECHE

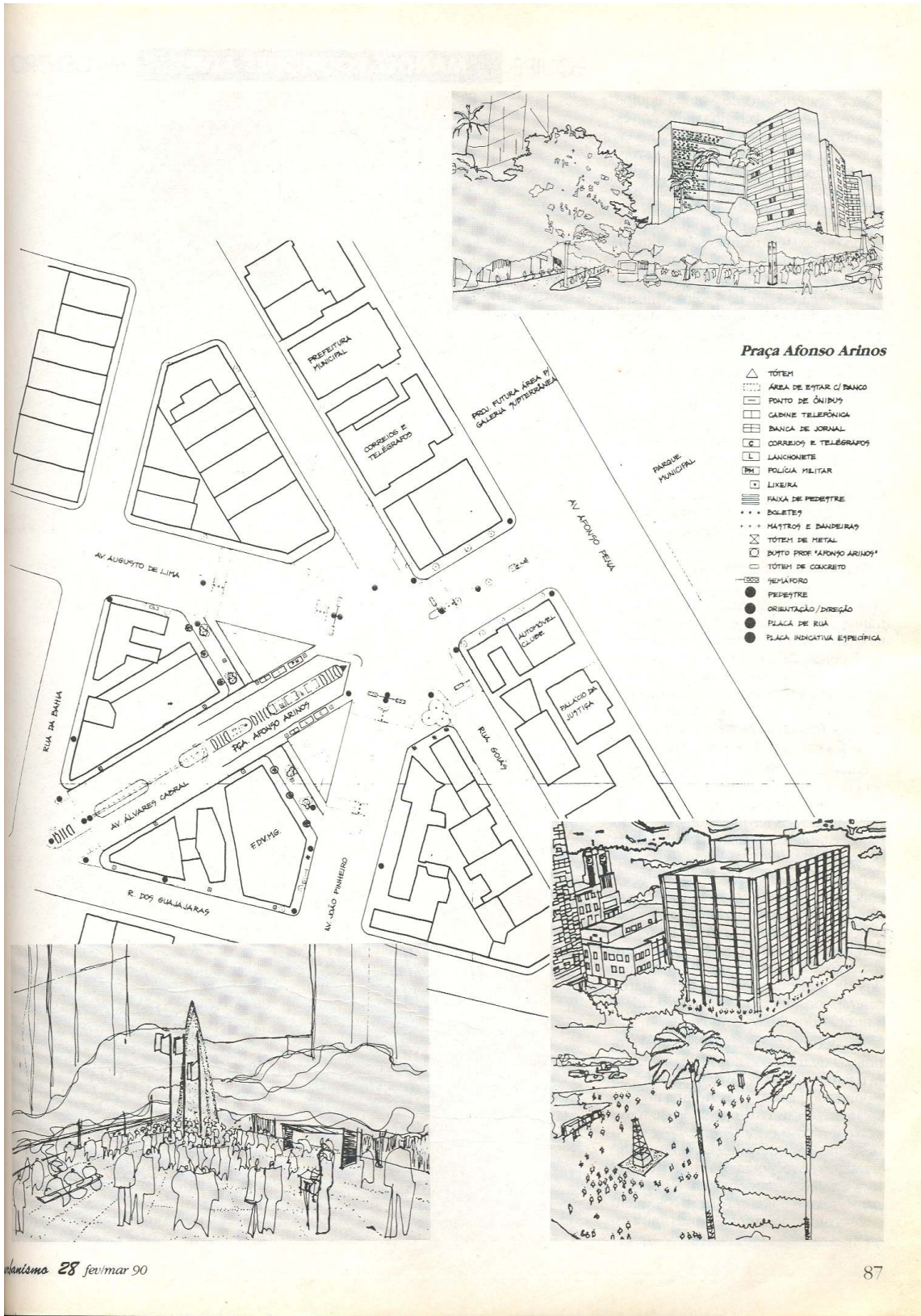
Praça da Estação



Sistema integrado de transporte



Rua Aarão Reis



Urbanismo 28 fev/mar 90

Na praça Primeiro de Maio, a equipe sugere a alteração da malha viária através do remanejamento da circulação de veículos pela inversão de mãos e interrupção do tráfego, ampliação do espaço destinado a pedestres, ambulantes e serviços públicos, readequação das calçadas, jardins com vegetação pontual demarcatória do espaço, e a recuperação da qualidade ambiental.

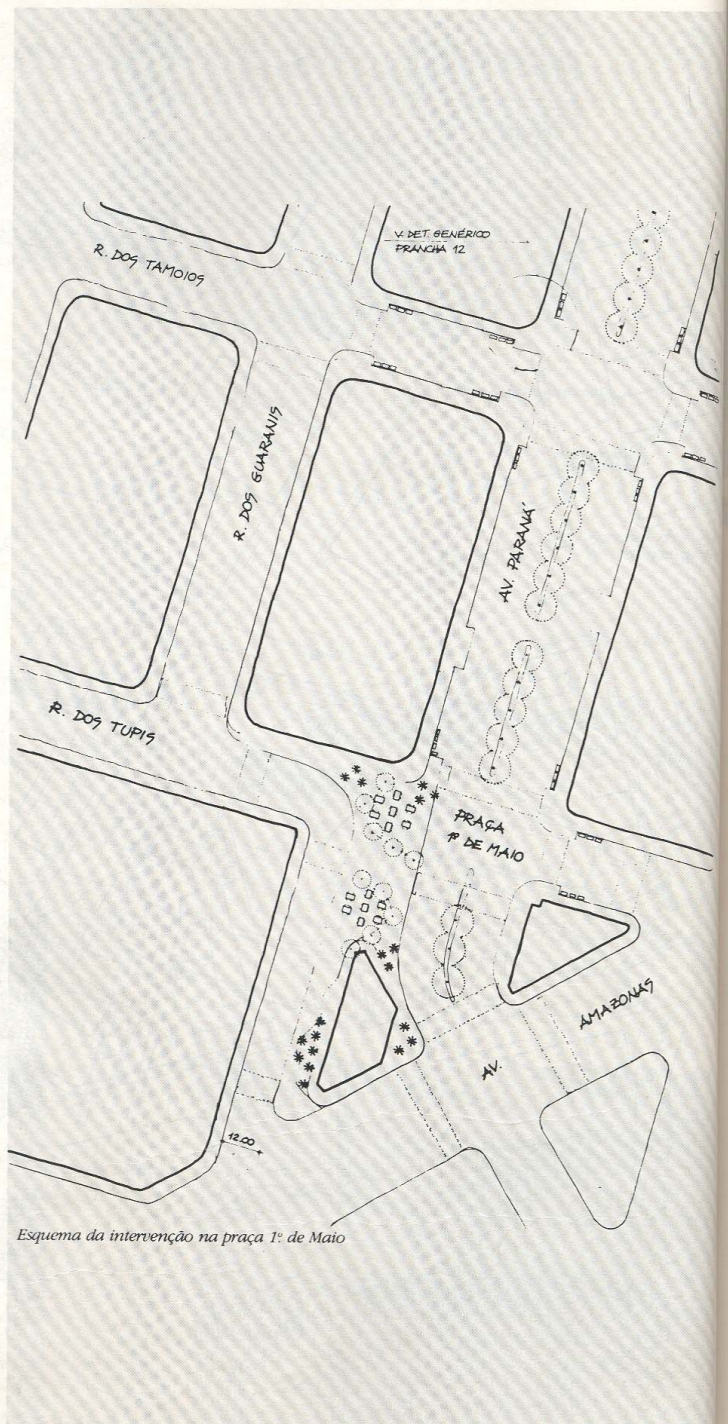
Para a praça da Estação, a equipe considerou o seu caráter de "pólo potencial de difusão cultural e lazer" e o conjunto de equipamentos e edificações de interesse histórico e arquitetônico. Assim, propõe: pedestrianização das ruas da Bahia e Guaicurus, interligação das áreas cortadas pela avenida dos Andradas, tratamento diferenciado da própria praça como um espaço de pedestres estruturado visualmente com palmeiras e um anfiteatro, criação do museu do artesanato na antiga serraria Souza Pinto, com a pedestrianização da rua Aarão Reis e interligação com o parque municipal, entre outras medidas.

Em relação ao sistema viário e de transporte, a proposta ficou assim estabelecida: quanto ao sistema viário, inibir o tráfego de passagem nas áreas ambientais, favorecendo o tráfego local através da definição de uma malha arterial composta pelas avenidas e complementada por algumas ruas que terão, na medida do possível, a função de vias coletoras. Criação de garagens subterrâneas na praça da Estação e na praça Rio Branco.

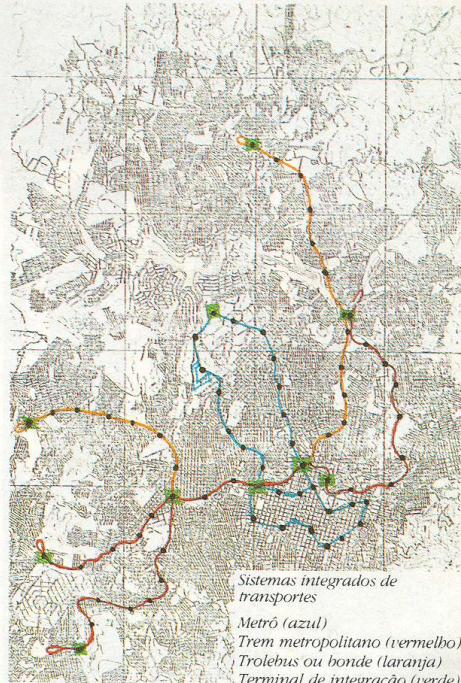
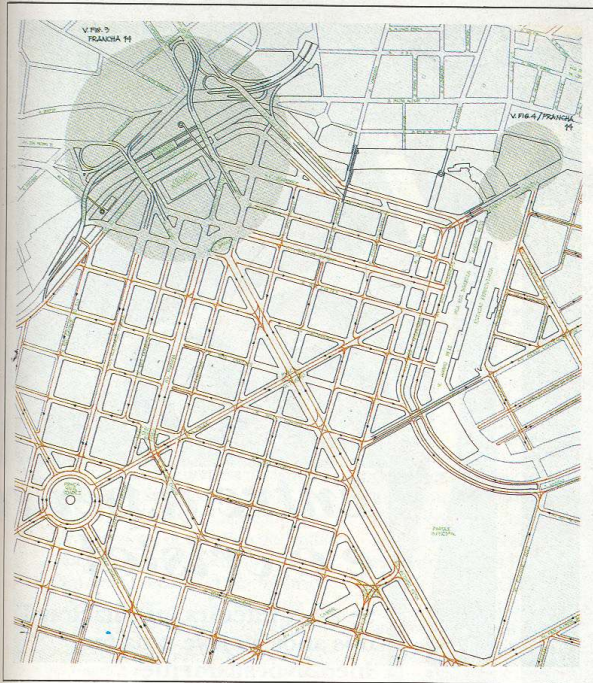
Quanto ao sistema de transporte, a proposta o equaciona em três etapas: recuperação e adequação do sistema atual, implantação dos terminais de integração modal e tarifária, implantação do sistema de transporte de massa integrado.

Para os coordenadores da equipe, a concepção geral da proposta considerou o inter-relacionamento funcional e operacional do transporte em toda a região metropolitana. Assim, buscou-se o atendimento aos usuários dos diversos modos de transporte com destino à área central, considerando-se a intensidade e a direção dos fluxos de tráfego.

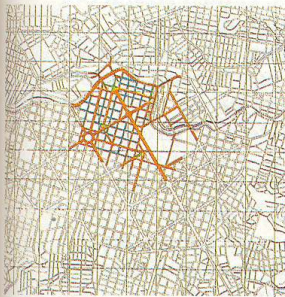
A proposta estabeleceu ainda uma cronologia de transição do atual sistema para o futuro de forma a dotá-lo de infraestrutura adequada para permitir a implantação de um sistema integrado de transporte a médio e longo prazo. Assim, o destaque considera inicialmente a importância de recuperar e adequar a estrutura existente, modernizando-a paulatinamente na medida em que se coloquem à disposição do sistema novas infra-estruturas viárias e terminais. ■



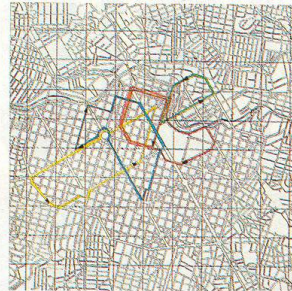
Esquema da intervenção na praça 1º de Maio



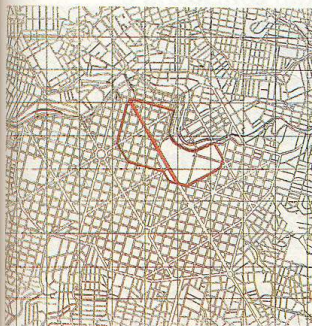
Sistemas integrados de transportes
 Metrô (azul)
 Trem metropolitano (vermelho)
 Trolebus ou bonde (laranja)
 Terminal de integração (verde)



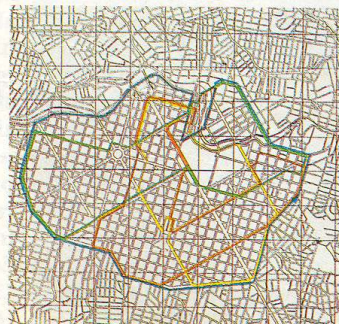
Classificação viária
 Arterial (laranja)
 Coletora e local (azul)
 Pedestre (verde)



Linhas semi-expressas
 Praça da Liberdade (azul)
 Augusto de Lima/Mercado (laranja)
 Floresta (verde)
 Assembleia (amarelo)
 Hospitais (rosa)



Faixa exclusiva para ônibus



Linhas circulares

Equipe Técnica

Coordenador: arquiteto Manoel Rodrigues Alves
 Participantes: arquitetos Jorge de Rezende Dantas, Mario Francisco Neto, Moema de Souza Leal, Milton Dines, Sumie Miyajima, Claudete Lopes, Zenilton Gonçalves do Patrocínio, Cristina Sultania; economista Pedro D'Alessio e semióloga Ane Shyrlei Araujo.

**Anexo B: Veiculação na mídia do projeto BH Centro (revista Veja. 10
abr., 1991)**

Anexo C: Parecer Técnico de Análise do projeto arquitetônico de intervenção nos quarteirões da praça Sete de Setembro situado no conjunto urbano avenida Afonso Pena e adjacências - CDPCM-BH, de 03 de maio de 2002.



PARECER TÉCNICO

REF.: ANÁLISE DE PROJETO ARQUITETÔNICO DE INTERVENÇÃO NOS QUARTEIRÕES DA PRAÇA SETE DE SETEMBRO SITUADA NO CONJUNTO URBANO AVENIDA AFONSO PENA E ADJACÊNCIAS.

DO EMBASAMENTO LEGAL

O presente parecer foi elaborado com fulcro na competência jurídica estabelecida pela Constituição Federal de 1988: art. 23, incisos III e IV, art. 30, inciso IX, combinados com art. 216, inciso V e § 1º, e pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de 1990: art. 167 e art. 168, *caput*, encontrando-se em plena consonância com as normas contidas no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937; no Decreto-lei n.º 84, de 21 de dezembro de 1940: art. 133; no Decreto n.º 80.978, de 12 de dezembro de 1977; na Lei Municipal n.º 3.802, de 06 de julho de 1984; no Decreto Municipal n.º 5.531, de 17 de dezembro de 1986: art. 8º, incisos I, II, III, IV, XI, XIII, XIV, XXI, XXII, XXIII, XXV; e na Lei Municipal n.º 7.165, de 27 de agosto de 1996: art. 11, inciso III, art. 12, inciso IV, art. 13, inciso II, art. 14, art. 15, *caput* e parágrafo único, e art. 16; Lei Municipal 7.166, de 27 de agosto de 1996: arts. 60 a 64, e art. 66, inciso V; no Decreto Municipal n.º 9.470, de 23 de dezembro de 1997: art. 2º, inciso I, letra m.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na década de 80, com a preocupação e com o intuito de promover uma recuperação da área central de Belo Horizonte, foi realizado concurso de idéias, denominado BHCENTRO, que selecionou equipes para intervenções futuras em espaços como o da Praça Sete de Setembro.

Na década de 90, os projetos vencedores do concurso foram apresentados, em linhas gerais, ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) por envolver locais que abrigavam edificações tombadas e de interesse de preservação. Para tanto, o CDPCM-BH deliberou que os referidos projetos, quando da implantação, deveriam ser objeto de análise minuciosa por parte do conselho. Sabe-se que dos projetos vencedores apenas um foi desenvolvido e implantado referente à Reforma e Revitalização do Parque Municipal Américo Gianetti e Abrigo de Bondes.

Em meados da década de 90, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) convidou uma das equipes vencedora do concurso para desenvolver um projeto de revitalização para a Praça Sete de Setembro que contempla-se a valorização do seu referencial simbólico mais popular, o Pirulito, reforçando a idéia de centralidade espacial e a unidade do conjunto em questão.

Em 08/07/97, conforme ofício DMPC/ARCS/065 – 97 (anexo), o CDPCM-BH aprovou projeto de recuperação dos passeios públicos de trechos da Rua da Bahia e da Avenida Afonso Pena de autoria da arquiteta Verônica Matta Machado, com ressalvas que incluem: acompanhamento da execução das obras para garantir boa qualidade no acabamento final; representação gráfica das árvores e caixas de passagem dos concessionários; transferência das bancas de revistas, pontos de ambulantes e mobiliário urbano, que se encontram em frente a bens tombados, para local mais adequado.



Em 05/04/2002, foi recebido pelo gabinete da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), ofício SMEU/GEP/EXTER/Nº 069/2002, encaminhado pelo Sr. Fernando Lincoln de Lima - Gerente de Projetos, referente ao Projeto Praça Sete de Setembro solicitando análise preliminar e estudos por parte da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH) da Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMRU) sobre a obra pretendida.

Em 10/04/2002, foi protocolizado nesta GEPH/SMRU, protocolo de nº 605, Projeto Arquitetônico de Revitalização dos Quarteirões da Praça Sete de Setembro.

HISTÓRICO:

A Praça Sete de Setembro encontra-se inserida no Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências que foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH -, conforme deliberação N.º 03/94 de 10/11/94 e publicação no Minas Gerais em 18/11/94, Processo N.º 10 159 220 95 10. Conforme deliberação N.º 16/98, do CDPCM-BH, em sessão extraordinária realizada em 10/12/98, com base no reestudo, aprovou-se a alteração de perímetro de tombamento, bem como o desmembramento deste com a Rua da Bahia. Assim, o Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências incorporou também o Conjunto Urbano Praça Tiradentes, com tombamento pelo Processo N.º 010 592 189 578, deliberação N.º 03/94 de 10/11/94 e publicado no DOM em 18/11/94. Em reunião extraordinária realizada em 28/11/2000, conforme Deliberação N.º 33/00, foi aprovado pelo CDPCM-BH a Revisão das Diretrizes do Conjunto Urbano supracitado.

Este Conjunto Urbano foi estudado e analisado do ponto de vista histórico e arquitetônico a partir de sua ocupação, imagem urbana e apropriação do espaço. A partir deste estudo definiu-se o argumento do conjunto em função de seu espaço polarizador, elemento este que lhe confere identidade, no caso do Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências destaca-se o seu eixo notável, conforme proposto por Aarão Reis, que caracteriza-se pela sua largura, por seu traçado em linha reta, por sua verticalidade e imponência. Ao longo de seu eixo notável, foram eleitos os denominados espaços polarizadores que se destacam como espaços de referência que reafirmam a importância histórica deste conjunto urbano sobressaindo-se e, podendo ser considerado como pequenos "núcleos" na configuração da cena urbana caracterizando-se como espaço simbólico que neste estudo serviram para marcar as áreas ao longo do perímetro deste conjunto urbano que são: a Praça da Rodoviária, a Praça Sete de Setembro, o Parque Municipal, a Praça Tiradentes, a Praça Benjamim Guimarães, o Conjunto Arquitetônico do Corpo de Bombeiros chegando a Avenida do Contorno, estendendo-se agora, à Praça Governador Milton Campos.

A Praça Sete de Setembro destaca-se no eixo polarizador deste conjunto urbano como um núcleo, um espaço simbólico e de referência que nos permite reafirmar a importância de seu eixo polarizador e nos possibilita estudá-lo a partir destes locais que desempenham função estratégica para o desenvolvimento e compreensão urbana da cidade.

Denominada quando da fundação da cidade de Praça 12 de Outubro, a Praça Sete de Setembro é considerada popularmente como o coração da cidade e, é marcada fisicamente pela presença do chamado "Pirulito" (obelisco comemorativo erguido em homenagem ao Centenário da Independência Nacional, tombado integralmente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico/IEPHA) tradicional símbolo da cidade. Com um traçado estrelar, este trecho do conjunto



urbano possui um entorno marcado pelo comércio e serviço, com destaque para as instituições financeiras.

Este espaço ocupa um lugar de destaque na região central da cidade marcando não só o ponto de intercessão da Avenida Afonso Pena com Avenida Amazonas e Ruas Carijós e Rio de Janeiro mas, também, se afirmando no cotidiano urbano como um espaço que vai além da organização das plantas dos planejadores da cidade. Foi um local que se construiu, que se fez enquanto paisagem urbana, enquanto referência simbólica no viver dos habitantes que de uma forma ou de outra imprimiram sentidos diversos àquelas ruas e avenidas que a circundam elegendo os seus quarteirões como elemento constituinte da identidade local e da memória coletiva de Belo Horizonte.

É nesta perspectiva que voltamos nosso olhar para os quarteirões que circundam a Praça Sete de Setembro. Espaço esse que se conformou como uma síntese do "tempo vivido" e do tempo que se vive na cidade. As formas distintas de apropriação do espaço juntamente com a intensa movimentação de pedestres com destaque para os marcos arquitetônicos que vão do ecletismo de *inspiração neoclássica ao modernismo* são elementos que marcaram e ainda marcam o pulsar da história da área central da cidade.

Com o intuito de preservar as características do Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, foram estabelecidas, conforme Deliberação Nº 33/2000 aprovada pelo CDPCM-BH, diretrizes gerais de proteção referente à ambientação, traçado urbano, áreas verdes e arborização e áreas de aeração urbana (vazios). No caso da Praça Sete de Setembro devem ser observadas, mais especificamente, as diretrizes propostas quanto à ambientação, áreas verdes e arborização que buscam

*"DEP - (...) valorizar e recuperar o *genius loci* da área central de Belo Horizonte, formando por elementos tais como as esquinas em ângulo agudo, a pulsação das avenidas, os eixos conduzindo perspectivas de importantes referenciais urbanos, os largos resultantes do traçado estrelar, os locais privilegiados para a celebração da vida cívica".*

"A arborização existente deverá ser preservada, privilegiando o sombreamento para os pedestres e os canteiros centrais, que reforçam o eixo. As áreas verdes deverão incentivar a permeabilização do solo".¹

Além das diretrizes acima relacionadas deve ser observado, também, o artigo 17 da Lei n.º 3802 de 06 de julho de 1984 que organiza a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, cuja determinação diz que

"Sem prévia autorização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto".

Com efeito, a Praça Sete de Setembro, em seu aspecto físico, nada mais é que um espaço resultante do cruzamento de quatro eixos: Avenida Afonso Pena, Avenida Amazonas, Rua dos Carijós e Rua Rio de Janeiro. Os quarteirões que compõem os trechos formados pelos cruzamentos dos eixos citados anteriormente, é que assumiram os aspectos e as características de praça, na

¹Deliberação Nº 33/2000, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte com publicação no Diário Oficial do Município em 14 de dezembro de 2000, p. 7.



década de 70, quando do fechamento pelo poder público dos quarteirões definidos pelas Ruas dos Carijós e Rua Rio de Janeiro. Tal iniciativa contribuiu para que estes espaços fossem apropriados e utilizados pelos cidadãos como espaço de passagem e permanência, mas principalmente como um espaço de descanso no coração do centro urbano.

Os espaços formados pelos quarteirões da Praça Sete de Setembro constituem-se enquanto referência simbólica para os habitantes da cidade e para seus visitantes. Esses locais, ao longo dos anos, serviram de palco para manifestações artísticas, culturais e políticas fazendo desta praça um espaço múltiplo e heterogêneo que foi capaz de traduzir para os seus quarteirões características de identidade local que fazem parte da memória coletiva de Belo Horizonte.

DESCRIÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO:

O foco do projeto arquitetônico encaminhado tem por objetivo a revitalização dos quarteirões fechados da Praça Sete de Setembro, localizada na região do hipercentro, e, considerada por toda população como um marco referencial da cidade.

Conforme memorial descritivo, a justificativa do projeto gira em torno da idéia de que *"os quarteirões fechados não são homogêneos, sendo ocupados por diferentes pessoas em diferentes atividades cotidianas e, portanto, sugerem leituras diferentes"*. Sendo assim, *"Cada um deles foi projetado por um grupo de arquitetos da equipe que procurou manter as características próprias do lugar, resguardadas em linguagens diferenciadas"*.

Diante do exposto, o projeto arquitetônico a ser desenvolvido pela equipe convidada deveria enfatizar, de um modo geral, os seguintes pontos destacados no memorial descritivo, são eles:

- 1- Criação de espaços livres, flexíveis e abertos à circulação, à pausa e ao lazer;*
- 2- Realce das edificações de interesse histórico/arquitetônico;*
- 3- Agrupamento racional dos equipamentos urbanos;*
- 4- Manutenção das árvores com a retirada das jardineiras*
- 5- Oferecimento de uma iluminação que acentue o desenho dos prédios e proporcione uma sensação de segurança e amplitude".*

Em complementação à proposta supracitada, de acordo com memorial descritivo, a PBH comprometeu-se a realizar junto ao comércio e comunidade local *"(...) um trabalho de readequação de placas publicitárias, visando a despoluição visual e a valorização da arquitetura do entorno"*.

TRECHO A - QUARTEIRÃO MAXAKALI

Este trecho situa-se na Rua dos Carijós entre Praça Sete e Rua Espírito Santo. O projeto foi desenvolvido pelos arquitetos Éolo Maia, Flávio Grilo e Jô Vasconcellos.

O projeto possui nove pranchas: A-01/09- Levantamento cadastral, A-02/09 - Planta de intervenção, A-03/09- Planta piso/ Locação mobiliário Urbano, A-04/09- Vista superior/Luminotécnico, A-05/09-Elevação geral e detalhe vigas (01,02,03), A-06/09-Detalhes 04,05,06/ banca engraxate/banco/pilar, A-07/09-Detalhes blocos de apoios, A-08/09-Detalhe 10/ banca de revista e A-09/09-Detalhe 10/ banca de revista.



Ao longo deste trecho, **três vigas ocas metálicas revestida em alumínio anodizado** apoiam-se em volumes de concreto e concentram equipamentos públicos (cabines telefônicas, caixas de correio, bancos para engraxates, lixeiras e banca de revista). As vigas possuem comprimento total de **105 m; 45 m e 43 m, com altura de 1.20 m e 0,70 m de espessura**; a iluminação será embutida nas vigas com fechamento em tela (VER PRANCHA A-05/09).

O revestimento de todo o piso será em placas de concreto desempenado com acabamento em concreto desativado na cor cinza claro de dimensões 61 X 61 X 8 cm (Concrefit).

O volume formado pelas três vigas forma um eixo na direção Praça Sete – Rua Espírito Santo. Partindo da Praça Sete de Setembro o primeiro equipamento urbano proposto é uma banca de revistas. Tal equipamento possui revestimento externo de granito (não especificado) e fechamento em policarbonato. (VER PRANCHA A-08/09 e A-09/09), diferenciando-se do mobiliário padrão, proposto nesse mesmo projeto para as demais áreas de intervenção.

O segundo (bloco 1), terceiro (bloco 2) e quarto (bloco 3) volumes abrigam os blocos de apoio. Neles localizam-se as caixa de correios, as lixeiras e cabines telefônicas. Os revestimentos externos são de granito cinza andorinha, granito vermelho bragança e granito preto absoluto e fixação de aço inox.

Junto ao bloco 1 prever-se-á um banco para engraxates. Tal banco possui quatro assentos (cadeira terrabrás) e revestimento em granito andorinha polido, porta escaninho de chapa perfurada em aço inox.

As árvores localizadas na mediatriz do trecho A serão retiradas e serão plantadas outras oito ao longo das duas laterais do mesmo trecho, acentuando desta forma, a marcação do eixo criado pelas vigas.

TRECHO B – QUARTEIRÃO KRENAK

O trecho B corresponde à rua dos Carijós entre a Praça Sete e a rua São Paulo e a intervenção proposta pelos arquitetos Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho para esse trecho contempla a substituição de toda a pavimentação da calçada do trecho por placas pré-moldadas de concreto desempenado com acabamento em concreto desativado cor cinza claro e dos equipamentos hoje existentes, tais como postes, banca de revista, placas, lixeiras, orelhões por outros desenhados especificamente para a Praça Sete. É previsto ainda a retirada de três árvores na confluência das avenidas Amazonas e Afonso Pena e uma atrás do edifício que hoje abriga o PSIU (antigo Bemge).

No lado próximo a rua São Paulo o projeto propõe a colocação de uma cobertura metálica curva em aço SAC 41 atirantada de 34m de comprimento por 6m de largura que abrigará 8 cadeiras de aço para engraxates e arquibancada de quatro degraus de 20cm (desnível de 80cm) revestida em granito andorinha jateado. **Essa cobertura estará apoiada em um pórtico com viga treliçada de altura equivalente a 1m e 0.5m de espessura. Tal pórtico terá 78m de comprimento.**

No lado próximo a confluência das avenidas Amazonas e Afonso Pena no alinhamento da cobertura proposta á colocado um banco de concreto revestido em granito duna ou ceará polido e uma banca de revista.

A cobertura, o banco e a banca estão interligados por uma viga metálica de aço SAC 41 pintada na cor vermelho óxido suportada por 5 pilares metálicos revestidos em aço inox escovado de seção

H
Adriano



circular e nela está afixada a iluminação feita por refletores com lâmpadas de vapor de mercúrio. Do outro lado da rua a iluminação é feita por postes em aço de 12m de altura com refletores.

Entre a cobertura e o banco e em frente a eles, entre as árvores mantidas, localizam-se os telefones públicos e lixeiras em aço inox. As árvores estão por toda a extensão da rua de seus dois lados. A parte central do trecho é deixada livre de equipamentos.

TRECHO C - QUARTEIRÃO XACRIABÁ

Este trecho compreende o quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro entre a Praça Sete e Rua dos Tamoios. O projeto é de autoria dos arquitetos Gustavo Pena, Adalgisa Mesquita, Affonso Wallace, Alessandro Marques, Délio Cardoso, Eduardo Bretal e Gláucia Diniz Souza.

A proposta é apresentada em 07 pranchas de desenho que constituem o projeto arquitetônico, 03 pranchas de desenho referentes ao projeto estrutural de concreto e 03 pranchas de desenhos referentes ao projeto de estrutura metálica.

A proposta delinea uma alameda a partir da Praça 7 ladeada nas extremidades por uma linha de equipamentos, telefones públicos e lixeiras, que percorrem toda a área até a Rua dos Tamoios. A porção central se desenvolve através de um caminho que o memorial descritivo assim descreve: *"Ao longo desse caminho, três espaços de convivência estão definidos: um anfiteatro na parte mais alta, um largo central e uma tribuna, mais próxima à Praça, local onde tradicionalmente acontecem manifestações rápidas de diversas naturezas."*

O anfiteatro, em forma triangular, ocupa a cota 102, 33 e recebe revestimento em granito e cobertura em estrutura metálica e vidro. **O largo central é marcado por três totens em granito com altura máxima de 6,5m** e abrigam equipamento de iluminação embutidos com refletores. A tribuna, na cota 101,69, espelha a forma triangular do anfiteatro e abriga uma bateria de 12 telefones públicos. Logo em seguida está uma banca de jornais e revistas que, deslocada do eixo central se localiza próxima ao Edifício Viuva Antônio Guerra, onde se localizava a antiga Papelaria Rex. As demais áreas recebem piso em placas de concreto desativado interrompidas por faixas compostas por placas de 80cm de granito cinza andorinha flameado.

Na confluência da Rua Rio de Janeiro e Rua dos Tamoios, **um pórtico duplo com revestimento em granito se apresenta como pórtico de entrada na área. Uma das alças do pórtico atravessa a Rua dos Tamoios e alcança o passeio próximo à alameda de acesso aos jardins da Igreja São José. De acordo com o memorial descritivo: "(...) um pórtico duplo sinaliza a chegada ao quarteirão pela Rua Tamoios, e o enquadra, inaugurando o percurso que culmina no obelisco da Praça".**

A área é delimitada por barreira para direcionamento de pedestres nas extremidades da Rua dos Tamoios e na Praça 7, já sobre o grande piso circular central. O mobiliário proposto segue o padrão dos demais trechos.

Salientamos que não foi possível identificar nenhuma integração com as edificações lindeiras onde poderíamos destacar a presença de bares e lanchonetes, o edifício da Galeria Shopping Center/Praça 7 e o edifício do antigo Banco da Lavoura, atual Banco Real.



TRECHO D – QUARTEIRÃO PATAXÓ

A intervenção no trecho D, correspondente à rua Rio de Janeiro entre a Praça Sete e a rua dos Tupinambás, dos arquitetos João Diniz, Maria das Graças Aguiar de Moura e Márcia Campos Moreira é definida a partir da substituição de toda a pavimentação, bancos, telefones públicos e lixeiras, assim como da retirada das jardineiras, inclusive de uma árvore existente em uma delas.

O projeto para este espaço dividiu o trecho em três partes. Na primeira, junto à Praça Sete, são dispostos uma série de sete pilaretes metálicos junto aos quais são fixados uma série de bancos em granito. Nas proximidades são locados novos telefones públicos, lixeiras em aço inoxidável, além de guarita para Polícia Militar, este último com projeto detalhado em estrutura metálica. A parte central do trecho é deixada livre de equipamentos e na parte próxima à esquina com Tupinambás é prevista uma cobertura para as vendedoras de flores, além de outros telefones públicos e lixeiras.

Em linhas gerais é proposto um eixo diagonal direcionando o fluxo de pedestres e as atividades ao longo do trecho. Este, tem inclinação descendente no sentido da Tupinambás. O desenho e a diferenciação cromática da pavimentação são elementos de reforço do eixo proposto. Com efeito, no piso são utilizadas placas de concreto desempenado 61 x 61 cm em tons de cinza claro e escuro, separadas por tabeiras. Na pavimentação, sob o abrigo para floristas, o desenho das tabeiras que nesta parte são em tonalidade vermelha, acompanha a forma da projeção da cobertura.

O eixo diagonal é ainda reforçado por uma série de sete pilaretes metálicos com altura de 5,00 (cinco) metros em relação ao nível da esquina com Praça Sete. Têm perfil metálico e neles são adaptadas luminárias com lâmpadas em vapor de mercúrio, além de servirem de apoio aos bancos para pedestres.

As bases dos pilaretes são revestidas em granito cinza carijó apicoado, semelhante ao do Edifício do Bemge e têm altura variável em decorrência da declividade do trecho. A parte média recebe pintura laranja 210, RAL 2004 e na parte superior serão adaptadas as luminárias, cobertas com vidro temperado jateado. São coroados com pirâmides em aço SAC 41, que podem ser lidas como uma referência ao Pirulito da Praça Sete. Os bancos, acoplados na base de cada pilarete, são em granito cinza liso e são apoiados na outra extremidade em blocos revestidos do mesmo tipo de granito apicoado.

O abrigo para floristas é constituído por quatro pilaretes cor laranja 210, RAL 2004 idênticos aos anteriores, mas que sustentam uma cobertura plana em chapa metálica, com desenho semi-circular pintada em cor alumínio 900.

TRECHO E – Trecho central

(Obs.: Faltam prancha E-04/08)

Para o trecho central da Praça, está previsto a marcação em piso através da criação de dois anéis com centro no obelisco e raios de 33m e 43m. A execução destes anéis prevê o rebaixamento dos meios-fios nos trechos correspondentes à sua projeção, constituindo dessa forma uma rampa para pedestres. O piso dos anéis serão em placas de concreto desempenado com acabamento em concreto desativado, em tons alternados de cinza.

Os passeios das avenidas Afonso Pena e Amazonas terão calçamento em pedra portuguesa mantido; no entanto, os trechos correspondentes aos quarteirões fechados terão as calçadas



portuguesas retiradas, sendo recobertos conforme especificação em projeto (ver detalhamento dos trechos A, B, C e D).

Além dos anéis, a pista de rolamento de veículos definida pelo eixo da Avenida Afonso Pena receberá marcação enquanto eixo referencial, somente a título orientativo, através de colocação de "calotas" em aço chumbadas no asfalto e no concreto.

O tratamento paisagístico pretende marcar a simetria do traçado urbano, tanto através da uniformização dos tipos arbóreos, plantados de forma equidistante, quanto através de luminotécnica.

O projeto prevê ainda a implantação de mobiliário urbano padronizado especificamente para o local, sendo ele composto por:

- Bancas de jornal e revista: constituídas por lambris de alumínio natural conformando micro-venezianas, intercalados por portas metálicas vermelhas e vitrines de vidro liso incolor. Sobre essas bancas está prevista a instalação de relógios digitais;
- Luminárias de chapa de aço pintadas com esmalte sintético branco;
- Almrado de 110cm de altura, para ordenar o percurso dos pedestres na região (falta no projeto especificação de materiais e cores);
- Grelhas semicirculares de ferro fundido, para proteção das árvores;
- Lixeiras em chapa de aço inox jateado, com estrutura de metalon e funcionamento com mecanismo do tipo pivotante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quarteirões fechados da Praça Sete, assim como os da Praça Tiradentes e Praça Benjamim Guimarães, se constituem marca característica de intervenções na cidade na década de 70. Pertencentes ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, constituem-se em áreas de desafio e pausa para o intenso fluxo de pedestres ao longo da Avenida Afonso Pena.

As propostas apresentadas, com o objetivo de requalificar as áreas dos quarteirões da Praça Sete de Setembro, apresentam o lançamento de grandes estruturas aéreas em forma de pórticos que teriam a intenção de, a princípio, reverenciar os eixos das ruas e reforçá-los assim como a grande praça central marcada pelo obelisco, tradicional símbolo da capital. Entretanto, constituem-se em acréscimo de mais elementos na já conturbada paisagem urbana da área central; e, ao buscarem dirigir o fruidor ao ponto central onde se encontra o obelisco, apresentam-se como grandes estruturas/obstáculos, que podem vir a competir com o monumento já "esmagado" pelas edificações ao seu redor, definidas por uma grande verticalidade.

A pavimentação em concreto desativado, predominante na proposta, desconsidera a pavimentação em pedra portuguesa, marca registrada da área central; além disso, não trata devidamente das áreas de transição que serão criadas com a proposição dos diferentes revestimentos ao longo dos calçadões que conformam à área.



A arborização – recurso de grande relevância na ambientação e conforto humano das áreas urbanas ou mesmo como elementos de composição da paisagem - não nos parece ter sido contemplada nas propostas com a devida importância. Além disso, a presença de arborização em conjunto com coberturas vegetais de piso se constituem em elementos de relevância na promoção da permeabilização do solo, elemento esse que já não pode ser desconsiderado no tratamento das áreas urbanas.

Salvo as considerações acima, o projeto apresentado se mostra apropriado em algumas soluções como, por exemplo, elementos que reverenciam o eixo das ruas, iluminação ao nível do pedestre, uniformização de alguns elementos do mobiliário urbano, dentre outros. É inegável que sua implantação contribuiria para uma significativa requalificação da área.

A equipe técnica desta GEPH/SMRU, gostaria de lembrar, oportunamente, sobre a teoria urbana desenvolvida pelo arquiteto francês Christian de Potzamparc, que descreve sobre o conceito de que parte do caos urbano é decorrente do fato de os "interventores espaciais" das cidades por vezes sentirem necessidade de imprimir sua marca no ambiente, ao invés de se respeitar ou deixar prevalecer a característica de cada lugar e fazer com que seu projeto contribua para ressaltar esse fato, no lugar de se acrescentar mais um elemento individual.

Entretanto, é sabido que uma intervenção na região da Praça Sete de Setembro que vincule elementos urbanos com as demandas do cotidiano de seus usuários é condição indispensável para uma requalificação da referida área.

Atendendo à solicitação do requerente, encaminhamos o estudo analisado para avaliação deste CDPCM-BH.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2002.

GT - Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências
Análise conjunta equipe técnica GEPH/SMRU


Fernando Pimenta Marques
Arquiteto


Sandra Pereira da Silva
Historiadora


Laetitia Reis Velloso
Arquiteta


Theodoro Magni
Arquiteto


Maria Aparecida Vivas
Arquiteta

Tereza Bruzzi de Carvalho
Arquiteta

Anexo D: Relatório do Projeto de revitalização dos quarteirões da praça Sete de setembro - GEPH, do dia 06 de maio de 2002.

Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
Relatoria: Projeto de Revitalização dos Quarteirões da Praça Sete de Setembro
Localização: Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências

1- HISTÓRICO:

Na década de 80, foi realizado um concurso de idéias, denominado BHCENTRO, para o desenvolvimento de projetos visando à revitalização do centro de Belo Horizonte.

Em 1990, os projetos vencedores deste concurso foram apresentados, em linhas gerais, ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) por envolver locais que abrigavam edificações tombadas e de interesse de preservação. Para tanto, o CDPCM-BH deliberou que os referidos projetos deveriam ser objeto de análise minuciosa por parte do referido Conselho.

Em meados dos anos 90, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) convidou uma das equipes vencedora do concurso para desenvolver projeto de revitalização para a Praça Sete de Setembro.

Em 08/07/97, de acordo com parecer da equipe técnica desta Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH) da Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMRU), e conforme ofício DMPC/ARCS/065 – 97, o CDPCM-BH aprovou projeto de recuperação dos passeios públicos de trechos da Rua da Bahia e da Avenida Afonso Pena de autoria da arquiteta Verônica Matta Machado, com ressalvas que incluem: acompanhamento da execução das obras para garantir boa qualidade no acabamento final; representação gráfica das árvores e caixas de passagem dos concessionários; transferência das bancas de revistas, pontos de ambulantes e mobiliário urbano, que se encontram em frente a bens tombados, para local mais adequado.

Em 05/04/2002, foi recebido pelo gabinete da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), ofício SMEU/GEP/EXTER/Nº 069/2002, encaminhado pelo Sr. Fernando Lincoln de Lima - Gerente de Projetos, referente ao Projeto Praça Sete de Setembro solicitando análise preliminar e estudos por parte da GEPH/SMRU sobre a obra pretendida.

Em 10/04/2002, foi protocolizado na GEPH/SMRU, Projeto de Revitalização dos Quarteirões da Praça Sete de Setembro.

Em 03/05/2002, foi encaminhado para relatoria o Projeto de Revitalização da Praça Sete de Setembro.

Cabe ressaltar que a Praça Sete de Setembro encontra-se inserida no Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, tombado pelo CDPCM-BH, conforme deliberação N.º 03/94 de 10/11/94 e publicação no Minas Gerais em 18/11/94, Processo N.º 10.159220.95/10. Em reunião extraordinária realizada em 28/11/2000, conforme Deliberação N.º 33/00, foi aprovado pelo CDPCM-BH a Revisão das Diretrizes do Conjunto Urbano onde se destacam diretrizes gerais de proteção para o Conjunto Urbano avenida Afonso Pena e Adjacências referente à ambientação, traçado urbano, áreas verdes e arborização e áreas de aeração urbana (vazios).

No caso da Praça Sete de Setembro acredito ser necessário à observância, mais especificamente, das diretrizes propostas quanto à ambientação, áreas verdes e arborização que buscam

"(...) valorizar e recuperar o genius loci da área central de Belo Horizonte, formando por elementos tais como as esquinas em ângulo agudo, a pulsação das avenidas, os eixos conduzindo perspectivas de importantes referenciais urbanos, os largos resultantes do traçado estrelar, os locais privilegiados para a celebração da vida cívica".

"A arborização existente deverá ser preservada, privilegiando o sombreamento para os pedestres e os canteiros centrais, que reforçam o eixo. As áreas verdes deverão incentivar a permeabilização do solo".

Além das diretrizes acima relacionadas deve ser observado, também, o artigo 17 da Lei nº 3802 de 06 de julho de 1984 que organiza a proteção do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte, cuja determinação diz que

"Sem prévia autorização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto".

2 – MÉRITO:

As intervenções na Praça Sete, espaço de caráter simbólico e de referência da cidade, devem pautar-se, a nosso ver, por reforçar este caráter e manter dentro da cidade um espaço através do qual rememore o momento de sua fundação e os valores e princípios que nortearam o projeto de Aarão Reis e a sua construção da Nova Capital. Aliás, foi este o valor que justificou trazer novamente para este local o "pirulito".

Sem dúvida que Belo Horizonte, criada há pouco mais de um século sob a ótica da modernidade, da racionalidade positivista e do futuro, passou a abrigar uma superposição de temporalidades, distintas e a tensionar o novo e o antigo em suas várias regiões, inclusive a região da própria Praça Sete como, por exemplo, abrigando magníficos exemplares de nosso ecletismo, do art-déco, do modernismo e, até mesmo, prédios sem qualquer expressão. A linguagem contemporânea das intervenções propostas pretendem inserir nosso tempo neste conjunto. Contudo, a nosso ver, elas não providenciam aquela rememoração e sentido de identidade espacial e histórica e não se harmonizam nem entre si, enquanto projeto global, nem com o conjunto das edificações históricas próximas à praça. Ao contrário, as propostas, de modo geral, comportam-se como ruídos volumétricos e fragmentam mais ainda um espaço o qual solicita ser reintegrado e conformado como unidade em que se contrabalançam e jogam várias temporalidades e vários estilos. Os vários volumes propostos, como no trecho A, impedem ao pedestre ver o acontecimento deste jogo e obliteram a vista de vários destes prédios históricos, como o Cine Brasil, objeto de cuidadosa proposta de intervenção recentemente aprovada neste Conselho. Diante disto, a compreensão urbana da história da cidade fica comprometida e debilitados valores espaciais tão importantes em nossa cidade como os prédios, as esquinas e as perspectivas em que elas se revelam, o que inclusive, contraria dispositivos legais da Lei nº 3.802/84.

As propostas têm um caráter marcadamente escultórico e visual que ~~concorrem~~ com os prédios históricos de extrema significação e pouco servem para crescer a qualidade de vida dos cidadãos que freqüentam o espaço. Seus custos, portanto, não nos parecem justificados, não apenas pelo valor formal quanto também pelo valor de uso. É este uso e esta vivência do espaço os maiores valores deste centro da cidade, os quais precisam ser incrementados, sobretudo em tempos de tanta fragmentação espacial e deserção da pólis. Não há este incremento nas intervenções marcadamente escultóricas nem mesmo nos três "espaços de convivência" propostos no trecho C. Dividir a continuidade deste espaço em três unidades autônomas parece-nos comprometer, seriamente, a continuidade urbana e a convivência estreita de usos. A diversidade que aí se verifica, riqueza maior da cidade, se perderia na medida em que o espaço seria setorizado e excessivamente disciplinado. Formalizar excessivamente tais usos levará, a nosso ver, a perdê-los ou empobrecê-los. É alto o risco de que o anfiteatro e a tribuna ali propostos não sirvam a nada e a ninguém. Ao contrário, deverão prejudicar a permanência e a passagem permitidas ~~por sua~~ fluidez do espaço atual e a naturalidade com que se dá sua ocupação. A própria metamorfose de usos que se verifica nos tempos de vida de uma cidade poderá ficar comprometida no futuro.

Os cinco "trechos" em que se subdivide o projeto (A, B, C, D e E) são tratados em linguagens completamente diversas sob a justificativa de que os quarteirões não são homogêneos, sugerem leituras diversas e requerem linguagens diferentes, como exposto no memorial descritivo. Não nos convence tal justificativa. Em primeiro lugar, ela revela a ausência de uma concepção geral para a área e fragmenta o espaço público em soluções particulares conforme interesses e linguagens particulares, seja do público, seja dos projetistas. A Praça Sete ficaria mais como nome e se perderia enquanto espaço em unidades isoladas, pequenas praças desprovidas de um todo dentro do qual adquirissem sentido. Em segundo lugar, aquela justificativa trai o próprio sentido de unidade a ser investido numa cidade em processo constante de ruptura e fragmentação. O local mais imprescindível, a nosso ver, de contrapor-se a este processo é o coração da cidade. Desta forma, os projetos apresentados carecem de uma leitura mais pública e cívica da cidade, vista como um todo e na qual referências de unidade e homogeneidade devem ser preservadas como contraponto às mudanças, ao heterogêneo e ao contingente. Afinal, é só diante daquilo que permanece que as mudanças adquirem sentido, assim como é só diante da eternidade que o efêmero e a passagem do tempo são percebidos. Direcionar as intervenções na Praça Sete para as noções de unidade e de permanência parece-nos imprescindível para a riqueza e completude de nossa existência e de nossa cidade, ao contrário daquilo que concebe o projeto apresentado.

Acrescente-se, ainda as considerações finais levantadas pela equipe técnica da Gerência de Patrimônio Histórico e Urbano (GEPH/SMRU), em seu parecer de 03/05/2002, com as quais concordamos. As grandes estruturas aéreas pensadas para reforçar os eixos das ruas e convergir as visadas para o obelisco central não conseguem seu objetivo. Ao contrário, conturbam mais ainda a paisagem urbana e competem com o obelisco e os edifícios históricos próximos. A pavimentação proposta desconsidera a pedra portuguesa, característica na área central, assim como os projetos não levam em conta projetos anteriores para a região como o apresentado em julho de 1997, os quais mereciam ser consultados, sobretudo no que se refere à pavimentação condizente ao lugar.

3 – VOTO:

Sem dúvida que a Praça Sete deve ser requalificada e alguns aspectos das propostas apresentadas como a iluminação ao nível do pedestre e a uniformização de alguns elementos do mobiliário urbano poderiam ser aproveitados. Contudo, são graves os problemas apontados no mérito como os referentes ao comprometimento da vocação do lugar, ao entendimento dos processos da cidade e da construção e apropriação do espaço público em sua historicidade, à falta de uma unidade entre as cinco intervenções propostas, à natureza das intervenções e relações com o contexto espacial, com os prédios, estruturas, pavimentações pré-existentes e até projetos anteriores propostos para o local que, mesmo sendo mais simples, podem ser de extrema valia. Tais problemas superlativos se tornam ainda maiores tendo em vista que se verificam no coração da cidade, o qual exige intervenções extremamente cuidadosas, rigorosas, generosas e marcadamente públicas. Diante disso não temos outra alternativa **se não manifestarmos-nos contra a aprovação deste projeto pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.**

Belo Horizonte, 06 de maio de 2002.

Carlos Antônio Leite Brandão



Anexo E: Ata da reunião extraordinária realizada no dia 11 de junho de 2002.



97 processo de tombamento e, paralelamente, as etapas do projeto poderiam ser analisadas
98 pelo CDPCM-BH. O Conselheiro-relator sugeriu que deveriam ser estabelecidas diretrizes
99 para as casas que compõem a vizinhança da fábrica. Em seguida, o representante da
100 empresa Plante Engenharia, responsável pelo gerenciamento das obras da UNI-BH, prestou
101 esclarecimentos sobre o empreendimento. O Conselheiro Carlos Roberto Noronha
102 perguntou sobre a possibilidade da comunidade utilizar esse espaço. A Presidente informou
103 que a UNI-BH estava em contato com a Secretaria Municipal de Coordenação da Gestão
104 Regional Noroeste para estudarem a possibilidade dos equipamentos serem abertos à
105 comunidade. Em seguida, a Presidente colocou em votação o parecer do Conselheiro-
106 relator, que teve aprovação unânime. O Conselheiro Bruno Barbosa solicitou permissão para
107 retirar-se da reunião. A Presidente passou à **apreciação e deliberação de parecer**
108 **referente à demolição e projeto de nova edificação no imóvel situado na Rua Antônio**
109 **de Albuquerque, 1056**, pertencente ao Conjunto Urbano Rua da Bahia e Adjacências. O
110 Conselheiro-relator João de Paula Lima Neto fez a leitura de seu parecer, que aprovava a
111 matéria. A Presidente colocou em votação o parecer do Conselheiro-relator, que foi
112 aprovado, com abstenção da Conselheira Maria Isabel Câmara. A Presidente passou à
113 **apreciação e deliberação de parecer referente ao projeto de intervenção dos**
114 **quarteirões fechados da Praça Sete de Setembro**, pertencente ao Conjunto Urbano
115 Avenida Afonso Pena e Adjacências. A Presidente solicitou ao Conselheiro Paulo Henrique
116 Osório Coelho que fizesse a leitura do parecer do Conselheiro-relator Carlos Antônio Leite
117 Brandão, que teve a seguinte conclusão: "Sem dúvida, a Praça Sete deve ser requalificada e
118 alguns aspectos das propostas apresentadas, como a iluminação no nível do pedestre e a
119 uniformização de alguns elementos do mobiliário urbano, poderiam ser aproveitados.
120 Contudo, são graves os problemas apontados no mérito, como os referentes ao
121 comprometimento da vocação do lugar, ao entendimento dos processos da cidade e da
122 construção e apropriação do espaço público em sua historicidade, à falta de uma unidade
123 entre as cinco intervenções propostas, à natureza das intervenções e relações com o
124 contexto espacial, os prédios, estruturas, pavimentações pré-existentes e até projetos
125 anteriores propostos para o local que, mesmo sendo mais simples, podem ser de extrema
126 valia. Tais problemas superlativos tornam-se ainda maiores, pois se verificam no coração da
127 cidade, o qual exige intervenções extremamente cuidadosas, rigorosas, generosas e
128 marcadamente públicas. Diante disso, não temos outra alternativa se não manifestarmos
129 contra a aprovação deste projeto pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do
130 Município de Belo Horizonte". A Conselheira Valéria Braga Pena parabenizou os
131 responsáveis pela indicação do Conselheiro Carlos Antônio Leite Brandão como relator do
132 assunto, a equipe técnica da GEPH/SMRU pelo parecer e o relator pela abordagem
133 cuidadosa e ponderações sobre este projeto, aprovado através de um concurso feito na
134 década de 80, e que não foi executado por falta de recursos da Prefeitura de Belo Horizonte.
135 O Conselheiro Carlos Roberto Noronha também parabenizou o relator pelo parecer,
136 principalmente no ponto que tratava da Praça Sete como a vocação do lugar, de um espaço
137 de todos. A Presidente observou que foi um membro da equipe que elaborou o projeto de
138 intervenção e informou que, durante o trabalho, em 1990, foram realizadas várias visitas ao
139 local, como também pesquisas de opinião com os usuários da Praça Sete, sendo que existia
140 um conceito de que cada quarteirão teria uma marca de cada um dos arquitetos. A
141 Presidente informou que o referido projeto fora apresentado nas reuniões organizadas pelo
142 Projeto 4 Estações e que os arquitetos estavam abertos para trabalhar modificações que se
143 fizessem necessárias. O Conselheiro Paulo Henrique Osório Coelho observou que era clara
144 a necessidade de um projeto de revitalização para a área central da cidade, mas os



145 problemas estruturais deveriam ter prioridade, como a valorização do uso de moradia. O
146 Conselheiro Rodrigo Laborne Mattioli observou que a prioridade desse projeto deveria ser no
147 nível do pedestre, dos passeios, que se encontravam mal conservados, principalmente
148 devido às intervenções feitas por várias concessionárias no subsolo, como por exemplo
149 COPASA, CEMIG, NET, TELEMIG Celular, que não providenciavam a recomposição,
150 sobretudo, em calçada portuguesa. O Conselheiro Rodrigo Laborne Mattioli sugeriu que o
151 CDPCM-BH, no exercício de sua competência, ao verificar e ao deliberar sobre qualquer
152 projeto de revitalização da área central, deveria propor normas para direcionar as
153 intervenções dessas concessionárias de modo que ao abrirem os buracos para fazer
154 infovias, também deveriam fechá-los de modo adequado. A Gerente de Patrimônio Histórico
155 Urbano Michele Abreu Arroyo ponderou que, quando da elaboração do projeto de
156 intervenção, no final dos anos 80, os conjuntos urbanos ainda não estavam tombados, como
157 também não existiam imóveis com tombamento específico naquela região e como a própria
158 arquitetura tem ciclos, talvez hoje não seria dado o mesmo tratamento à área, mas, ao
159 mesmo tempo, sabe-se da dificuldade de existir condição política para a realização de uma
160 intervenção desse porte na cidade. A Gerente de Patrimônio Histórico Urbano Michele Abreu
161 Arroyo ressaltou a necessidade da Praça Sete passar por uma reabilitação, por ser um
162 espaço de grande referência na cidade e sugeriu que o CDPCM-BH apresentasse
163 recomendações para que os responsáveis procedessem a um reestudo para nova
164 apreciação deste Conselho. A Presidente informou sobre a existência do recurso financeiro
165 para a execução desse projeto e do interesse da Secretaria Municipal de Coordenação da
166 Gestão Regional Centro-Sul, dentro do Projeto 4 Estações, de revitalizar a Praça Sete,
167 sugerindo que o CDPCM-BH recomendasse uma reavaliação desse projeto para posterior
168 análise. A Gerente de Patrimônio Histórico Urbano Michele Abreu Arroyo esclareceu que a
169 GEPH/SMRU considerava dois pontos que deveriam ser reavaliados: primeiro, em relação
170 aos pórticos, no sentido de que fosse realizado um estudo de visibilidade, verificando se
171 estes obstruíam a visada de imóveis significativos; segundo, que o tratamento dado aos
172 quarteirões fechados fosse estendido a toda a quadra. O Conselheiro Tarcísio Rodrigues
173 Botelho observou que o problema básico do projeto era a proposta para construção de um
174 pórtico e que uma intervenção desse porte implicaria o fechamento da Praça Sete durante
175 as obras, o que ocasionaria transtornos para os pedestres e para os usuários e
176 comerciantes. A Presidente observou que, no mundo todo, quando se quer fazer uma obra
177 na cidade, essa obra em si, no momento em que é feita, ocasiona algum impedimento até a
178 sua concretização e os usos não ficam inviabilizados por esse período. A Presidente
179 observou, ainda, que a Praça Sete necessitava de uma intervenção, até para sinalizar para a
180 cidade que existiam outras áreas tão importantes quanto ela, que deveriam ter um
181 tratamento especial e embelezamento. O Conselheiro Carlos Roberto Noronha argumentou
182 que o projeto apresentado priorizava a questão arquitetônica, podendo ocorrer uma
183 fragmentação, e não organizava o espaço. A Conselheira Valéria Braga Pena lembrou que o
184 relator não falava da anulação completa desse projeto, e que o CDPCM-BH colocava a
185 importância de uma intervenção no centro da cidade, sendo que a recuperação desse
186 espaço era urgente e vital. O Conselheiro João de Paula Lima Neto sugeriu que esse
187 projeto fosse revisto, atendendo às necessidades atuais. A Presidente propôs que o parecer
188 do relator deveria ser votado e depois seriam levantadas as recomendações apresentadas
189 por ele. A Gerente de Patrimônio Histórico Urbano Michele Abreu Arroyo lembrou que a
190 verba destinada para a recuperação da Praça Sete encontrava-se disponível e observou que
191 o CDPCM-BH deveria sinalizar uma alternativa, caso o parecer do relator fosse aprovado, se
192 o projeto deveria ser atualizado ou readequado. A Presidente sugeriu que o CDPCM-BH



193 poderia acompanhar as recomendações feitas pelo voto do relator. Em seguida, a
194 Presidente colocou em votação o parecer do Conselheiro-relator, que teve aprovação
195 unânime. A Presidente passou à **apreciação e deliberação da proposta de alteração do**
196 **Decreto Municipal n.º 5.531, de 17 de dezembro de 1986**, que regulamenta o regimento
197 interno do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, lembrando que a nova
198 proposta já foi discutida pelo CDPCM-BH, tendo sido encaminhada à Procuradoria Geral do
199 Município (PGM), que apresentou algumas considerações para que se fizessem
200 modificações relacionadas a alguns aspectos que implicariam a mudança das formas
201 verbais e sobre a emissão de alvará de demolição. A Presidente informou que a Conselheira
202 Kátia Kauark Leite fez uma leitura das sugestões apontadas pela PGM e apresentou alguns
203 argumentos e que, após uma consulta ao Procurador Geral do Município, ficou acordado
204 que permaneceria a última proposta aprovada, sem as alterações sugeridas pela PGM. Em
205 seguida, o Conselheiro Rodrigo Laborne Mattioli fez a leitura das considerações
206 apresentadas pela PGM. A Presidente colocou em votação a proposta para alteração do
207 regimento interno do CDPCM-BH, que foi aprovada, com abstenção da Conselheira Maria
208 Isabel Câmara. O Conselheiro Rodrigo Laborne Mattioli solicitou permissão para retirar-se
209 da reunião. A Presidente passou à **apreciação e deliberação de parecer referente ao**
210 **projeto de restauração e reforma do bem cultural tombado, situado na Rua dos**
211 **Caetés, 603, esquina com Rua São Paulo, 332, pertencente ao Conjunto Urbano Rua dos**
212 **Caetés e Adjacências**. A Presidente solicitou à Conselheira Kátia Kauark Leite que fizesse a
213 leitura do parecer do Conselheiro-relator Rodrigo Meniconi, que aprovava a matéria. A
214 arquiteta da GPEH/SMRU Maria Aparecida Vivas prestou esclarecimentos sobre o projeto.
215 Em seguida, o interessado pronunciou-se a respeito do assunto. A Presidente colocou em
216 votação do parecer do Conselheiro-relator, que teve aprovação unânime. A Presidente
217 lembrou aos conselheiros sobre a reunião extraordinária marcada para o dia treze de junho
218 próximo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião às quatorze horas e
219 cinquenta minutos. Eu, Valéria Braga Pena, que secretariei, lavrei e assinei a presente ata,
220 passando-a aos demais presentes. Belo Horizonte, onze de junho de 2002.

Anexo F: Convocações para reuniões extraordinárias, do CDPCM-BH no dia 26 de junho de 2002, e do GEPH no dia 08 de julho de 2002.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CDPCM-BH/EXTER-129/2002

Belo Horizonte, 12 de junho de 2002.

Prezado Senhor,
Ref.: Projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro.

Cumprimentando-o cordialmente, e em resposta à solicitação de V.S^a., relativa ao projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro e nos quarteirões fechados adjacentes, pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, temos a informar-lhe que o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH, em sessão ordinária realizada em 11 de junho de 2002, aprovou o parecer do Conselheiro-relator Carlos Antônio Leite Brandão, cópia anexa.

Esclarecemos que a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano encontra-se à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias, pelo telefone 3277.5133.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Celina Albano
Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio
Cultural do Município de Belo Horizonte

Ilmo Sr.
Fernando Lincoln de Lima
Gerente de Projetos
Avenida do Contorno, 5454 – Funcionários
CEP 30.110-100
CAPITAL



CDPCM-BH/EXTER/137-2002

Belo Horizonte, 14 de junho de 2002.

Senhor(a) Conselheiro(a),

Ref.: Faz convocação reunião extraordinária.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.Sa. para a sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, a realizar-se no **dia 26 (vinte e seis) de junho de 2002, quarta-feira, às 14:00 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, situado na Rua Professor Estevão Pinto, n.º 601 – Casa da Serra**, com a seguinte pauta:

1. Apresentação do projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro e nos quarteirões fechados adjacentes, pela equipe de arquitetos;
2. Assuntos gerais.

Atenciosamente,

Celina Albano
Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio
Cultural do Município de Belo Horizonte

Maria Celina Pinto Albano
Rua Sapucaí, 571
Belo Horizonte
MG



CDPCM-BH/EXTER/137-2002

Belo Horizonte, 14 de junho de 2002.

Senhor(a) Conselheiro(a),

Ref.: Faz convocação reunião extraordinária.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.Sa. para a sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, a realizar-se no **dia 26 (vinte e seis) de junho de 2002, quarta-feira, às 14:00 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, situado na Rua Professor Estevão Pinto, n.º 601 – Casa da Serra**, com a seguinte pauta:

1. Apresentação do projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro e nos quarteirões fechados adjacentes, pela equipe de arquitetos;
2. Assuntos gerais.

Atenciosamente,

Celina Albano
Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio
Cultural do Município de Belo Horizonte

Maria Celina Pinto Albano
Rua Sapucaí, 571
Belo Horizonte
MG



OF. GEPH/EXTER- 169 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Conselheiro(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça 7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a, como membro da comissão designada na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM/BH, realizada em 26/06/2002, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se no **dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilma. Sra.
Maria Elisa Baptista
Rua Batista Figueiredo, 122 - Vila Paris
30380-720
CAPITAL



OF. GEPH/EXTER- 169 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Conselheiro(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça
7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a como membro da comissão designada na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM/BH, realizada em 26/06/2002, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se **no dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilma. Sra.
Márcia Mourão Parreira Vital
Avenida Afonso Pena, 4000 - 6º andar - Cruzeiro
CEP.: 30.130-009
CAPITAL



OF. GEPH/EXTER- 169 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Conselheiro(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça
7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a como membro da comissão designada na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM/BH, realizada em 26/06/2002, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se **no dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilmo. Sr.
José Abílio Belo Pereira
Avenida Afonso Pena, 4000 - 5º andar - Cruzeiro
CEP.: 30.130-009
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

OF. GEPH/EXTER- 170 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Senhor(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça
7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se **no dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilmo. Sr.
Álvaro Hardy
A & M Arquitetura Urb. Inter. Const. Ltda.
Rua Araguari, 1541 – 5º. andar
CEP.: 30.190-111
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

OF. GEPH/EXTER- 170 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Senhor(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça 7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se no dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilm^a. Sr^a
Jô Vasconcellos
Maia Arquitetos Associados Ltda.
Avenida dos Andradas, 2287 - sala 407- Santa Efigênia
CEP.: 30.120-010
CAPITAL



OF. GEPH/EXTER- 170 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Senhor(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça
7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se **no dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilmo. Sr.
João Diniz
Av. Pasteur, 89 – sala 801 – Santa Efigênciã.
CEP.: 30.150-290
CAPITAL



OF. GEPH/EXTER- 170 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Senhor(a),

Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça
7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se **no dia 08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilmo. Sr.
Flávio Grillo
Avenida do Contorno, 4852 – sala 704
CEP.: 30.110-100
CAPITAL



OF. GEPH/EXTER- 170 - 2002

Belo Horizonte, 03 de julho de 2002.

Prezado(a) Senhor(a),

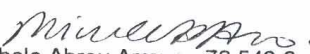
Ref.: convoca reunião revisão projeto de intervenção Praça
7 de Setembro.

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos convocar V.S.^a, para participar da reunião que analisará previamente a revisão do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, a realizar-se no dia **08 (oito) de julho – segunda-feira, as 14:30 horas, no auditório da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano**, situado na Rua Professor Estevão Pinto, 601 – Serra.

Esclarecemos que o referido assunto encontra-se na pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, prevista para o dia 10 de julho de 2002.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,


Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilmo. Sr.
Gustavo Penna
Avenida Álvares Cabral 414 - Centro
CEP.: 30.170-000
CAPITAL

Anexo G: Parecer sobre a revisão de projetos para os quarteirões fechados da praça Sete: rua Rio de Janeiro e Carijós - GEPH, do dia 09 de julho de 2002.

**PARECER SOBRE A REVISÃO DE PROJETOS PARA OS QUARTEIRÕES
FECHADOS DA PRAÇA SETE: RUA RIO DE JANEIRO E CARIJÓS**

O Projeto foi realizado em 1990, logo após o Concurso de Intervenção na área central, tendo sido submetido ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH na reunião ordinária do mês de junho de 2002, com parecer do conselheiro relator Carlos Antônio Leite Brandão. Não tendo sido aprovado foram feitas recomendações para revisão da proposta.

Em reunião extraordinária em 26/06/2002 entre o CDPCM-BH e os autores dos projetos, foram definidas diretrizes para reformulação dos projetos.

Tais reformulações foram apresentadas em reunião de 08/07/2002, objeto desta relatoria, a partir das seguintes diretrizes básicas do CDPCM-BH:

1. Garantir unidade do Conjunto através do piso;
2. Garantir na solução projetual a integração dos quarteirões lindeiros da Avenida Amazonas e Avenida Afonso Pena;
3. Garantir a visibilidade dos bens tombados.

Neste sentido recomendamos:

1. O uso do mesmo tipo de pavimentação em todos os quarteirões;
2. Promover contato entre as equipes dos projetos em análise e a equipe que elaborou a proposta para a Avenida Afonso Pena, de forma a articular os projetos, em especial com relação aos pisos;
3. Para a manutenção da visibilidade dos bens tombados, indica-se:
 - Trecho A – Rua Carijós entre Praça Sete e Rua Espírito Santo:

Supressão do pórtico no trecho que atravessa a Rua Espírito Santo e diminuição da parte do pórtico na esquina da Praça Sete com Rua Carijós, de forma a desobstruir a visada do Cine Brasil. A sugestão da equipe de rebatimento do pórtico criando um largo para a entrada lateral do Cine Brasil foi considerada adequada.

- Trecho B – Rua dos Carijós entre Praça Sete e Rua São Paulo:

Supressão do pórtico sobre a Rua São Paulo, em conformidade com o projeto já apresentado à Gerência de patrimônio Histórico Urbano; recuo do pórtico em relação à esquina com a Praça Sete, para ampliar a visão do Bemge (atual Posto Psiu) e a mudança de posição da banca de revista, recuando-a em relação à esquina.



- Trecho C – Rua Rio de Janeiro entre Rua dos Tamoios e Praça Sete:

Supressão do pórtico sobre a Rua dos Tamoios, podendo ser substituído por outro elemento que não interfira na visibilidade da Igreja São José, seu acesso de pedestres e edificações da Rua dos Tamoios, mantendo a idéia de marcação do trajeto de pedestres entre a Igreja São José e a Galeria Praça Sete.

- Trecho D – Rua Rio de Janeiro entre Praça Sete e Rua dos Tupinambás:

Consideramos que o projeto para esse trecho não interfere nas visadas.

Recomendamos, ainda, a execução do projeto já aprovado dos quarteirões lindeiros das Avenidas Afonso Pena e Amazonas, requalificando, assim, a Praça Sete.


Recomendamos, também, que a Prefeitura de Belo Horizonte identifique a possibilidade de instalar banheiros públicos e postos telefônicos em lojas lindeiras, gerando maior conforto e segurança para os usuários. Tais lugares poderão, ainda, contar com a instalação de pontos para engraxates, a persistir a decisão da Prefeitura de não permitir seu funcionamento nas áreas públicas.

Recomendamos que as bancas de revistas indicadas na proposta sejam objeto de projeto específico, por parte das equipes, não se utilizando, devido às características da área, o modelo padrão existente.


Com relação ao posto policial consideramos o projeto apresentado pela equipe responsável pelo Trecho D mais adequado do que é utilizado atualmente.

Com as modificações aqui registradas, já encaminhadas e aceitas pelas equipes responsáveis, concluímos pela aprovação de projeto, salvo melhor juízo deste Conselho.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2002.


José Atílio Belo Pereira


Márcia Mourão Parreira Vital


Maria Elisa Baptista

Anexo H: Documentos comprobatórios da aprovação do projeto arquitetônico para os quarteirões fechados da praça Sete de Setembro, com ressalvas, datados de 12 de julho de 2002.



CDPCM-BH/SMGO-165/2002

Belo Horizonte, 12 de julho de 2002.

Senhor Secretário,
Ref.: Projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro e quarteirões adjacentes.

Cumprimentando-o cordialmente, e tendo em vista o projeto de intervenção da Praça Sete de Setembro e dos quarteirões adjacentes, pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, temos a informar-lhe que o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH, em sessão ordinária realizada em 10 de julho de 2002, aprovou preliminarmente o projeto apresentado, condicionado à adequação, conforme as orientações e modificações constantes do parecer da comissão relatora (cópia anexa).

Informamos, ainda, que o projeto definitivo deverá ser encaminhado à Gerência de Patrimônio Histórico Urbano/Secretaria Municipal de Regulação Urbana para aprovação em carimbo e, posteriormente, encaminhado aos demais órgãos competentes para exame, conforme legislação vigente.

Esclarecemos que a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano encontra-se à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias, pelo telefone 3277.5133.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Celina Albano
Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio
Cultural do Município de Belo Horizonte

Ilmo. Sr.
Paulo de Moura Ramos
Secretário Municipal de Governo
Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

CDPCM-BH/SCOMGER-CS-166/2002

Belo Horizonte, 12 de julho de 2002.

Senhor Secretário,
Ref.: Projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro e quarteirões adjacentes.

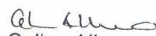
Cumprimentando-o cordialmente, e tendo em vista o projeto de intervenção da Praça Sete de Setembro e dos quarteirões adjacentes, pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, temos a informar-lhe que o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH, em sessão ordinária realizada em 10 de julho de 2002, aprovou preliminarmente o projeto apresentado, condicionado à adequação, conforme as orientações e modificações constantes do parecer da comissão relatora (cópia anexa).

Informamos, ainda, que o projeto definitivo deverá ser encaminhado à Gerência de Patrimônio Histórico Urbano/Secretaria Municipal de Regulação Urbana para aprovação em carimbo e, posteriormente, encaminhado aos demais órgãos competentes para exame, conforme legislação vigente.

Esclarecemos que a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano encontra-se à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias, pelo telefone 3277.5133.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,


Celina Albano

Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio
Cultural do Município de Belo Horizonte

Ilmo. Sr.
Antônio Carlos Pereira
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul
Rua dos Tupis, 149 - 11º andar
CAPITAL



CDPCM-BH/SMEU-167/2002

Belo Horizonte, 12 de julho de 2002.

Prezado Senhor,
Ref.: Projeto de intervenção na Praça Sete de Setembro e quarteirões adjacentes.

Cumprimentando-o cordialmente, e em resposta à solicitação de V.S.^a, relativa ao projeto de intervenção da Praça Sete de Setembro e dos quarteirões adjacentes, pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e Adjacências, temos a informar-lhe que o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH, em sessão ordinária realizada em 10 de julho de 2002, aprovou preliminarmente o projeto apresentado, condicionado à adequação, conforme as orientações e modificações constantes do parecer da comissão relatora (cópia anexa).

Informamos, ainda, que o projeto definitivo deverá ser encaminhado à Gerência de Patrimônio Histórico Urbano/Secretaria Municipal de Regulação Urbana para aprovação em carimbo e, posteriormente, encaminhado aos demais órgãos competentes para exame, conforme legislação vigente.

Encaminhamos, anexo, modelo de placa que deverá ser confeccionada pelo empreendedor do projeto e afixada em local visível, durante todo o período em que durar a obra.

Esclarecemos que a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano encontra-se à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias, pelo telefone 3277.5133.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,



Celina Albano
Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio
Cultural do Município de Belo Horizonte

Ilmo. Sr.
Fernando Lincoln
Gerente de Projetos
Secretaria Municipal de Estrutura Urbana
Avenida do Contorno, 5454 - 6º. andar
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

OF. GEPH/EXTER- 198 - 2002

Belo Horizonte, 30 de julho de 2002.

Prezado Senhor,

Ref.: projeto de intervenção Praça 7 .

Cumprimentando-o(a) cordialmente, e conforme solicitação de V.S.^a vimos encaminhar copia da minuta da ata da reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte realizada em 26 de junho de 2002 na qual ocorreu a apresentação do projeto de intervenção da Praça 7 de Setembro e dos quarteirões fechados adjacentes, bem como cópia do parecer da Comissão Relatora que foi aprovado na reunião ordinária do dia 10 de julho de 2002 e cópia do ofício CDPCM-BH/SMEU-167/2002 encaminhada ao Sr. Fernando Lincoln informando a deliberação do CDPCM-BH.

Esclarecemos que a ata da reunião do dia 10/07/2002 encontra-se em elaboração na Secretaria Municipal de Cultura.

Informamos que a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano encontra-se a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e reafirmamos nossos votos de estima e apreço

Atenciosamente,

Michele Abreu Arroyo -70.546-6
Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
Secretaria Municipal de Regulação Urbana

Ilmº Sr.
Murilo de Campos Valadares
Avenida do Contorno, 5454 - 8º andar
CAPITAL

Anexo I: Roteiro das Entrevistas com os usuários do espaço.

Roteiro das entrevistas com os usuários do espaço:

Data da Entrevista:

Espaço onde se localiza (quartirão e proximidades):

Uso do Espaço:

Entrevistado(a):

Tempo de existência da Entidade (caso existente):

Permanência e/ou Passagem:

Trabalha com:

Sobre sua organização:

- Vocês são organizados enquanto classe?
- Vocês são ligados a quem enquanto classe?

Sobre sua relação com a prefeitura

- Aonde, na prefeitura, vocês tem um canal de comunicação (secretarias, órgãos, etc)?
- Vocês participaram na escolha de se reformar ou não a praça?
- Vocês tinham conhecimento do projeto que seria feito?

Sobre o projeto arquitetônico:

- Vocês participaram ou colaboraram com o projeto da praça? Explícite
- Era necessária essa reforma, na sua opinião? Porque?
- O projeto melhorou ou piorou a vida de vocês? Porque?
- Se não tivesse havido esta reforma, o que acha que teria acontecido a este espaço? Porque?

Anexo J: Roteiro das entrevistas com funcionários das secretarias responsável, direta e indiretamente, pelo planejamento urbano dentro da prefeitura de BH e pela gestão da praça Sete de Setembro.

Roteiro das entrevistas com funcionários das secretarias responsáveis, direta e indiretamente, pelo planejamento urbano dentro da prefeitura de BH e pela gestão da praça Sete de Setembro:

Data da Entrevista:

Endereço da Entidade:

Entrevistado(a):

Tempo de existência da Entidade:

Sobre a atuação da secretaria

- Quem, da prefeitura, participou da formulação do concurso BH Centro?
- Qual o setor, ou setores, responsáveis pela gestão da praça sete na prefeitura?
- Na sua opinião, há integração com as outras secretarias?
- Se há, como ela acontece? Com que frequência? Onde?
- Você consegue enxergar sua função dentro do todo que é o planejamento urbano? E dentro da prefeitura? Qual sua especificidade (secretaria) no todo?

Sobre a gestão da Praça Sete de Setembro

- Qual o setor, ou setores, responsáveis pela gestão da praça sete na prefeitura?
- Houve uma consulta à população para saber da necessidade da reforma da praça sete?

Sobre o projeto

- Qual o setor, ou setores, responsáveis pela reforma da praça sete na prefeitura?
- Qual o setor, ou setores, responsáveis pela gestão da praça sete na prefeitura?
- Porque a prefeitura achou importante a reforma da praça sete?
- O que você achou do projeto da praça sete? Justifique.

Anexo K: Entrevistas Realizadas

Entrevistas realizadas

Secretaria Municipal de Coordenação de Gestão – Regional Centro-Sul

Gerência do Orçamento Participativo (GEOP)

(12/02/2005)Valdo

Gerência de Projeto (GEPRO)

(12/01/2005)Arquiteta Liane Valle

(12/01/2005)Arquiteta Verônica da Matta Machado

Associações

Associação dos Engraxates de Minas Gerais

(11/01/2005)Natanael

Floristas

(05/01/2005 e 11/01/2005) Fátima

(11/01/2005) Edilamar Lúcia Fonseca

Outros

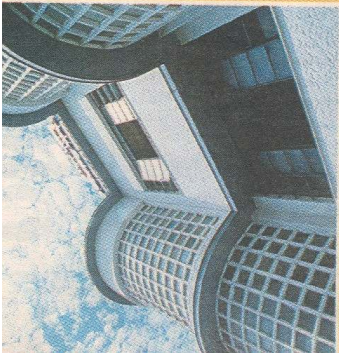
(18/02/2005)Arquiteta Celina Borges Lemos

Anexo L: Espetáculo Praça Sete de Setembro

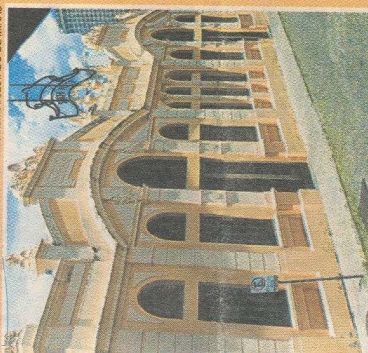
L.1. Caderno Pensar BH (dez, 2003)

... ..

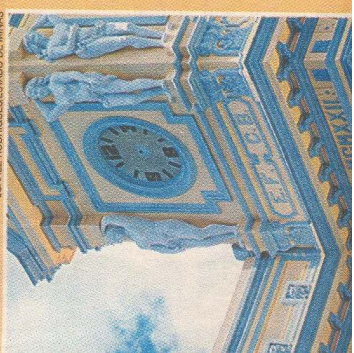
UMA CIDADE CONSTRUINDO SUA VOCAÇÃO



CARLOS ALTMANISTADO DE MINAS



JUAZEZ RODRIGUESESTADO DE MINAS



RENATO WELLESSTADO DE MINAS

), e é um grande sucesso. nós já vamos ter o conjunto de prédios inteligentes, com alta capacidade. No Brasil tem pou-

situação que consolide Belo Horizonte como também pólo moderno de serviço e turismo.

COMÉRCIO E SEGURANÇA TÊM ATENÇÃO ESPECIAL

Uma série de iniciativas da Prefeitura visam a reorganizar o comércio do Centro de Belo Horizonte, formando-o mais moderno e atrativo para o consumidor. Neste projeto se des-criam a criação de shoppings populares, que permitirá a trans-ferência dos camelôs, que hoje ocupam passeios e ruas da região central, para pontos comerciais adequados.

Os projetos para criação de dois shoppings encontram-se em processo de desapropriação dos imóveis; um deles terá barracas e sanitários, e o outro, praça de alimentação, administração, quiosques e sanitários. Nas antípodas está sendo criado o shopping popular, por iniciativa de parceria da Prefeitura com a iniciativa privada.

Para fazer do Centro uma região viva dia e noite, a Prefeitura está criando alternativas para o aproveitamento de toda a infra-estrutura local. Um projeto habitacional busca adaptar prédios desocupados na área central para moradia, movimentando e revitalizando a região. Um novo restaurante popular está sendo construído na Região Hospitalar, para oferecer uma opção barata de alimentação de qualidade.

A segurança dos transeuntes e moradores está aumentando com a melhora da iluminação pública, substituindo luminárias com baixo rendimento por equipamentos mais modernos e eficientes. A criação da Guarda Municipal é outra iniciativa importante. Ela fará o policiamento em equipamentos públicos municipais, dando

mais segurança para aos cidadãos e liberando contingente da PM para outras ações policiais.

No prédio do antigo Cinema Candelária será instalado o 5º Conselho Comunitário de Segurança Pública, que abrigará também a 5ª Companhia de Segurança Pública e a 5ª Companhia de Polícia Militar. O Centro de Apoio às Vítimas da Violência atua na prevenção e no combate à violência, articulando ações dos órgãos públicos e instituições, bem como subsidiando políticas públicas de prevenção à agressões.

Para melhorar o trânsito e a locomoção dos pedestres no Centro, a Prefeitura planeja diversas ações, entre elas a instalação de novas estações de Bibus. São estações que fazem a integração entre ônibus e metrô que circulam na re-



gião: Estação Aarão Reis, Estação Lagoinha, Estação Carlos Prates, Estação Santa Efigênia. O projeto Caminhos da Cidade retorne ações de recuperação de calçadas, passeios e travessias, facilitando a locomoção de pessoas e o acesso ao comércio; o Controle Inteligente de Tráfego vai agilizar e melhorar a segurança no trânsito.

PREFEITURA REORGANIZA
O COMÉRCIO NO
CENTRO E REALIZA AÇÕES
PARA TORNAR A REGIÃO
VIVA DE DIA E À NOITE

L.2. Informe Especial BH (dez. 2003)

INFORME ESPECIAL

BH

cidade viva



**Desafios da
Responsabilidade Social**

Obras revitalizam o centro

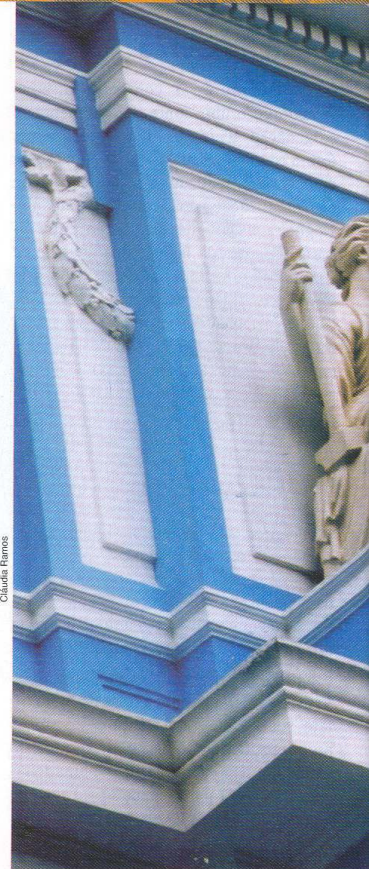
Um dos espaços públicos mais tradicionais e movimentados de Belo Horizonte, o hipercentro estava ficando cada dia mais desordenado e inseguro. O motivo não era apenas a degradação de calçadas, monumentos, paradas de ônibus, praças e outros equipamentos urbanos, mas também a insegurança nas ruas, a poluição visual e a turbulência causada pelo comércio nas calçadas. Esta realidade, porém, tem tudo para mudar radicalmente. Um amplo programa de obras da Prefeitura vem recuperando a vitalidade da Praça Sete, projeto já concluído, da Praça da Estação, do Parque Municipal, e de diversas ruas da região, entre elas a agitada Caetés. Somente nas duas praças, os trabalhos mobilizam recursos da ordem de R\$ 10 milhões.

Outras ações também contribuirão para tornar a região mais humana. Entre elas estão a instalação de semáforos

inteligentes e a entrada em vigor do novo Código de Posturas da cidade, prevista para o início de 2004. A lei disciplina a divulgação da publicidade em logradouros públicos e reforça o trabalho da Prefeitura de retirada dos camelôs e toreros (ambulantes sem credenciamento) das ruas, que serão realocados em shoppings populares.

Praças revitalizadas

Uma mostra do futuro promissor do centro da cidade é a recuperação da Praça 7, cujas obras foram entregues à população em setembro passado. Importantes aspectos arquitetônicos foram valorizados, beneficiando 400 mil pessoas que passam por ali diariamente. A praça recebeu tratamento paisagístico e também ganhou um espaço para manifestações, com tribuna e anfiteatro. Os quarteirões fechados foram revitalizados, com novos pisos e equipamentos urbanos. As mudanças alcançaram o obelisco da praça, o conhecido "pirulito", colocado ali na década de 20 para comemorar o centenário da independência do Brasil. A base do "pirulito" foi ampliada e o



Cláudia Ramos

DETALHE DE PRÉDIO HISTÓRICO DA RUA DOS CAETÉS



Cláudia Ramos

A PRAÇA SETE FOI REVITALIZADA E ENTREGUE À POPULAÇÃO EM SETEMBRO

monumento voltou a contar com os postes de iluminação originais.

A Praça da Estação também está ganhando vida nova: novos pisos, dois conjuntos de fontes, postes de iluminação e projeto paisagístico. Conterá, ainda, com um mobiliário urbano apropriado. As fontes poderão ser desligadas, permitindo que toda a área seja utilizada para eventos. O local será um espaço público adequado a manifestações culturais com a presença de grande número de pessoas. As intervenções irão melhorar as condições de acesso à Estação Central do metrô.

Inaugurado em 1922, o prédio principal da estação, em estilo



O CENTRO DA CIDADE

neoclássico, passou a abrigar este ano o Museu de Artes e Ofícios, com peças dos séculos XVII a XX que retratam a evolução do ofício popular e mostram a origem e a trajetória das profissões contemporâneas.

Já na rua dos Caetés, corredor de comércio onde transitam 27 mil pessoas por dia, o projeto prevê a substituição do revestimento dos passeios por mosaico português, a padronização do mobiliário urbano e a recuperação das fachadas dos imóveis históricos.

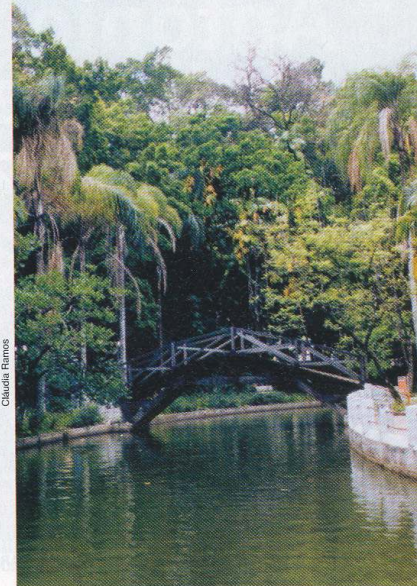
Parque Municipal

Terceira maior área verde de Belo Horizonte, o Parque Municipal, com 180

mil metros quadrados, está sendo revitalizado para receber com mais conforto e segurança seus 85 mil visitantes semanais. Já estão em execução as intervenções no Lago dos Barcos, no Teatro Francisco Nunes e no Coreto, que abrigará o Centro de Memória Histórica, a revitalização paisagística dos jardins e a recuperação das calçadas de pedras portuguesas.

O projeto prevê ainda o manejo da fauna em exposição, a instalação de sinalização e lixeiras, a implantação de sistema de irrigação, e a construção de novo poço artesiano e do sistema de oxigenação das lagoas.

Mesmo durante as obras, o Parque permanece aberto à visitação e a segurança foi reforçada com a instalação de guaritas com telefone e ronda noturna. Serão feitas ainda intervenções para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais. O objetivo do projeto é garantir, como preconizado pela Agenda 21, o desenvolvimento ambiental sustentável da área.



PARQUE MUNICIPAL

Código de Posturas prioriza qualidade de vida

Iniciativa da Câmara Municipal, o Código de Posturas de Belo Horizonte foi sancionado, no dia 14 de julho, pelo prefeito Fernando Pimentel. A população foi chamada a dar sugestões para a regulamentação da lei, que entra em vigor em janeiro. O Código de Posturas define as regras de convivência urbana na cidade, fixa o que é ou não permitido, indica quais aspectos devem ser observados e aponta as penalidades e os procedimentos fiscais.

O novo código, por ser abrangente, unifica praticamente toda a legislação pertinente a logradouros públicos e propriedade privada, substituindo aproximadamente 300 leis e decretos. Além de simplificar as consultas do cidadão e dar visibilidade para as regras

de licenciamento da Prefeitura, o código traz diversas inovações importantes. Disciplina, por exemplo, o comércio nas vias públicas - que será restrito a alguns ambulantes licenciados, como pipoqueiros, feirantes e vendedores de cachorro quente. Assim, o movimento de camelôs e "toreros" nas ruas será proibido, sendo transferido, como já previsto, para locais fechados.

Os restaurantes e bares que colocam mesas e cadeiras nas calçadas deverão deixar espaços previamente determinados para a circulação de pedestres e só poderão utilizar a área pública em horários específicos. Outro ponto de destaque é a regulamentação da publicidade, que se tornará mais restrita no ambiente urbano. ●

L.3. Guia BH (jan., 2005)

VENDA PROIBIDA



BELO HORIZONTE / BRASIL

GUIA TURÍSTICO - JANEIRO 2005

www.pbh.gov.br



A Praça Sete de Setembro é o principal ponto de referência do centro da cidade. Os prédios e construções do hipercentro de Belo Horizonte apresentam estilos arquitetônicos diferentes. O corredor da avenida Afonso Pena é uma boa vitrine dessa progressão de estilos e de décadas. O Tribunal de Justiça, na Afonso Pena, 1420, em estilo neoclássico, data de 1911. O elegante e luxuoso Automóvel Clube, na Afonso Pena, 1394, foi construído na década de 20 para reunir a nata da sociedade mineira. Da década de 40, a sede da Prefeitura de Belo Horizonte, na Afonso Pena, 1212, tem características Art Decó com volumes geométricos no traçado da fachada. O Edifício Acaíaca, na Afonso Pena, 867, com 29 andares, foi um marco da verticalização de Belo Horizonte. Inaugurado em 1943, em estilo Art Decó e influência marajoara.



Prefeitura de Belo Horizonte

Gereida de Ayrton

**DOWNTOWN - SOUTH
ITINERARY**

The Sete de Setembro Square is the main reference point of the downtown area. The buildings and constructions of the very center of Belo Horizonte have several different architectural styles. The Afonso Pena Avenue serves as a showcase of the progression of styles throughout the decades. The Court of Justice at 1420 Afonso Pena Avenue dating from 1911 in the neoclassic style. The elegant and luxurious Automóvel Clube at 1394 Afonso Pena Avenue was built in the 1920's as meeting point for the elite of Minas Gerais society. From the 1940's, the City Hall of Belo Horizonte, at 1212 Afonso Pena Avenue, has a geometric design with the Art-deco characteristics in its facade. The Acaíaca Building, at 867 Afonso Pena Avenue, dedicated in 1943 in the Art-deco style with Marajoara influence, has 29 floors and is a landmark of the verticalism of the city.

**ITINERARIO
CENTRO - SUR**

La Plaza 7 de Septiembre es el principal punto de referencia de la ciudad. Los edificios y construcciones de la parte más central de Belo Horizonte presentan estilos de construcciones diferentes. El corredor de la avenida Afonso Pena es una buena vitrina de esta progresión de estilos y de décadas. El Tribunal de Justicia en Afonso Pena 1420, es de estilo neoclásico y data de 1911. El elegante y lujoso Automóvil Club en Afonso Pena 1394, fué construído en la década del 20 para juntar lo más alto de la sociedad del estado de Minas Gerais. De la década del 40, la sede de la Intendencia de Belo Horizonte en Afonso Pena 1212, tiene características Art Deco con volumenes geométricos en la fachada. El edificio Acalaca en Afonso Pena 867 con 29 pisos fué un marco de la verticalización de Belo Horizonte y fué inaugurado en 1943 en estilo Art Deco e influencia "Marajoara".

PRAÇA SETE DE SETEMBRO

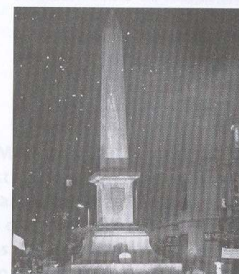
mapa II C2

Localizada no cruzamento de duas principais avenidas da cidade, a Afonso Pena e a Amazonas, é um marco de referência do centro comercial de Belo Horizonte. Na confluência das avenidas, fica o obelisco conhecido popularmente como "Pirulito", marco comemorativo do centenário da Independência do Brasil.

SETE DE SETEMBRO SQUARE

map II C2

Located where the two main avenues of the city, Afonso Pena and Amazonas, meet, it is a point of reference for the commercial center of Belo Horizonte. The obelisk right on that intersection, widely known as Pirulito (lolipop), is a commemorative monument to Brazil's Independence Day.



Fernando Bialdo

Pirulito - Praça Sete

PLAZA SIETE DE SEPTIEMBRE

plano II C2

Localizada en el cruce de las dos principales avenidas de la ciudad, Afonso Pena y Amazonas, es un punto de referencia del centro comercial de Belo Horizonte. En la confluencia de las avenidas, está el obelisco co-

nocido popularmente como "Pirulito" (chupetin), un marco conmemorativo de la independencia de Brasil.

PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENEÉ GIANNETTI

mapa II D2

Primeira área de lazer e contemplação da cidade, o Parque Municipal foi inaugurado em 1897, na antiga "Chácara do Sapo", onde residia o engenheiro Aarão Reis, responsável pelo planejamento da nova capital. Surgiu inspirado nos parques franceses da Belle Époque, com roseiras e coreto. Em meio a muito verde, estão mais de 50 espécies de árvores, onde ficam diversos equipamentos de lazer. Hoje, o espaço funciona também como centro de educação ambiental. Outras atrações dentro do Parque Municipal são o orquidário da cidade, o teatro Francisco Nunes e o Palácio das Artes.

Av. Afonso Pena, s/nº - Centro - Tel. 3277.4749 - 3ª a dom. das 6h às 18h.



José Gomes

Lago dos Quiosques - Parque Municipal

**AMÉRICO RENNÉ GIANNETTI
MUNICIPAL PARK**

map II D2

Settled in the former "Chácara do Sapo" where Aarão Reis, the Engineer in charge of the project of the new capital, resided and dedicated in 1897, it was the first leisure and contemplation area of the city. It was

Anexo M: Jornal Estado de Minas (14 jan., 2005)



Boa parte das pessoas que passam pelo Centro reclama a falta de bancos na área revitalizada da Praça Sete. Saída é ficar nos degraus

Projetos mudam o hipercentro, mas faltam serviços para facilitar a vida de 1,5 milhão de pessoas

ANA CAROLINA SELEME

O hipercentro de Belo Horizonte vem recebendo uma série de melhorias, dentro do programa "Centro Vivo", mas ainda precisa de muitos serviços para facilitar a vida de pelo menos 1,5 milhão de pessoas que fica os pontos que têm cobertura na região central como bons, se comparados com os existentes próximo à sua casa, na Grande BH. "Aqui, pelo menos, temos onde sentar. Onde não tem, só um banco, mais nada."

Conforto está longe do Centro

BOCCILIO

do programa "centro vivo", mas ainda precisa de muitos serviços para facilitar a vida de pelo menos 1,5 milhão de pessoas que circulam pela região. As áreas de conforto e segurança ainda são falhas. Um bom exemplo é a falta de banheiros em locais de fácil acesso. Da mesma forma, faltam banheiros confortáveis para idosos e acomodações adequadas nos pontos de ônibus usados por milhões de passageiros.

O Executivo municipal acena com novas medidas para melhorar a vida de quem mora ou passa pela área central. Na próxima semana, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) publica, no Diário Oficial do Município (Dom), o edital de licitação para empresas interessadas em manter 28 sanitários já construídos na galeria Praça Sete, localizada no quarteirão da rua Rio de Janeiro esquina com avenida Afonso Pena. Essa proposta de ser uma alternativa para pessoas como a professora Rosana Matos, de 29 anos, que já teve dificuldades em encontrar um sanitário. "Tentei usar o banheiro de várias lojas, mas as pessoas não deixaram. Tive que recorrer a um shopping", conta.

Os pontos de ônibus do Centro da capital também são motivo de reclamação. Apesar da instalação de bancos com estrutura que protege do Sol e da chuva, muitos usuários se queixam do pouco espaço nos pontos são apertados para a quantidade de gente que pega ônibus. Acho que pediriam ser maiores, com mais espaço para as pessoas se sentarem", afirma a advogada Tagiane Gornide Guimarães, de 24, já a dona de casa Geani Reis Correia, de 28, classi-

existentes próximo a sua casa, na Grande BH. "Aqui, pelo menos, temos onde sentar. Onde moro tem só um poste, mais nada," lamenta.

Apesar da revitalização da Praça Sete, quem gosta de encontrar os amigos e ficar de bate papo na rua Rio de Janeiro reclama da ausência de bancos confortáveis no local, como os aposentados Lúcio Guerra, de 75, Ari Martins da Costa e Olinto Pedro de Oliveira, ambos de 86. "Conforto no Centro? Não existe. Nós ficamos conversando de pé, por que não colocaram bancos? O que a prefeitura fez foram degraus no chão, mas não vou me sentar onde as pessoas pisam", afirma Lúcio. A aposentada Ana Fernandes, de 73, mora em Mantena, a 450 quilômetros de Belo Horizonte. Ontem, ela esteve na capital e precisou esperar uma pessoa por hora no Centro. Não teve alternativa, sentou no degrau. "É desconfortável, mas está bom", diz.

PROPOSTAS Os 28 novos sanitários que serão instalados na galeria Praça Sete ficaram prontos no fim do ano passado. São 14 boxes masculinos e 14 femininos. Segundo equipe da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, ainda não há data definida para a inauguração. Depois da publicação do edital, as empresas interessadas enviarão suas propostas, que só serão abertas na segunda quinzena de fevereiro. De acordo com a administração municipal, vencerá a concorrência quem cobrar o menor preço, pois o cidadão precisa usar o sanitário. A cobrança é necessária, aponta a PBH, para garantir a limpeza e manutenção do local.

FOTOS: BULER LUNOR



A construção de banheiro público na Galeria Praça Sete ameniza um dos maiores problemas da região central

LEIA MAIS SOBRE A ÁREA CENTRAL DE BH

PÁGINA 18

Anexo N: Jornal Estado de Minas (09 mar., 2005)

Praca Sete dos negócios e do prazer

BETO NOMEIS



A polícia mantém vigilância severa e garante tranquilidade à área mais movimentada de BH

Há de tudo no coração de BH, desde o comércio de produtos variados à oferta de sexo, com garotas e garotos de programa

PEDRO FERREIRA

Pizzaíolo desempregado, Marcos Antônio Tompson Mariano, de 33 anos, conhece muito bem o lugar que vem garantindo o sustento da família. E faz o alerta: "Se o cara não for esperto, aqui ele compra até lote no Parque Municipal, viaduto e terreno na lua". Há sete anos, muito antes de perder o emprego, Mariano já comprava e revendia livros didáticos usados na Praça Sete. Centro de Belo Horizonte. O local mais parece um mercado persa, ou a famosa "esquina dos aflitos" da rua dos Caetés com avenida do Contorno, onde produtos roubados são negociados livremente.

Se alguém tiver um encontro marcado, pode sair totalmente ajudado da Praça Sete, no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Atma-



O vendedor de livros usados Antônio Tompson Mariano sabe como sobreviver bem na região



zons, e das ruas Rio de Janeiro e Cari-

vros. "Subindo a Rio de Janeiro, chega-se à área dos boêmios, das mulheres e homossexuais. Descendo a Carijós, há a esquininha de quebrada, da barra pesada", alerta.

Com a instalação de câmeras na praça, Mariano diz que o comércio de "produtos suspeitos" é feito "de baixo dos panos", como armas, por exemplo. "Do lado de baixo da Carijós você encontra viagem ou remédio para abortar menino. Basta ter paciência e ficar na sua, sem dar bandeira", orienta.

Ele é experiente no que faz. Sabe detectar um cliente a distância. "Se o jovem tem cara de estudante, carregando sacola ou mochila nas costas, se estiver indo em direção da livraria, então é livro usado que vai vender. Meu esquema é o mesmo da livraria. Pego um quarto de preço do livro no

A polícia mantém vigilância severa e garante tranqüilidade à área mais movimentada de BH



Jogos de dama e xadrez são diversão para quem tem tempo e a partida custa apenas R\$1

for esperto, aqui ele compra até lote no Parque Municipal, viaduto e terreno na rua". Há sete anos, muito antes de perder o emprego, Mariano já comprava e revendia livros didáticos usados na Praça Sete, Centro de Belo Horizonte. O local mais parece um mercado persa, ou a famosa "esquina dos aflitos" da rua dos Caetés com avenida do Contorno, onde produtos roubados são negociados livremente.

Se alguém tiver um encontro marcado, pode sair totalmente ajêitado da Praça Sete, no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, e das ruas Rio de Janeiro e Carijós. Ali mesmo, nos quarteirões fechados das duas ruas, as pessoas experimentam sapatos, meias, camisas, relógios, e tudo mais que for preciso. Compra-se até o estimulante sexual Viagra. Até o prazer é negociado. Garotas de programa fazem ponto no quarteirão fechado da rua Rio de Janeiro, em frente a um motel. Mas do outro lado da praça, sob a marquinhão do antigo Cine Brasil, L, de 22, não tinha o que reclamar. Cobro R\$ 30 pelo programa e a pessoa ainda paga o hotel, que é baratinho, só R\$ 9, ali, na rua Caetés", explica.

Há também o rapaz de programa, que mora em Igarapé, na região metropolitana, a 47 quilômetros da capital. Todos os dias, ele marca ponto na Praça Sete. "Sou comerciante como qualquer outro daqui, só que não posso mostrar o meu produto, assim, na rua", brinca, com cara de adolescente. Programas com idosos, esclarece, só quando não consegue dinheiro para voltar para casa. "Pago R\$ 8,50 de ônibus", justifica, dando um sorriso acanhado, para esconder o dente escurecido.

"Aqui na praça vende-se de tudo. Já vi gente negociando até prótese, uma perna do joelho para baixo", informa Mariano, o vendedor de li-

Com a instalação de câmaras na praça, Mariano diz que o comércio de "produtos suspeitos" é feito "debaixo dos panos", como armas, por exemplo. "Do lado de baixo da Carijós você encontra Viagra ou remédio para abortar menino. Basta ter paciência e ficar na sua, sem dar bandeira", orienta.

Ele é experiente no que faz. Sabe detectar um cliente a distância. "Se o jovem tem cara de estudante, carregando sacola ou mochila nas costas, se estiver indo em direção da livraria, então é livro usado que vai vender. Meu esquema é o mesmo da livraria. Pago um quarto do preço do livro novo e vendo pela metade".

Mariano só vende livros de janeiro a março, início do período letivo. O filho, de 16 anos, que estuda pela manhã, o ajuda à tarde. "Procuro sempre saber se o livro está sendo adotado nas escolas, os nomes de autores ou se determinado livro vai ser doado pelo governo. Nesse último caso, não compro", ensina o livreiro ambulante, que fica do lado de cima da Carijós, na parte mais que considera mais tranqüila.

No meio do formigueiro humano, surge Romivaldo Alves Leite, de 35, vendendo acessórios para carros. Sob o braço, tapa-sol. Em volta do pescoço, capas para volantes. Nas costas, uma bolsa com o estoque. "A paleta é R\$ 20. Tapa-sol e capa de volante, R\$ 15", informa a um cliente. "Fiquei desempregado há quatro anos e vou me virando. Já vendi pilhas, isqueiros, tudo que você imaginar, aqui", diz.

Na Praça Sete, a diversão é garantida para quem gosta de xadrez e dama. Um homem, que não quis se identificar, abre seis tabuleiros, todos os dias, sob a marquise do Cine Brasil. "R\$ 1 a hora", diz o preço, sem se dispersar de seu jogo. "Isso aqui é legal, viu!", reforça, em tom de alerta, sem tirar os olhos das peças.

O vendedor de livros usados Antônio Tompson Mariano sabe como sobreviver bem na região



Rapaz tenta vender uma camisa, mas ele e o possível comprador escondem o preço da mercadoria

LEIA MAIS SOBRE PRAÇA SETE
PÁGINA 22

Prestadores de serviço montam oficinas na Praça Sete e dividem o espaço com os camelôs, que circulam de um lado para o outro na tentativa de escapar dos fiscais

Conserta-se de tudo um pouco

BETO KO

Na Praça Sete, além dos ambulantes, que ficam andando de um lado para outro, há também muita gente que delimita o seu espaço de trabalho com oficinas. O sapateiro Otávio Luiz Silvano, de 44 anos, que está na região desde os seus 11 anos é um deles. Sob a marquise do antigo Cine Brasil, a placa "Otávio Sapateiro" atrai muitos clientes.

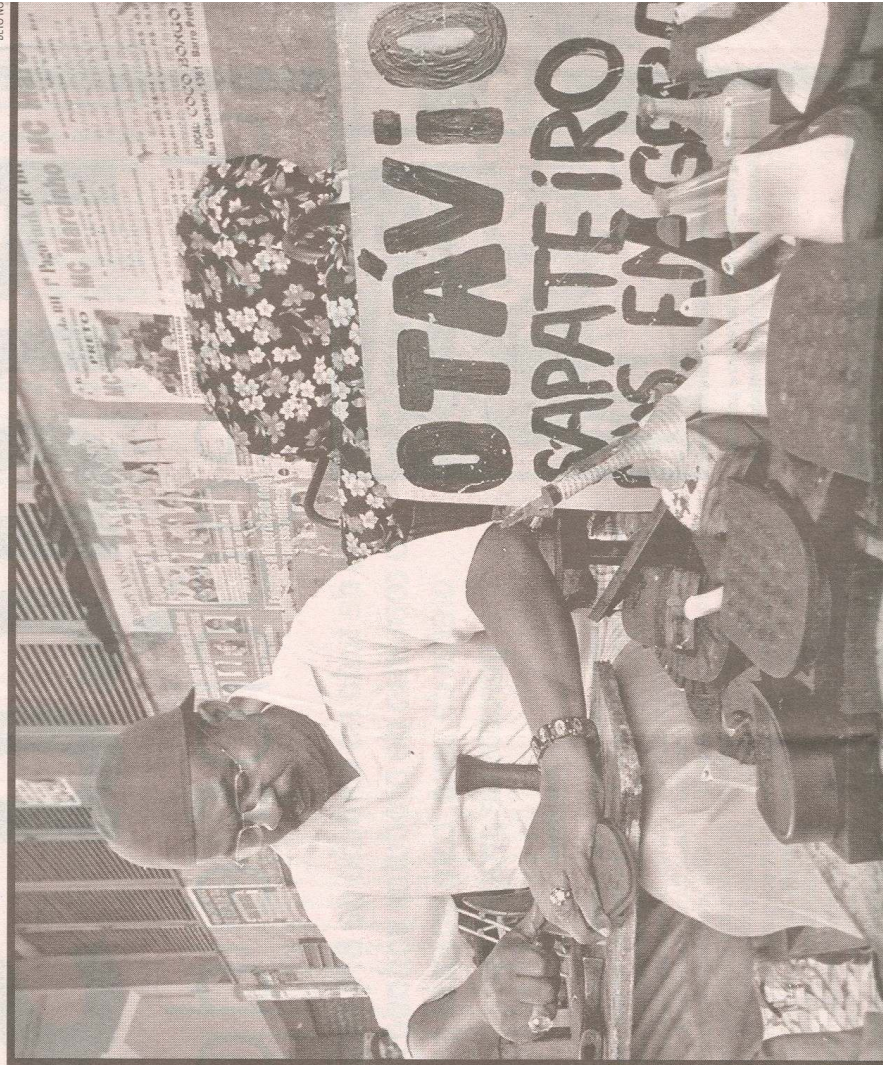
"Eu era engraxate. Depois, camelo. Mas a fiscalização começou a pegar no pé e voltei a ser engraxate. Só que pouco depois aprendi a ser sapateiro", lembra. "As calçadas estão cheias de buracos e o salto dos sapatos das mulheres sempre quebra. Costumo até dizer que sou o pronto-socorro do sapato delas", brinca o sapateiro, que cobra R\$ 3 para lusturar um calçado, R\$ 10 para mudar a cor e R\$ 7 para trocar o salto.

A dona de casa Irlenita Silva, de 54, que mora no bairro Ipanema, na Região Noroeste, levou o sapato para Otávio consertar. "A gente vem ao Centro e aproveita a oportunidade. Aqui é mais barato", diz. Otávio chega na praça às 8h30 e volta, às 18h, para o Barreiro, onde mora. "Tiro R\$ 350 por mês", revela. A psicóloga Núbia Angelina Ferreira dos Santos, de 63, consertou o guarda-chuva com Alex Dias, de 22, que cobra R\$ 3 pelo serviço e trabalha ao lado do sapateiro Otávio. Alex é garçom, recebe R\$ 30 por noite trabalhada e mais R\$ 5 pelo transporte. Mas é na Praça

garçom", compara.

Até a sorte é vendida na praça. "E aí, meu senhor, quer ficar milionário?", grita Cícero Reis Pereira, o "Leão", de 53, há 28, vendendo loterias. "Já fiz três pessoas ficarem milionárias. Um deles foi para Goiás, comprou um barco e vive na maior boa vida. Outro, com medo de ladrão, me deu um 'calaboca'. O dinheiro deu para pagar umas contas", comenta. Se a sorte é vendida, o mesmo ocorre com a solução de delicados problemas de saúde. No lado "quente" do quarteirão fechado da Carijós, um homem, sem constrangimento nenhum, implora a todos por um Viagra. "Viagra, você tem Viagra? Pago R\$ 50", pergunta, ansioso, ao rapaz que vende óculos de Sol. Recentemente, uma drogaria foi assaltada em Santa Efigênia e 16 calças de viagra foram roubadas. A mercadoria foi parar na praça. A caixa do medicamento que custa R\$ 79,99, era vendida por R\$ 50.

Segundo o comandante da 6ª Companhia da PM, major Aroldo Pinheiro de Araujo, responsável pelo policiamento ostensivo na região central de BH, não cabe à polícia inibir o comércio ilegal. Mas, se as câmeras flagram alguma arma sendo comercializada, por exemplo, a ação é imediata. "O comércio de armas na praça já foi uma realidade. Agora, com as apreensões e as câmeras, isso é praticamente impossível", garante. Vendedores, contudo, afirmam que as armas

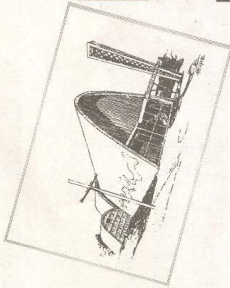


Anexo O: Jornal Pampulha (13-19 nov., 2004)

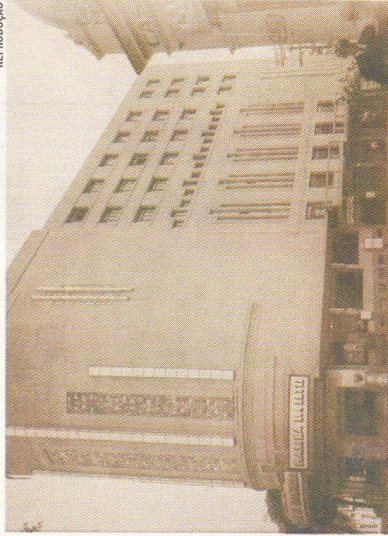
bello horizonte

por Juliana Gouthier

cidade dilapidada



REPRODUÇÃO



Fachada do Cine Brasil, que foi inaugurado em 1932



Situado na praça Sete, que foi revitalizada, o Cine Brasil (dir.) continua abandonado

PRAÇA RECUPERADA, prédio abandonado

sentados e sem qualquer tipo de acabamento.

Segundo informações da diretoria de conservação e restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), não há nenhum processo que obrigue seus proprietários a restaurar o edifício, o que deverá ser feito quando for definido o seu novo uso. Também não há nenhuma requisição no órgão para reforma ou algo parecido.

Enquanto isso, apenas especulações sobre o destino do antigo Cine Brasil, que estaria à venda e que já foi cotado para ser igreja, supermercado, estacionamento e até mesmo um centro cultural. Mas, no leilão ainda não chegou nenhuma solicitação para reforma e adequação do prédio a um novo uso. E, como nenhuma intervenção pode ser feita sem o aval do órgão, tudo indica que ele vai ficando, como está, revelando o valor que a cidade tem pelo seu patrimônio.

Terraço também atraia público

A inauguração do Cine Brasil, em 1932, foi um marco para Belo Horizonte, então com cerca de 140 mil habitantes. Um edifício curvo e com seis pavimentos, em plena praça Sete, era uma das grandes atrações da capital mineira. Além do título de maior cinema do país, em um tempo de salas grandes e sutuosas, chegou a ser o prédio mais alto cidade.

Naquela época, a espera não era só na bilheteria para a compra de ingressos. Logo depois da sua inauguração, muita gente foi para a porta do Cine Brasil enfrentar fila para entrar no elevador e subir até o terraço do edifício, de onde era possível enxergar toda a cidade do alto.

O projeto, assinado por Ângelo Murgel, garantiu ao prédio toda a imponência desejada por seus proprietários que queriam fazer do espaço um 'palco de grandes apresentações teatrais e superproduções cinematográficas'.

Anexo P: Jornal Alterosa, TV Alterosa (13 mai., 2005).

